

Excelentíssimo Senhor Deputado Distrital **Bispo Renato Andrade**
M.D. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público do
Distrito Federal

CÓPIA

Juntada de Documentos

SACHA BRECKENFELD RECK, de qualificação já conhecida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, vem respeitosamente, por seus advogados ao final assinados, a fim de confirmar as declarações prestadas em depoimento no dia 1º de outubro de 2015, requerer a **juntada dos documentos** anexos.

Para melhor compreensão, apresenta-se o memorial descritivo a seguir:

a) **Anexo 1 – Contratação do Consórcio- Logit Logitrans**

- Termo de Cooperação Técnica BID – GDF
- Termo de Referência Licitação BID
- Proposta Consórcio *LOGIT – LOGITRANS* (Sacha indicado como consultor)
- Ofício da Secretaria de Transportes do DF (complementação do objeto da consultoria)

b) **Anexo 2 – ARCADIS LOGOS**

- Contrato de Empréstimo BID – GDF
- Contrato *LOGOS - GDF*
- Contrato *Arcadis Logos – Escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck*

c) **Anexo 3 – Edital de Licitação**

- Decisões do Tribunal de Contas determinando ajustes no Edital e, em agosto de 2012, aprovando a versão final publicada pelo GDF
- Aprovação do Edital pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (Ofício PGDF, Ofício Secretaria de Transportes e Ofício da Procuradora Raquel Portela)
- Impugnação Administrativa da empresa Viação Jardins, questionando a viabilidade econômica do Edital de Licitação publicado em março de 2012
- Quadro Comparativo das modificações dos valores das tarifas técnicas máximas, desde a primeira até a definitiva publicação da versão final do Edital

d) **Anexo 4 – Legalidade da atuação de Sacha Reck**

- Ofício recente da Secretaria de Transportes do Distrito Federal
- Parecer *Marçal Justen Filho*
- Contestação judicial apresentada pela PGDF
- Contrato de Prestação de Serviços ao Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (*SETRANSP-PR*)
- Inicial das Ações Coletivas movidas pelo *SETRANSP-PR* em Curitiba
- Procurações de todas as empresas urbanas de Curitiba juntadas nas Ações Coletivas
- Lista dos advogados que representam a empresa *Auto Viação Marechal* em suas ações individuais no Paraná
- Depoimentos prestados por *Galeno Furtado Monte* e por outros membros da Comissão de Licitação ao Ministério Público do Distrito Federal no ano de 2013
- Parecer pela inabilitação da empresa *Viação Piracicabana*
- Parecer pela manutenção da inabilitação da empresa *Viação Cidade Brasília*
- Diligências efetuadas pela Comissão de Licitação, com destaque para as diligências efetuadas quanto às empresas *Viação Cidade Brasília*, *Viação Piracicabana* e *Auto Viação Marechal*



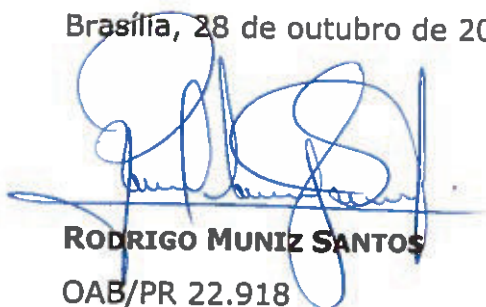
e) Anexo 5 – Inaplicabilidade da Lei Distrital nº 1.387/97

- Parecer sobre a Ação Popular nº 2013.01.1.052748-0, movida por *Adevandro Pereira da Silva*
- Decisão judicial indeferindo a liminar da referida Ação Popular nº 2013.01.1.052748-0

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 28 de outubro de 2015



RODRIGO MUNIZ SANTOS
OAB/PR 22.918

Excelentíssimo Senhor Deputado Distrital **Bispo Renato Andrade**

M.D. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público do Distrito Federal

Juntada de Documentos

SACHA BRECKENFELD RECK, de qualificação já conhecida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, vem respeitosamente, por seus advogados ao final assinados, a fim de confirmar as declarações prestadas em depoimento no dia 1º de outubro de 2015, requerer a **juntada dos documentos** anexos.

Para melhor compreensão, apresenta-se o memorial descritivo a seguir:

a) **Anexo 1 – Contratação do Consórcio- Logit Logitrans**

- Termo de Cooperação Técnica BID – GDF
- Termo de Referência Licitação BID
- Proposta Consórcio *LOGIT – LOGITRANS* (Sacha indicado como consultor)
- Ofício da Secretaria de Transportes do DF (complementação do objeto da consultoria)

b) **Anexo 2 – ARCADIS LOGOS**

- Contrato de Empréstimo BID – GDF
- Contrato *LOGOS - GDF*
- Contrato *Arcadis Logos – Escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck*

c) **Anexo 3 – Edital de Licitação**

- Decisões do Tribunal de Contas determinando ajustes no Edital e, em agosto de 2012, aprovando a versão final publicada pelo GDF
- Aprovação do Edital pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (Ofício PGDF, Ofício Secretaria de Transportes e Ofício da Procuradora Raquel Portela)
- Impugnação Administrativa da empresa Viação Jardins, questionando a viabilidade econômica do Edital de Licitação publicado em março de 2012
- Quadro Comparativo das modificações dos valores das tarifas técnicas máximas, desde a primeira até a definitiva publicação da versão final do Edital

d) **Anexo 4 – Legalidade da atuação de Sacha Reck**

- Ofício recente da Secretaria de Transportes do Distrito Federal
- Parecer *Marçal Justen Filho*
- Contestação judicial apresentada pela PGDF
- Contrato de Prestação de Serviços ao Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (*SETRANSP-PR*)
- Inicial das Ações Coletivas movidas pelo *SETRANSP-PR* em Curitiba
- Procurações de todas as empresas urbanas de Curitiba juntadas nas Ações Coletivas
- Lista dos advogados que representam a empresa *Auto Viação Marechal* em suas ações individuais no Paraná
- Depoimentos prestados por *Galeno Furtado Monte* e por outros membros da Comissão de Licitação ao Ministério Público do Distrito Federal no ano de 2013
- Parecer pela inabilitação da empresa *Viação Piracicabana*
- Parecer pela manutenção da inabilitação da empresa *Viação Cidade Brasília*
- Diligências efetuadas pela Comissão de Licitação, com destaque para as diligências efetuadas quanto às empresas *Viação Cidade Brasília*, *Viação Piracicabana* e *Auto Viação Marechal*

e) Anexo 5 – Inaplicabilidade da Lei Distrital nº 1.387/97

- Parecer sobre a Ação Popular nº 2013.01.1.052748-0, movida por *Adevandro Pereira da Silva*
- Decisão judicial indeferindo a liminar da referida Ação Popular nº 2013.01.1.052748-0

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 28 de outubro de 2015

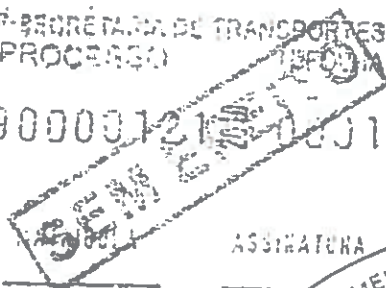


RODRIGO MUNIZ SANTOS
OAB/PR 22.918

ANEXO 01

GDF-SECRETARIA DE TRANSPORTES
PROCESSO

09000001215001



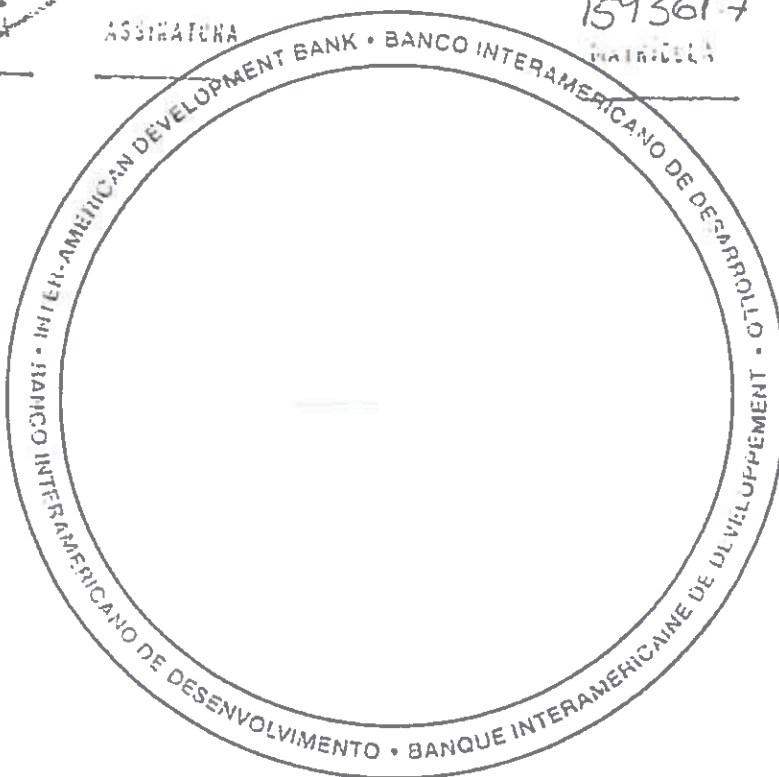
ASSINATURA

GDF-SECRETARIA DE TRANSPORTES
PROCESSO

09000001215002

1593617

10/10/11
ASSINATURA



GDF-SECRETARIA DE TRANSPORTES
PROCESSO

09000001215001

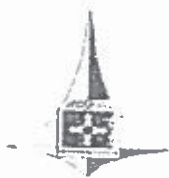
ASSINATURA

ASSINATURA

Reunião
clima a erro
no número
da folha.

Em 12/04/2011

1593617



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Captação de Recursos e Parcerias

OFÍCIO
Nº. 077/2009 - SUCAP/SEPLAG

Brasília-DF, 12 de março de 2009

PRONTO
TELEFONE 3465 5168

12.000090 000121

Senhor Secretário,

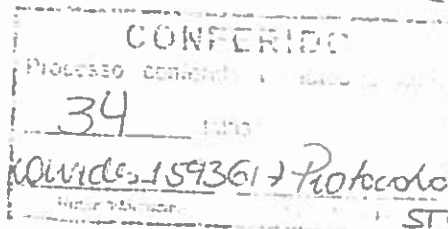
Encaminho anexa a via original da Carta-Convênio referente a cooperação técnica não reembolsável para o Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, firmado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e pelo GDI, em 10 de março de 2009.

Cumprida esta formalidade, poderão ser iniciados os procedimentos referentes à execução do Programa objeto da mesma, que está a cargo dessa Secretaria de Estado.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS MALDINI QUEIROZ
Subsecretário

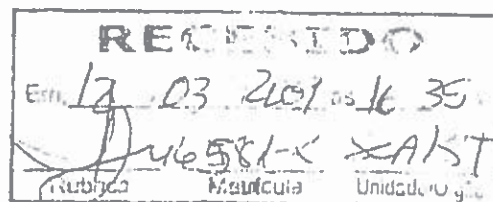
João Alberto Fraga Silva
Secretário de Estado de Transportes



AUTUO-SL
EM 12 04 10

Elton Alves dos Santos

A Sua Excelência o Senhor
JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA
Secretário de Estado de Transportes
Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar - Brasília
Nesta





LEGISLATIVE SUBMISSION 1711282

Excelentíssimo Senhor
José Roberto Arruda
Governador
Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal
QNG 18, Área Especial - Taguatinga Norte / DF
Brasília/DF
CEP: 72118-900
Brasil

GDF-SECRETARIA DE TRANSPORTES
PROCESSO 0900001212 0033

1593617 10111111

Ref.: ATN/OC-11243-BR. Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

Prezado Senhor Governador,

Esta carta-convênio (doravante denominada o "Convênio") entre o Distrito Federal (doravante denominado o "Beneficiário") e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na condição de Administrador do Fundo para a Preparação de Projetos de Infraestrutura - InfraFundo (doravante denominado o "Banco"), que submetemos à consideração de V. Exa., destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário (doravante denominada a "Cooperação Técnica"), para apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal ("PTU-DF") (tal apoio à implementação do PTU-DF doravante denominado "Programa"). Os termos da Cooperação Técnica estão incluídos no Anexo Unico, que é anexado à presente e é considerado parte integrante deste Convênio. Os aspectos principais da operação são os seguintes:

1. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização da Cooperação Técnica será de até US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que serão desembolsados a débito dos recursos do Fundo para a Preparação de Projetos de Infraestrutura - InfraFundo (doravante denominada a "Contribuição"). A Contribuição é outorgada em caráter não-reembolsável.
2. O prazo para a execução do Programa será de 10 (dez) meses, contados a partir da data de entrada em vigência deste Convênio. O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 12 (doze) meses, contados a partir de tal data. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro de tal prazo será cancelada. Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.
3. Em virtude deste Convênio, o Beneficiário acorda que o Banco utilizará os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria

ATN/OC-11243-BR

necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação Técnica.

4. O Beneficiário, através da Secretaria de Estado dos Transportes do Distrito Federal, compromete-se a colaborar com os consultores na realização de suas tarefas e a fornecer o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. Tal apoio é estimado no equivalente a US\$ 150.000.00 (cento cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América). 50% em moeda (para pagamentos dos serviços de consultoria contratados) e 50% em bens e serviços, sem que tais estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa.

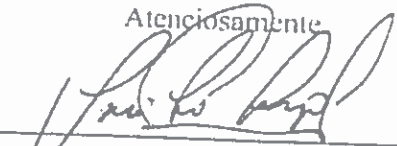
5. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente programas, projetos ou quaisquer serviços que direta ou indiretamente possam resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos consultores não comprometerão o Banco, que se reserva o direito de formular a respeito as observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.

Nestes termos, solicito a V. Exa., como representante do Beneficiário a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante sua assinatura e a entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

(?)

Atenciosamente


José Luis Lupo
Representante do Banco no Brasil

De acordo:

DISTRITO FEDERAL


José Roberto Arruda
Governador

Data: _____

(?)

Testemunha de Honra:



Daniel Zelikow

Vice-Presidente Executivo

Banco Interamericano de Desenvolvimento

ANEXO ÚNICO

O Programa

Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

I. Objetivo

- 1.01 O objetivo do Programa é apoiar o processo de implementação do sistema integrado de transporte público coletivo (SIT) segundo as atividades já identificadas no Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (BR-L1018). A Cooperação Técnica financiará a elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantam uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. Estas reformas também se destinam a fortalecer a capacidade de gestão e regulamentação da prestação do serviço integrado por operadores privados.

II. Descrição

Componente I. Tecnologia do SIT e Plano de Implementação

- 2.01 Este Componente definirá os aspectos técnicos e operacionais (especificações de projeto, operação, segurança, acessibilidade, custos de capital, operação e manutenção, depreciação, etc.) da tecnologia do sistema de transporte coletivo (frota de ônibus, sistema de recolhimento de tarifa e Centro de Controle e Processamento do Sistema de Pagamento Eletrônico (CCP) e sistema de informação e segurança do usuário) e seu cronograma de implementação e substituição.
- 2.02 Este Componente incluirá: (i) revisão dos estudos de demanda de transporte, o modelo operacional de rotas e serviços de transporte coletivo de ônibus e o dimensionamento da frota e suas especificações técnicas, elaboradas pelo Governo do Distrito Federal no âmbito da preparação do PTU-DF; (ii) diagnóstico e análise das características da frota de ônibus, do sistema de cobrança, da informação e segurança do usuário que atualmente opera no Distrito Federal e de experiências internacionais e regionais com tecnologias alternativas comprovadas que se mostrarem eficientes e viáveis no contexto do Distrito Federal e das necessidades do programa BR-L1018; (iii) recomendação sobre mudanças na definição do modelo operacional de rotas e serviços e no dimensionamento, na tecnologia e nas especificações técnicas da frota de ônibus, do sistema de cobrança e da validação de tarifa (inclusive o CCP) e do sistema de informação e segurança do usuário (inclusive sistemas de localização por satélite da frota) propostas para o PTU-DF; (iv) elaboração de um plano de implementação gradual da nova tecnologia, que incluirá um plano de substituição da tecnologia atual e/ou sua adaptação às especificações definidas para o PTU-DF em coordenação com o cronograma de licitações para a implementação e operação desses sistemas; (v) definição dos indicadores e mecanismos de monitoramento para a avaliação do nível de serviço e do desempenho das novas

tecnologias introduzidas ~~(no SIT)~~ inclusive os mecanismos para a renovação da frota de ônibus e os sistemas complementares; ~~(vi)~~ identificação e definição de uma visão-objetivo do sistema no nível urbano que permita programar o processo de substituição de frota por outra adequada ao novo ~~(SIT)~~ bem como o crescimento gradual da cobertura do transporte público até a integração completa de todas as rotas urbanas do Distrito Federal. Essa visão-objetivo deve partir dos estudos e das propostas existentes relacionadas com o novo sistema integrado de transporte público no Distrito Federal; ~~(vii)~~ elaboração de um pré-desenho operacional básico da visão-objetivo do sistema (quadro conceitual) em escala regional, para que o processo de racionalização e integração de rotas se estenda àquelas provenientes do entorno do Distrito Federal, e ~~(viii)~~ desenvolvimento de estudos de combustíveis e tecnologias alternativas veiculares para o ~~SIT~~.

Componente II. Aspectos Jurídicos e Institucionais para a Gestão, Regulamentação e Fiscalização do SIT

- 2.03 Este Componente visa a definir todos os procedimentos administrativos, jurídicos e técnico-operativos da gestão, regulamentação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal no contexto do PTU-DF e das necessidades de mudanças institucionais e jurídicas implicadas pelo esquema proposto. A partir dessa análise, serão propostas mudanças ou decretos regulamentares que alterem a lei de regulamentação do transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal e as versões preliminares de editais de licitação para a concessão de rotas e serviços de transporte coletivo de ônibus. ✓
- 2.04 Este Componente incluirá: (i) revisão do projeto de lei que regula o transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal e das versões preliminares de editais de licitação para a concessão de rotas e serviços de transporte coletivo de ônibus; (ii) diagnóstico e análise dos diferentes esquemas de exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros e dos esquemas de remuneração dos operadores atuais do Distrito Federal e de experiências internacionais e regionais com esquemas alternativos eficientes e viáveis no contexto do Distrito Federal e das necessidades do PTU-DF; (iii) recomendação sobre mudanças na definição do esquema proposto para o PTU-DF, incluindo todos os agentes envolvidos no sistema e os indicadores e procedimentos administrativos, jurídicos e técnicos mediante os quais sua operação, gestão, fiscalização e regulamentação serão realizadas; (iv) avaliação da necessidade de se criar uma agência reguladora para o sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal e, caso seja necessária, recomendação de todos os aspectos administrativos, jurídicos e técnicos e de sua interação e competências com os demais agentes envolvidos na operação, gestão, fiscalização e regulamentação do sistema; (v) revisão e proposição, com vistas a possíveis melhoras, de procedimentos administrativos, jurídicos e técnicos de regulamentação e controle do sistema de transporte público urbano em todas as suas modalidades; (vi) revisão e proposição de mudanças, caso seja identificada a necessidade, das funções e tarefas do órgão regulador e do órgão gestor, bem como os mecanismos de resolução de conflitos contratuais com os operadores privados de transporte público; (vii) identificação das necessidades institucionais adicionais para a gestão e o desenvolvimento do sistema integrado de transporte; (viii) definição de indicadores para o monitoramento e a avaliação do

desempenho do SIT) que levem em consideração usuário, operador e entidade gestora e reguladora; (ix) definição dos procedimentos administrativos, jurídicos e técnicos para a regulamentação e o controle das rotas do transporte coletivo provenientes do entorno do Distrito Federal; e (x) diagnóstico da situação jurídica e operacional do transporte público coletivo do entorno do Distrito Federal e desenho esquemático de uma possível integração física, operacional e tarifária com o SIT. Será preciso definir as diversas competências entre as entidades, empresas e os diferentes níveis territoriais para cada uma das fases (projeto, construção e operação); também deverão ser explorados os mecanismos e as instâncias de arbitragem da operação e seus requisitos jurídicos.

Componente III. Política Tarifária e de Integração do SIT

- 2.05 Este Componente visa a definir um modelo que permita ao Governo do Distrito Federal avaliar diferentes esquemas ou políticas tarifárias e de integração do SIT, identificando aspectos relacionados à sustentabilidade econômico-financeira dos diferentes operadores e da sustentabilidade fiscal do Governo do Distrito Federal para cobrir a operação de modalidades deficitárias, como o Metrô.
- 2.06 Este Componente incluirá: (i) revisão e recomendações sobre o esquema de política tarifária e de integração entre modalidades do SIT proposto para o Distrito Federal, a partir de experiências internacionais e regionais com sistemas de integração tarifária, inclusive o esquema de descontos e gratuidades (atualização do software vigente) e a atribuição de custos/tarifa entre modalidades integradas de viagem (matriz de integração); (ii) a partir do esquema operacional e da integração do sistema e das características e especificações tecnológicas, revisão e análise do cálculo das tarifas técnicas de equilíbrio para cada modalidade de transporte a ser incluída no esquema de integração tarifária e que operará sob câmara de compensação e de receitas e créditos (CCRC), realizar uma análise financeira integral dos diferentes serviços e agentes, considerando todos os custos associados à operação do sistema integrado (modalidades de transporte coletivo, sistemas tecnológicos associados, gestão do sistema e a própria administração da CCRC e do Centro de Controle Operacional (CCO). A análise deverá incorporar cenários de integração tarifária do ônibus com o metrô e desenvolver cenários de aplicação tarifária (zonal, por grupo de rotas, por corredor ou plana) para toda a região metropolitana; (iii) definição da fórmula e dos mecanismos de ajuste da tarifa técnica e sua relação com a tarifa para o público, bem como os procedimentos para arrecadação, administração e compensação entre operadores dos fundos na CCRC; (iv) elaboração de um modelo de fluxo de fundos para diferentes cenários de política tarifária e de integração, o qual será apresentado e discutido com as autoridades do Governo do Distrito Federal e incorporará os comentários e as sugestões surgidas nas reuniões de trabalho; (v) identificação dos mecanismos de regulamentação e fiscalização e das necessidades legais e jurídicas adicionais para a aplicabilidade da política tarifária e de integração proposta para o SIT; (vi) elaboração de uma estrutura regulamentar e de um protocolo operacional (técnico-financeiro) para o CCP e a CCRC; (vii) elaboração de um plano de integração tarifária para as diferentes modalidades, com etapas, marcos e investimentos associados, que inclua: (a) matriz de integração; (b) revisão dos instrumentos de regulamentação da administração financeira e tarifária; e (c) definição da estrutura tarifária do SIT

(ônibus/metrô/outras modalidades) e seus componentes, planilhas de custos, níveis de preços, periodicidade de revisão tarifária, cenários tarifários da integração, etc.; e (viii) definição dos protocolos e mecanismos de obtenção de informações que alimentarão o novo modelo tarifário.

Componente IV. Estrutura Financeira e Operacional

2.07 Este Componente incluirá: (i) uma análise comparativa entre as experiências de outras cidades que tenham ou estejam implementando sistemas integrados de transporte maciço de passageiros. Essa análise comparativa deverá concentrar-se nos seguintes temas: (a) esquema de regulamentação e fiscalização; (b) estrutura financeira do sistema; (c) estrutura institucional; (d) mecanismos de participação do setor privado no sistema; (e) fontes de financiamento da infra-estrutura; (f) esquemas de diminuição do excesso de parque automotivo; e (g) fontes de financiamento para a aquisição de frota, equipamentos e condições gerais das fontes; (ii) estudos para a concessão do serviço de administração e exploração de infra-estrutura de apoio à operação do SIT à iniciativa privada – serão avaliados diferentes esquemas e mecanismos de participação do setor privado no sistema e suas possíveis fontes de financiamento, incluindo uma proporção da tarifa integrada do sistema, taxas por utilização da infra-estrutura e receitas por exploração de zonas comerciais ou publicitárias; além disso, serão avaliadas a estrutura jurídica e institucional e as necessidades de regulamentação e fiscalização para os esquemas de concessão analisados que forem viáveis dos pontos de vista técnico-econômico e financeiro; (iii) um estudo de avaliação do impacto financeiro resultante da integração do sistema de transporte e uma proposta de medidas para a sustentabilidade financeira do sistema; (iv) desenvolvimento de um modelo financeiro executivo que inclua, entre outros aspectos, projeções financeiras (balanço geral, demonstrativos de perdas e ganhos, fluxos de caixa de tesouraria, fluxos de caixa livre e cálculos da rentabilidade para os promotores ou acionistas do Programa); (v) desenvolvimento de um modelo financeiro que permita estabelecer, de forma simples mas eficiente, o custo de operação do sistema (tarifa técnica) e elaborar uma metodologia para a determinação da tarifa ao público. O modelo será discutido com as autoridades locais e incorporará os comentários e as sugestões encaminhadas nas reuniões de trabalho; e (vii) desenvolvimento de um modelo que permita analisar e diferenciar o esquema financeiro atual frente à proposta do consultor, de maneira que possa ser socializado e possa promover os ajustes e as medidas requeridas, tanto com as autoridades do Governo do Distrito Federal como com os operadores.

Componente V. Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica

2.08 Este Componente incluirá todos os estudos necessários para definir os aspectos de implementação e implantação dos sistemas de controle de tráfego e do CCP do sistema que serão financiados pelo programa BR-L1018. Inclui assessoria no processo de integração tecnológica, planejamento, estruturação e implementação dos protocolos de coleta e processamento das informações.

III

Custo do Programa e plano de financiamento

- 3.01 O custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$ 750.000,00 (setecentos cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Custo e financiamento
(em US\$)

Descrição	Banco	Contrapartida	Total
Componente I: Tecnologia do SIT e plano de implementação	89.000	15.000	104.000
Componente II: Aspectos jurídicos e institucionais para a gestão, regulamentação e fiscalização do SIT	100.000	15.000	115.000
Componente III: Política e estrutura tarifária geral do SIT	130.500	15.000	145.500
Componente IV: Estrutura financeiro-operacional	110.250	15.000	125.250
Componente V: Sistemas de controle de tráfico e integração tecnológica	130.000	90.000	220.000
Supervisão (consultor individual)	40.250	-	40.250
TOTAL	600.000	150.000	750.000
Participação (%)	80%	20%	100%

DE
Banco - 561.000
7500
11500
145500
125250
40250
750000
250000

IV. Execução

- 4.01 O Banco contratará os serviços de consultoria em conformidade com as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Banco contratará, com fundos do Programa, um supervisor técnico que verificará o desempenho das atividades financiadas. O supervisor efetuará auditorias técnicas dos produtos e atividades e assessorará o Banco em decisões estratégicas na implementação do Programa. O supervisor fará recomendações voltadas para a obtenção de alertas antecipados para a promoção de medidas de prevenção ou corretivas que não afetem o desempenho normal do Programa e assegurem que todas as ações apontem para a realização dos objetivos propostos. Com base nas recomendações e nos resultados operacionais, o Banco, o Beneficiário e a firma consultora acordarão as ações corretivas para garantir êxito na execução da cooperação técnica.
- 4.02 Responsabilidade básica e técnica. A INE/TSP atuará como unidade de responsabilidade básica e técnica das contratações e será encarregada da publicação da solicitação de interesse, da elaboração da lista curta, do pedido de propostas e da avaliação e seleção da firma consultora, conforme o disposto no Pedido de Propostas e na negociação do contrato. A Secretaria de Estado dos Transportes do Distrito Federal será informada dos resultados de qualificação de firmas. Uma vez selecionada a firma consultora que realizará as atividades descritas acima no âmbito da Cooperação Técnica, esta, por meio da Subsecretaria de Políticas de Transporte e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DFTrans), participará da execução da Cooperação Técnica constituindo uma equipe de contrapartida técnica aos consultores. O DFTrans designará o coordenador de projeto atribuído especificamente para este Programa. A Representação

11M 1988
12

do Banco, no Brasil (CSC/CBR), em estreita coordenação com a INE/TSP, realizará a administração e supervisão do Programa.

GDF-SECRETARIA DE TRANSPORTES
PROCESSO

0800011213 0003

1543617
M. A. L. E. L. A.
M. A. L. E. L. A.

CDE-PLAN
F-15

0300001215 0037

1593617 Actividad

Términos de Referencia para el Apoyo a la Implementación del
Programa de Transporte Urbano del Distrito Federal

BRASIL

BR-T1089

FONDO DE PREPARACIÓN DE PROYECTOS DE INFRAESTRUCTURA – INFRA FONDO
BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

Gobierno del Distrito Federal de Brasil

(Mayo 2009)

Términos de Referencia

SERVICIOS DE CONSULTORIA

1. ANTECEDENTES

- 1.1 Marco socioeconómico y urbano. El *Distrito Federal* (DF) constituye una unidad administrativa atípica de la Federación Brasileña, que consiste en un territorio autónomo administrado con la misma estructura política de un Estado. Casi al centro del DF se ubica la ciudad de Brasilia, Capital Federal de Brasil inaugurada en 1960, sede de los tres poderes de la República. El DF está localizado en la Región Centro-Oeste de Brasil, tiene una extensión territorial de 5.801 Km² y una población aproximada de 2,5 millones de habitantes. 10% de la cual reside en Brasilia. El DF está compuesto por 30 Regiones Administrativas (RA).
- 1.2 La actividad económica del DF está orientada principalmente hacia el sector servicios, con una alta concentración de empleos del Gobierno Federal en Brasilia¹. Por su configuración espacial de metrópolis polinuclear (con RA que dependen fuertemente de las actividades socioeconómicas de Brasilia), las principales líneas de deseo de viaje están caracterizadas por desplazamientos de tipo pendular, desde las RA hacia Brasilia en la mañana y a la inversa en la tarde.
- 1.3 Los desplazamientos diarios se concentran en ejes viales con estándares de autopista de alta velocidad y con pocas conexiones a la red funcional de menor jerarquía. Debido a las largas distancias entre Brasilia y las RA (media de 30 km) la oferta de transporte público se concentra en los periodos pico de la mañana y tarde lo que resulta en una ineficiente operación del sistema de transporte público urbano, produciendo un efecto de péndulo tan marcado que durante los periodos valle gran parte de la flota (alrededor de 1.000 autobuses) permanece ociosa estacionada en lotes vacíos ubicados en Brasilia.
- 1.4 El sector. El 73% de las rutas de transporte urbano en el DF son de conexión directa entre Brasilia y las ciudades entorno y sólo el 27% operan internamente en cada RA. En ningún caso las rutas están articuladas o integradas entre si. La concentración de la oferta de servicios de transporte público por autobús en los periodos máximos de demanda, en la mañana y horas de la tarde, genera enormes dificultades para el desplazamiento y aumentando la congestión. Las altas tasas de motorización hacen difícil el desplazamiento dentro de la región del Plano Piloto, aumentan los niveles de congestión y dificultan el acceso a servicios sociales y a las fuentes de empleo de los ciudadanos que se desplazan en transporte público colectivo.
- 1.5 El actual servicio de transporte público en el DF está dividido en cinco modalidades que carecen de integración operacional y tarifaria: convencional, especial de vecindad, convencional rural, y el metro.² Los operadores de

¹ El sector servicios concentra el 98% de los empleos en Brasilia y su participación en el PIB total del DF es del 92% (IBGE, 2003).

² Convencional - es el servicio básico de transporte colectivo que realiza la conexión entre Brasilia y las ciudades satélites, es prestado con autobuses convencionales, y hasta hace algunos años movilizaba 21 millones de pasajeros por

transporte de las modalidades: especial de vecindad y convencional rural, no prestan sus servicios bajo esquemas completamente empresariales, sus sociedades y afiliación sirven básicamente para resolver requisitos administrativos formales; si bien cuentan con planillas de servicio y frecuencias, el cálculo tarifario no representa una tarifa técnica ajustada a costos de depreciación, mantenimiento y otros costos asociados. Los negocios no aprovechan economías de escala, gestión de confort y gerencia centralizada.

- 1.6 Las deficiencias en la prestación de los servicios de transporte público en el DF han generado: (a) en los operadores: informalidad, y baja productividad en la movilización de usuarios (IPK) por sobreoferta de modalidades y rutas en competencia abierta; y (b) en el servicio de transporte: desarticulación de servicios y rutas; y disminución de la seguridad vial por la deficiente operación del servicio y la competencia abierta por pasajeros.
- 1.7 Adicionalmente, existen problemas de gestión directamente relacionados con los entes administrativos y la carencia de un marco de regulación y tarifario específico para la prestación del servicio por parte de los operadores.
- 1.8 La estrategia del estado en el sector. Desde 2004 el Gobierno del Distrito Federal (GDF) inició el proceso de preparación del Programa de Transporte Urbano realizando diversas actividades para la elaboración de estudios de inversión y preinversión, incluyendo estudios para la organización institucional, micro y macro simulación de tráfico, modelación de demanda, estudios de factibilidad y proyectos ejecutivos de obras civiles. El GDF también ha iniciado la implementación de actividades y funciones del Sistema de Transporte Público Colectivo del Distrito Federal – STPC/DF. El Anexo I incluye un listado de actividades realizadas en los últimos 18 meses.
- 1.9 La implementación del Programa y la cooperación técnica. Con el objetivo de modernizar el sistema de transporte urbano, racionalizar las rutas de transporte público y alcanzar la integración deseada entre las rutas y los modos de transporte, el GDF ha solicitado la ayuda financiera y técnica del Fondo para la Preparación de Proyectos de Infraestructura (InfraFondo) para consolidar un marco de gestión y regulación para su sistema integrado de transporte urbano (SIT). Para apoyar el proceso de implementación del programa BR-L1018 el GDF requiere de asistencia técnica para lograr la integración efectiva del sistema, así

mes pero debido al transporte público alternativo, la falta de fiscalización (gran parte de los servicios alternativos son informales) y el decrecimiento del nivel de servicio del propio sistema, los volúmenes de esta modalidad han decrecido notablemente; Especial de vecindad - es un servicio complementario al convencional, opera en Brasília y en algunos sectores específicos del DF; Convencional rural - es un servicio complementario al convencional que atiende a los usuarios que residen, estudian o trabajan en las áreas rurales de las RA; Alternativo - este servicio utiliza vehículos tipo "van" de baja capacidad (9-16 pasajeros) y tiende a competir directamente con el sistema convencional en rutas superpuestas a las de la modalidad convencional, esta competencia abierta por pasajeros en las vías y paraderos genera importantes condiciones de inseguridad en el tránsito; Metro - conecta la parte central de Brasília con las ciudades de Taguatinga y Samambaia, funciona de forma aislada (sin alimentación), su operación comercial se inició en el año 2001, actualmente está en construcción una extensión de la línea desde Taguatinga hasta Ceilândia, y a lo largo del corredor existen varias estaciones cuya construcción no fue concluida.

como su viabilidad financiera e institucional en un marco de regulación apropiado.

- 1.10 Los servicios especializados de consultoría descritos en estos Términos de Referencia (TdR) que están siendo contratados en el marco de la CT (BR-T1089, en ejecución ATN/OC-11243-BR) servirán para apoyar la definición de las alternativas tecnológicas del sistema, los estudios institucionales y legales con relación a las concesiones de flota e integración tarifaria, la viabilidad financiera del sistema y la puesta en marcha de los sistemas de control de tráfico y de cobro electrónico.

II. DESCRIPCIÓN

A. Objetivos

- 2.1 Apoyar el proceso de implementación del SIT fortaleciendo la capacidad de gestión y regulación de la provisión del servicio integrado de transporte público colectivo por operadores privados, según las actividades identificadas en el Programa de Transporte Urbano del Distrito Federal (BR-L1018) financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo.
- 2.2 Durante el desarrollo del estudio se hará especial énfasis en documentar las tareas realizadas, capacitar y transferir conocimientos a las instituciones y agentes encargados de la operación, gestión y planificación del sistema de transporte en la ciudad, garantizando la coordinación entre los equipos de trabajo que adelantan las tareas correspondientes a los módulos de trabajo definidos.
- 2.3 Para la elaboración del Plan, el consultor deberá realizar un análisis que le permita presentar un diagnóstico de la situación actual de los sistemas, y proyectar cuál será el desempeño futuro de su operación y, finalmente, concluir con la presentación de estrategias que permitan mejorar las condiciones actuales de prestación del servicio y la integración de su tarifa.

B. Productos Esperados

- 2.4 Para cumplir los objetivos de la presente consultoría, deberán ser entregados y desarrollados a cabalidad cinco volúmenes y una síntesis ejecutiva. Los resultados de las actividades y sus componentes serán agrupados en cinco volúmenes a saber: (1) Tecnología del SIT y plan de implementación, (2) Aspectos legales e institucionales: gestión, regulación y fiscalización, (3) Política tarifaria y de integración del SIT, (4) Estructura financiera y operacional del SIT, (5) Sistemas de control de tráfico e integración tecnológica y (6) *Integrated Report* y guías temáticas. A continuación se describen cada uno de los contenidos que deberán ser incluidos en cada uno de los volúmenes y el grupo de actividades respectivo:

1. Volumen 1. Tecnología del SIT y plan de implementación

2.5 Se deberán definir todos los aspectos técnicos y operativos de la tecnología del sistema de transporte público colectivo y su cronograma de implementación y sustitución.

2.6 Este volumen incluye:

/ a. revisión [detallada y actualización] de los estudio [relevantes] de demanda de transporte, el modelo operacional de rutas y servicios de transporte público colectivo y el dimensionamiento de la flota y sus especificaciones técnicas, ya elaborados por el GDI¹.

b. diagnóstico técnico-operacional del sistema de cobro y de información y seguridad al usuario que actualmente opera en el DF

c. análisis de las características de la flota de autobuses:

/ d. generar recomendaciones de elementos que deban ser mejorados y/o implementados a la luz de los requerimientos del DF y tomando como punto de partida experiencias internacionales y regionales con tecnologías alternativas probadas que resulten eficientes y viables en el contexto del DF (incluyendo aspectos de combustibles ya preliminarmente estudiados por el GDF).

e. se deberán definir todas las especificaciones de diseño, operación, seguridad, accesibilidad del material rodante, y el dimensionamiento, tecnología y especificaciones técnicas de la flota.

f. definir los costos de capital, operación y mantenimiento, y depreciación de todos los componentes del material rodante, de las estaciones, y de los sistemas de información (sistema de recaudo de tarifa y el Centro de Control y Procesamiento del Sistema de Pago Electrónico - CCP², y sistema de información y seguridad al usuario)

g. definir y presentar la metodología de cálculo del cronograma de implementación y sustitución del material rodante y de los sistemas de apoyo.

+ h. recomendación sobre cambios en la definición del modelo técnico-operacional de rutas y servicios

/ i. recomendación sobre cambios en la definición de la tecnología y especificaciones técnicas del sistema de cobro y validación de tarifa (incluido el CCP), y el sistema de información y seguridad al usuario (incluidos sistemas de localización satelital de la flota) propuestos para el Programa. [Se]

¹ Câmara de Compensação de Receitas e Créditos (sistema que hará el control y procesamiento del Sistema de Bilhetagem Automática)

deberá analizar los costos de implementación de cada uno de los sistemas, realizando un pormenorizado análisis de tecnologías disponibles en Brasil y en el mercado, proveedores, *track-record* de la tecnología, requerimientos de mantenimiento y actualización. Se deberá, así mismo, realizar una recomendación de los recursos humanos necesarios para implementar el componente tecnológico.

- j. elaboración de un plan detallado de implementación gradual de la nueva tecnología, el cual incluirá un plan de sustitución y/o adaptación de la tecnología actual a las especificaciones definidas para el Programa y coordinado con el cronograma de licitaciones para la implementación y operación de estos sistemas;
- k. definición de los indicadores y mecanismos de monitoreo para la evaluación del nivel de servicio y del desempeño de las nuevas tecnologías introducidas en el SIT del DF, incluidos los mecanismos para la renovación de la flota de autobuses y los sistemas complementarios;
- l. identificación y definición de una visión objetivo del sistema a nivel urbano, de manera que permita programar el proceso de sustitución de flota por aquella adecuada al nuevo SIT, así como el crecimiento gradual de la cobertura de transporte público hasta la integración completa de todas las rutas urbanas del DF. Esta visión objetivo debe partir de los estudios y propuestas existentes respecto al nuevo sistema integrado de transporte público en el DF y deberá ser consensuada y evaluada en conjunto con el beneficiario, la Supervisión Técnica y el Banco.
- m. elaboración de un prediseño operacional básico de la visión objetivo del sistema (marco conceptual) a escala regional, de manera que el proceso de racionalización e integración de rutas se extienda a aquellas que provienen del entorno del DF;

2. Volumen 2. Aspectos legales e institucionales para la gestión, regulación y fiscalización del SIT.

- 2.7 Con este componente se busca definir todos los procedimientos (protocolos) administrativos, y legales mediante los cuales se hará la gestión, regulación y fiscalización de los servicios de transporte colectivo de pasajeros del DF en el contexto del Programa, y de las necesidades de cambios institucionales y legales a partir del esquema propuesto.
- 2.8 A partir de este análisis se propondrán cambios o decretos reglamentarios a la ley de regulación del transporte colectivo de pasajeros del DF, así como a los borradores de los pliegos (*editales*) de licitación para la concesión de flota y servicios de transporte colectivo de buses.
- 2.9 Este volumen incluye:

- a. revisión de la reglamentación de la ley de regulación del transporte colectivo de pasajeros del DF;
- b. diagnóstico y análisis de los diferentes esquemas de explotación de servicios de transporte colectivo de pasajeros y de los esquemas de remuneración de los operadores que actualmente operan en el DF y de experiencias en Brasil, internacionales y regionales con esquemas alternativos que resulten eficientes y viables en el contexto del DF y las necesidades del Programa;
- c. revisión de las funciones y tareas de los organismos encargados de los aspectos de regulación y de gestión, así como los mecanismos de resolución de conflictos contractuales con los operadores privados de transporte público;
- d. revisión de los procedimientos administrativos, legales y técnicos de regulación y control del sistema de transporte público urbano en todas sus modalidades;
- e. revisión de los borradores de los pliegos de licitación (*editales*) para la operación de autobuses y servicios de transporte colectivo ;
- f. evaluación de la necesidad de crear una agencia reguladora para el sistema de transporte público colectivo del DF, y en caso de ser necesaria, recomendar todos los aspectos administrativos, legales y técnicos, y su interacción y competencias con el resto de agentes involucrados en la operación, gestión, fiscalización y regulación del sistema;
- g. definir los plazos, etapas y componentes del plan hacia la implementación de una agencia reguladora para el sistema de transporte;
- h. definición de indicadores para monitoreo y evaluación del desempeño del SIT, considerando usuario, operador y entidad gestora y reguladora;
- i. definición de los procedimientos administrativos, legales y técnicos mediante los cuales se hará la regulación y control de las rutas del transporte colectivo provenientes del entorno del DF;
- j. diagnóstico de la situación legal y operacional del transporte público colectivo del entorno del DF y diseño esquemático de una posible integración física, operacional y tarifaria con el SIT. Deberán precisarse las distintas competencias entre las entidades, empresas y diferentes niveles territoriales para cada una de las fases (diseño, construcción y operación); también se deberán explorar los mecanismos e instancias de arbitraje de la operación y sus requerimientos legales.
- k. recomendación sobre cambios en la definición del esquema propuesto para el SIT, incluyendo todos los agentes involucrados en el sistema y los indicadores y procedimientos administrativos, legales y técnicos mediante los cuales se efectuará su operación, gestión, fiscalización y regulación.

1. Recomendaciones de los aspectos de resolución de conflictos y arbitraje con los operadores. Identificación de las necesidades institucionales adicionales para la gestión y desarrollo del SIT;

3. Volumen 3. Política tarifaria y de integración del SIT.

- 2.10 Con este componente se busca definir un modelo que le permita al GDF evaluar diferentes esquemas y políticas tarifarias y de integración para SIT, identificando aspectos relacionados con la sostenibilidad económico-financiera de los diferentes operadores y de la sostenibilidad fiscal del GDF ante la operación de modos deficitarios como el Metro o de rutas y servicios cuya operación es considerada de carácter social.
- 2.11 Este volumen incluye:
 - a. revisión y recomendaciones al esquema de política tarifaria y de integración entre modos del SIT propuesto para el DF, a partir de experiencias en Brasil, internacionales y regionales con sistemas de integración tarifaria, y la cual incluirá el esquema de descuentos y gratuidades (actualización del software vigente), y la asignación de costos/tarifa entre modos para viajes integrados (matriz de integración);
 - b. a partir del esquema operacional y de integración del sistema y de las características y especificaciones tecnológicas, efectuar una revisión detallada y realizar un análisis del cálculo de las tarifas técnicas de equilibrio para cada modo de transporte a ser incluido en el esquema de integración tarifaria y que operará bajo la cámara de compensación de ingresos y créditos (CCRC);
 - c. realizar un análisis financiero integral de los diferentes servicios y agentes, considerando todos los costos asociados a la operación del sistema integrado (modos de transporte colectivo, sistemas tecnológicos asociados, gestión del sistema, y la propia administración de la CCRC y el Centro de Control y Procesamiento del Sistema de Pago Electrónico – CCP). El análisis deberá incorporar escenarios de integración tarifaria del autobús con el Metrô, VLT (*veículo leve sobre trilhos*), y los nuevos corredores troncalizados en desarrollo denominados VLP (*veículo leve sobre pneus*), y desarrollar escenarios de aplicación tarifaria (zonal, por grupo de rutas, por corredor o plana) para toda la región metropolitana;
 - d. desarrollar todas las fórmulas de ajuste necesarias, considerando los parámetros legales y de regulación vigente y aquellos que serán propuestos por el consultor. La definición de la fórmula y mecanismos de ajuste de la tarifa técnica y su relación con la tarifa al público, así como los procedimientos para el recaudo, administración y compensación entre operadores de los fondos en la CCRC (¶4 iv) deberán ser presentados y discutidos con las autoridades del GDF;

- e. elaboración de un modelo de flujo de fondos para diferentes escenarios de política tarifaria y de integración, el cual será presentado y discutido con las autoridades del GDF e incorporará los comentarios y sugerencias surgidas durante las reuniones de trabajo;
- f. identificación de los mecanismos de regulación y fiscalización, y las necesidades legales y jurídicas adicionales para la aplicabilidad de la política tarifaria y de integración propuesta para el SIT;
- g. elaboración de un marco regulatorio y un protocolo(s) operativo(s) (técnico-financiero) para el CCP y la CCRC;
- h. elaborar un plan de implementación para la integración tarifaria para los diferentes modos, con etapas realistas, hitos e inversiones asociadas, que incluya:
 - matriz de integración;
 - revisión de los instrumentos de regulación de la administración financiera y tarifaria;
 - definición de la estructura tarifaria del SIT (autobuses/metro/VLT/otros modos) y sus componentes (planillas de costos, niveles de precios, periodicidad de revisión tarifaria, escenarios tarifarios de la integración, etc.);
- i. definición de los protocolos y mecanismos de obtención de información por medio de los cuales se alimentará el nuevo modelo tarifario.

4. Volumen 4. Estructura financiera y técnico- operacional

- 2.12 Este volumen realizará un análisis comparativo entre las experiencias de otras ciudades que hayan o estén implementando sistemas integrados de transporte masivo de pasajeros. Este análisis comparativo deberá concentrarse en temas clave y servirá de mecanismo de difusión al GDF y al público de las actividades propuestas en los Volúmenes 1, 2 y 3 a la vez que permitirá comparar escenarios específicos de política pública, tarifaria y de integración operacional.
- 2.13 Este volumen realizará un análisis comparativo que incluirá:
 - a. esquema de regulación y fiscalización;
 - b. estructura financiera del sistema;
 - c. estructura institucional;
 - d. mecanismos de participación del sector privado en el sistema;

- e. fuentes de financiación de la infraestructura;
- f. esquemas de disminución de la sobreoferta de parque automotor operando en servicio público (autobuses y taxis) y servicio privado;
- g. fuentes de financiación para la adquisición de flota, equipos y condiciones generales de las fuentes;
- h. cajas de compensación, esquemas fiduciarios, técnicos y legales asociados a cada uno.

2.14 Adicionalmente, el Volumen deberá incluir:

- a. estudios para concesión de servicio a la iniciativa privada para la administración y explotación de infraestructura de apoyo a la operación del SIT. Se evaluarán diferentes esquemas y mecanismos de participación del sector privado en el sistema, y sus posibles fuentes de financiación, incluyendo alguna proporción de la tarifa integrada del sistema, tasas por utilización de la infraestructura, e ingresos por explotación de zonas comerciales o publicitarias;
- b. análisis de la estructura legal e institucional, así como las necesidades de regulación y fiscalización para los esquemas de concesión analizados y que resulten viables técnico-económica y financieramente;
- c. desarrollo de un estudio de evaluación del impacto financiero resultante de la integración del sistema de transporte en el GDF y proponer las medidas para la sostenibilidad financiera del sistema;
- d. desarrollo de un modelo financiero que permita establecer, de forma sencilla pero eficiente, el costo de operación del sistema (tarifa técnica) y las proyecciones financieras (balance general, estados de pérdidas y ganancias, flujos de caja de tesorería, flujos de caja libre y cálculos sobre la rentabilidad de los promotores (operadores) o accionistas;
- e. diseñar una metodología para determinar la tarifa al público y su implicación en el modelo financiero propuesto. La metodología será discutida con las autoridades locales e incorporará los comentarios y sugerencias elevadas durante las reuniones de trabajo;
- f. desarrollar un modelo que permita analizar y diferenciar el esquema financiero actual en el GDF frente a la propuesta del consultor, de tal manera que pueda ser socializado y promover los ajustes y medidas requeridas, tanto con las autoridades del GDF como con los operadores.

5. Volumen 5. Sistemas de control de tráfico e integración tecnológica.

- 2.15 Control electrónico del SIT, que definirá todos los aspectos de puesta en marcha e implantación de los sistemas de control de tráfico y del CCP. Incluye el asesoramiento en el proceso de integración tecnológica, planeamiento, estructuración e implementación de los protocolos de recolección y procesamiento de la información.
- 2.16 Definición de la organización, funcionamiento, control, y fiscalización de la cámara de compensación de ingresos y créditos.
- 2.17 Control de tráfico y priorización del transporte colectivo que incluirá todos los estudios necesarios para apoyar la implantación del Sistema de Control de Tráfico por Zonas de la ciudad, de modo que exista una priorización efectiva del transporte colectivo en los recorridos de rutas troncales y en las áreas de integración entre rutas.
- 2.18 Se deberán definir y detallar cada uno de los requerimientos específicos (semafóricos, cambios viales, etc), para que exista una prioridad efectiva en la operación del transporte público colectivo.

6. Otras actividades.

- 2.19 Preparar un *Integrated report* basado en los resultados que combinará todos los aspectos de los términos de referencia. En particular, se centrarán en una estrategia global y un plan de acción para el transporte urbano del DF, incluidos los temas de política y regulación.
- 2.20 Preparar tres informes analíticos centrándose en la descripción de las acciones, actividades, y reformas necesarias como resultado del estudio, que serán utilizados para fines de divulgación y de referencia para futuras actividades del Banco. Los informes son:
 - a. **Guía Legal** para la participación privada en servicios de transporte urbano de pasajeros por autobús.
 - b. **Guía Financiera y Operacional** para servicios de transporte urbano de pasajeros por autobús.
 - c. **Guía Institucional** para la participación privada en servicios de transporte urbano de pasajeros.
- 2.21 Organizar y llevar a cabo una serie de ejercicios de diálogo, entre ellos dos talleres (para el gobierno y la administración pública, y dos para los operadores) para presentar los resultados de la consultoría. Los talleres servirán para corroborar el diagnóstico, el análisis institucional, y la evaluación de la operación y sus cálculos tarifarios.

- 2.22 Examinar las recomendaciones de mejora y planes de acción, incluida la viabilidad y conveniencia de los enfoques sugeridos. Preparar y distribuir un registro de los talleres, e incorporar los comentarios en los informes intermedios y finales según corresponda.
- 2.23 Evaluar la estrategia de comunicación social existente (actualmente las Regiones Administrativas -total de 30, a través de su administrador, tiene la responsabilidad de crear un Comité de Transporte para articular junto al gobierno y a la población de cada ciudad y también junto a los usuarios del sistema de transporte las acciones necesarias para atender las expectativas sobre dichos sistemas. En el caso de que se considere necesario, proponer, consensuar e implementar una nueva o complementaria estrategia de vinculación con todas las instancias públicas involucradas y un plan de comunicaciones destinado a ampliar el diálogo político del GDF, su administración pública, los operadores y los usuarios.
- 2.24 Organizar y llevar a cabo un seminario en el que se presentarán los resultados del estudio y las propuestas del consultor.

C. Datos y estudios previos de referencia

- 2.25 El GDF proporcionará a la firma consultora toda la documentación disponible en informes, estudios y planes formulados anteriormente con relación al proyecto, así como cualquier fuente o base de datos oficial relacionada con los objetivos de esta consultoría (cualquier copia o reproducción correrá por cuenta de la firma consultora).

III. REQUISITOS DE LA FIRMA CONSULTORA

- 3.1 La firma consultora será responsable de realizar las actividades y tareas descritas en estos TdR, entregar los productos que se describen en la Sección V y asistir al GDF técnicamente en la estructuración del proyecto. Además de todas las actividades que se establecen en estos TdR (Sección II), la firma consultora deberá cumplir las siguientes condiciones:
 - a. Tener a disposición en Brasilia durante el periodo de los trabajos, un equipo especializado que pueda atender durante el periodo de la consultoría, y de forma oportuna, las demandas específicas del GDF y del Banco relacionadas con la implementación del proyecto, asegurando la continuidad del trabajo y manteniendo canales de comunicación abiertos para el intercambio de ideas sobre la estructuración técnico-económica, jurídico-legal y financiera del estudio;
 - b. Contar con experiencia y conocimiento demostrado del mercado nacional e internacional del transporte colectivo, de modo que se garantice la realización de evaluaciones preliminares y continuas sobre el grado de interés de potenciales socios privados en el desarrollo del proyecto (construcción,

operación y mantenimiento);

- c. Encabezar su equipo de trabajo para este estudio con un Director de Proyecto que sea profesional en el área de transporte, que cuente por lo menos con 15 años de experiencia en la operación de proyectos de transporte público urbano, regulación de transporte y cálculos tarifarios y estructuración financiera y como mínimo con el grado académico de Maestría o Doctorado preferiblemente en el área de planificación/ingeniería de transporte de una universidad de reconocido prestigio en el ámbito internacional. Deberá tener experiencia, como Director de Proyecto, en por lo menos cinco proyectos similares, al menos uno haber sido realizado en Brasil.
- d. Organizar, coordinar y aportar, dentro de su equipo profesional, por lo menos un profesional especialista en cada una de las siguientes áreas: (i) institucional; (ii) legal y jurídico; (iii) modelación financiera; (iv) cálculo tarifario y mecanismos de ajuste; (v) gestión y regulación del transporte público colectivo incluyendo sistemas de metro; (vi) operación práctica y específica de sistemas de transporte colectivo troncalizados (BRT); (vii) sistemas de recaudo electrónico y su control.
- e. Se deberán adjuntar los *Curricula Vitae* de todos los profesionales en las especialidades antes mencionadas, y se deberá hacer indicación expresa del nivel de participación de cada uno de esos profesionales en el estudio, y de su tiempo presencial en Brasil.
- f. Suministrar los archivos digitales que sustenten resultados de cualquier análisis numérico, modelación o diseño que deba ser revisado para efectos de aprobación de informes. Suministrar el *software* utilizado para elaborar los modelos y simulaciones objeto de este estudio de consultoría (una licencia como mínimo), en caso de no estar disponible en el GDF (§5.3);
- g. Desarrollar las actividades descritas en este estudio de consultoría utilizando procesos y prácticas estándar apoyadas en normas internacionales de planificación y diseño de sistemas de transporte colectivo troncalizados (BRT por sus siglas en inglés), integración intermodal, sistemas de pago electrónico, y modelos de gestión y regulación del transporte colectivo;
- h. Aceptar los procedimientos de control, supervisión y evaluación que se establezcan para el normal desarrollo del estudio y el cumplimiento del contrato de consultoría.

IV. DESARROLLO DEL ESTUDIO

- 4.1 El plazo establecido para el desarrollo de esta consultoría es de diez (10) meses calendario, contados a partir de la emisión de la orden de inicio del estudio por parte del Banco.

- 4.2 El Banco contratará los servicios de consultoría de conformidad con las Políticas para la Selección y Contratación de Consultores Financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo. El Banco contratará directamente con fondos del programa un supervisor técnico que verificará el desempeño de las actividades financiadas. El supervisor efectuará auditorías técnicas a los productos y actividades, y asesorará al Banco en decisiones estratégicas durante la implementación del Programa. El supervisor hará recomendaciones orientadas a obtener alertas tempranas que impulsen medidas de prevención o correctivas sin afectar el normal desempeño del Programa y aseguren que todas las acciones apunten al logro de los objetivos propuestos. Con base en las recomendaciones y los resultados operacionales, el Banco, el GDF, y la firma consultora acordarán las acciones correctivas para garantizar la exitosa ejecución de la CT.
- 4.3 INE/TSP actuará como unidad de responsabilidad básica y técnica de las contrataciones y será la encargada de la publicación de la solicitud de expresiones de interés, la elaboración de la lista corta, el pedido de propuestas, la evaluación y selección de la firma consultora, conforme lo establecido en la Solicitud de Propuestas, y la negociación del contrato. La ST será informada de los resultados de calificación de las firmas, previo a la publicación de los mismos, para su consideración. Una vez seleccionada la firma consultora que realizará las actividades antes descritas dentro del alcance de la CT, la ST a través de la Subsecretaría de Políticas de Transporte, el DFTRANS y el Metro participarán en la ejecución de la CT constituyendo un equipo de contraparte técnica a los consultores. La ST, el DFTRANS y Metro designarán un Coordinador de Proyecto asignado específicamente para esta operación. La representación del Banco en Brasil (CSC/CBR), en estrecha coordinación con INE/TSP, llevarán a cabo la administración y supervisión del Programa.
- 4.4 La firma consultora deberá suministrar y asumir los costos de todos los bienes y servicios necesarios para llevar a cabo la consultoría definida en estos TdR y tal como quede establecido en el contrato de consultoría. A través de un Coordinador Local que designará el DFTRANS, se pondrán a disposición de la firma consultora los estudios, datos y toda la información relevante existente que se requieran para la realización a cabalidad del estudio. Las copias de dichos documentos correrán por cuenta de la firma consultora.
- 4.5 Los trabajos se desarrollarán en Brasil, y en particular en el DF. El GDF podría proveer de espacio físico de oficina en Brasilia para que la firma consultora instalen sus equipos, además del apoyo logístico necesario para el cabal cumplimiento de las actividades.

V. AVANCE DE LOS ESTUDIOS Y ESTADOS DE DESARROLLO

- 5.1 La firma consultora deberá presentar, dentro del plazo establecido de diez (10) meses, los siguientes informes y productos para cumplir con los objetivos propuestos en este estudio de consultoría:

- a. **Cronograma de actividades**, que detallará el plan de trabajo del estudio, tareas y cronogramas, que será entregado a más tardar 2 (dos) semanas después de la firma del contrato. El consultor seleccionado deberá realizar un plan de trabajo, el cual deberá incluir al menos tres sesiones de trabajo con el GDF y todos los integrantes y responsables por la implementación del programa.
- b. El plan de trabajo deberá detallar las actividades y productos a entregar en cada fase, con el objeto de precisar los entregables que serán turnados a revisión durante la realización del proyecto, en particular, aquellos productos y sus anexos que sean imprescindibles para la formulación del estudio.
- c. **Inception Report**: Deberá incluir el plan de trabajo del estudio, detallado por tareas, con cronogramas de actividades y la asignación de los especialistas a las diferentes tareas que componen el estudio. Adicionalmente, deberá incluir un resumen de las principales características de los estudios e información revisada y un diseño completo del plan de recolección de información. El plazo de entrega de este informe es de ocho (8) semanas después de la Fecha de Inicio del estudio de consultoría, la cual se definirá en el contrato de consultoría:
- d. **Preliminary Report**: Deberá incluir una versión preliminar de cada uno de los volúmenes, en los cuales se detallará la información revisada, incluyendo aquella recolectada en campo, con su diagnóstico y análisis, evaluaciones y recomendaciones preliminares. Las recomendaciones deberán ser justificadas. El plazo de entrega de este informe es de dieciocho (18) semanas después de la Fecha de Inicio:
- e. **Draft Final**: Deberá incluir un borrador final de cada uno de los volúmenes indicados en los TdR. Deberá asimismo incluir: definiciones y propuestas de planes, medidas, procedimientos, protocolos, indicadores, fórmulas, mecanismos, modelos, marcos regulatorios y/u otras propuestas indicadas en estos términos de referencia. El plazo de entrega de este informe es de treinta (30) semanas después de la Fecha de Inicio:
- f. **Final Report y Síntesis Ejecutiva**: Debe incluir todos los productos derivados de las actividades descritas en estos TdR. El plazo de entrega del informe final y del resumen ejecutivo es de treinta y ocho (38) semanas después de la Fecha de Inicio. La síntesis ejecutiva deberá ser lo suficientemente sustentada para ser utilizada para la publicación y difusión del estudio de ser requerido por el GDF. Comprenderá como mínimo, una síntesis y presentación gráfica (diagramas, mapas y planos) por cada una de los volúmenes descritos en ¶B. Productos Esperados

5.2 El Banco tendrá hasta 30 días calendario para la revisión del Informe Final después de ser formalmente entregado por la firma consultora. El Banco podrá presentar un informe con observaciones y sugerencias que será remitido a la firma

consultora para su tratamiento definitivo en una nueva versión corregida, la cual deberá ser entregada al Banco en un plazo no mayor a 21 días calendario después de recibidas las observaciones. El Informe Final deberá estar acompañado de un Resumen Ejecutivo.

- 5.3 Todos los informes y documentación deberán ser entregados en formatos y programas compatibles con los utilizados en el GDF (tanto por la ST como el DIFTRANS y Metrô). Asimismo, se deberá suministrar el *software* utilizado para elaborar los modelos y simulaciones objeto de este estudio de consultoría (una licencia como mínimo).
- 5.4 De cada uno de los informes de avance la firma consultora deberá presentar cuatro (4) copias, todas ellas en idioma portugués. De la versión definitiva del Informe Final y del Resumen Ejecutivo, la firma consultora deberá presentar cinco (5) copias impresas. Adicionalmente, la firma consultora deberá entregar copias digitales de los archivos.

VI. CRITERIOS GENERALES DE PRESENTACIÓN Y CONTENIDO

- 6.1 Los documentos, datos, información y los productos de este trabajo se consideran de carácter confidencial y para el uso exclusivo del Banco y del GDF, por lo que el contratista deberá tomar las medidas necesarias para cumplir con esta disposición.
- 6.2 Los alcances mencionados en estos términos son enunciativos no limitativos, por lo que cada punto puede ser ampliado de acuerdo con la experiencia del consultor, debiendo cumplir como mínimo los puntos solicitados.
- 6.3 La firma de consultoría se compromete a realizar reuniones de trabajo con técnicos especialistas en la materia del GDF (funcionarios), podrá convocar de común acuerdo con el GDF a representantes de las empresas operadoras, con el objetivo de intercambiar ideas, alcanzar consensos y socializar los resultados de las que permitan enriquecer el estudio.
- 6.4 El producto final de los trabajos contratados deberá ser a completa y entera satisfacción del Banco y del GDF. La firma de consultoría, se responsabiliza de su adecuación para tal efecto.
- 6.5 Características básicas de presentación de los productos (volúmenes y Síntesis Ejecutiva)
 - Paginación del documento, índice paginado, fecha de elaboración, nombre y clave del estudio.
 - Archivo digital del documento en disco compacto, en versión Word, extensión.doc y las tablas en Excel versión avanzada, extensión.xls.
 - El documento se presentará en tamaño carta e interlineado sencillo, la fuente en tipo Arial y tamaño 11. Títulos y subtítulos en negritas.

- Mapas, diagramas y esquemas en formato jpg. y CAD
- Archivos de modelación operacional utilizados
- Modelos financieros desarrollados

6.6 Los documentos de la consultoría deberán en su totalidad ser entregados en idioma portugués, con las características que exige una publicación y servicios profesionales de consultoría:

- El contenido deberá responder a los compromisos establecidos en el Contrato de servicios respectivo.
- El formato y redacción deberán ser claros y homogéneos, evitando el uso de la primera persona en la misma redacción e incorporando correcciones de estilo.
- Hacer referencia a las fuentes bibliográficas relevantes y contribuciones de otras instituciones o individuos, según corresponda y siempre que se recurra a dichas fuentes.
- En todos los casos, los planteamientos deben ser presentados con una estructura lógica, de lo general a lo particular, evitando repetir innecesariamente conceptos previamente citados.
- El texto debe constar de altas y bajas, respetando en todo momento el tipo y tamaño de la fuente utilizada, salvo en caso de referencias bibliográficas, pie de página y cuadros, entre otros.
- En la estructura del texto, solamente se resaltará con "negritas" aquellos aspectos o acontecimientos que sean de verdadera relevancia.
- La estructura de los incisos, numerales y viñetas debe constar de una construcción lógica y consecutiva.
- Las palabras que denominen nombres propios de localidades, instrumentos y sucesos, deberán iniciar con mayúscula.
- En todos los casos, la ortografía y la puntuación deberán apearse a las formalidades del lenguaje técnico del idioma portugués.
- La numeración de tablas, cuadros, mapas, fotografías y esquemas, será consecutiva, señalando en cada caso el título respectivo de cada uno de esos medios, la fuente de consulta y el periodo al que se refiere.

6.7

Documentos a entregar:

- a. Síntesis ejecutiva, con extensión sugerida de hasta 50 páginas aproximadamente. Con las mismas características de formato de presentación y entrega definidas para los cinco volúmenes solicitados.
- b. Documento de presentación, en formato *Power Point* para cada uno de los volúmenes, que contendrá los datos, resultados y conclusiones más relevantes del contenido del estudio.
- c. Seis volúmenes como enunciado en "B. Productos Esperados, a saber: (i) 1- Tecnología del SIT y plan de implementación, 2- Aspectos legales e institucionales: gestión, regulación y fiscalización, 3- Política tarifaria y de integración del SIT, 4- Estructura financiera y operacional del SIT, 5-

Sistemas de control de tráfico e integración tecnológica, y 6- *Integrated Report* y las guías como presentado en (i) 2.20; y (ii) Síntesis Ejecutiva.

d. Síntesis gráfica para difusión, con extensión sugerida de 20 láminas aproximadamente, que representará en mapas, láminas y gráficos de los apartados más relevantes del estudio. Los gráficos tendrán las siguientes características:

- Tramas de color.
- Escalas. Se determinarán de acuerdo a la cobertura y temática del área de estudio.
- Mapas o Planos. Deberán señalar el nombre del estudio, la escala, la clave y nombre del plano, y contar con un área para incluir el escudo del Banco y del GDF.
- Impresiones de los planos en papel bond.
- El formato y tamaño de los planos, láminas y gráficos deberá ser aprobado por las instancias revisoras.

e. Anexos. Se integrará con los respaldos digitales de todos los archivos que se generen durante el proceso y deberán corresponder a cada uno de los seis volúmenes y determinarán las características para la formulación y actualización del estudio, mismo que incluirá: la información básica de campo y gabinete, las normas y procedimientos utilizados, los cálculos y análisis efectuados, los modelos financieros y modelos operaciones para cada uno de los escenarios modelados. Los anexos para cada uno de los volúmenes, se clasificarán de la siguiente forma:

- Metodológico – reportará la metodología de talleres, y entrevistas realizadas como parte del proceso de elaboración y evaluación de los parámetros técnico-operaciones.
- Estadístico
- Operacional
- Tecnológico

6.8

Cualquier aclaración sobre aspectos no previstos en estos términos de referencia, deberán ser tratados con el Banco y con el GDF.

VII. PRESUPUESTO Y FORMA DE PAGO

- 7.1 El presupuesto total de referencia para esta consultoría es de US\$ 560.000 (quinientos y sesenta mil dólares americanos). El Contrato será por suma alzada (*lump sum*).
- 7.2 La forma de pago prevista es la siguiente: 20% del monto total será pagado a la firma del Contrato; 15% del monto total a la aprobación del *Inception Report*; 20% del monto total a la aprobación del *Preliminary Report*; 25% del monto total a la aprobación del *Draft Final* y el restante 20% del monto total a la aprobación de la versión definitiva del *Final Report* y Síntesis Ejecutiva.

Anexo

Estudos e atividades sendo desenvolvidas na Secretaria de Estado de Transportes/SUPOT nos últimos 18 meses

- Visitas técnicas às Regiões Administrativas do Distrito Federal e ainda, a 8 (oito) Prefeituras do Entorno imediato – Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Águas Lindas, Formosa e Planaltina de Goiás.
- Elaboração de Decreto de regulamentação do Serviço Complementar de Vizinhança e revisão do projeto básico em conjunto com técnicos da DFTRANS.
- Estudo sobre combustíveis/tecnologias alternativas para o STPC/DF – pesquisa sobre novos combustíveis e tecnologias alternativas em desenvolvimento no mercado nacional.
- Elaboração juntamente com a consultora do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF e Entorno – PDTU/DF que irá traçar o planejamento estratégico para a área de transportes, definindo ações de curto, médio e longo prazo.
- Elaboração do Decreto de Regulamentação da Lei nº 4.011, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal – encaminhado para aprovação pelo Secretário de Transportes e publicação.
- Concluído estudo de avaliação econômico-financeiro dos operadores – instituído grupo de trabalho para elaboração de estudo de avaliação dos atuais níveis de equilíbrio econômico-financeiro dos operadores privados e desenvolvimento de modelo de avaliação de impacto da variação dos níveis de preço das passagens. Produto entregue incompleto por falta de informações atualizadas.
- Elaboração do Decreto que regulamenta a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos – instituído grupo de trabalho com a participação de técnicos da DFTRANS, Metrô e TCB. Fase final de análise do documento pela Assessoria Jurídica desta ST para publicação.
- Elaboração de Decreto de Regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA – elaboração de minuta de decreto que regulamenta o SBA.
- Representação da Secretaria de Estado de Transportes junto a CODHAB – participação no processo de implantação de equipamentos públicos comunitários e das obras de infraestrutura visando a regularização das ocupações informais: Por do Sol, e Sol Nascente na RA IX – Ceilândia.
- Elaboração de projeto de workshop para definir ações imediatas para a área de transporte e trânsito – detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o workshop que terá a participação de técnicos das entidades ligada à ST e ao GDF.
- Elaboração de documento técnico visando a compatibilização dos Programas Eixo-Sul e PTU – reuniões com técnicos do Metrô, DFTRANS e SUPOT para elaboração de documento técnico apontando os ajustes necessários nos Programas de Transporte em desenvolvimento.
- Elaboração, juntamente com a Assessoria de Comunicação desta ST do Projeto Motorista e Cobrador Nota 1000. Em fase de revisão.

- Elaboração de edital para

- GDP-SECRET - IN DE TRANSPORTED
PROCESSED - INFORMATION

[illegible]

1593617 20micy

Inter-American Development Bank

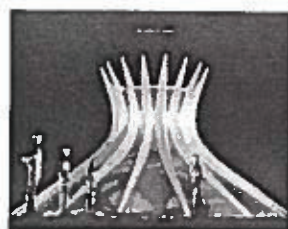
**Apoio à Implantação do Programa de Transporte
Urbano do Distrito Federal**

Solicitação de Propostas No BR-T1089-SN3

PROPOSTA FINANCEIRA

LOGIT


LOGITRANS



PR-1. FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

São Paulo, 20 de Junho de 2009

Ao: Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577 – USA

Prezados Senhores:

O Consórcio infra-assinado oferece prover os serviços de consultoria para Apoio à Implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal em conformidade com a Solicitação de Proposta N° BR-T1089-SN3 datada de 20 de maio de 2009 e de acordo com nossa Proposta (Proposta Técnica e de Preços)..

A Proposta de Preços apresentada totaliza **US\$476.850,00** – quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta dólares. Este valor inclui os impostos locais e foi definido com base na taxa de câmbio referente a junho de 2009, ou seja, **1 US\$ = 1,97R\$**.

A nossa Proposta de Preços caracteriza uma obrigação para o Consórcio, sem prejuízo das modificações resultantes das negociações do Contrato, até o vencimento do período de validade da Proposta, ou seja, 19 de setembro de 2009.

A seguir são listadas as comissões e bonificações, se existirem, pagas ou a serem pagas pelo Consórcio a agentes em relação a esta Proposta e com a execução do Contrato, no caso do mesmo ser adjudicado ao nosso Consórcio.

Nome e Endereço dos Agentes	Valor e Moeda	Finalidade da Comissão ou da Bonificação
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

O Consórcio tem pleno conhecimento de que o Banco não está obrigado a aceitar nenhuma das Propostas recebidas.

Atenciosamente,



Wagner Colombini Martins
Sócio Diretor
Logit Engenharia Consultiva Ltda
Av. Eusébio Matoso, 690, 6º andar, São Paulo, SP, Brasil,



Garrone Reck
Sócio Diretor
Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda
Rua México, No 320 - Bacacheri - Curitiba - Paraná - Brasil

Formulário PR-2 Resumo dos Custos

Custo	Moeda	Costos
Custo Total da Proposta Financeira	US\$	476.850,00

Formulário PR-3 Detalhamento dos Preços Por Atividade

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 0	Atividades Preparatórias	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	10.130,49
Gastos Reembolsáveis		1.500,00
Despesas Diversas		414,63
Subtotal		11.630,49

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 1	Tecnologia do SIT e Plano de Implantação	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	115.777,00
Gastos Reembolsáveis		17.142,86
Despesas Diversas		4.738,68
Subtotal		132.919,86

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 2	Aspectos Legais, Institucionais Para Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	79.596,69
Gastos Reembolsáveis		11.785,71
Despesas Diversas		3.257,84
Subtotal		91.382,40

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 3	Política Tarifária e de Integração do SIT	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	72.360,63
Gastos Reembolsáveis		10.714,29
Despesas Diversas		2.961,67
Subtotal		83.074,91

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 4	Estrutura Financeira e Técnico-Operacional	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	57.888,50
Gastos Reembolsáveis		8.571,43
Despesas Diversas		2.369,34
Subtotal		66.459,93

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 5	Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	36.180,31
Gastos Reembolsáveis		5.357,14
Despesas Diversas		1.480,84
Subtotal		41.537,46

Atividade (Componente):	Descrição	
Componente 6	Atividades Complementares	
Componente de Preço	Moeda	Valor
Remuneração	US\$	43.416,38
Gastos Reembolsáveis		6.428,57
Despesas Diversas		1.777,00
Subtotal		49.844,95

Formulário PR-4 Detalhamento da Remuneração Por Atividade

Atividade: Componente 0					
Nome: Atividades Preparatórias					
Nomes	Posição	Homen x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local			US\$	US\$	
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,061	15.975		974,09
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,061	15.975		974,09
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,073	13.313		974,09
Germano Manso	Consultor em Modelagem Financeira	0,061	13.313		811,74
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Calculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,049	13.313		649,39
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRT's)	0,049	15.975		779,27
Claus Nakata	Engenheiro	0,061	10.650		649,39
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,037	10.650		389,63
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,024	10.650		259,76
Melina B. Reck	Advogada	0,037	10.650		389,63
Alexis B. Reck	Economista	0,195	10.650		2.078,05
André Marchezetti	Advogado	0,037	10.650		389,63
Consultores					
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metro	0,024	13.313		324,70
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,037	13.313		487,04
Total					10.130,49

Atividade: Componente 1					
Nome: Tecnologia do SIT e Plano de Implantação					
Nomes	Posição	Homen x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local					
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,697	15 975	US\$	11 132,40
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,697	15 975		11 132,40
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,836	13 313		11 132,40
Germano Manso	Consultor em Modelagem Financeira	0,697	13 313		9 277,00
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Cálculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,557	13 313		7 421,60
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRT's)	0,557	15 975		8.905,92
Claus Nakata	Engenheiro	0,697	10 650		7 421,60
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,418	10 650		4 452,96
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,279	10 650		2 968,64
Melina B. Reck	Advogada	0,418	10 650		4 452,96
Alexis B. Reck	Economista	2,230	10 650		23.749,13
André Marchezetti	Advogado	0,418	10 650		4 452,96
Consultores					
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo Incluindo Sistemas de Metro	0,279	13.313		3 710,80
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,418	13.313		5.566,20
Total					

Consórcio Logit - Logitrans

Atividade: Componente 2					
Nome: Aspectos Legais, Institucionais Para Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT					
Nomes	Posição	Horas x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local					
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,479	15.975	US\$	7.653,53
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,479	15.975		7.653,53
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,575	13.313		7.653,53
Germano Manso	Consultor em Modelagem Financeira	0,479	13.313		6.377,94
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Cálculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,383	13.313		5.102,35
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRTs)	0,383	15.975		6.122,82
Claus Nakata	Engenheiro	0,479	10.650		5.102,35
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,287	10.650		3.061,41
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,192	10.650		2.040,94
Melina B. Reck	Advogada	0,287	10.650		3.061,41
Alexis B. Reck	Economista	1,533	10.650		16.327,53
André Marchezetti	Advogado	0,287	10.650		3.061,41
Consultores					
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metro	0,192	13.313		2.551,18
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,287	13.313		3.826,76
Total					79.596,69

Atividade: Componente 3					
Nome: Política Tarifária e de Integração do SIT					
Nomes	Posição	Horas x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local					
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,436	15.975	US\$	6.957,75
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,436	15.975		6.957,75
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,523	13.313		6.957,75
Germano Manso	Consultor em Modelagem Financeira	0,436	13.313		5.798,13
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Cálculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,348	13.313		4.638,50
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRTs)	0,348	15.975		5.566,20
Claus Nakata	Engenheiro	0,436	10.650		4.638,50
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,261	10.650		2.783,10
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,174	10.650		1.855,40
Melina B. Reck	Advogada	0,261	10.650		2.783,10
Alexis B. Reck	Economista	1,394	10.650		14.843,21
André Marchezetti	Advogado	0,261	10.650		2.783,10
Consultores					
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metro	0,174	13.313		2.319,25
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,261	13.313		3.478,88
Total					72.360,63

Consórcio Logit - Logitrans

Atividade: Componente 4						
Nome: Estrutura Financeira e Técnico-Operacional						
Nomes		Posição	Homen x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local					US\$	
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,348	15.975			5.566,20
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,348	15.975			5.566,20
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,418	13.313			5.566,20
Germano Manzo	Consultor em Modelagem Financeira	0,348	13.313			4.638,50
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Calculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,279	13.313			3.710,80
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRT's)	0,279	15.975			4.452,96
Claus Nakata	Engenheiro	0,348	10.650			3.710,80
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,209	10.650			2.226,48
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,139	10.650			1.484,32
Melina B. Reck	Advogada	0,209	10.650			2.226,48
Alexis B. Reck	Economista	1,115	10.650			11.874,56
André Marchezetti	Advogado	0,209	10.650			2.226,48
Consultores						
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metro	0,139	13.313			1.855,40
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,209	13.313			2.783,10
Total						57.888,50

Atividade: Componente 5					
Nome: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica					
Nomes	Posição	Homen x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local				US\$	
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,218	15.975		3.478,88
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,218	15.975		3.478,88
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,261	13.313		3.478,88
Germano Manzo	Consultor em Modelagem Financeira	0,218	13.313		2.899,06
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Cálculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,174	13.313		2.319,25
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRTs)	0,174	15.975		2.783,10
Claus Nakata	Engenheiro	0,218	10.650		2.319,25
Rafael Sanabna	Engenheiro	0,131	10.650		1.391,55
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,087	10.650		927,70
Melina B. Reck	Advogada	0,131	10.650		1.391,55
Alexis B. Reck	Economista	0,697	10.650		7.421,60
André Marchezetti	Advogado	0,131	10.650		1.391,55
Consultores			0		
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metro	0,087	13.313		1.159,63
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,131	13.313		1.739,44
Total					36.180,31

Consórcio Logit - Logitrans

Atividade: Componente 6					
Nome: Atividades Complementares					
Nomes	Posição	Horas x Mês	Taxa de Remuneração	Moeda	Valor
Equipe Regular/Local					
Wagner Colombini Martins	Diretor do Projeto	0,261	15.975	US\$	4.174,65
Garrone Reck	Consultor em Desenvolvimento e Gestão Institucional	0,261	15.975		4.174,65
Sacha Breckenfeld Reck	Consultor Legal e Jurídico	0,314	13.313		4.174,65
Germano Manso	Consultor em Modelagem Financeira	0,261	13.313		3.478,88
Fernando Howat Rodrigues	Consultor em Cálculo Tarifário e Mecanismos de Ajuste	0,209	13.313		2.783,10
Antonio Carlos Marchezetti	Consultor Especialista em Operação de Sistemas de Transporte Massivo – Corredores Troncais (BRTs)	0,209	15.975		3.339,72
Claus Nakata	Engenheiro	0,261	10.650		2.783,10
Rafael Sanabria	Engenheiro	0,157	10.650		1.669,86
Sérgio Demarchi	Engenheiro	0,105	10.650		1.113,24
Melina B. Reck	Advogada	0,157	10.650		1.669,86
Alexis B. Reck	Economista	0,838	10.650		8.905,92
André Marchezetti	Advogado	0,157	10.650		1.669,86
Consultores			0		
João Carlos Scatena	Consultor em Gestão e Regulação do Transporte Público Coletivo incluindo Sistemas de Metrô	0,105	13.313		1.391,55
Fabio Miguel	Consultor em Arrecadação	0,157	13.313		2.087,33
Total					43.416,38

Formulário PR-5 Despesas Reembolsáveis Por Atividade

Atividade: Componente 0					
Nome: Atividades Preparatórias					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	-
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	0,85	600,00	512,20
3	Diárias	Dia	2,56	100,00	256,10
4	Despesas de Transporte Local	Mês	0,24	1.000,00	243,90
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	0,24	2.000,00	487,80
Total					1.500,00

Atividade: Componente 1					
Nome: Tecnologia do SIT e Plano de Implantação					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	-
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	9,76	600,00	5.853,66
3	Diárias	Dia	29,27	100,00	2.926,83
4	Despesas de Transporte Local	Mês	2,79	1.000,00	2.787,46
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	2,79	2.000,00	5.574,91
Total					17.142,86

Atividade: Componente 2					
Nome: Aspectos Legais, Institucionais Para Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	-
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	6,71	600,00	4.024,39
3	Diárias	Dia	20,12	100,00	2.012,20
4	Despesas de Transporte Local	Mês	1,92	1.000,00	1.916,38
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	1,92	2.000,00	3.832,75
Total					11.785,71

Atividade: Componente 3					
Nome: Política Tarifária e de Integração do SIT					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	-
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	6,10	600,00	3.658,54
3	Diárias	Dia	18,29	100,00	1.829,27
4	Despesas de Transporte Local	Mês	1,74	1.000,00	1.742,16
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	1,74	2.000,00	3.484,32
Total					10.714,29

Atividade: Componente 4					
Nome: Estrutura Financeira e Técnico-Operacional					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	-
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	4,88	600,00	2.926,83
3	Diárias	Dia	14,63	100,00	1.463,41
4	Despesas de Transporte Local	Mês	1,39	1.000,00	1.393,73
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	1,39	2.000,00	2.787,46

Consórcio Logit - Logitrans

Atividade: Componente 5					
Nome: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	3,05	600,00	1.829,27
3	Diárias	Dia	9,15	100,00	914,63
4	Despesas de Transporte Local	Mês	0,87	1.000,00	871,08
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	0,87	2.000,00	1.742,16
Total					5.357,14
Atividade: Componente 6					
Nome: Atividades Complementares					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total
1	Vôos Internacionais	Viagem		-	
2	Outros Gastos de Viagem	Viagem	3,66	600,00	2.195,12
3	Diárias	Dia	10,98	100,00	1.097,56
4	Despesas de Transporte Local	Mês	1,05	1.000,00	1.045,30
5	Aluguel de Escritório e Equipe de Apoio	Mês	1,05	2.000,00	2.090,59
Total					6.428,57

Formulário PR-6 Despesas Diversas Por Atividade

Atividade: Componente 0					
Nome: Atividades Preparatórias					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	0,244	200,00	48,78
2	Preparação de Realatórios	Mês	0,244	700,00	170,73
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	0,244	800,00	195,12
Total					414,63
Atividade: Componente 1					
Nome: Tecnologia do SIT e Plano de Implantação					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	2,787	200,00	557,49
2	Preparação de Realatórios	Mês	2,787	700,00	1.951,22
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	2,787	800,00	2.229,97
Total					4.738,68
Atividade: Componente 2					
Nome: Aspectos Legais, Institucionais Para Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	1,916	200,00	383,28
2	Preparação de Realatórios	Mês	1,916	700,00	1.341,46
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	1,916	800,00	1.533,10
Total					3.257,84
Atividade: Componente 3					
Nome: Política Tarifária e de Integração do SIT					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	1,742	200,00	348,43
2	Preparação de Realatórios	Mês	1,742	700,00	1.219,51
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	1,742	800,00	1.393,73
Total					2.961,67
Atividade: Componente 4					
Nome: Estrutura Financeira e Técnico-Operacional					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitario (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	1,394	200,00	278,75
2	Preparação de Realatórios	Mês	1,394	700,00	975,61
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	1,394	800,00	1.114,98
Total					2.369,34

Consórcio Logit - Logitrans

Atividade: Componente 5					
Nome: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitário (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	0,871	200,00	174,22
2	Preparação de Relatórios	Mês	0,871	700,00	609,76
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	0,871	800,00	696,86
Total					1.480,84
Atividade: Componente 6					
Nome: Atividades Complementares					
No	Descrição	Unidade	Quantidade	Costo Unitário (US\$)	Valor Total (US\$)
1	Comunicação entre São Paulo, Curitiba e Brasília	Mês	1,045	200,00	209,06
2	Preparação de Relatórios	Mês	1,045	700,00	731,71
3	Equipamentos, Veículos, Computadores e Software	Mês	1,045	800,00	836,24
Total					1.777,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



OFÍCIO
Nº. 7.23 /2011 – GAB/ST

Brasília, 26 de outubro de 2011.

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal. ATN/OC-11243-BR

Senhor Representante,

A par de cumprimentá-lo cordialmente, reportamo-nos ao acordo de cooperação técnica não-reembolsável acima descrito, que tem como participantes a instituição internacional e o Governo do Distrito Federal.

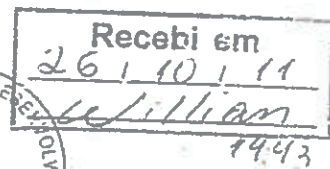
Apresentamos a V. Sa. que o Governo do Distrito Federal adotou a política de assumir a gestão e o efetivo controle da função Transportes, particularmente no que diz respeito ao Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC/DF, com consecutivos aprimoramentos das competências, tanto institucionais quanto técnicas dos intervenientes no sistema, notadamente a Secretaria de Estado de Transportes e a autarquia Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.

Com o objetivo de atingir os fins colimados, dentre outras importantes ações em curso, oportuno noticiar a reassunção da gestão do sistema de bilhetagem automática pelo poder público, fato emblemático na retomada dos mecanismos de informação e inteligência do STPC/DF, antes geridos com primazia pelos operadores concessionários do transporte coletivo.

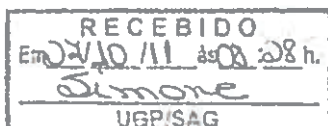
Ao Senhor
FERNANDO CARRILLO
Representante do BID no Brasil
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
NESTA

SAG
Argemir

2.245



"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade".



Gabinete do Secretário GAB/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1501, CEP. 70.075-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 3441-3421 – Fax: (61) 3441-3408 – gabinete@st.df.gov.br
st.gabinete@gmail.com
UGP/ST-SME



Outra importante medida em andamento diz respeito à contratação dos serviços e equipamentos necessários para a implantação do ITS (*Intelligent Transportation System*) – em vernáculo, Sistema Inteligente de Transportes. Neste ponto, imprescindível realçar que esta ST, dentro da política de fortalecimento da função transportes antes referida, procedeu a profundas alterações nos produtos que compõem o escopo do Contrato de Empréstimo Nº 1957/OC-BR, também pactuado com esse BID, particularmente no produto "Fortalecimento Institucional", com o objetivo de atualizar os itens inicialmente previstos à evolução tecnológica havida deste a concepção do Programa de Transportes Urbanos do DF – PTU/DF, bem como adequar os produtos ao novo modelo de gestão idealizado. Tais retificações já foram acolhidas pelo BID e já se encontram devidamente publicadas.

À guisa de esclarecimento, cabe destacar que as referidas modificações objetivam dotar o poder público do Distrito Federal de ferramentas de inteligência e de logística hábeis para a gestão do STPC/DF, de forma a tornarem efetivas as obras estruturantes já realizadas – a reforma da EPTG, por exemplo -, bem como todas as demais interveniências previstas em todo o sistema viário do DF. Isso porque as debilidades de gestão do STPC/DF são, ao sentir da ST, os grandes entraves para que o Distrito Federal possa ostentar um transporte público digno, de qualidade, e à altura do **status** da Capital da República.

A par desse aprimoramento nos mecanismos de inteligência antes mencionados, outra demanda premente atine a estudos para a alteração do modelo de concessão, que deverá migrar do atual modelo por frota para o de bacias/áreas, este mais efetivo em termos de qualidade e eficiência dos serviços prestados aos usuários e de modicidade tarifária.

São exatamente as duas últimas ações que mencionamos – a implantação do ITS e a remodelagem das concessões –, que motivam nossa demanda nesta oportunidade. Para tanto, fazemos referência ao Acordo de Cooperação Técnica Não-Reembolsável de apoio à implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, objeto do ATN/OC-11243-BR, que tem como objetivo apoiar o processo de implementação do sistema integrado de transporte público coletivo (SIT) segundo as atividades já identificadas no PTU/DF.

No contexto que vem ser descrito, portanto, devemos observar a V. Sa. que o Distrito Federal sente-se lisonjeado em figurar como donatário no Acordo de Cooperação suso referido, em especial por reconhecer a preocupação do BID em atuar na melhoria do STPC/DF. Por isso, nossos profundos agradecimentos pela valiosa atuação proativa dessa Entidade Internacional.

Precisamente por reconhecermos o valor da contribuição que o BID oferece ao Distrito Federal e por vislumbrarmos irrestrita convergência para com a política pública de transportes almejada pelo GDF é que, nesta ocasião, vimos apresentar

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade".



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



ao (i). BID proposta de adequação no objeto do Acordo de Cooperação, na forma descrita nos documentos anexos.

Tal liberdade, tomamos por entendemos que as modificações militam em favor dos fins comuns objetivados pelo BID e pelo Distrito Federal.

De fato, tendo em conta a premente definição do novo Modelo de Transporte Público Coletivo, identificamos que os trabalhos já desenvolvidos no Contrato ATN/OC-11243-BR são plenamente compatíveis com os objetivos almejados pelo GDF e, por essa razão, de total valia aos fins de modernização e fortalecimento pretendidos. Assim, com singelas adequações nos serviços remanescentes do referido contrato, o STPC/DF será tempestivamente beneficiado.

Diante de todo o exposto, estamos encaminhando, em anexo, as adequações necessárias, encarecendo de V.Sa. que se digne acolhê-las e determine a efetivação das alterações necessárias.

Por fim, informamos que, na impossibilidade de alocação de recursos adicionais pelo BID, o GDF poderá fazê-lo, como contra-partida.

Desde já colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Transportes

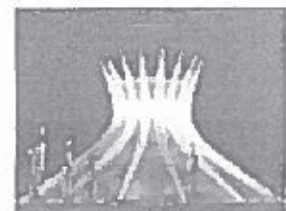
"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade".

Inter-American Development Bank

**Apoio à Implantação do Programa de Transporte
Urbano do Distrito Federal**

Contrato No BR-T1089-SN3

REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO
Versão 20/10/2011



LOGIT


LOGITRANS

Sumário

REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO.....	3
<i>Descrição das Etapas e Atividades.....</i>	<i>5</i>
<i>Componente 0: Atividades Preparatórias.....</i>	<i>5</i>
Atividade 0.1 - Reunião de Partida.....	5
Atividade 0.2 - Revisão do Plano de Trabalho	5
<i>Componente 1: Modelo Operacional</i>	<i>5</i>
Atividade 1.1 - Obtenção e Análise das Informações Disponíveis.....	5
Atividade 1.2 - Execução dos Levantamentos de Campo Complementares.....	5
Atividade 1.3 - Montagem da Base de Dados do Projeto	5
Atividade 1.4-Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda.....	6
Atividade 1.5-Racionalização dos Serviços.....	6
Atividade 1.6 - Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas.....	6
Atividade 1.7 – Concepção Geral do Modelo Operacional	6
Atividade 1.8-Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte.....	6
Atividade 1.9-Definição dos Lotes de Concessão	6
Atividade 1.10 Compatibilização do Modelo Operacional proposto com Alternativa Tecnológica.....	6
<i>Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT.....</i>	<i>7</i>
Diagnóstico:.....	7
Atividade 2.1 - Revisão da Base Legal e Institucional	7
Atividade 2.2 - Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes	7
Processo de Licitação:.....	7
Atividade 2.3- Elaboração do Projeto Básico.....	7
Atividade 2.4- Elaboração do Edital de Licitação	7
Atividade 2.5- Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado	7
<i>Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT</i>	<i>7</i>
Atividade 3.1 - Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta	7
Atividade 3.2 - Revisão de Experiências de Políticas Tarifárias.....	8
Atividade 3.3 - Definição das Alternativas de Políticas Tarifárias Possíveis e Simulação das Alternativas	8
Atividade 3.4 - Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio	8
Atividade 3.5 - Definição das Fórmulas de Ajuste.....	8
<i>Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica.....</i>	<i>8</i>



Componente 6: Atividades Complementares.....	8
Atividade 6.1 – Audiência Pública para Difusão do Modelo de Concessão.....	8
Produtos.....	9
Relatório de Início	9
Relatório 1 – Primeiro Relatório de Andamento	9
Relatório 2 – Segundo Relatório de Andamento	9
Relatório 3 – Versão Preliminar do Edital de Concessão	9
Relatório 4 – Versão Final do Edital de Concessão	9
Relatório 5 – Sumário Executivo	9
Relatório 6 – Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório	10
Relatório 7 – Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório	10
Relatório 8 – Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório.....	10
Relatório 9 – Relatório Final do Processo Licitatório.....	10
ANEXO - Revisão do Plano de Trabalho	11
Alterações propostas no Plano de Trabalho.....	11

- Índice de Figuras

Figura 1 - Cronograma Geral.....	4
----------------------------------	---



REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este documento contempla a revisão do Plano de Trabalho proposto com a descrição das etapas e atividades previstas e, em seguida, detalha os produtos a serem entregues ao longo do desenvolvimento do trabalho.

A revisão do Plano de Trabalho foi realizada em termos do escopo e cronograma das atividades, bem como das datas de entrega dos relatórios, que foram revistos em concordância com os novos anseios do Governo do Distrito Federal (GDF) e em consenso com o BID.

Plano de trabalho revisado		out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12
Componente 0: Planejamento do Projeto										
Componente 1: Modelo Operacional										
1.1	Obtenção e Análise das Informações Disponíveis									
1.2	Execução dos Levantamentos de Campo Complementares									
1.3	Montagem da Base de Dados do Projeto									
1.4	Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda									
1.5	Racionalização dos Serviços									
1.6	Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas									
1.7	Concepção Geral do Modelo Operacional									
1.8	Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte									
1.9	Definição dos Lotes de Concessão									
1.10	Compatibilização do Modelo Operacional com Alternativa Tecnológica									
1.11	Modelagem Financeira									
Componente 2: Concessão										
2.1	Revisão da Base Legal e Institucional									
2.2	Revisão do Modelos de Delegação e Contratos Existentes									
2.3	Elaboração do Projeto Básico									
2.4	Elaboração do Edital de Licitação com Plano de Transição									
2.5	Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado									
Componente 3: Modelo de Integração										
3.1	Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta									
3.2	Revisão de Experiências de Esquemas Tarifários									
3.3	Definição das Alternativas Tarifárias Possíveis									
3.4	Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio									
3.5	Definição das Fórmulas de Ajuste									

Figura 1 - Cronograma Geral

Descrição das Etapas e Atividades

O Plano de Trabalho do Consórcio tem por objetivo apresentar as atividades que deverão ser desenvolvidas em cada um dos Componentes do projeto, assim como a inter-relação existente entre elas. O Plano de Trabalho proposto foi estruturado a partir da identificação das etapas previstas e do conjunto de atividades que compõem cada etapa.

Componente 0: Atividades Preparatórias

Envolve as atividades de preparação e organização do estudo e eventual revisão do Plano de Trabalho em função das expectativas do Governo do Distrito Federal.

Atividade 0.1 - Reunião de Partida

Esta atividade representa o início oficial do projeto e deverá envolver as equipes de coordenação da Consultora e do Governo do Distrito Federal, tendo como objetivo definir os procedimentos administrativos de condução do estudo, obter os dados existentes e discutir a eventual necessidade de revisar o Plano de Trabalho.

Atividade 0.2 - Revisão do Plano de Trabalho

A partir dos resultados da reunião de partida, nesta atividade o Consórcio irá revisar o Plano de Trabalho com o intuito de incorporar as sugestões e recomendações apresentadas pela equipe de Coordenação do Governo do Distrito Federal.

Componente 1: Modelo Operacional

Atividade 1.1 - Obtenção e Análise das Informações Disponíveis

Nesta atividade serão obtidas e analisadas as informações disponíveis não apenas relativas diretamente aos estudos já desenvolvidos para o SIT – DF, incluindo as redes de simulação utilizadas nestes estudos, mas também os dados que permitam avaliar as projeções realizadas para os horizontes futuros em termos de variáveis socioeconômicas e de projetos de desenvolvimento previstos.

Atividade 1.2 - Execução dos Levantamentos de Campo Complementares

Envolve o planejamento, execução, digitação e análise da consistência das contagens classificadas e pesquisas de frequência e ocupação visual do transporte coletivo, previstas no âmbito do presente estudo.

Atividade 1.3 - Montagem da Base de Dados do Projeto

Nesta atividade, serão cadastrados, em um sistema de informações geográficas, os dados levantados junto às fontes secundárias (ST/DF, DFTRANS e METRÔ-DF) e os dados levantados em campo de modo a compor a base de dados do projeto.

Visando a elaboração do Projeto Básico, com vistas ao procedimento licitatório para outorga da concessão dos serviços, será realizada a montagem de uma base geográfica que

conterá todas as linhas de ônibus que serão licitadas, referidas à uma rede viária detalhada que permitirá o levantamento do itinerário dos serviços.

Atividade 1.4–Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda

Nesta atividade será realizada uma Calibração da modelagem da demanda apresentada no relatório de andamento 2 com base no banco de dados do sistema de bilhetagem automática, (Fácil) atualmente administrado pela DFTrans, para elaborar o projeto funcional do sistema a ser licitado.

Atividade 1.5–Racionalização dos Serviços

De acordo com a concepção geral do modelo operacional a ser implantado, nesta atividade será executada a racionalização das linhas de ônibus do DF de modo a definir as linhas que serão objeto de licitação.

Atividade 1.6 - Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas

Envolve a modelagem da demanda do sistema de linhas racionalizadas na hora de pico manhã. Baseados nos resultados do modelo de alocação serão calculados os indicadores de oferta e demanda associados ao sistema de linhas proposto.

Atividade 1.7 – Concepção Geral do Modelo Operacional

Nesta atividade será realizada a concepção geral do modelo operacional a ser implantado

Atividade 1.8–Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte

Desenho da Rede de Transporte: Com base nos resultados das simulações será executado o detalhamento do modelo operacional no que se refere aos tipos de veículos a serem considerados, intervalos operacionais, frota operacional e demais elementos necessários para especificar o modelo operacional.

Atividade 1.9–Definição dos Lotes de Concessão

Será elaborada uma análise de cenários alternativos de divisão do sistema em áreas e ou regiões que definirão os lotes de operação a serem licitados, visando a composição de unidades de negócios viáveis.

Atividade 1.10 Compatibilização do Modelo Operacional proposto com Alternativa Tecnológica

Será apresentada compatibilização da alternativa tecnológica de ITS com o modelo operacional proposto para operação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do DF.

Atividade 1.11 Modelagem Financeira

Consiste no desenvolvimento do modelo financeiro tendo como objetivo identificar os custos envolvidos, as receitas geradas e a atividade financeira de cada lote a ser licitado.



Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT

Diagnóstico:

Atividade 2.1 - Revisão da Base Legal e Institucional

Análise crítica da legislação vigente sobre o serviço de transporte coletivo de passageiros do DF;

Atividade 2.2 - Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes

Análise crítica dos modelos de delegação de operação, dos termos e contratos atualmente existentes, das deficiências dos instrumentos contratuais ou administrativos de outorga ou autorização e dos principais conflitos existentes entre Poder Público e prestadores do serviço.

Processo de Licitação:

Atividade 2.3– Elaboração do Projeto Básico

Elaboração do Projeto Básico com vistas ao procedimento licitatório para outorga da concessão dos serviços, com descrição detalhada das especificações operacionais básicas de oferta, estimativas de demanda e características técnicas básicas de equipamentos móveis a serem utilizados por tipo de serviço, assim como o caderno de encargos a ser incorporado ao edital de licitação.

Atividade 2.4– Elaboração do Edital de Licitação

Assessoramento técnico-jurídico especializado na análise dos critérios a serem adotados para a licitação; nas providências estratégicas prévias ao certame e na elaboração da minuta dos editais de licitação e de seus anexos, inclusive o contrato de concessão, bem como outros documentos relacionados ao objeto desta proposta na fase interna da licitação (até a publicação do edital). No edital o projeto básico considerará a transição do sistema atual otimizado para o sistema futuro a ser implantado com base nas diretrizes previstas no PTU – Plano de Transporte Urbano do Distrito Federal;

Atividade 2.5- Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado

Assessoramento técnico-jurídico especializado para: acompanhamento na esfera administrativa da fase externa da licitação (publicação do edital, esclarecimentos solicitados pelos interessados, acompanhamento de todas as etapas administrativas do certame licitatório).

Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT

Atividade 3.1 - Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta

Envolve a análise das características da política tarifária atual e daquela originalmente proposta para o SIT.



Atividade 3.2 - Revisão de Experiências de Políticas Tarifárias

Nesta atividade será feita uma revisão a respeito de experiências em outras cidades na implantação de políticas tarifárias envolvendo a integração entre modos e a compensação de receitas.

Atividade 3.3 - Definição das Alternativas de Políticas Tarifárias Possíveis e Simulação das Alternativas

A partir dos resultados obtidos para as atividades anteriores, nesta atividade serão definidas as alternativas de políticas tarifárias que potencialmente poderão atender os objetivos do GDF, em termos de concepção do modelo operacional proposto.

Atividade 3.4 - Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio

Nesta atividade serão calculadas as tarifas de equilíbrio associadas às alternativas, com base nas receitas geradas, custos operacionais envolvidos e em função do impacto produzido pelos níveis tarifários praticados sobre as demandas captadas.

Atividade 3.5 - Definição das Fórmulas de Ajuste

Envolve a definição das fórmulas de ajuste

Componente 4: Estrutura Financeira e Técnico- Operacional

Essa componente foi reestruturada e integrada à componente 1.

Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica

Na revisão do Plano de Trabalho, essa componente fica cancelada, haja visto o desenvolvimento de outras atividades prioritárias.

Componente 6: Atividades Complementares**Atividade 6.1 – Audiência Pública para Difusão do Modelo de Concessão**

Desenvolvimento de metodologia e de programa de reuniões com entidades de representação social do DF para difusão do SIT.



Produtos

O cronograma de entrega dos produtos está apresentado na tabela a seguir, onde se indica os relatórios já entregues anteriormente a Outubro de 2011:

Relatório	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12
Plano de Trabalho									
Relatório de Início									
Relatório 1 - Primeiro Relatório de Andamento									
Relatório 2 - Segundo Relatório de Andamento									
Relatório 3 - Versão Preliminar do Edital de Concessão									
Relatório 4 - Versão Final do Edital de Concessão									
Relatório 5 - Sumário Executivo do Estudo									
Relatório 6 - Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Relatório 7 - Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Relatório 8 - Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Relatório Final do Processo Licitatório									

Relatório de Início

O Relatório de início inclui o plano de trabalho, cronograma de atividades. Além disso, inclui um resumo das principais características do estudo, informações revisadas e um plano de coleta de dados.

Relatório 1 – Primeiro Relatório de Andamento

O Primeiro relatório de andamento contempla o estágio de desenvolvimento das atividades de cada uma das componentes segundo o cronograma de atividades previsto.

Relatório 2 – Segundo Relatório de Andamento

O Segundo relatório de andamento deverá apresentar o estágio de desenvolvimento das atividades de cada uma das componentes segundo o cronograma de atividades previsto.

Relatório 3 – Versão Preliminar do Edital de Concessão

Este produto deverá incluir uma versão preliminar do Edital de Concessão.

Relatório 4 – Versão Final do Edital de Concessão

Este produto representa a versão final do Edital de Concessão.

Relatório 5 – Sumário Executivo

O Sumário Executivo deverá incluir uma síntese de cada um dos componentes descritos neste Plano de Trabalho.



Relatório 6 – Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 7 – Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 8 – Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 9 – Relatório Final do Processo Licitatório

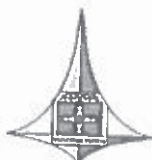
Sumario das atividades realizadas durante o período



ANEXO - Revisão do Plano de Trabalho

Alterações propostas no Plano de Trabalho

Plano de trabalho revisado	Status	Nova Numeração
Componente 0: Planejamento do Projeto		
0.1 Revisão do Plano de Trabalho	Concluído	0.1
0.2 Definição dos Procedimentos Administrativos e do Controle	Concluído	0.2
Componente 1: Tecnologia do SIT e Plano de Implantação		
1.1 Obtenção e Análise das Informações Disponíveis	Concluído	1.1
1.2 Execução dos Levantamentos de Campo Complementares	Concluído	1.2
1.3 Montagem da Base de Dados do Projeto	Alterado	1.3
1.4 Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda e Projeções	Alterado	1.4
1.5 Racionalização dos Serviços	Alterado	1.5
1.6 Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas	Alterado	1.6
1.7 Conceção Geral do Modelo Operacional	Mantido	1.6
1.8 Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte	Alterado	1.8
1.9 Definição dos Lotes de Concessão	Incluído	1.9
1.10 Compatibilização do Modelo Operacional com a Solução Tecnológica	Alterado	1.10
Definição do Plano de Implantação e Monitoramento da Tecnologia Proposta para o SIT	Excluído	
1.11 Modelagem Financeira	Alterado	1.11
Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT		
2.1 Revisão da Base Legal e Institucional	Alterado	2.1
Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes	Incluído	2.2
2.2 Elaboração do Projeto Básico	Alterado	2.3
2.3 Entidade gestora	Excluído	
2.4 Processo de transição	Alterado	2.4
Elaboração do Edital de Licitação	Incluído	2.5
Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado	Incluído	2.6
Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT		
3.1 Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta	Concluído	3.1
3.2 Revisão de Experiências de Esquemas Tarifários	Concluído	3.2
3.3 Definição das Alternativas Tarifárias Possíveis	Mantido	3.3
3.4 Preparação da Estrutura Tarifária do Modelo de Simulação	Alterado e contemplado na atividade 1.6	
3.5 Simulação das Alternativas Consideradas	Alterado e contemplado na atividade 1.6	
3.6 Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio	Mantido	3.4
3.7 Análise da Sustentabilidade Financeira do Sistema	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
3.8 Definição das Fórmulas de Ajuste	Alterado e incluído no edital (ativ. 2.4)	3.5
3.9 Especificação do Sistema de Atrecadação	Excluído	
3.10 Plano de Implantação da Integração Tarifária	Excluído	
Componente 4: Estrutura Financeira e Técnico-Operacional		
4.1 Consolidação da Análise Comparativa de Sistemas de Integração	Excluído	
4.2 Desenvolvimento do Modelo de Delegação	Alterado e contemplado na atividade 2.2 e 2.4	
4.3 Análise da Estrutura Legal e Institucional	Alterado e contemplado na atividade 3.1	
4.4 Avaliação do Impacto Financeiro	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
4.5 Desenvolvimento do Modelo Financeiro do Sistema	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica		
5.1 Controle Eletrônico do SIT	Excluído	
5.2 Definição da Organização, Fundamentação, Controle e Fiscalização da CCRC	Excluído	
5.3 Controle de Tráfego e Priorização do Transporte Coletivo	Excluído	
Atividades Complementares		
Relatório Integral Executivo	Mantido	
Elaboração dos Manuais de Operação e Gestão do SIT	Excluído	
Audiências Públicas para Difusão do SIT	Mantido	
Modelo de Participação Social do SIT	Excluído	
Seminário de apresentação do SIT	Excluído	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



OFÍCIO

Nº. 3072 /2011 – GAB/ST

Brasília, 9 de dezembro de 2011.

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal. ATN/OC-11243-BR

Senhor Representante,

A par de cumprimentá-lo cordialmente, reportamo-nos ao Ofício Nº. 723/2011 – GAB/ST, de 26/10/2011, referente ao Acordo de Cooperação Técnica não-reembolsável acima referenciado, que tem como partícipes essa instituição internacional e o Distrito Federal, pelo qual encaminhamos Plano de Trabalho contendo as adequações necessárias aos serviços remanescentes do referido contrato, tendo em conta a premente definição do novo Modelo de Transporte Público Coletivo.

Em atenção às recentes solicitações deste Banco, estamos enviando o referido Plano de Trabalho revisado, com a anuência desta Secretaria.

Atenciosamente,


JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Transportes

Ao Senhor
FERNANDO CARRILLO
Representante do BID no Brasil
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
NESTA

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade".

Gabinete do Secretário GAB/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1501, CEP: 70.075-900 - Brasília – DF.
Telefone: (61) 3441-3421 – Fax: (61) 3441-3408 – gabinete@st.df.gov.br
st.gabinete@gmail.com
UGP/ST-SME

Inter-American Development Bank

**Apoio à Implantação do Programa de Transporte
Urbano do Distrito Federal**

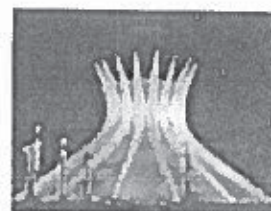
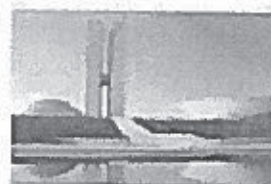
Contrato No BR-T1089-SN3

REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

Versão 09/12/2011

LOGIT


LOGITRANS



Sumário

REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO	3
<i>Descrição das Etapas e Atividades.....</i>	<i>5</i>
Componente 0: Atividades Preparatórias.....	5
Atividade 0.1 - Reunião de Partida	5
Atividade 0.2 - Revisão do Plano de Trabalho	5
Componente 1: Modelo Operacional.....	5
Atividade 1.1 - Obtenção e Análise das Informações Disponíveis	5
Atividade 1.2 - Execução dos Levantamentos de Campo Complementares	5
Atividade 1.3 - Montagem da Base de Dados do Projeto	5
Atividade 1.4-Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda	6
Atividade 1.5-Racionalização dos Serviços	6
Atividade 1.6 - Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas	6
Atividade 1.7 – Concepção Geral do Modelo Operacional	6
Atividade 1.8-Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte	6
Atividade 1.9-Definição dos Lotes de Concessão	6
Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT	7
Diagnóstico:.....	7
Atividade 2.1 - Revisão da Base Legal e Institucional	7
Atividade 2.2 - Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes	7
Atividade 2.3- Elaboração do Projeto Básico.....	7
Atividade 2.4- Elaboração do Plano de Transição.....	7
Atividade 2.5- Elaboração do Edital de Licitação.....	7
Atividade 2.6- Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado.....	7
Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT	8
Atividade 3.1 - Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta.....	8
Atividade 3.2 - Revisão de Experiências de Políticas Tarifárias	8
Atividade 3.3 - Definição das Alternativas de Políticas Tarifárias Possíveis e Simulação das Alternativas.....	8
Atividade 3.4 - Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio	8
Atividade 3.5 - Definição das Fórmulas de Ajuste	8
Componente 4: Estrutura Financeira e Técnico- Operacional.....	8
Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica	8



Atividade 5.1 Compatibilização do Modelo Operacional proposto com Alternativa Tecnológica.....	8
Componente 6: Atividades Complementares.....	8
Atividade 6.1 – Audiência Pública para Difusão do Modelo de Concessão.....	8
Produtos	9
Relatório de Início	9
Relatório 1 – Primeiro Relatório de Andamento	9
Relatório 2 – Segundo Relatório de Andamento	9
Relatório 3 – Versão Preliminar do Edital de Concessão	9
Relatório 4 – Apresentação da Concepção do Modelo Operacional	9
Relatório 5 – Apresentação do Projeto do Sistema de Linhas Racionalizado	10
Relatório 6 – Versão Final do Edital de Concessão	10
Relatório 7 – Sumário Executivo	10
Relatório 8 – Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório	10
Relatório 9 – Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório	10
Relatório 10 – Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório	10
Relatório 11 – Relatório Final do Processo Licitatório	10
ANEXO 1 - Revisão do Plano de Trabalho.....	11
ANEXO 2 – Cronograma Financeiro e de Produtos.....	12

- **Índice de Figuras**

Figura 1 - Cronograma Geral	4
-----------------------------------	---



REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este documento contempla a revisão do Plano de Trabalho proposto com a descrição das etapas e atividades previstas e, em seguida, detalha os produtos a serem entregues ao longo do desenvolvimento do trabalho.

A revisão do Plano de Trabalho foi realizada em termos do escopo e cronograma das atividades, bem como das datas de entrega dos relatórios, que foram revistos em concordância com os novos anseios do Governo do Distrito Federal (GDF) e em consenso com o BID.



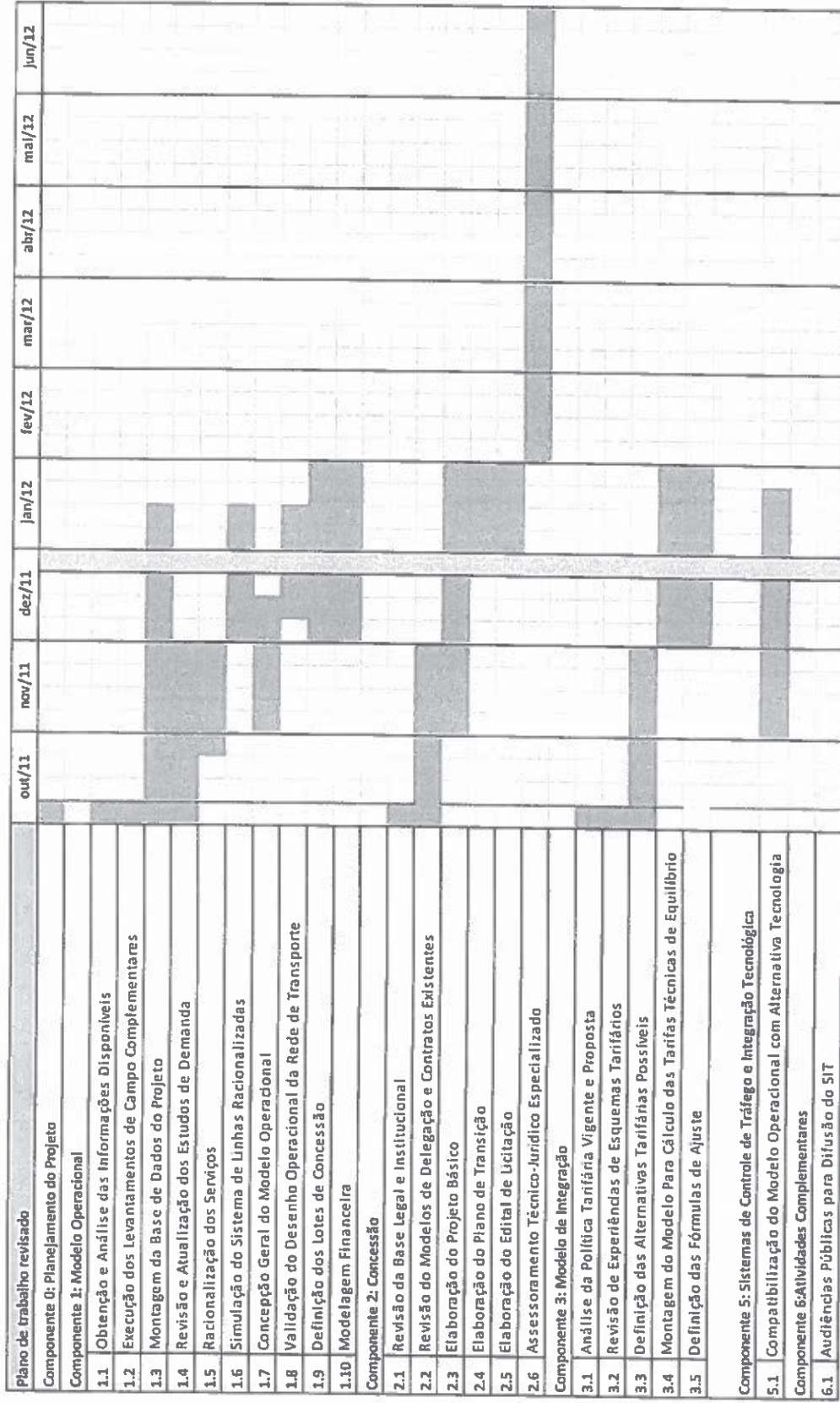


Figura 1 - Cronograma Geral

Descrição das Etapas e Atividades

O Plano de Trabalho do Consórcio tem por objetivo apresentar as atividades que deverão ser desenvolvidas em cada um dos Componentes do projeto, assim como a inter-relação existente entre elas. O Plano de Trabalho proposto foi estruturado a partir da identificação das etapas previstas e do conjunto de atividades que compõem cada etapa.

Componente 0: Atividades Preparatórias

Envolve as atividades de preparação e organização do estudo e eventual revisão do Plano de Trabalho em função das expectativas do Governo do Distrito Federal.

Atividade 0.1 - Reunião de Partida

Esta atividade representa o início oficial do projeto e deverá envolver as equipes de coordenação da Consultora e do Governo do Distrito Federal, tendo como objetivo definir os procedimentos administrativos de condução do estudo, obter os dados existentes e discutir a eventual necessidade de revisar o Plano de Trabalho

Atividade 0.2 - Revisão do Plano de Trabalho

A partir dos resultados da reunião de partida, nesta atividade o Consórcio irá revisar o Plano de Trabalho com o intuito de incorporar as sugestões e recomendações apresentadas pela equipe de Coordenação do Governo do Distrito Federal.

Componente 1: Modelo Operacional

Atividade 1.1 - Obtenção e Análise das Informações Disponíveis

Nesta atividade serão obtidas e analisadas as informações disponíveis não apenas relativas diretamente aos estudos já desenvolvidos para o SIT – DF, incluindo as redes de simulação utilizadas nestes estudos, mas também os dados que permitam avaliar as projeções realizadas para os horizontes futuros em termos de variáveis socioeconômicas e de projetos de desenvolvimento previstos.

Atividade 1.2 - Execução dos Levantamentos de Campo Complementares

Envolve o planejamento, execução, digitação e análise da consistência das contagens classificadas e pesquisas de frequência e ocupação visual do transporte coletivo, previstas no âmbito do presente estudo.

Atividade 1.3 - Montagem da Base de Dados do Projeto

Nesta atividade, serão cadastrados, em um sistema de informações geográficas, os dados levantados junto às fontes secundárias (ST/DF, DFTRANS e METRÔ-DF) e os dados levantados em campo de modo a compor a base de dados do projeto.

Visando a elaboração do Projeto Básico, com vistas ao procedimento licitatório para outorga da concessão dos serviços, será realizada a montagem de uma base geográfica que



conterá todas as linhas de ônibus que serão licitadas, referidas à uma rede viária detalhada que permitirá o levantamento do itinerário dos serviços.

Atividade 1.4–Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda

Nesta atividade será realizada uma Calibração da modelagem da demanda apresentada no relatório de andamento 2 com base no banco de dados do sistema de bilhetagem automática, (Fácil)atualmente administrado pela DFTrans, para elaborar o projeto funcional do sistema a ser licitado.

Atividade 1.5–Racionalização dos Serviços

De acordo com a concepção geral do modelo operacional a ser implantado, nesta atividade será executada a racionalização das linhas de ônibus do DF de modo a definir as linhas que serão objeto de licitação.

Atividade 1.6 - Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas

Envolve a modelagem da demanda do sistema de linhas racionalizadas na hora de pico manhã. Baseados nos resultados do modelo de alocação serão calculados os indicadores de oferta e demanda associados ao sistema de linhas proposto.

Atividade 1.7 – Concepção Geral do Modelo Operacional

Nesta atividade será realizada a concepção geral do modelo operacional a ser implantado

Atividade 1.8–Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte

Desenho da Rede de Transporte: Com base nos resultados das simulações será executado o detalhamento do modelo operacional no que se refere aos tipos de veículos a serem considerados, intervalos operacionais, frota operacional e demais elementos necessários para especificar o modelo operacional.

Atividade 1.9–Definição dos Lotes de Concessão

Será elaborada uma análise de cenários alternativos de divisão do sistema em áreas e ou regiões que definirão os lotes de operação a serem licitados, visando a composição de unidades de negócios viáveis.

Atividade 1.10 Modelagem Financeira

Consiste no desenvolvimento do modelo financeiro tendo como objetivo identificar os custos envolvidos, as receitas geradas e a atratividade financeira de cada lote a ser licitado.

Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT

Diagnóstico:

Atividade 2.1 - Revisão da Base Legal e Institucional

Análise crítica da legislação vigente sobre o serviço de transporte coletivo de passageiros do DF;

Atividade 2.2 - Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes

Análise crítica dos modelos de delegação de operação, dos termos e contratos atualmente existentes, das deficiências dos instrumentos contratuais ou administrativos de outorga ou autorização e dos principais conflitos existentes entre Poder Público e prestadores do serviço.

Processo de Licitação:

Atividade 2.3– Elaboração do Projeto Básico

Elaboração do Projeto Básico com vistas ao procedimento licitatório para outorga da concessão dos serviços, com descrição detalhada das especificações operacionais básicas de oferta, estimativas de demanda e característica técnicas básicas de equipamentos moveis a serem utilizados por tipo de serviço, assim como o caderno de encargos a ser incorporado ao edital de licitação.

Atividade 2.4– Elaboração do Plano de Transição

Elaboração do projeto de transição do sistema atual otimizado para o sistema futuro a ser implantado com base nas diretrizes previstas no PTU – Plano de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Atividade 2.5– Elaboração do Edital de Licitação

Assessoramento técnico-jurídico especializado na análise dos critérios a serem adotados para a licitação; nas providências estratégicas previas ao certame e na elaboração da minutas dos editais de licitação e de seus anexos, inclusive o contrato de concessão, bem como outros documentos relacionados ao objeto desta proposta na fase interna da licitação (até a publicação do edital). No edital o projeto básico considerará a transição do sistema atual otimizado para o sistema futuro a ser implantado com base nas diretrizes previstas no PTU – Plano de Transporte Urbano do Distrito Federal;

Atividade 2.6- Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado

Assessoramento técnico-jurídico especializado para: acompanhamento na esfera administrativa da fase externa da licitação (publicação do edital, esclarecimentos solicitados pelos interessados, acompanhamento de todas as etapas administrativas do certame licitatório).



Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT

Atividade 3.1 - Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta

Envolve a análise das características da política tarifária atual e daquela originalmente proposta para o SIT.

Atividade 3.2 - Revisão de Experiências de Políticas Tarifárias

Nesta atividade será feita uma revisão a respeito de experiências em outras cidades na implantação de políticas tarifárias envolvendo a integração entre modos e a compensação de receitas.

Atividade 3.3 - Definição das Alternativas de Políticas Tarifárias Possíveis e Simulação das Alternativas

A partir dos resultados obtidos para as atividades anteriores, nesta atividade serão definidas as alternativas de políticas tarifárias que potencialmente poderão atender os objetivos do GDF, em termos de concepção do modelo operacional proposto.

Atividade 3.4 - Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio

Nesta atividade serão calculadas as tarifas de equilíbrio associadas às alternativas, com base nas receitas geradas, custos operacionais envolvidos e em função do impacto produzido pelos níveis tarifários praticados sobre as demandas captadas.

Atividade 3.5 - Definição das Fórmulas de Ajuste

Envolve a definição das fórmulas de ajuste

Componente 4: Estrutura Financeira e Técnico- Operacional

Este componente foi reestruturada e integrada ao componente 1.

Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica

Atividade 5.1 Compatibilização do Modelo Operacional proposto com Alternativa Tecnológica

Será apresentada compatibilização da alternativa tecnológica de ITS com o modelo operacional proposto para operação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do DF.

Componente 6: Atividades Complementares

Atividade 6.1 – Audiência Pública para Difusão do Modelo de Concessão

Desenvolvimento de metodologia e de programa de reuniões com entidades de representação social do DF para difusão do SIT.

Produtos

O cronograma de entrega dos produtos está apresentado na tabela a seguir, onde se indica os relatórios já entregues anteriormente a Outubro de 2011:

Cronograma de Entrega de Produtos

Relatório	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12
Plano de Trabalho									
Relatório de Início									
Relatório 1 - Primeiro Relatório de Andamento									
Segundo Relatório de Andamento (aprovação do relatório entregue em 22/09/2011)									
Versão Preliminar do Edital de Concessão									
Apresentação da Concepção do Modelo Operacional									
Apresentação do Projeto do Sistema de Linhas Racionalizado									
Versão Final do Edital de Concessão									
Relatório Executivo do Estudo									
Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório									
Relatório Final do Processo Licitatório									

Relatório de Início

O Relatório de início inclui o plano de trabalho, cronograma de atividades. Além disso, inclui um resumo das principais características do estudo, informações revisadas e um plano de coleta de dados.

Relatório 1 – Primeiro Relatório de Andamento

O Primeiro relatório de andamento contempla o estágio de desenvolvimento das atividades de cada uma das componentes segundo o cronograma de atividades previsto.

Relatório 2 – Segundo Relatório de Andamento

O Segundo relatório de andamento deverá apresentar o estágio de desenvolvimento das atividades de cada uma das componentes segundo o cronograma de atividades previsto.

Relatório 3 – Versão Preliminar do Edital de Concessão

Este produto deverá incluir uma versão preliminar do Edital de Concessão.

Relatório 4 – Apresentação da Concepção do Modelo Operacional

Este produto apresentará a Concepção do Modelo Operacional proposto para o Edital de Concessão.

Relatório 5 – Apresentação do Projeto do Sistema de Linhas Racionalizado

Este produto apresentará o Projeto do Sistema de Linhas do DF Racionalizado.

Relatório 6 – Versão Final do Edital de Concessão

Este produto representa a versão final do Edital de Concessão.

Relatório 7 – Sumário Executivo

O Sumário Executivo deverá incluir uma síntese de cada um dos componentes descritos neste Plano de Trabalho.

Relatório 8 – Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 9 – Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 10 – Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório

Resenha das atividades realizadas no período

Relatório 11 – Relatório Final do Processo Licitatório

Sumario das atividades realizadas durante o período



LOGITRANS



ANEXO 1 - Revisão do Plano de Trabalho

Alterações propostas no Plano de Trabalho

Plano de trabalho revisado	Status	Nova Numeração
Componente 0: Planejamento do Projeto		
0.1 Revisão do Plano de Trabalho	Concluído	0.1
0.2 Definição dos Procedimentos Administrativos e de Controle	Concluído	0.2
Componente 1: Tecnologia do SIT e Plano de Implantação		
1.1 Obtenção e Análise das Informações Disponíveis	Concluído	1.1
1.2 Execução dos Levantamentos de Campo Complementares	Concluído	1.2
1.3 Montagem da Base de Dados do Projeto	Alterado	1.3
1.4 Revisão e Atualização dos Estudos de Demanda e Projeções	Alterado	1.4
1.5 Racionalização dos Serviços	Alterado	1.5
1.6 Simulação do Sistema de Linhas Racionalizadas	Alterado	1.6
1.7 Concepção Geral do Modelo Operacional	Mantido	1.6
1.8 Validação do Desenho Operacional da Rede de Transporte	Alterado	1.8
Definição dos Lotes de Concessão	Incluído	1.9
1.9 Compatibilização do Modelo Operacional com a Solução Tecnológica	Alterado e contemplado no Item 5.1	5.1
Definição do Plano de Implantação e Monitoramento da Tecnologia Proposta para o SIT	Excluído	
1.10 SIT	Excluído	
1.11 Modelagem Financeira	Alterado	1.10
Componente 2: Aspectos Legais, Institucionais Para a Gestão, Regulação e Fiscalização do SIT		
2.1 Revisão da Base Legal e Institucional	Alterado	2.1
Revisão dos Modelos de Delegação e Contratos Existentes	Incluído	2.2
2.2 Elaboração do Projeto Básico	Alterado	2.3
2.3 Entidade gestora	Excluído	
2.4 Processo de transição	Alterado	2.4
Elaboração do Edital de Licitação	Incluído	2.5
Assessoramento Técnico-Jurídico Especializado	Incluído	2.6
Componente 3: Política Tarifária e de Integração do SIT		
3.1 Análise da Política Tarifária Vigente e Proposta	Concluído	3.1
3.2 Revisão de Experiências de Esquemas Tarifários	Concluído	3.2
3.3 Definição das Alternativas Tarifárias Possíveis	Mantido	3.3
3.4 Preparação da Estrutura Tarifária do Modelo de Simulação	Alterado e contemplado na atividade 1.6	
3.5 Simulação das Alternativas Consideradas	Alterado e contemplado na atividade 1.6	
3.6 Montagem do Modelo Para Cálculo das Tarifas Técnicas de Equilíbrio	Mantido	3.4
3.7 Análise da Sustentabilidade Financeira do Sistema	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
3.8 Definição das Fórmulas de Ajuste	Alterado e incluído no edital (ativ. 2.4)	3.5
3.9 Especificação do Sistema de Arrecadação	Excluído	
3.10 Plano de Implantação da Integração Tarifária	Excluído	
Componente 4: Estrutura Financeira e Técnico-Operacional		
4.1 Consolidação da Análise Comparativa de Sistemas de Integração	Excluído	
4.2 Desenvolvimento do Modelo de Delegação	Alterado e contemplado na atividade 2.2 e 2.4	
4.3 Análise da Estrutura Legal e Institucional	Alterado e contemplado na atividade 3.1	
4.4 Avaliação do Impacto Financeiro	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
4.5 Desenvolvimento do Modelo Financeiro do Sistema	Alterado e contemplado na atividade 1.11	
Componente 5: Sistemas de Controle de Tráfego e Integração Tecnológica		
5.1 Controle Eletrônico do SIT	Alterado e contemplado no Item 5.1	
5.2 Definição da Organização, Fundamentação, Controle e Fiscalização da CCRC	Alterado e contemplado no Item 5.1	
5.3 Controle de Tráfego e Priorização do Transporte Coletivo	Alterado e contemplado no Item 5.1	
Compatibilização do Modelo Operacional com a Solução Tecnológica	Incluído	5.1
Componente 6: Atividades Complementares		
Relatório Integral Executivo	Mantido	
Elaboração dos Manuais de Operação e Gestão do SIT	Excluído	
Audiências Públicas para Difusão do SIT	Mantido	6.1
Modelo de Participação Social do SIT	Excluído	
Seminário de apresentação do SIT	Excluído	



ANEXO 2 – Cronograma Financeiro e de Produtos

(US\$1,00 = R\$ 1,70)

Nº	Produtos	Itens (*)	Data	Valor US\$
1	Versão Preliminar do Edital de Concessão	2.1, 2.2 e 2.5	14/12/2011	87.294,52
2	Apresentação da Concepção do Modelo Operacional	1.4, 1.6, 1.7, 1.8 e 5.1	14/12/2011	60.823,53
3	Apresentação do Projeto do Sistema de Linhas Racionalizado	1.5, 2.3, 3.1 e 3.2	16/01/2012	84.570,80
4	Versão Final do Edital de Concessão	1.9, 1.10, 2.3, 2.4, 2.5, 3.3, 3.4 e 3.5	06/02/2012	121.764,71
5	Relatório Executivo do Estudo	Todos os itens anteriores	05/03/2012	76.211,25
6	Primeiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório	2.6	02/04/2012	31.582,80
7	Segundo Relatório de Andamento do Processo Licitatório	2.6	07/05/2012	31.582,80
8	Terceiro Relatório de Andamento do Processo Licitatório	2.6	04/06/2012	31.582,80
9	Relatório Final do Processo Licitatório	2.6	29/06/2012	31.582,80
	TOTAL	Valores em dólares americanos	US\$	556.996,01

(*) itens do Plano de Trabalho



LOGITRANS

| LOGIT



ANEXO 02





**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL**

SEN Quadra 802 - Conjunto 'F' - Lote 39
70.800-400 - Brasília - DF - Brasil

CBR-1055/08

Brasília, 24 de março de 2008.

Ilmo. Sr.
Reinaldo Teixeira Vieira
Coordenador do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal
Secretaria de Planejamento
Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar - Sala 606
70075-900 - Brasília - DF

Ref.: Empréstimo 1957/OC-BR
Contrato de Empréstimo e de Garantia.

Senhor Coordenador,

Estamos enviando anexo o original do Contrato de Empréstimo 1957/OC-BR, referente ao Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

O referido contrato foi firmado em 30 de janeiro de 2008, na cidade de Washington - DC, pelo Presidente do BID - Luis Alberto Moreno e pelo Governador do Distrito Federal - José Roberto Arruda.

Anexamos também o Contrato de Garantia datado de 30 de janeiro de 2008, que foi firmado pelo Presidente do BID - Luis Alberto Moreno e pela Procuradora da Fazenda Nacional - Suelly Dib de Souza e Silva.

Atenciosamente,

Paulo Lanna
Consultor em Transportes

Anexos: Contrato de Empréstimo 1957/OC-BR, firmado em 30 de janeiro de 2008.
Normas Gerais, Anexos A (O Programa) e B (Utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico) e o
Contrato de Garantia, datado de 30 de janeiro de 2008.

Resolução DE-7/08

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº. 1957/OC-BR

entre o

DISTRITO FEDERAL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

30 de janeiro de 2008

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantia

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO celebrado no dia 30 de janeiro de 2008 entre o DISTRITO FEDERAL do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado "Programa", que consiste na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade da população do Mutuário, principalmente aquela de menores recursos, aumentando a integração entre os núcleos urbanos do Distrito Federal.

O Anexo A apresenta os aspectos mais relevantes do Programa.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

(a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais e os Anexos A e B, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, dos Anexos A ou B ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, nos Anexos, ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais ou dos Anexos ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.

(b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

As partes concordam que a execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, que, para os fins deste Contrato, será denominado indistintamente "Mutuário" ou "Órgão Executor", com a participação dos co-executores a que faz referência a Cláusula 3.02(a) destas Estipulações Especiais, cuja capacidade legal e financeira de cada um para atuar nessa qualidade é aqui atestada pelo Mutuário.

4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito à condição de que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", garanta, solidariamente e em condições que o Banco considere inteiramente satisfatórias, as obrigações de pagamento do serviço da dívida contraídas pelo Mutuário e assuma diretamente as que lhe correspondam de acordo com o Contrato de Garantia.

CAPÍTULO I

Custo, Financiamento e Recursos Adicionais

CLÁUSULA 1.01. Custo do Programa. O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 269.885.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América). Salvo disposto em contrário neste Contrato, o termo "dólares" significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento. (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e este aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do Banco, até um montante de US\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares), que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Mútuo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Bascada na LIBOR e poderá ser alterado para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável somente se o Mutuário e o Fiador decidirem realizar esta alteração de acordo com o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda. Não obstante o disposto nas Cláusulas 1.02 e 3.01(a), se o Banco não tiver acesso à Moeda Única pactuada, este, em consulta com o Mutuário, desembolsará outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pelo Mutuário será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a US\$ 93.110.000,00 (noventa e três milhões, cento e dez mil dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário, de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em dólares, será adotada a regra indicada na alínea (b) do Artigo 3.06 das Normas Gerais.

CAPÍTULO II

Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito

CLÁUSULA 2.01. Amortização. O Empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 10 de abril de 2013, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 30 de janeiro de 2033.

CLÁUSULA 2.02. Juros. (a) O Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará o Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre ou Semestre, conforme o caso. Se o Mutuário decidir fazer sua escolha da taxa de juros para o Mecanismo de Moeda Única, conforme o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário pagará juros a uma taxa que se determinará de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável.

(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 dos meses de abril e outubro de cada ano, a partir de 10 de abril de 2008, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Confirmação ou opção para alterar a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento. De acordo com o disposto no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, deverá confirmar para o Banco, por escrito, como condição prévia ao primeiro desembolso do Financiamento, sua decisão de manter a opção de taxa de juros aplicável ao Financiamento conforme o estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) destas Disposições Especiais, ou sua decisão de modificar sua opção pela taxa de juros selecionada para a alternativa de Taxa de Juros Ajustável. Uma vez que o Mutuário tenha exercido sua opção, de acordo com o estipulado no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento não poderá ser alterado novamente, em nenhum momento durante a vigência deste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA 2.04. Recursos para inspeção e supervisão gerais. Durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do Financiamento para atender despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, em consequência da revisão que efetua semestralmente sobre os encargos financeiros dos empréstimos que concede e notificar o Mutuário a respeito. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

CLÁUSULA 2.05. Comissão de crédito. O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, conforme o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais. Este percentual



poderá ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto no mencionado Artigo.

CAPÍTULO III

Desembolsos

CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos. (a) O Financiamento será desembolsado em dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco, para a compra de bens e a contratação de obras e serviços de acordo com as Cláusulas 4.01 e 4.04 destas Disposições Especiais e para os outros propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:

(a) A celebração e a entrada em vigência de convênios de co-execução nos termos previamente acordados com o Banco, entre o Órgão Executor e cada uma das entidades co-executoras do Programa, quais sejam:

- (i) DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal;
- (ii) Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; e
- (iii) Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordados com o Banco.

(c) A constituição da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP) e a nomeação de pessoal técnico chave (Coordenador-Executivo e Assessor).

CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento. Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento poderão ser utilizados até uma quantia equivalente a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) para reembolsar despesas efetuadas com o Programa, para a terraplanagem e a construção do viaduto na interseção da Estrada Parque Taguatinga com a Estrada Parque Vicente Pires (Viaduto EPTG/EPVP). Essas despesas deverão ter sido efetuadas antes de 16 de janeiro de 2008, mas após 10 de janeiro de 2007, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento. Fica entendido que, com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Projeto a

partir de 16 de janeiro de 2008 e até a data da entrada em vigência do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 3.04. Prazos para o início material das obras e para o desembolso final do Financiamento. (a) O prazo para o início material de cada obra compreendida no Programa será de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da vigência do presente Contrato.

(b) O prazo para finalizar os desembolsos dos recursos do Financiamento será de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA 3.05. Fundo Rotativo. (a) Para efeito do estabelecido no Artigo 4.07(b) das Normas Gerais, o montante do Fundo Rotativo não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do Financiamento.

(b) Os relatórios e demonstrações financeiras referentes à execução do Programa, que o Mutuário deverá apresentar ao Banco conforme o Artigo 7.03 das Normas Gerais, deverão incluir a informação contábil-financeira sobre a administração dos recursos do Fundo Rotativo de acordo com as normas exigidas pelo Banco.

CAPÍTULO IV

Execução do Programa

CLÁUSULA 4.01. Aquisição de bens e contratação de obras. Com recursos do Financiamento, as contratações de obras e a aquisição de bens devem ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 ("Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), datado de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

(a) **Concorrência Pública Internacional:** Salvo disposição em contrário no inciso (b) desta Cláusula, as contratações das obras e as aquisições dos bens devem ser efetuadas de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições. As disposições dos parágrafos 2.55 e 2.56, e do Apêndice 2 de tais políticas, sobre a margem de preferência doméstica na comparação de ofertas, serão aplicadas aos bens fabricados no território da República Federativa do Brasil.

(b) **Outros Procedimentos de Aquisições:** Os seguintes métodos de aquisição também poderão ser utilizados para a aquisição dos bens e contratação das obras financiadas pelo Banco, desde que cumpram os requisitos estabelecidos nas disposições da Seção III das Políticas de Aquisições:

- (i) Concorrência Internacional Limitada; de acordo com o previsto no parágrafo 3.2 de tais políticas;
- (ii) Licitação Pública Nacional, para a contratação das obras cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) por contrato



e para a aquisição dos bens cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por contrato, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.3 e 3.4 de tais políticas. Em todos os casos, as seguintes disposições deverão ser observadas:

- (1) Os contratos devem ser formalizados com o licitante cuja proposta for avaliada como a de menor valor, sendo tal avaliação baseada no preço e, conforme apropriado, levando em consideração fatores similares àqueles dispostos nos parágrafos 2.51 e 2.52 das Políticas de Aquisições. A avaliação da proposta deverá basear-se sempre em fatores que possam ser quantificados objetivamente e o procedimento para tal quantificação deve ser disponibilizado no edital;
- (2) Sempre que requerido pelo Banco, as convocações dos editais de licitação devem ser publicadas em um jornal de grande circulação no País;
- (3) Os editais poderão estabelecer critérios de avaliação da capacidade financeira dos concorrentes, mediante a aplicação de coeficientes de liquidez, endividamento e rentabilidade e de faturamento médio anual;
- (4) Os editais não poderão estabelecer, para o propósito de aceitação de propostas, faixas de preços;
- (5) Não será permitido ao contratante, sem a prévia não-objeção do Banco, emitir alteração de ordem de compra que aumente ou diminua em mais de 15% (quinze por cento) a quantidade de bens (e serviços correlatos) sem uma alteração no preço unitário ou outros termos e condições da venda;
- (6) De acordo com o Parágrafo 3 do Apêndice I das Políticas de Aquisições, nos casos de contratos sujeitos a revisão *ex-ante*, antes de conceder uma prorrogação substancial do prazo estipulado para a execução de um contrato, ou aceitar modificações ou dispensa das condições de tal contrato, incluindo a emissão de ordem ou ordens de modificações do mesmo (salvo em situações de extrema urgência), que conjuntamente elevem o montante original do Contrato em mais de 15% (quinze por cento) do preço original, o Mutuário deverá buscar a não-objeção do Banco à prorrogação proposta ou modificação ou ordem(ns) de modificação; e
- (7) Desde que incluídos no Plano de Aquisições do Programa, respeitados os demais requisitos desta Cláusula e as restrições estipuladas acima, bem como as constantes no Anexo B deste Contrato, o Mutuário poderá adotar, para projetos financiados pelo Banco, as seguintes modalidades: (aa) o Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema COMPRASNET do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou sistemas similares previamente aprovados pelo Banco; (bb) a Ata de Registro de Preços; e (cc) o Pregão Presencial.

(iii) Comparação de Preços, para obras cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por contrato, e para bens cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por contrato, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 de tais políticas;

(iv) Contratação Direta, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.6 e 3.7 de tais políticas.

(c) Obrigações em matéria de aquisições. O Mutuário se compromete a proceder à aquisição dos bens e a contratação das obras de acordo com os planos gerais, as especificações técnicas, sociais e ambientais, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e sendo o caso, as especificações e demais documentos necessários à convocação e, no caso de obras, a obter antes do início das obras, com relação aos imóveis onde serão construídas as obras do Programa, a posse legal, as servidões ou outros direitos necessários para iniciar as obras, bem como os direitos sobre as águas que eventualmente se requirem.

(d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:

(i) Plano de Aquisições: O Mutuário deverá haver firmado os convênios de que trata a Cláusula 3.02(a) destas Disposições Especiais e deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, o plano de aquisições proposto para o Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, a agrupação destes, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado cada doze meses durante a execução do Programa, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição dos bens e a contratação de obras deverão ser efetuadas de acordo com o referido Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e de acordo com o disposto no referido parágrafo 1.

(ii) Revisão ex-ante: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos serão revisados em forma ex-ante, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

(iii) Revisão ex-post: Não obstante o disposto na alínea (ii) acima, o Banco poderá a qualquer tempo determinar que a revisão das aquisições seja levada a cabo, total ou parcialmente, de forma ex-post, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Para tal fim, o Mutuário deverá manter à disposição do Banco evidência do cumprimento do estipulado no inciso (d)(i) desta Cláusula.

CLÁUSULA 4.02. Manutenção e Conservação. O Mutuário se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os 5 (cinco) anos seguintes à conclusão da primeira obra do Programa, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo A. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas

pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam satisfatoriamente corrigidas.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Programa até a quantia equivalente a US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares), em obras e nos estudos necessários para a sua preparação, tais como estudo de análise de demanda, simulações de trânsito, viabilidade econômica, modelos de engenharia e estudos ambientais e institucionais que tenham sido efetuadas antes de 16 de janeiro de 2008 mas após 10 de janeiro de 2007, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Fica entendido que o Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Programa a partir de 16 de janeiro de 2008 e até a data da entrada em vigência do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 4.04. Contratação e seleção de consultores. Com recursos do Financiamento, a seleção e a contratação de consultores deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-7 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), datado de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

(a) Seleção baseada na qualidade e no custo: Salvo quando o inciso (b) desta Cláusula estabeleça o contrário, a seleção e a contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as disposições da Seção II e dos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores. Para efeitos do disposto no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por contrato poderá estar composta em sua totalidade por consultores nacionais.

(b) Outros procedimentos de seleção e contratação de consultores: Os seguintes métodos de seleção poderão ser utilizados para a contratação de consultores em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Banco em suas Políticas de Consultores:

- (i) Seleção Baseada na Qualidade, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 a 3.4;
- (ii) Seleção Baseada em Orçamento Fixo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.5;
- (iii) Seleção Baseada no Menor Custo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.6;
- (iv) Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1, 3.7 e 3.8;
- (v) Seleção de Fonte Única, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.9 a 3.13; e

(vi) Consultores individuais, para serviços que reúnam os requisitos estabelecidos no parágrafo 5.1, de acordo com o disposto nos parágrafos 5.2 e 5.3. Nos casos excepcionais indicados no parágrafo 5.4, os consultores individuais poderão ser contratados diretamente com a aprovação prévia do Banco.

(c) Revisão pelo Banco do processo de seleção de consultores:

(i) Plano de seleção e contratação: O Mutuário deverá apresentar, à revisão e aprovação do Banco, um plano de seleção e contratação de consultores que deverá incluir o custo estimado do contrato, o agrupamento dos contratos e os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses durante a execução do Programa, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A seleção e contratação de consultores serão efetuadas de acordo com o plano de seleção e contratação aprovado pelo Banco e suas atualizações correspondentes.

(ii) Revisão ex-ante: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos serão revisados em forma *ex-ante* de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores.

(iii) Revisão ex-post: Não obstante o disposto na alínea (ii) acima, o Banco poderá a qualquer tempo determinar que a revisão das aquisições seja levada a cabo, total ou parcialmente, de forma *ex-post*, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Para tal fim, o Mutuário deverá manter à disposição do Banco evidência do cumprimento do estipulado no inciso (c)(i) desta Cláusula.

CLÁUSULA 4.05. Sistema de Gestão e Monitoramento do Programa. Durante toda a execução do Programa, o Mutuário deverá contar com um sistema computadorizado de gestão de projetos, em conformidade com os termos de referência previamente acordados com o Banco.

CLÁUSULA 4.06. Acompanhamento, Avaliação e Relatórios. (a) A avaliação e o acompanhamento do Programa serão efetuados através dos relatórios indicados no Artigo 3(a)(i) das Normas Gerais, bem como dos seguintes relatórios a serem apresentados ao Banco pelo Mutuário para não objeção:

(i) Os relatórios semestrais de progresso deverão ser apresentados dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada semestre, refletindo o cumprimento dos Planos Operativos Anuais e, quando for o caso, dos indicadores do Marco de Resultados acordado entre as partes.

(ii) O relatório de avaliação intermediária deverá ser apresentado ou dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao desembolso de 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Financiamento ou transcorridos 30 (trinta) meses de execução do Programa, o que ocorrer primeiro. Caso o resultado da avaliação demonstre a necessidade de efetuar ajustes na execução do Programa, o Mutuário deverá apresentar um plano para corrigir as deficiências encontradas.

- (iii) O relatório de avaliação final deverá ser apresentado dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao desembolso de 90% dos recursos do Financiamento.
- (iv) Os relatórios de avaliação intermediária e final deverão ser efetuados por consultoria(s) independente(s) e incluirão: (i) os resultados da execução financeira por componente; (ii) o cumprimento de metas dos produtos e resultados e avanços dos impactos esperados, de acordo com os indicadores estabelecidos no Marco de Resultados acima referido; (iii) o grau de cumprimento dos requisitos e especificações ambientais de obras, de acordo com o estabelecido no respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social; (iv) o grau de cumprimento das tarefas de operação e manutenção das obras concluídas; (v) uma síntese de impactos sócio-ambientais; (vi) o grau de cumprimento dos compromissos contratuais; e (vii) uma síntese dos resultados de todas as auditorias realizadas durante a execução do Programa.

(b) Os relatórios de avaliação intermediária e final, uma vez aprovados pelo Banco, serão disponibilizados ao público através do sítio eletrônico oficial do Mutuário.

(c) O Mutuário deverá manter um sistema de gestão e monitoramento, nos termos da Cláusula 4.05 destas Disposições Especiais, o qual será operado pela UGP e cujos indicadores estarão relacionados a: (i) a programação de atividades específicas; (ii) o acompanhamento do avanço físico e financeiro dos componentes do Programa; e (iii) o monitoramento e o controle periódico dos resultados intermediários da operação.

(d) O Mutuário deverá ainda compilar, arquivar e manter atualizados, por 3 (três) anos contados do final da execução do Programa, a documentação e a informação de suporte do Programa que permita ao Banco realizar a avaliação ex-post, caso o Banco considere conveniente.

CLÁUSULA 4.07. Condições especiais de execução. (a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, salvo aquelas cujo reembolso seja reconhecido nos termos da Cláusula 3.03 destas Disposições Especiais e que já tenham sido iniciadas na data da entrada em vigência deste Contrato.

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução Nº 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

CLÁUSULA 4.08. Condições cumpridas previamente. Para fins do estabelecido na alínea (d), inciso (ii), do Artigo 5.01 das Normas Gerais, fica registrado que foi cumprida a condição prevista na Cláusula 3.02(c) destas Disposições Especiais antes da data de aprovação do Financiamento pelo Banco.

CAPÍTULO V

Registros, Inspeções e Relatórios

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Auditorias. (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, durante o período de execução do Programa as demonstrações financeiras do mesmo serão apresentadas anualmente, devidamente auditadas por uma empresa de auditoria independente aceita pelo Banco.

(b) A auditoria de que trata esta Cláusula será efetuada de acordo com os termos de referência previamente acordados com o Banco e com os requerimentos das políticas e os procedimentos do Banco sobre auditorias. Na seleção e contratação da empresa de auditoria referida no inciso (a) desta Cláusula, utilizar-se-ão os procedimentos indicados pelo Banco e que constam do documento AF-200 do Banco. As despesas com auditoria serão efetuadas a débito do Financiamento.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. As partes concordam em que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são lidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:



Do Mutuário:

Endereço postal:

Para assuntos relacionados com a execução do Programa:
Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar
CEP 70075-900
Brasília – DF
Fax: 61 3441-3408

Para assuntos relacionados com o serviço do Empréstimo
Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar
CEP 70075-900
Brasília – DF
Fax: 61 3321-0115

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: 61 3225-4022



CAPÍTULO VII

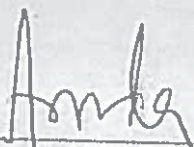
Arbitragem

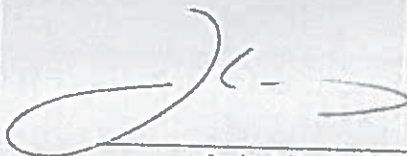
CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, no dia acima indicado.

DISTRITO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO



José Roberto Arruda
Governador

Luis Alberto Moreno
Presidente



SDP Nº 001/2008
Empréstimo Nº 1957/OC-BR

Serviços de Apoio ao
Gerenciamento do Programa
de Transporte Urbano do
Distrito Federal

PROPOSTA TÉCNICA
VOLUME 1 / 2

Original

AGOSTO/2008

Os eventos e as datas limites para cumprimento caracterizarão Marcos do Programa a serem impreterivelmente respeitados de forma a viabilizar o término do Programa no prazo previsto.

Desta forma, sempre que ocorrer tendência de não cumprimento de um Marco na data estabelecida (desvio de prazo), deverão ser prontamente identificadas as ações corretivas a serem implementadas nos diversos níveis de atuação, bem como os respectivos responsáveis e prazos para implementação, de forma a possibilitar a manutenção da data inicial.

Na ocorrência de atrasos não recuperáveis, será efetuada a revisão do Planejamento Básico Geral, constituindo-se o Planejamento Atualizado, em padrão para o controle, mantendo-se contudo, o inicial como referência permanente.

A.2.3.2. Planejamento Executivo

À luz das premissas consubstanciadas no Planejamento Básico Geral, caberá aos diferentes fornecedores (projetista, fabricantes e construtores) detalhar, agora no âmbito dos correspondentes contratos, o Planejamento Físico Executivo de seu fornecimento, bem como os respectivos procedimentos a serem implementados na viabilização dos prazos ali pactuados. Serão, portanto, elaborados pelos fornecedores:

- Cronograma detalhado das atividades integrantes de seu escopo de fornecimento;
- Estrutura analítica (EAP) detalhada identificando, ao nível das funções de controle, as atividades (que integram o escopo de fornecimento), pesos (atribuídos), e índices (que formataram tais pesos);
- Histogramas de Quantidades relativos às atividades que integram o escopo de fornecimento (alocação de H x hora, terraplenagem, concreto, etc);
- Curvas de avanços físicos, coerentes com o cronograma detalhado, EAP e histogramas.
- Procedimentos Executivos a serem empregados na condução de seu escopo de fornecimento, destacando entre outros: plano de mobilização (canteiro, mão-de-obra, equipamentos), recursos críticos (fabricação, construção e montagem) e métodos executivos específicos.

Consolidado o Planejamento Físico Executivo de um dado fornecimento (projetista, fabricantes e construtores), será então verificada sua aderência ao Planejamento Básico Geral, ocasião em que eventuais ajustes serão acomodados.

Para cada fornecimento, será igualmente elaborado o Planejamento Financeiro Executivo, aderente ao Plano de Contas estabelecido e o cronograma financeiro do Programa.

Os planejamentos executivos consolidados passam a ser os instrumentos de referência para o controle físico e financeiro do contrato em questão, só podendo ser alterado em último caso, como por exemplo, em casos de alterações de estratégias por parte da UGP.

A.2.4. Apoio nas Aquisições e Contratações

Para a implantação do Programa será necessária a contratação da execução de serviços e obras, e o fornecimento de materiais e equipamentos. Os Contratos serão firmados com consórcios ou empresas vencedoras de Licitações, que deverão atender as normas e procedimentos preconizados pelo BID e a Legislação Nacional.

A atuação da Gerenciadora com relação às aquisições e contratações do Programa se dará segundo três aspectos distintos e complementares:

- Apoio ao Detalhamento do Plano de Aquisições do Programa;
- Apoio à execução dos Processos Licitatórios para as aquisições e contratações;
- Apoio ao acompanhamento e controle da execução do Plano de Aquisições do Programa.

A.2.4.1. Apoio no Detalhamento do Plano de Aquisições do Programa

A primeira atividade a ser desenvolvida pela Gerenciadora, relativa ao apoio à UGP nas contratações do Programa, será o detalhamento do Plano de Aquisições contemplando, para cada item a ser adquirido ou contratado:

- Descrição do objeto da aquisição / contratação
- Valor previsto
- O método de Aquisição / Contratação a ser adotado
- As etapas previstas do processo licitatório
- As datas previstas de término de cada etapa do processo licitatório
- A data prevista para celebração do contrato

O detalhamento do Plano será efetuado em conjunto com a UGP, com a participação dos órgãos co-executores e com base nas condições estabelecidas nos contratos de empréstimo. O Plano estabelecido passará a nortear a execução e o acompanhamento e controle dos processos de aquisição e contratação do Programa.

Uma vez consolidado o Plano de Aquisições, a Gerenciadora efetuará levantamento e verificação da existência, suficiência e adequação dos projetos e especificações necessários para os processos de aquisições e contratações do Programa. Caso necessário, acionará os setores competentes da Secretaria de Estado de Transportes para que providenciem a elaboração dos projetos e especificações faltantes ou complementação dos existentes.

Com base nesse levantamento e nas datas previstas para as aquisições e contratações, a Gerenciadora passará a planejar as suas ações de apoio na preparação dos documentos de cada processo de aquisição / contratação. Para cada Processo serão definidos os documentos necessários: minutas de editais, termos de referência, especificações técnicas, desenhos, minutas de contratos, etc.

Com base no mapa dos documentos necessários para cada processo e frente às datas previstas para as aquisições / contratações a Gerenciadora elaborará o cronograma das atividades dos processos, priorizando a elaboração dos documentos mais urgentes, visando o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Será elaborado "check list" contemplando os principais requisitos a serem atendidos, das Políticas do BID e da legislação pertinente, para cada documento do processo licitatório. Desta forma, durante a elaboração de cada documento, será verificado e registrado o atendimento dos requisitos, garantindo que todos os aspectos relevantes foram considerados. Esse "check list" será encaminhado ao BID juntamente com os editais e demais documentos de licitação, facilitando a análise pelo Banco.

A.2.4.2. Apoio na Execução dos Processos Licitatórios

Conforme já citado, para a implantação do Programa será necessária a contratação da execução de serviços e obras e do fornecimento de materiais e equipamentos, resultantes de processos de Licitações.

Visando informar os executores sobre as políticas que regem a aquisição de bens e contratação de obras e serviços de projeto financiado por empréstimo do BID, o Banco elaborou os seguintes documentos:

- Políticas para Aquisições de Bens e Contratação de Obras Financiados Pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados Pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

Esses documentos estabelecem os princípios, as normas e procedimentos gerais a serem seguidos pelos Mutuários nos processos de aquisições e contratações no âmbito dos Programas financiados pelo BID, sendo as condições específicas definidas nos contratos de empréstimo celebrados.

Desta forma, os processos licitatórios do Programa deverão atender plenamente às Políticas do Banco e às condições específicas dos contratos de empréstimo e, onde não houver conflito, à Lei 8666/93 de Licitações e Contratações e suas alterações.

A Gerenciadora apoiará a UGP na preparação e realização das licitações, com foco na minimização dos prazos e na garantia de correção e adequada abrangência da documentação, conforme descrito a seguir.

a) Métodos de Aquisições e Contratações

Considerando-se que competição aberta é a base da licitação pública eficiente, o BID exige, em geral, que os mutuários adquiram bens, obras e serviços não de consultoria por meio de uma Licitação Pública Internacional (LPI). Onde a LPI não for considerada o método mais econômico e eficiente, o BID permite a utilização de outros métodos de aquisição, entre as quais destacam-se: (i) Licitação Internacional Limitada (convite direto, sem ampla divulgação), utilizado, por exemplo, quando o número de fornecedores é limitado; e (ii) Licitação Pública Nacional, normalmente utilizada quando o valor, a natureza ou escopo dos serviços não atraiam o interesse de licitantes estrangeiros. Para a aquisição de bens, as Políticas do Banco prevêem a modalidade de Comparação de Preços (CP).

Na contratação de consultores, a Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC) é o método mais comumente recomendado pelo BID. Outros métodos, contudo, são previstos em suas Políticas, tais como Seleção Baseada na Qualidade (SBQ), Seleção Baseada em Orçamento Fixo (SBOF) e Seleção Baseada no Menor Custo (SBMC).

Quando julgado conveniente, o processo licitatório é realizado em duas etapas, denominadas Pré-qualificação e Licitação.

b) Divulgação e Publicidade

De forma a garantir ampla participação nas licitações, o BID estabelece, em suas Políticas, que o Mutuário deve dar oportuna divulgação e publicidade dos documentos de licitação (editais para Pré-qualificação ou de Licitação). No caso de LPIs, o mutuário deve elaborar minuta de Aviso Geral de Licitação, contendo as informações relevantes sobre a licitação (montante e objetivo do empréstimo, escopo das aquisições / contratações, principais informações do mutuário, datas previstas para disponibilização dos editais, etc), e submetê-la ao Banco, o qual providenciará sua publicação no *United Nations Development Business online* e no site do Banco. Os editais para Pré-qualificação ou de Licitação deverão, ainda, ser publicados em pelo menos um jornal de circulação nacional do país do Mutuário.

A Gerenciadora prestará apoio à UGP na preparação das minutas dos avisos das aquisições / contratações providenciando, em seguida, o encaminhamento dos mesmos ao BID, visando

aprovação e publicação no periódico internacional. Fornecerá igualmente suporte à UGP na publicação dos avisos nos jornais de circulação nacional.

c) Pré-Qualificação

A Pré-qualificação é geralmente recomendada no caso de obras ou fornecimentos de grande vulto e complexidade ou quando o alto custo envolvido na elaboração de propostas detalhadas possa desestimular a participação de interessados. A Pré-qualificação assegura, também que somente serão consideradas e analisadas propostas formuladas por licitantes que disponham de capacidade e recursos adequados. Para tanto, de acordo com as Políticas do Banco, deverá levar em consideração: (i) a experiência e desempenho anterior em contratos similares, (ii) capacidade no que se refere a disponibilidade de pessoal, equipamento e instalações e (iii) situação financeira. De forma a atender, complementarmente, o estabelecido na Lei 8.666, pode ser solicitada a apresentação adicional da documentação da Licitante relativa a Habilitação Jurídica e de Regularidade Fiscal.

Com base no Plano de Aquisições do Programa, a Gerenciadora apoiará a UGP na elaboração dos editais de pré-qualificação, participando do estabelecimento das condições de participação das empresas, da definição da documentação a ser solicitada e dos critérios pelos quais serão avaliados os participantes.

Em seguida, providenciará o encaminhamento dos editais ao BID para obtenção da não objeção. Os editais só poderão ser disponibilizados aos interessados após a aprovação do Banco e depois de cumpridas as diretrizes de Divulgação e Publicidade acima expostas.

Durante o prazo concedido para a preparação da documentação de pré-qualificação pelas empresas interessadas, a Gerenciadora apoiará a UGP, se para isso for solicitada, na formulação de esclarecimentos às dúvidas levantadas.

Após o recebimento dos Documentos de Pré-qualificação, a Gerenciadora prestará apoio à UGP nos processos de avaliação, salientando que esse auxílio é meramente acessório, cabendo à Unidade de Gerenciamento tomar todas as decisões cabíveis no processo até seu final.

Antes da notificação dos candidatos a respeito de sua decisão, o Mutuário deverá submeter à análise do Banco o relatório de avaliação das solicitações de pré-qualificações recebidas, a lista dos licitantes pré-qualificados propostos, o demonstrativo de suas qualificações, além das razões que justificaram a exclusão de qualquer candidato à pré-qualificação. A Gerenciadora apoiará a UGP na preparação desta documentação, para cada um dos processos licitatórios, diligenciando a aprovação do BID, após o que apoiará a UGP na notificação de todos os participantes do resultado da Pré-qualificação.

d) Editais de Licitação

Os editais de licitação, no caso de licitações internacionais, e as Cartas Convites, precedidas de Manifestação de Interesse, no caso de Seleção de Consultores Baseada na Qualidade e Custo devem conter as informações necessárias e suficientes para que os participantes elaborem suas propostas. Seu conteúdo, detalhamento e complexidade variam em função da dimensão e porte do objeto / serviço a ser adquirido ou contratado, mas geralmente incluem:

- Aviso de licitação;
- Instruções aos licitantes;
- Dados da Licitação;
- Formulários da proposta;
- Minuta do contrato;
- Critérios de Avaliação;
- Condições gerais e especiais do contrato;
- Termo de Referência, Especificações e/ou Desenhos;

- Informações técnicas relevantes (incluindo de natureza geológica e ambiental);
- Relação de bens ou planilha de quantidades;
- Prazo de entrega ou cronograma de execução;
- Apêndices necessários tais como modelos para garantias diversas.

As Políticas do BID impõem que os Mutuários devam utilizar os Documentos Padrão para Licitações, elaborados pelo Banco, nos quais poderão inserir modificações mínimas para adequação dos documentos às condições especiais do Programa, desde que previamente autorizadas pelo Banco. Essas modificações somente poderão ser introduzidas na seção de Dados do Documento Padrão, na seção de Dados do Contrato ou nas Condições Especiais do Contrato, sendo vedada a introdução de modificações no texto padrão do Banco.

A Gerenciadora apoiará a UGP na adequação dos Documentos Padrão para cada processo licitatório, encaminhando os editais e cartas convites resultantes e seus anexos ao Banco para aprovação.

Durante o prazo concedido para a preparação das propostas, a Gerenciadora apoiará a UGP, sempre que solicitada, no esclarecimento das dúvidas levantadas. Os esclarecimentos serão sempre formais, por escrito e dirigidos a todos os licitantes. Novamente a Gerenciadora apoiará a UGP na avaliação das propostas e na preparação e organização dos documentos a serem encaminhados ao BID, incluindo relatório detalhado de avaliação e comparação das propostas recebidas, as recomendações de outorga e outras informações que venham a ser solicitadas pelo Banco.

No caso de demandas administrativas ou judiciais, a Gerenciadora apoiará a UGP, se solicitada for, com suporte jurídico, até a solução da demanda. Durante todo o processo, o Banco deverá ser informado, recebendo cópia das reclamações e demandas. Se, como resultado de alguma demanda, houver alteração da outorga, as razões para tal decisão e um relatório de avaliação revisado deverão ser submetidos ao Banco para sua não objeção. A Gerenciadora apoiará a UGP na preparação e no envio dos documentos ao BID e no diligenciamento da obtenção da não objeção, pré-requisito para a adjudicação e homologação do objeto licitado à licitante vencedora.

e) Contratação

Para cada processo licitatório finalizado, a Gerenciadora apoiará na elaboração e celebração dos respectivos contratos, de acordo com os termos do edital e a proposta da licitante vencedora. Imediatamente após a assinatura do contrato e antes do primeiro pedido de saque de fundos da Conta de Empréstimo, providenciará a entrega ao Banco de uma cópia do instrumento contratual, conforme estabelecido nas Políticas do BID.

A.2.4.3. Acompanhamento e Controle do Plano de Aquisições

O Acompanhamento e o Controle envolvem a permanente aferição do cumprimento das programações, frente à situação das implantações. Têm, por objetivo principal, antecipar providências que assegurem o cumprimento das metas inicialmente fixadas ou de suas revisões.

Desta forma, a Gerenciadora efetuará o acompanhamento sistemático da situação de andamento dos processos licitatórios. As informações relativas ao estágio de cada processo, as datas previstas e realizadas serão cadastradas periodicamente no Sistema de Informações.

O acompanhamento sistemático permitirá: detecção de tendências de desvios; solicitação de providências para saná-las; verificação da real eficácia das medidas corretivas até a eliminação das tendências de desvios; alerta aos órgãos executores quando as tendências de desvios não estiverem sendo eliminadas, para as devidas providências.

reprografia, fornecimento e manutenção de móveis, máquinas e equipamentos, suporte de informática, recursos de transporte e de comunicação. Será também responsável pela estruturação, operacionalização e manutenção do arquivo de documentação técnica e administrativa do Programa, permitindo o rápido e eficaz acesso às informações e documentos gerados durante a execução do empreendimento nas mais variadas áreas de atuação.

C.2. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E ATRIBUIÇÃO DE TAREFAS (TEC 5)

Nome	Empresa	Área de Especialidade	Cargo	Atividade Atribuída
I (a) - Pessoal-Chave (nível superior)				
Carlos Camillo Boni	Logos Engenharia S.A.	Gerenciamento de Projetos de infra-estrutura	Coordenador Geral dos Trabalhos	Coordenação Geral dos Trabalhos da Gerenciadora
Flávio Carlos Cândido	Logos Engenharia S.A.	Coordenação de projetos e construção de vias urbanas	Engenheiro de Obras 1 – Chefe de Equipe	Coordenação da equipe nas atividades de Acompanhamento e Supervisão das Obras do Programa
Marcia Paterno Joppert	Logos Engenharia S.A.	Coordenação, Supervisão e Planejamento da implantação de Projetos	Engenheiro de Planejamento – Chefe de Equipe	Planejamento, programação, acompanhamento e controle das atividades de implantação do Programa
Patricio Hurtado Diaz	Logos Engenharia S.A.	Coordenação de Projetos viários	Engenheiro de Projetos	Coordenação do desenvolvimento dos projetos de engenharia do Programa
Adriana Fonseca Braga	Logos Engenharia S.A.	Projetos ambientais e ecologia	Especialista Ambiental – Chefe de Equipe	Coordenação dos Trabalhos da Gerenciadora relativos às áreas de meio ambiente
I (b) - Pessoal técnico complementar (nível superior)				
Flavio Mott	Logos Engenharia S.A.	Coordenação e fiscalização de obras	Engenheiro de Obras 2	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas e avaliações das obras do programa; - Orientação e acompanhamento das supervisões das obras quanto à conformidade com as diretrizes estabelecidas; - Verificação da elaboração e dos produtos finais dos serviços contratados no Programa.
Eliseu Hirochi Aoki	Logos Engenharia S.A.	Coordenação e fiscalização de obras	Engenheiro de Obras 3	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas e avaliações das obras do programa; - Orientações e acompanhamento das supervisões das obras quanto à conformidade com as diretrizes estabelecidas; - Verificação da elaboração e dos produtos finais dos serviços contratados no Programa.
Miguel Araújo Ferraz	Logos Engenharia S.A.	Planejamento e controle da implantação de Projetos	Engenheiro de Planejamento	Planejamento e Controle físico-financeiro
Antonio Nakamoto	Logos Engenharia S.A.	Desenvolvimento, implantação e manutenção de SIGs para programas financiados por organismos internacionais	Especialista em Análise de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, implantação, customização, desenvolvimento e operação do Sistema de informações Gerenciais; - Gestão do Banco de Dados do Programa.
Marisa Rotemberg	Logos Engenharia S.A.	Planejamento e monitoramento de projetos de gestão urbana e ambiental	Especialista Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar na elaboração da estratégia de avaliação global (integrando a dimensão ambiental ao processo de tomada de decisão e o desenvolvimento Urbano); - Acompanhar e implementar Programas de fortalecimento da gestão sócio-ambiental; - Apoiar assessorias de meio ambiente dos órgãos co-executores, supervisionar a implementação dos sub-componentes de educação ambiental e fortalecimento institucional e a programação de cursos de capacitação e treinamentos oferecidos.
Cristiane Gracia Campos	Logos Engenharia S.A.	Processos licitatórios e financiamento	Especialista em Licitações	Assessoria nas aquisições e contratações do Programa

Nome	Empresa	Área de Especialidade	Cargo	Atividade Atribuída
Edu Gonzaga Cesar	Logos Engenharia S.A.	Administração Financeira	Especialista Financeiro	- Controle da execução financeira e orçamentária; - Planejamento de curto e longo prazo de projetos; - Contabilidade e elaboração dos relatórios de prestações de contas externas e internas.
Maria Beatriz Hopf Fernandes	Logos Engenharia S.A.	Coordenação de Projetos de Transporte	Consultor Especial	Consultoria especializada em projetos de transporte urbano, metroviário e rodoviário
Érico da Silva Guerra	Logos Engenharia S.A.	Engenharia de Transporte	Consultor Especial	Consultoria especializada em projetos de transporte urbano e metro-ferroviário
João Manoel Fernandes	Logos Engenharia S.A.	Projetos Arquitetônicos para Transporte	Consultor Especial	Consultoria especializada em projetos arquitetônicos para empreendimentos de transporte urbano e metroviário
Osvaldo Azevedo Filho	Logos Engenharia S.A.	Infra-estrutura viária	Consultor Especial	consultoria especializada em infra-estrutura viária
Claudia Martinelli	Logos Engenharia S.A.	Sistemas viários, planejamento de transporte e engenharia de tráfego	Consultor Especial	Consultoria especial em sistemas viários, planejamento de transporte e engenharia de tráfego
Daniela Campos Pereira	Logos Engenharia S.A.	Engenharia de Transporte	Consultor Especial	Consultoria especializada em estudos de transporte
Milton Poloni	Logos Engenharia S.A.	Gerenciamento de Programas Viários	Consultor Especial	Consultoria especial em programas viários e em gestão de programas com financiamento multilateral internacional
José Mario Malushita	Logos Engenharia S.A.	Gerenciamento de Programas Viários	Consultor Especial	Consultoria especial em programas viários e em gestão de programas com financiamento multilateral internacional
Maria do Carmo Bicudo Barbosa	Logos Engenharia S.A.	Gestão Ambiental	Consultor Especial	Consultoria especializada em meio ambiente
Edison Neves Pires	Logos Engenharia S.A.	Gestão Ambiental	Consultor Especial	Consultoria especial em gestão ambiental de programas viários
Antonio Francisco Corrêa Fleury	Logos Engenharia S.A.	Planejamento de Programas	Consultor Especial	Consultoria especial em planejamento

II - Pessoal de Apoio (administrativo e auxiliar)

A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Técnico de Nível Médio	acompanhamento e supervisão técnica das obras
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Auxiliar Técnico	apoio no planejamento e monitoramento físico do Programa
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Secretária	apoio administrativo e logístico
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Digitalizador 1	apoio no acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de engenharia
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Digitalizador 2	apoio na gestão e supervisão ambiental
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Arquivista	arquivo técnico e administrativo
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Motorista 1	condução de veículo
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Motorista 2	condução de veículo
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Motorista 3	condução de veículo
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Chefe de Escritório	apoio administrativo e logístico
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Auxiliar de Serviços Gerais	serviços gerais
A designar	Logos Engenharia S.A.	-	Auxiliar de Contabilidade	apoio no planejamento e monitoramento financeiro do Programa

SEGUNDA PARTE

NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

Aplicação das Normas Gerais

ARTIGO 1.01. Aplicação das Normas Gerais. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Contratos de Empréstimo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebra com seus Mutuários e, portanto, suas disposições constituem parte integrante deste Contrato.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2.01. Definições. Para os efeitos dos compromissos contratuais contraídos pelas partes, são adotadas as seguintes definições:

- (a) "Banco" designa o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- (b) "Contrato" designa o conjunto de Disposições Especiais, Normas Gerais e Anexos.
- (c) "Custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros Ajustável" significa o custo para o Banco dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, expresso em termos de uma porcentagem anual, de acordo com o que seja determinado pelo Banco.
- (d) "Custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros LIBOR" significa o custo para o Banco dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros LIBOR na Moeda Única do Financiamento, expresso em termos de uma porcentagem anual, de acordo com o que seja determinado pelo Banco.
- (e) "Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre" significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano civil. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será aplicada retroativamente aos primeiros quinze (15) dias do Trimestre respectivo e continuará sendo aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
- (f) "Diretoria" ou "Diretório" designa a Diretoria Executiva do Banco.



- (g) "Disposições Especiais" designa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte deste Contrato e que contém os elementos peculiares da operação.
- (h) "Empréstimo" designa os recursos que se desembolsam a débito do Financiamento.
- (i) "Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e amortizado em uma Moeda Única dentro do Mecanismo Unimonetário e que, conforme as Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo, seja aplicável a uma Taxa de Juros Ajustável, determinada conforme o estipulado no Artigo 3.04(a) destas Normas Gerais.
- (j) "Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e amortizado em uma Moeda Única dentro do Mecanismo Unimonetário e que, conforme as Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo, esteja sujeito a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada conforme estipulado no Artigo 3.04(b) destas Normas Gerais.
- (k) "Empréstimos Unimonetários Qualificados", para Empréstimos expressos em qualquer moeda, significa: (i) desde a data em que o primeiro empréstimo na moeda selecionada seja aprovado pela Diretoria, recursos do mecanismo transitório de estabilização dessa moeda e recursos captados pelo Banco nessa moeda que sejam destinados a financiar os Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário; (ii) a partir do primeiro dia do sétimo Semestre após a data mencionada, recursos captados pelo Banco que se destinem a financiar os Empréstimos, na moeda selecionada, com o Mecanismo Unimonetário.
- (l) "Financiamento" designa os recursos que o Banco convém em colocar à disposição do Mutuário para contribuir para a realização do Projeto.
- (m) "Fundo Rotativo" designa o Fundo que o Banco poderá estabelecer, de acordo com o Artigo 4.07 destas Normas Gerais, com o objeto de adiantar recursos relacionados com execução do Projeto que sejam financiáveis com os recursos do Empréstimo.
- (n) "Fraude e corrupção" significa o(s) ato(s) definido(s) no artigo 5.02 (c) destas Normas Gerais.
- (o) "Fiador" designa a parte que garante o cumprimento das obrigações contraídas pelo Mutuário, assumindo outras obrigações que, segundo o Contrato de Garantia, sejam de sua responsabilidade.

- (p) "Mecanismo Unimonetário" significa o mecanismo que o Banco estabeleceu para conceder Empréstimos em certas moedas conversíveis selecionadas periodicamente.
- (q) "Moeda que não seja a do país do Mutuário" ou "Moeda Conversível" designa qualquer moeda circulante legal de um país diverso do Mutuário, os Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional e qualquer outra unidade que represente a obrigação do serviço da dívida de um empréstimo contraído pelo Banco.
- (r) "Moeda Única" significa qualquer moeda conversível que o Banco tenha selecionado para conceder Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário.
- (s) "Mutuária" ou "Mutuário" designa a parte à qual o Financiamento é colocado à disposição.
- (t) "Normas Gerais" designa o conjunto de artigos que compõem a Segunda Parte deste Contrato e refletem as políticas básicas do Banco aplicáveis uniformemente a seus Contratos de Empréstimo.
- (u) "Órgão Contratante" significa a entidade com capacidade legal para subscrever o Contrato de Aquisição de Obras e Bens e a Seleção e Contratação de Consultores para com o empreiteiro, fornecedor e a empresa consultora ou consultor individual, conforme o caso.
- (v) "Órgão(s) Executor(es)" significa a(s) entidade(s) encarregada(s) de executar o projeto, total ou parcialmente.
- (w) "Projeto" designa o Programa ou Projeto para o qual é concedido o Financiamento.
- (x) "Semestre" designa os primeiros ou os segundos seis meses de um ano civil.
- (y) "Taxa de Juros LIBOR" significa qualquer uma das seguintes definições, conforme a moeda do Empréstimo:¹
 - (i) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em dólares:
 - (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a "USD-LIBOR-BBA", que é a taxa aplicável a depósitos em dólares em

¹

Qualquer termo que figure em maiúsculas no parágrafo (v) do Artigo 2.01 e que não esteja definido de outra forma neste parágrafo terá o mesmo significado que lhe foi atribuído nas Definições do ISDA de 2000, segundo a publicação do International Swaps and Derivatives Association, Inc. em suas versões modificadas e complementadas, as quais são incorporadas a este documento por referência.



um prazo de três (3) meses que figure na Página Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes tivessem especificado "USD-LIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.

- (B) "USD-LIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em dólares aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de duas (2) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de duas (2) cotações segundo solicitadas, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova York, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Nova York, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em dólares concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtém a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará à sua única discrição, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada

Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova York, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia bancário em Nova York imediatamente seguinte.

(ii) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em euros:

(A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a taxa "EUR-LIBOR-Telerate, que é a taxa para depósitos em euros em um prazo de três (3) meses que figure na Página Telerate 248 às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, em uma data que seja dois (2) Dias de Liquidação TARGET antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 248, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado "EUR-EURIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.

(B) "EUR-EURIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em euros aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário da zona do euro, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, em uma data que seja dois (2) Dias de Liquidação TARGET antes dessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo, partindo de um cálculo real de 360 dias. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal na zona do euro de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de duas (2) cotações, de acordo com o correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de duas (2) cotações de acordo com o solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos da zona do euro, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em euros concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de três

(3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtém a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará à sua única discrição, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Bruxelas e na zona do euro, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Bruxelas e na zona do euro imediatamente seguinte.

(iii) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em ienes:

- (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a "JPY-LIBOR-BBA", que é a taxa para depósitos em ienes em um prazo de três (3) meses que figure na Página Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado a "JPY-LIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.
- (B) "JPY-LIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em ienes aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de duas (2) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a

média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de duas (2) cotações conforme solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos de Tóquio, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Tóquio, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em ienes concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtém a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará à sua única discrição, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Tóquio, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Tóquio imediatamente seguinte.

(iv) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em francos suíços:

- (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a "CHF-LIBOR-BBA", que é a taxa para depósitos em francos suíços em um prazo de três (3) meses que figure na Página Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada tal como se as partes houvessem especificado "CHF-LIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.
- (B) "CHF-LIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em francos suíços aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja dois (2) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de



Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de três (3) meses, a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de duas (2) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de duas (2) cotações de acordo com o solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos de Zurique, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizados pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Zurique, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em francos suíços concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de três (3) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtém a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará à sua única discrição, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Zurique, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Zurique imediatamente seguinte.

- (z) "Trimestre" significa cada um dos seguintes períodos de três (3) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.

CAPÍTULO III

Amortização, Juros e Comissão de Crédito.

ARTIGO 3.01. Datas para o Pagamento da Amortização e dos Juros. O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo em prestações semestrais nas mesmas datas determinadas na Cláusula 2.02 das Disposições Especiais para o pagamento dos juros. Se a data de vigência deste

Contrato for entre os dias quinze (15) e trinta (30) de junho ou entre quinze (15) e trinta e um (31) de dezembro, as datas de pagamento dos juros, assim como da primeira parcela de amortização e as parcelas de amortização consecutivas serão quinze (15) de junho e quinze (15) de dezembro, respectivamente.

ARTIGO 3.02. Comissão de crédito. (a) Sobre o saldo não desembolsado do Financiamento que não seja na moeda do país do Mutuário, este pagará uma comissão de crédito que começará a vigorar sessenta (60) dias após a data do Contrato. O valor de tal comissão será indicado nas Disposições Especiais, em nenhum caso poderá exceder de 0,75% ao ano.

(b) No caso de Empréstimos em dólares dos Estados Unidos da América com o Mecanismo Unimonetário, esta comissão será paga em dólares dos Estados Unidos da América. No caso de Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário numa moeda que não seja o dólar dos Estados Unidos da América, a comissão será paga na moeda do Empréstimo. Esta comissão será paga nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros, conforme previsto nas Disposições Especiais.

(c) Esta comissão deixará de vigorar, no todo ou em parte, conforme o caso, na medida em que: (i) tenham sido efetuados os respectivos desembolsos; ou (ii) o Financiamento tenha ficado total ou parcialmente sem efeito, em conformidade com os artigos 3.15, 3.16 e 4.02 destas Normas Gerais e com os artigos pertinentes das Disposições Especiais.

ARTIGO 3.03. Cálculos de juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do Semestre correspondente.

ARTIGO 3.04. Juros. Os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxas de juros e poderá ser uma das seguintes conforme o estipulado nas Disposições Especiais ou na carta do Mutuário a que se refere o Artigo 4.01(g) destas Normas Gerais, se o Mutuário decidir alterar sua opção quanto à alternativa de taxa de juros do Empréstimo do Mecanismo Unimonetário conforme o estipulado na Cláusula 2.03 das Disposições Especiais:

- (a) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada Semestre que será determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente para empréstimos do capital ordinário expressa em termos de uma percentagem anual; ou
- (b) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, calculada da seguinte forma: (i) a respectiva Taxa de Juros LIBOR, conforme se define no Artigo 2.01(y) destas Normas Gerais; (ii) mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como a média ponderada de todas as margens de custo

para o Banco relacionadas com os empréstimos atribuídos à cesta de empréstimos do Banco que financiam os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR; (iii) mais o valor líquido de qualquer custo e/ou lucro, calculado trimestralmente, gerado por qualquer operação com instrumentos derivados em que o Banco participe para mitigar o efeito de flutuações extremas na Taxa de Juros LIBOR dos empréstimos obtidos pelo Banco para financiar o Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR; (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário vigente na Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre expressa em termos de uma percentagem anual.

(c) Para os efeitos do Artigo 3.04(b):

- (i) O Mutuário e o Fiador de qualquer Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR expressamente aceitam e acordam que: (A) a Taxa de Juros LIBOR a que se refere o Artigo 3.04(b)(i) anterior e a margem de custo dos empréstimos do Banco a que se refere o Artigo 3.04(b)(ii) anterior poderão estar sujeitas a consideráveis flutuações durante a vigência do Contrato de Empréstimo, razão pela qual a alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR pode acarretar riscos financeiros significativos para o Mutuário e o Fiador; (B) o Banco poderá, a seu exclusivo critério, participar em qualquer operação com instrumentos derivados com o objetivo de mitigar o impacto de flutuações extremas na Taxa de Juros LIBOR aplicável aos empréstimos obtidos pelo Banco para financiar os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR, conforme estipulado no Artigo 3.04(b)(iii) anterior; e (C) qualquer risco de flutuações na alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR dos Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única será assumido em sua integridade pelo Mutuário e o Fiador, se for o caso.
- (ii) O Banco, a qualquer momento, devido a alterações que ocorram na prática do mercado e que afetem a determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário e visando a proteger os interesses de seus mutuários em geral e os do Banco, poderá aplicar uma base de cálculo diferente da estipulada no Artigo 3.04(b)(i) anterior para determinar a taxa de juros aplicável ao Empréstimo, desde que notifique, com pelo menos três (3) meses de antecedência, ao Mutuário e ao Fiador, a nova base de cálculo aplicável. A nova base de cálculo entrará em vigência na data de vencimento do período de notificação, a menos que o Mutuário ou o Fiador notifique ao Banco durante tal período de sua objeção, caso em que tal modificação não será aplicável ao Empréstimo.

ARTIGO 3.05. Desembolsos e pagamentos de amortizações e juros em moeda nacional. (a) Os montantes que sejam desembolsados na moeda do país do Mutuário serão

aplicados ao Financiamento e debitados em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do respectivo desembolso.

(b) O pagamento das quotas de amortização e juros deverá ser efetuado na moeda desembolsada, em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do pagamento.

(c) Para determinar as equivalências estipuladas nas alíneas (a) e (b), supra, será utilizada a taxa de câmbio que corresponder, de acordo com o estabelecido no Artigo 3.06 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.06. Taxa de câmbio. (a) A taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da moeda do país do Mutuário em relação ao dólar dos Estados Unidos da América será a seguinte:

- (i) A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Convênio Constitutivo do Banco.
- (ii) Na ausência de um entendimento entre o Banco e o respectivo país membro a respeito da taxa de câmbio a ser aplicada para fins de manutenção do valor de sua moeda em poder do Banco, este terá o direito de exigir que, para os fins de pagamento de amortização e juros, seja aplicada a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país membro, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de dólares dos Estados Unidos da América aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por dólar dos Estados Unidos da América.
- (iii) Se, na data em que deva ser efetuado o pagamento, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na taxa de câmbio mais recente utilizada para tais operações dentro dos trinta (30) dias anteriores à data do vencimento.
- (iv) Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio a ser aplicada para fins de pagamento, ou se surgirem discrepâncias quanto a essa determinação.

observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país membro.

- (v) Se, por descumprimento das regras anteriores, o Banco considerar que o pagamento efetuado na moeda correspondente foi insuficiente, deverá comunicá-lo de imediato ao Mutuário para que este proceda à cobertura da diferença dentro do prazo máximo de trinta (30) dias úteis contados a partir da data do recebimento do aviso. Se, ao contrário, a quantia recebida for superior à devida, o Banco procederá à devolução do excesso de recursos dentro do mesmo prazo.

(b) Para determinar a equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de uma despesa efetuada com a moeda do país do Mutuário, será utilizada a taxa de câmbio aplicável na data do pagamento da respectiva despesa, observada a regra assinalada na alínea (a) do presente Artigo. Para tanto, entende-se que a data de pagamento da despesa é aquela em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa natural ou jurídica à qual tenha sido delegada a faculdade de efetuar despesas, realize os respectivos pagamentos em favor do empreiteiro ou fornecedor.

ARTIGO 3.07. Desembolsos e pagamentos de amortização e juros em Moedas Únicas. No caso de Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário, os desembolsos e pagamentos a título de amortização e juros serão efetuados na Moeda Única do Empréstimo.

ARTIGO 3.08. Determinação do valor de moedas conversíveis. Sempre que, nos termos deste Contrato, seja necessário determinar o valor de uma Moeda que não seja a do país do Mutuário em termos de uma outra moeda, tal valor será aquele que o Banco vier razoavelmente a fixar.

ARTIGO 3.09. Participações. (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participação, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco informará imediatamente o Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) Poderão ser acordadas participações em relação: (i) a qualquer montante do Empréstimo que tenha sido desembolsado antes da formalização do acordo de participação; ou (ii) a qualquer montante do Financiamento ainda pendente de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário, ceder total ou parcialmente o importe não desembolsado do Financiamento a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parcela sujeita à participação será expressa em termos de um número fixo de unidades de uma ou várias moedas conversíveis. Igualmente, com prévia anuência do Mutuário, o Banco poderá estabelecer, para esta parcela sujeita à participação, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato. Os pagamentos dos juros e das quotas de amortização serão efetuados na moeda especificada em que se realizou a participação e nas datas especificadas no

Artigo 3.01. O Banco proporcionará ao Mutuário e ao Participante uma tabela de amortização, após efetuado o último desembolso.

ARTIGO 3.10. Imputação dos pagamentos. Todo pagamento será imputado primeiramente à devolução de adiantamentos não justificados de recursos, depois a comissões e juros exigíveis na data do pagamento e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas do principal.

ARTIGO 3.11. Pagamentos antecipados. Mediante notificação prévia por escrito ao Banco, com prazo não inferior a quarenta e cinco (45) dias, o Mutuário poderá pagar, numa das datas de pagamento de juros indicada nas Disposições Especiais, qualquer parcela do Empréstimo antes do respectivo vencimento, sempre que na data do pagamento não exista débito a título de comissões ou juros. Salvo acordo por escrito em contrário, qualquer pagamento antecipado será imputado às prestações vincendas do principal, na ordem inversa dos correspondentes vencimentos.

ARTIGO 3.12. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, os recibos que representem as quantias desembolsadas.

ARTIGO 3.13. Vencimento em dias feriados. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, de acordo com o Contrato, deva realizar-se em um sábado, domingo ou feriado bancário segundo a lei do lugar em que deva ser efetuado, considerar-se-á válido se realizado no primeiro dia útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.14. Lugar de pagamento. Todo pagamento será efetuado na sede do Banco, em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, notificando previamente por escrito ao Mutuário.

ARTIGO 3.15. Renúncia à parte do Financiamento. O Mutuário, com a concordância do Fiador se houver, poderá, mediante aviso por escrito enviado ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parcela do Financiamento que não tenha sido desembolsada antes do recebimento do referido aviso, desde que dita parcela não se encontre em qualquer das circunstâncias previstas no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.16. Cancelamento automático de parte do Financiamento. Salvo acordo expresso e por escrito do Banco com o Mutuário e o Fiador, se houver, no sentido de prorrogar os prazos de desembolso, a parcela do Financiamento que não houver sido comprometida ou desembolsada, conforme o caso, dentro do prazo correspondente, ficará automaticamente cancelada.

CAPÍTULO IV

Normas Relativas a Desembolsos

ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso do Financiamento estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória ao Banco, os seguintes requisitos:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se forem o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.
- (b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separadas ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha demonstrado ao Banco que disporá oportunamente de recursos suficientes para atender, pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos mencionado na alínea que se segue. Quando esse Financiamento constituir a continuação da mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores o Banco esteja financiando, a obrigação contida nesta alínea não será aplicável.
- (d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que sirva de base para a elaboração e avaliação dos relatórios de progresso a que se refere a alínea (a)(i) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais. Além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, o relatório inicial deverá compreender:
 - (i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações que, a juízo do Banco, sejam necessários;
 - (ii) um calendário ou cronograma de trabalho, ou de concessão de crédito, conforme o caso; e
 - (iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos, de que constem uns cronogramas pormenorizados de investimentos, de acordo com as

respectivas categorias de investimento, indicadas no Anexo A deste Contrato, e as indicações das contribuições anuais necessárias de cada uma das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto. Estando previsto neste Contrato o reconhecimento de despesas anteriores à sua assinatura ou à da resolução aprovatória do Financiamento, serão incluídas no relatório inicial uma demonstração dos investimentos e, segundo os objetivos do Financiamento, uma descrição das obras executadas no Projeto ou uma relação dos créditos já formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior à do relatório.

- (e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado ao Banco o plano, catálogo ou código de contas a que se refere o Artigo 7.01 destas Normas Gerais.
- (f) Que o Órgão Oficial de Fiscalização a que se referem às Disposições Especiais tenha acordado em desempenhar as funções de auditoria previstas na alínea (b) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, ou que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha concordado com o Banco quanto à firma de auditores públicos independente que realizará estas funções.
- (g) O Banco deverá haver recebido uma carta devidamente assinada pelo Mutuário, com o consentimento escrito do Fiador, se for o caso, confirmando sua decisão de manter a alternativa de taxa de juros originalmente escolhida para o Financiamento, conforme estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) das Disposições Especiais; ou comunicando sua decisão de alterar sua opção de alternativa de taxa de juros do Financiamento, conforme estipulado na Cláusula 2.03 das Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo. Se o Mutuário, com o consentimento escrito do Fiador, se for o caso, decidir alterar sua opção de alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento, o Mutuário deverá notificar por escrito ao Banco sua decisão, pelo menos trinta (30) dias antes da apresentação ao Banco de sua solicitação para o primeiro desembolso do Financiamento. Para fins desta notificação, o Mutuário deverá utilizar o modelo de carta requerido pelo Banco. A alteração da opção de alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento não poderá ser realizada, em nenhuma circunstância, após decorridos os trinta (30) dias calendário anteriores à data de apresentação ao Banco da solicitação para o primeiro desembolso do Financiamento.

ARTIGO 4.02. Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso. Se dentro de cento e oitenta (180) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso.



tenha apresentado por escrito um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, se tenham fornecido ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado. No caso de Empréstimos nos quais o Mutuário tenha optado por receber financiamento numa combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou mais Moedas Únicas, o pedido deve indicar o montante específico da Moeda(s) Única(s) a ser desembolsado; (b) que os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, trinta (30) dias antes da data de expiração do prazo para desembolsos ou da prorrogação que o Mutuário e o Banco tenham acordado por escrito; (c) que não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 5.01 destas Normas Gerais; e (d) que o Fiador, quando for o caso, não esteja em mora com relação às suas obrigações de pagamento para com o Banco, a título de qualquer Empréstimo ou Garantia, por período superior a cento e vinte (120) dias.

ARTIGO 4.04. Desembolsos para Cooperação Técnica. Se as Disposições Especiais contemplarem Financiamento de despesas para Cooperação Técnica, os desembolsos para esse propósito poderão ser efetuados depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 4.01 e no Artigo 4.03 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.05. Pagamento da quota de inspeção e supervisão. Se o Banco estabelecer que será cobrado um montante para cubrir despesas a título de inspeção e supervisão, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais, o Banco notificará ao Mutuário a respeito, e este deverá indicar se pagará tal montante diretamente ao Banco ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Financiamento. Tanto o pagamento por parte do Mutuário como a retenção por parte do Banco de qualquer montante que se destine à inspeção e supervisão serão realizados na moeda do Empréstimo.

ARTIGO 4.06. Procedimento de desembolso. O Banco poderá efetuar desembolsos a débito do Financiamento: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato; (b) efetuando pagamentos por conta do Mutuário, e de comum acordo, a outras instituições bancárias; (c) constituindo ou renovando o Fundo Rotativo a que se refere o Artigo 4.07 seguinte; e (d) mediante outro procedimento que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiros em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a cem mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 100.000).

ARTIGO 4.07. Fundo Rotativo. (a) A débito do Financiamento e uma vez cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais pertinentes, o Banco poderá adiantar recursos do Financiamento a fim de estabelecer, ampliar ou renovar um Fundo Rotativo para a cobertura de despesas relacionadas com a execução do Projeto financiáveis com tais recursos, de acordo com as disposições deste Contrato.

(b) Salvo acordo expresso entre as partes, o montante do Fundo Rotativo não excederá a 5% do montante do Financiamento. O Banco poderá ampliar ou renovar total ou parcialmente o Fundo Rotativo, se assim lhe for justificadamente solicitado, na medida em que os recursos sejam utilizados e desde que se cumpram os requisitos do Artigo 4.03 destas Normas Gerais e os estabelecidos nas Disposições Especiais. O Banco poderá também reduzir ou

cancelar o montante do Fundo Rotativo caso determine que os recursos desembolsados através do referido Fundo excedem as necessidades do Projeto. A constituição e renovação do Fundo Rotativo serão considerados desembolsos para todos os efeitos deste Contrato.

(c) O plano, catálogo ou código de contas que o Mutuário ou o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, conforme o Artigo 4.01 (e) destas Normas Gerais, indicará o método contábil que o Mutuário utilizará para verificar as transações e demonstrativo de contas do Fundo Rotativo.

(d) Até trinta dias antes da data de vencimento do prazo de desembolso do Financiamento, o Mutuário deverá apresentar ao Banco a justificação final sobre o uso dos recursos do Fundo Rotativo e efetuar a devolução de qualquer saldo pendente não justificado.

(e) No caso de Empréstimo no qual o Mutuário tenha optado por receber financiamento em uma combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou várias Moedas Únicas, o Mutuário poderá, dependendo da disponibilidade de saldo não desembolsado nessas moedas, optar por receber um desembolso do Fundo Rotativo em qualquer das Moedas Únicas do Empréstimo, ou em qualquer outra combinação destas moedas.

ARTIGO 4.08. Disponibilidade de moeda nacional. O Banco estará obrigado a efetuar desembolsos ao Mutuário na moeda do seu país, somente na medida em que o respectivo depositário do Banco a tenha colocado à sua efetiva disposição.

CAPÍTULO V

Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado

ARTIGO 5.01. Suspensão de desembolsos. O Banco, mediante aviso escrito ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento das quantias devidas pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões e juros, devolução de adiantamentos ou qualquer outro título, de acordo com este Contrato ou com qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Banco e o Mutuário.
- (b) Inadimplemento, por parte do Mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada neste Contrato ou Contratos subscritos com o Banco para financiamento do Projeto.
- (c) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (d) Quando o Projeto ou os propósitos do Financiamento puderem ser afetados por:

- (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou Órgão Executor; ou
 - (ii) qualquer modificação ou emenda que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco, nas condições básicas cumpridas antes da Resolução aprovatória do Financiamento ou da assinatura do Contrato. Nesses casos, o Banco terá direito de requerer do Mutuário e do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas e só depois de ouvir o Mutuário ou o Órgão Executor e de examinar suas informações e esclarecimentos, ou no caso de falta de manifestação do Mutuário e do Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se considerar que as modificações introduzidas afetam substancial e negativamente o Projeto ou tornam impossível sua execução.
- (e) Inadimplemento, por parte do Fiador, se existir, de qualquer obrigação estipulada no Contrato de Garantia.
 - (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco, e não se tratando de Contrato em que o Mutuário seja a República, torne improvável que o Mutuário possa cumprir as obrigações contraidas neste Contrato, ou que não permita atingir os propósitos que se tiveram em conta ao celebrá-lo.
 - (g) Caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante cometeu um ato de fraude ou corrupção durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do contrato.

ARTIGO 5.02. Término, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas e outras medidas. (a) O Banco poderá pôr termo a este Contrato relativamente à parte do Financiamento que não tenha sido desembolsada até aquela data ou declarar vencida e exigível, de imediato, a totalidade do Empréstimo ou parte dele, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento se: (i) qualquer das circunstâncias previstas nas alíneas (a), (b), (c), e (e) do artigo anterior se prolongar por mais de sessenta (60) dias, ou (ii) se a informação a que se refere o inciso (d) do artigo anterior, ou se os esclarecimentos ou informações adicionais apresentadas pelo Mutuário, Órgão Executor ou pelo Órgão Contratante, conforme o caso, não forem satisfatórias para o Banco.

(b) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada do Financiamento referente à aquisição de determinados bens e serviços correlatos, à contratação de obras, serviços correlatos ou serviços de consultoria, ou declarar vencida e exigível a parte do Empréstimo correspondente às mencionadas aquisições, caso já tenha havido desembolsos, se, a qualquer momento, determinar que: (i) a mencionada aquisição ocorreu sem que tenham sido seguidos os procedimentos indicados neste Contrato; ou (ii) representantes do Mutuário, do Órgão Executor, ou do Órgão Contratante tenham incorrido em qualquer ato de fraude ou corrupção, seja durante o processo de seleção do empreiteiro, fornecedor ou consultor, ou durante a negociação ou

execução do respectivo contrato, sem que, para corrigir a situação, o Mutuário tenha tomado medidas apropriadas oportunas, aceitáveis para o Banco de acordo com as garantias de devido processo estabelecidas na legislação do país do Mutuário.

(c) Para os efeitos da alínea anterior, entende-se que as práticas corruptas incluem, mas não se limitam aos seguintes atos: (i) prática corrupta consiste em oferecer, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte; (ii) prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação; (iii) prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar as ações de uma parte; e (iv) prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar imprópriamente as ações de outra parte.

(d) Caso seja comprovado que, de acordo com os procedimentos administrativos do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente oferta ou participe de um projeto financiado pelo Banco incluindo, entre outros, mutuários, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, concessionários, Órgãos Executores ou Órgãos Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes) tenha cometido um ato de fraude, o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou de um contrato adjudicado para obras, bens, serviços correlatos e serviços de consultoria financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos do Financiamento, como descrito no artigo 5.01 (g) anterior destas Normas Gerais, se se determinar, em qualquer etapa, que há evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante tenha cometido um ato de fraude ou corrupção;
- (iii) cancelar e/ou acelerar o pagamento de uma parte do Empréstimo ou da doação relacionada com um contrato, como descrito no artigo 5.02 (b) anterior destas Normas Gerais, quando houver evidência que o representante do Mutuário não tomou as medidas corretivas adequadas em um período de tempo que o Banco considere razoável, e conforme as garantias de devido processo legal estabelecidas na legislação do país do Mutuário;
- (iv) Emitir uma admoestação na forma de uma carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;
- (v) Declarar uma pessoa, entidade ou empresa inelegível, permanentemente ou por um determinado período de tempo, para que se lhe adjudiquem contratos nos termos de projetos financiados pelo Banco, exceto nos termos e condições que o Banco considere apropriadas;
- (vi) Enviar o caso às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou

- (vii) Impor outras sanções que considere apropriadas conforme as circunstâncias do caso, incluindo a imposição de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos vinculados às investigações ou autuações. Essas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição de outras sanções.

(c) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas poderá ser efetuada de forma pública ou privada.

ARTIGO 5.03. Obrigações não atingidas. Não obstante o disposto nos artigos 5.01 e 5.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco: (a) das quantias sujeitas à garantia de uma carta de crédito irrevogável; e (b) das quantias às quais o Banco tenha se comprometido especificamente por escrito, perante o Mutuário, ou o Órgão Executor, ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a débito dos recursos do Financiamento, para efetuar pagamentos a um empreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços correlatos, ou serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado nesta alínea (b) quando for determinado, de maneira que o Banco considere satisfatória, que, durante o processo de seleção, negociação ou execução do contrato para a aquisição das mencionadas obras, bens e serviços correlatos, ou serviços de consultoria, ocorreram um ou mais atos de fraude e corrupção.

ARTIGO 5.04. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos estabelecidos neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia do Banco a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias que lhe teriam facultado exercê-los.

ARTIGO 5.05. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso do vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

CAPÍTULO VI

Execução do Projeto

ARTIGO 6.01. Disposições gerais relativas à execução do Projeto. (a) O Mutuário convém em que o Projeto será executado com a devida diligência, de conformidade com eficientes normas financeiras e técnicas e de acordo com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco tenha aprovado. Convém, igualmente, em que todas as obrigações que lhe cabem serão cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco tenha aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços

custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerão de prévio consentimento escrito do Banco.

ARTIGO 6.02. Preços e licitações. Os contratos de execução de obras, aquisição de bens e prestação de serviços para o Projeto deverão estabelecer um custo razoável, que será geralmente o preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

ARTIGO 6.03. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Financiamento deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.

ARTIGO 6.04. Recursos adicionais. (a) O Mutuário deverá fornecer oportunamente os recursos adicionais aos do Empréstimo necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto, cujo valor estimado se declara nas Disposições Especiais. Se durante o processo de desembolso do Financiamento verifica-se um aumento no custo estimado do Projeto, o Banco poderá exigir a alteração no cronograma de investimentos a que se refere à alínea (d) do Artigo 4.01 destas Normas Gerais, para que o Mutuário atenda esse aumento.

(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros sessenta (60) dias de cada ano civil, que disporá oportunamente dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.

CAPÍTULO VII

Registros, Inspeções e Relatórios.

ARTIGO 7.01. Controle interno e registros. O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá estar organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a oportuna preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Projeto deverão ser mantidos por um período mínimo de três (3) anos contados a partir da data do último desembolso do Empréstimo, de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Projeto, tanto com recursos do Empréstimo como com os demais recursos cuja contribuição é prevista para sua total execução; (c) conter os pormenores necessários para a identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, bem como a utilização das referidas obras, bens e serviços; (d) incluir nos referidos documentos a documentação relacionada ao processo de licitação e execução dos contratos financiados pelo Banco, o que compreende, mas não se limita a, avisos de licitação, pacotes de ofertas, resumos, avaliações de ofertas, contratos, correspondência, produtos e minutas de trabalho e faturas, inclusive documentos relacionados ao pagamento de comissões e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros, e (e) demonstrem o custo dos investimentos em cada categoria e o



progresso das obras. Quando se tratar de programas de crédito, os registros deverão precisar, ainda, os créditos concedidos, os resgates recebidos e a utilização dos mesmos.

ARTIGO 7.02. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão permitir que o Banco inspecione a qualquer tempo o Projeto, assim como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal que o Banco enviar ou designar para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com tal pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão proporcionar ao Banco, se eventualmente solicitado por seu representante autorizado, todos os documentos, inclusive os relacionados com as aquisições, que o Banco possa razoavelmente solicitar. Ademais, o Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante deverão colocar à disposição do Banco, se assim solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que respondam às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recusar a cumprir a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considere apropriadas contra o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

ARTIGO 7.03. Relatórios e demonstrações financeiras. (a) O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, apresentará ao Banco os relatórios a seguir indicados, nos prazos que se fixam para cada um deles:

- (i) Dentro dos sessenta (60) dias seguintes ao término de cada Semestre civil, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco.
- (ii) Os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.
- (iii) Três exemplares das demonstrações financeiras correspondentes à totalidade do Projeto, ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, e informação financeira complementar relativa a essas

demonstrações. As demonstrações financeiras serão apresentadas dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, a partir do exercício em que se inicie a execução do Projeto e durante o período assinalado nas Disposições Especiais.

- (iv) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Mutuário, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir dos referentes ao exercício econômico em que se inicie o Projeto e dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Mutuário. Essa obrigação não será aplicável quando o Mutuário for à República ou o Banco Central.
 - (v) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Órgão Executor, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir das referentes ao exercício econômico em que se inicie o Projeto e dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor.
- (b) As demonstrações e documentos descritos nas alíneas (a) (iii), (iv) e (v) deverão ser apresentados com o parecer da entidade auditora indicada nas Disposições Especiais deste Contrato e de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios. O Mutuário ou o Órgão Executor, segundo pertinente, deverá autorizar a entidade auditora a proporcionar ao Banco a informação adicional que este venha razoavelmente a solicitar, relativa às demonstrações financeiras e os relatórios de auditoria emitidos.
- (c) (i) Nos casos em que o parecer deva ser emitido por um organismo oficial de fiscalização, e este não puder cumprir essa tarefa de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios ou dentro dos prazos acima mencionados, o Mutuário ou o Órgão Executor contratará os serviços de uma firma de contadores públicos independente, aceitável para o Banco; (ii) As partes contratantes poderão acordar que sejam utilizados os serviços de uma firma de contadores públicos independente.



CAPÍTULO VIII

Disposição sobre Gravames e Isenções

ARTIGO 8.01. Compromisso relativo a gravames. Se o Mutuário decidir estabelecer algum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa, deverá constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato. Contudo, esta disposição não será aplicável: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente do seu preço de aquisição; e (b) aos constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos prazos de vencimento não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país membro, a expressão "bens ou rendimentos" refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 8.02. Isenção de impostos. O Mutuário compromete-se a pagar tanto o capital como os juros e demais encargos do Empréstimo sem qualquer dedução ou restrição, livre de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou capazes de ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à realização, registro e execução deste Contrato.

CAPÍTULO IX

Arbitragem

ARTIGO 9.01. Composição do Tribunal. (a) O Tribunal Arbitral será constituído por três membros, designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro, doravante denominado o "Desempatador", por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à nomeação do Desempatador, ou se uma das partes não puder designar árbitro, o Desempatador será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se qualquer das partes não nomear árbitro, este será designado pelo Desempatador. Se qualquer dos árbitros nomeados, ou o Desempatador, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição pela forma estabelecida para a sua designação original. O sucessor terá as mesmas funções e atribuições do substituído.

- (b) Se a controvérsia envolver tanto o Mutuário como o Fiador, se houver, ambos serão considerados como uma só parte, e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente seja para a nomeação do árbitro, seja para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 9.02. Início do Processo. Para submeter à controvérsia ao processo de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra uma comunicação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte

que receber essa comunicação deverá, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da entrega da referida comunicação à parte reclamante, as partes não houverem chegado a um acordo sobre a designação do Desempatador, qualquer delas poderá solicitar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos que proceda à designação.

ARTIGO 9.03. Constituição do Tribunal. O Tribunal Arbitral constituir-se-á em Washington, Distrito de Columbia, Estados Unidos da América, na data em que o Desempatador determinar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio Tribunal.

ARTIGO 9.04. Processo. (a) O Tribunal terá competência para conhecer e decidir tão somente sobre a matéria da controvérsia. O Tribunal adotará suas próprias normas de processo e poderá, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessário. Em qualquer caso, terá sempre às partes a oportunidade de apresentar razões em audiência.

- (b) O Tribunal julgará ex aequo et bono, fundamentando sua decisão nos termos deste Contrato e proferirá sentença ainda que uma das partes não haja comparecido.
- (c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal, deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de sessenta (60) dias, a partir da data da nomeação do Desempatador, e, a não ser que o Tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas, será notificada às partes por meio de comunicação subscrita, pelo menos, por dois membros do Tribunal, deverá ser cumprida dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data de notificação, terá efeito executório e será irrecurível.

ARTIGO 9.05. Despesas. Os honorários de cada árbitro serão custeados pela parte que o houver designado e os honorários do Desempatador serão custeados em parcelas iguais entre as partes. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes entrarão em acordo quanto aos honorários das demais pessoas cuja intervenção no processo arbitral julgar necessária. Se as partes, na oportunidade, não chegarem a um acordo, o próprio Tribunal fixará a remuneração que seja razoável para as pessoas referidas, segundo as circunstâncias. Cada parte custeará suas próprias despesas no processo de arbitragem, mas as despesas do Tribunal serão custeadas, em parcelas iguais, pelas partes. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou quanto à forma de pagamento, será resolvida pelo próprio Tribunal, mediante decisão irrecurível.

ARTIGO 9.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será efetuada segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciaram a qualquer outra forma de notificação.



ANEXO A

O Programa

Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

I. Objetivo

- 1.01 O propósito do Programa é melhorar as condições de mobilidade e a acessibilidade da população do Mutuário, principalmente aquela de menores recursos, aumentando a integração entre os núcleos urbanos do Distrito Federal, por meio do financiamento de um sistema moderno de transporte público coletivo por ônibus, contribuindo para a melhoria da circulação e da segurança do transporte motorizado e não-motorizado e para o fortalecimento das iniciativas e das capacidades institucionais e de gestão do Mutuário.

II. Descrição

- 2.01 O Programa será executado na modalidade de obras múltiplas e compreende os seguintes componentes:

Componente 1. Engenharia e administração

- 2.02 Este componente financiará: (i) os estudos e projetos de engenharia, que compreendem os gastos associados aos estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental e aos projetos de execução das obras a serem incluídas no Programa; e (ii) as despesas de administração, correspondentes ao conjunto dos serviços e atividades que estarão a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), designada como responsável pela sua execução.

- 2.03 O componente inclui também os custos de contratação de serviços de consultoria para apoiar o gerenciamento do Programa e das firmas independentes que realizarão as auditorias contábil-financeiras e ambientais, bem como a supervisão ambiental e os custos de comunicação sócio-ambiental.

Componente 2. Investimentos para a modernização do transporte urbano

- 2.04 Modernização e integração do transporte público coletivo: Inclui as intervenções e ações destinadas a melhorar a operação e a cobertura do transporte público coletivo e a viabilizar a implantação de um sistema integrado. O componente inclui as obras de infraestrutura necessárias para priorizar a operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), principalmente no eixo leste-oeste (*Ceilândia - Taguatinga - Plano Piloto*) e as obras de infraestrutura complementares necessárias (terminais de ônibus e estações de integração com o Metrô, paradas e vias secundárias



para o trânsito local). Abrange as seguintes intervenções na infra-estrutura viária e urbana: (i) aproximadamente 11.8 km de corredor troncal, 26.13 km de corredores complementares e 42.5 km de vias locais; (ii) reforma de 14 terminais existentes, construção de 17 novos terminais/estações de integração, construção de cerca de 33 estações de transferência e 270 paradas de ônibus; e (iii) adequação de 11 interseções viárias para eliminar os conflitos de trânsito mais críticos, dando prioridade ao transporte público.

2.05 Melhoria da segurança viária para o transporte motorizado e não-motorizado: Todas as intervenções em infra-estrutura viária a serem financiadas incluirão em seus projetos e orçamentos as obras complementares, os dispositivos de controle e sinalização necessários para garantir um nível adequado de funcionamento e de segurança viária. Além disso, o Programa financiará, entre outros: (i) requalificação urbana nas áreas de intervenção direta do Programa, conforme legislação específica; (ii) passarelas para pedestres; (iii) rampas para pessoas com deficiências físicas em cruzamentos, calçadas e passarelas; (iv) sinalização viária; (v) instalação de semáforos em cruzamentos para pedestres; (vi) cerca de 70 km de ciclovias; e (vii) obras menores de correção geométrica e tratamento de pontos críticos na rede viária. Devido à natureza urbanística de Brasília, o Programa financiará intervenções em cruzamentos para pedestres combinadas com melhorias no ambiente urbano, que poderão servir de modelo para outros pontos críticos do Distrito Federal.

2.06 Centro de Controle Operacional (CCO) e sistema de semáforos: O CCO estará conectado a um sistema de semáforos centralizado e câmaras que permitirão a criação de um sistema de monitoramento e regulação do trânsito de veículos.

2.07 Sistema de gestão e operação do transporte público coletivo: Inclui o fornecimento de equipamentos de informática especializados para melhorar a capacidade de planejamento, gestão e controle operacional por parte da DFTrans e da Secretaria de Transportes do Distrito Federal (ST).

2.08 Supervisão de obras: A supervisão das obras fica a cargo da UGP que poderá contratar serviços de consultoria especializados para garantir o cumprimento dos cronogramas de trabalho, dos projetos e das especificações técnicas. A contratação está prevista em lotes, correspondentes aos grupos de licitação.

Componente 3. Fortalecimento institucional

2.09 As atividades propostas dividem-se em: (i) apoio à ST por meio da implementação de um sistema de gerenciamento de informação do transporte público; (ii) apoio à DFTrans, que compreende atividades destinadas a reforçar a capacidade tecnológica, técnica e institucional e a financiar a instalação, o teste e o funcionamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos (CCRC) (que subsidiará a integração tarifária aberta e de crédito temporal); e (iii) apoio à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para tudo o que se relaciona com as funções ambientais associadas ao Programa e à gestão ambiental dos sistemas de transporte público coletivo e infra-

estrutura associada, bem como a aquisição de equipamentos para medições da qualidade do ar e ruído e a realização do seminário de urbanismo e do estudo de mobilidade.

III. Custo do Programa e plano de financiamento

- 3.01 O custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$ 269.885.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil dólares), cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento é indicada no quadro seguinte:

Custo e financiamento
(em milhares de US\$)

CATEGORIA DE INVESTIMENTO	%	TOTAL	Banco	%	Contribuição Local	%
Engenharia e Administração	6,07	16.380	9.752	59,5	6.628	40,5
1.1 Estudos e Projetos	2,26	6.100	2.300	37,7	3.800	62,3
1.2 Administração do Programa*	3,81	10.280	7.452	72,5	2.828	27,5
2. Custos Diretos	90,59	244.485	159.625	65,3	84.860	34,7
2.1 Melhoria e Integração do Transporte Público	77,26	208.520	138.792	66,6	69.728	33,4
2.2 Segurança viária para o transporte motorizado e não-motorizado	7,82	21.100	10.550	50,0	10.550	50,0
2.3 Centro de Controle e Sistema de Semáforos	1,59	4.285	1.785	41,7	2.500	58,3
2.4 Sistema de Gestão e Operação do Transporte	1,90	5.120	3.584	70,0	1.536	30,0
2.5 Supervisão de Obras	2,02	5.460	4.914	90,0	546	10,0
3. Fortalecimento Institucional	3,04	8.220	7.398	90,0	822	10,0
3.1 Secretaria de Transportes	0,85	2.300	2.070	90,0	230	10,0
3.2 DFTrans	1,80	4.870	4.383	90,0	487	10,0
3.3 Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	0,39	1.050	945	90,0	105	10,0
4. Custos Concorrentes	0,30	800	-	0,0	800	100,0
4.1 Desapropriações	0,02	50	-	0,0	50	100,0
4.2 Reassentamentos	0,02	50	-	0,0	50	100,0
4.3 Compensação Ambiental e Social	0,26	700	-	0,0	700	100,0
5. Custos Financeiros**	0,00	-	-	0,0	-	0,0
5.1 Inspeção e supervisão	0,00	-	-	0,0	-	0,0
TOTAL	100,00	269.885	176.775	65,5	93.110	34,5

* Inclui, entre outros custos, os das auditorias financeira e ambiental.

** Os custos financeiros, juros e comissão de crédito serão pagos pelo GDF fora do Programa.

IV. Execução

- 4.01 O Mutuário, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em cujo âmbito foi criada, por decreto, a Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), atuará como Órgão Executor do Programa. A UGP será a responsável direta pela execução do Programa, realizando o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades, inclusive daquelas relativas ao monitoramento ambiental; ao acompanhamento da execução dos contratos; à elaboração dos relatórios de progresso; pedidos e processamentos de desembolsos; à contratação, administração e fiscalização

dos serviços de gerenciamento e supervisão, bem como de auditorias financeiro-contábeis e ambientais do Programa, e por toda a respectiva documentação. A execução do Programa será apoiada pelos co-executores DFTrans, DER/DF e NOVACAP, cujas participações serão formalizadas mediante convênios específicos, que definirão as responsabilidades pelos processos de licitação, contratação, administração e fiscalização dos contratos de obras, bens e serviços, e pela supervisão técnica das obras segundo as atribuições de cada um deles. A responsabilidade pela construção e reforma de terminais/estações, inclusive daquelas de integração com o Metrô, será da DFTrans; o DER/DF responde pela construção de obras rodoviárias e obras de arte; e a NOVACAP, pela construção de obras viárias urbanas, e melhorias de pontos críticos relativos à segurança de trânsito.

- 4.02 A UGP coordenará suas atividades dispensando atenção especial a quatro áreas: (a) execução de obras; (b) planejamento e programação; (c) monitoramento, acompanhamento e avaliação; e (d) assessoria técnica, incluindo os temas ambientais. A UGP será responsável pela administração financeira do Programa. As solicitações de pagamento serão encaminhadas pelos co-executores à UGP que o efetuará. A execução do Programa terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão: (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive apoio à supervisão dos processos licitatórios; (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para a avaliação do Programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referência e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na aquisição de bens e serviços; e (v) elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa.
- 4.03 Com base nos projetos de engenharia aprovados pelo Banco, as obras previstas para cada projeto serão contratadas por lotes. As respectivas licitações serão realizadas por comissão especializada de licitação a ser constituída pelo Mutuário, a qual verificará e escolherá a melhor proposta, de acordo com as Políticas e Procedimentos de Aquisições do Banco.
- 4.04 O controle e a supervisão das obras serão responsabilidade da UGP e dos respectivos co-executores, que contarão cada qual com uma Unidade de Gestão Local (UGL) nos termos a serem aprovados oportunamente pelo Banco.
- 4.05 A UGP contará com pessoal dedicado ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa, para promover medidas de prevenção ou correção sem afetar o desempenho normal do mesmo, de maneira a assegurar que todas as ações apontem para a realização dos objetivos propostos. A UGP será a encarregada do monitoramento dos indicadores.

Aspectos Sociais e Ambientais

- 4.06 Para a preparação do Programa foi elaborado o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (RAAE), contendo um Manual Ambiental de Construção e um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), o qual apresenta em detalhe todos os programas de prevenção, mitigação e compensação dos impactos sócio-ambientais resultantes da execução do Programa. Foi também elaborado um projeto de compensação ambiental

para o trecho da EPTG tangente à Reserva Ecológica do Guará, pela supressão de vegetação e pelos impactos sobre as áreas de preservação permanente (cursos de água).

- 4.07 Caso sejam identificados casos de moradias afetadas de população de baixa renda, aplicar-se-ão as medidas adequadas de mitigação baseadas na política do Banco OP-710 de julho de 2007.

V. Manutenção e Conservação

- 5.01 O propósito da manutenção e conservação é o de manter as obras compreendidas no Programa nas condições de operação em que se encontravam no momento da conclusão das mesmas, dentro de um nível compatível com os serviços que devam ser prestados.
- 5.02 O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa.
- 5.03 O plano anual de manutenção deverá incluir: (i) os detalhes da organização responsável pela manutenção; (ii) a informação relativa aos recursos que serão investidos em manutenção durante o ano corrente e o montante dos que serão incluídos no orçamento do ano seguinte; e (iii) um relatório sobre as condições da manutenção, baseado em sistema de avaliação do Mutuário.
- 5.04 O relatório anual de manutenção a que se refere a Cláusula 4.02(b) das Disposições Especiais deverá incluir: (a) informação de caráter geral, abrangendo o cronograma de execução de manutenção definida pela entidade encarregada, seu prazo, sua cobertura e seu grau de execução; (b) um inventário atualizado das intervenções viárias contempladas pelo Programa, com as condições em que se encontram os diferentes trechos das vias que o integram; (c) uma avaliação da execução do plano anual de manutenção durante o ano precedente, incluindo: (i) a comparação das condições atuais dos diferentes trechos das vias com as indicadas no inventário do ano precedente; (ii) as estatísticas das atividades realizadas, dos volumes de trabalho executados e dos recursos físicos e monetários utilizados tanto nas obras executadas quanto por administração direta ou por contrato; e (iii) o grau de cumprimento do plano, seu nível de eficácia e os ajustes que devam ser introduzidos no mesmo; e (d) o plano anual de manutenção viária para o exercício fiscal seguinte, com justificação das prioridades estabelecidas, das atividades a serem realizadas e do respectivo cronograma de execução.
- 5.05 O primeiro relatório anual de manutenção incluirá o plano correspondente ao ano fiscal seguinte ao da data do último desembolso do financiamento.

ANEXO B

**Utilização da modalidade de Pregão Eletrônico, da Ata de Registro
de Preços e do Pregão Presencial**

Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

A utilização da modalidade de Pregão Eletrônico, da Ata de Registro de Preços e do Pregão Presencial neste Programa será regida, em temas de processo, pelas seguintes regras e procedimentos, sem prejuízo das políticas e normas de aquisições do Banco:

I. Pregão eletrônico

- 1.01 O uso do Pregão Eletrônico estará limitado a aquisições de bens de uso comum¹ até o limite de Licitação Pública Nacional (LPN).
- 1.02 Para definição do tempo e valor de apresentação das propostas fica estabelecido o seguinte critério: até o limite de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares), o uso do Pregão Eletrônico terá um prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação das propostas.
- 1.03 Deverá haver nos processos de pregão eletrônico a presença de no mínimo 3 (três) participantes. No caso de haver menos de 3 (três) participantes, deverá ser solicitada ao Banco uma não objeção prévia à assinatura do contrato.
- 1.04 Depois da finalização dos lances, não haverá negociação de preços com o vencedor, cabendo apenas aceitar ou não a proposta vencedora.
- 1.05 O preço será o único critério de avaliação para a escolha da empresa vencedora.
- 1.06 A moeda da licitação será a estabelecida no contrato, mais os lances serão feitos na moeda local.
- 1.07 A participação das empresas estrangeiras nas licitações será permitida de acordo com as políticas do Banco. Para poderem participar, será solicitada apenas a documentação básica das empresas, apresentada por meios eletrônicos. A documentação completa será exigida somente da empresa vencedora, que terá um prazo de até 15 (quinze) dias úteis para apresentar a documentação requerida para a assinatura do contrato.

¹ Bens de uso comum são aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade possam ser objetivamente definidos nas especificações técnicas do edital de licitação, por meio de especificações usuais do mercado



- 1.08 As atas deverão conter um mecanismo de garantia de autenticidade que as assegurem contra qualquer alteração ou violação.
- 1.09 Não haverá ambientes de "chat" durante o processo de lances.
- 1.10 As auditorias contábeis e de procedimentos serão as estabelecidas no Contrato de Empréstimo.
- 1.11 O prazo para apresentar recursos será de 5 (cinco) dias úteis.
- 1.12 Nas especificações técnicas dos documentos não se deverá especificar uma marca, modelo ou fabricante determinado e, caso se especifique, deverão ser agregadas as palavras "ou equivalente".
- 1.13 Não se deverá estabelecer a desqualificação de ofertas antes da etapa de lances.

II. Ata de Registro de Preços

- 2.01 Será permitida a Ata de Registro de Preços para aquisição de bens até o limite de Licitação Pública Nacional (LPN), que será regida pelas seguintes condições:
 - (i) devem ser pré-fixados os montantes máximos a serem fornecidos/executados dentro do período de validade da Ata (máximo de 1 ano).
 - (ii) deve ser registrada uma única proposta vencedora e deve ser vedada a possibilidade de negociação com as seguintes colocadas, caso haja desistência da vencedora.
 - (iii) as auditorias contábeis e de procedimentos serão as estabelecidas neste Contrato de Empréstimo.

III. Pregão Presencial

- 3.01 Será permitido o Pregão Presencial para bens de uso comum cujo custo seja inferior a montante equivalente a US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares).

Empréstimo Nº 1957/OC-BR
Resolução DE-7/08

CONTRATO DE GARANTIA

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Empréstimo ao Distrito Federal

Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

30 de janeiro de 2008

CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia 30 de janeiro de 2008, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

Que através do Contrato de Empréstimo Nº 1957/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, entre o Banco e o Distrito Federal (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Financiamento até a quantia de US\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), que façam parte do Mecanismo Unimonetário do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações de pagamento do serviço da dívida do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste Instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste Instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Financiamento, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.

2. O Fiador, no âmbito de sua competência, compromete-se a não tomar nenhuma medida nem permitir que sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. O Fiador compromete-se a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a 1 (um) ano de prazo.



A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, à qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

4. O Fiador compromete-se a:
- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, de forma ampla, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Financiamento;
 - (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Financiamento, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
 - (c) no âmbito de sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
 - (d) facilitar, no âmbito de sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa; e
 - (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

5. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos, ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato, como o Contrato de Empréstimo, estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

6. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída para com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações de pagamento assumidas no Contrato de Empréstimo. Conseqüentemente, em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. Este, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir, ciente, igualmente, de que não ficará desobrigado se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

7. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

8. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida à sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo IX das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

9. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

Ao Fiador:

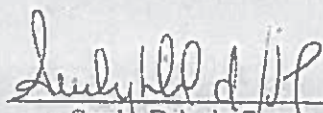
Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
Brasília - D.F. - Brasil
70.048-900

Fax: 61-3412-1740



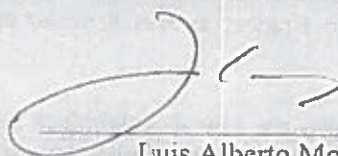
EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



Suely Dib de Sousa e Silva
Procuradora da Fazenda Nacional

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO



Luis Alberto Moreno
Presidente

IDB385-726(OO)

BRASIL

PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

Transporte

AVISO GERAL DE AQUISIÇÕES

Empréstimo N° 1957 /OC-BR

Projeto BR-L1018

O Governo do Distrito Federal do Brasil recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por um montante equivalente a US\$ 269.885.000, e se propõe utilizar os recursos para efetuar os pagamentos correspondentes à aquisição de bens e à contratação de obras, os serviços correlatos e os serviços de consultoria no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal. "Brasília Integrada".

O projeto será financiado conjuntamente com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal em um período de 60 meses.

Os objetivos principais do projeto estão voltados para melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população do mutuário, principalmente aquela de menores recursos, aumentando a integração entre os núcleos urbanos do Distrito Federal, por meio do financiamento de um sistema moderno de transporte público coletivo por ônibus, contribuindo para a melhoria da circulação e da segurança do transporte motorizado e não-motorizado e para o fortalecimento das iniciativas e das capacidades institucionais e de gestão do mutuário.

A execução do projeto compreende as seguintes aquisições e contratações:

- *Obras viárias – Grupo I: 4º Trimestre de 2004
- *Obras em terminais de ônibus - Grupo I: 4º Trimestre de 2007
- *Apoio ao gerenciamento do Programa: 2º Trimestre de 2008
- *Supervisão de obras: 2º Trimestre de 2008
- *Obras viárias – Grupo II: 2º Trimestre de 2008
- *Comunicação social: 3º Trimestre de 2008
- *Projetos de engenharia: 3º Trimestre de 2008
- *Equipamentos do sistema de gestão do transporte público: 3º Trimestre de 2008
- *Fortalecimento da gestão do transporte: 3º Trimestre de 2008
- *Obras em terminais de ônibus - Grupo II: 3º Trimestre de 2008
- *Obras de segurança viária – Grupo I: 4º Trimestre de 2008
- *Fortalecimento da gestão ambiental: 4º Trimestre de 2008
- *Auditoria contábil do Programa: 4º Trimestre de 2008
- *Auditoria ambiental do Programa: 4º Trimestre de 2008
- *Compensação ambiental: 4º Trimestre de 2008
- *Obras viárias – Grupo III: 1º Trimestre de 2009
- *Obras de segurança viária – Grupo II: 2º Trimestre de 2009
- *Sistema de informação para a gestão do transporte: 2º Trimestre de 2009

- *Estudos de demanda, micro simulação e análise de capacidade: 2º Trimestre de 2009
- *Obras em terminais de ônibus - Grupo III: 3º Trimestre de 2009
- *Obras viárias - Grupo IV: 4º Trimestre de 2009
- *Obras de segurança viária - Grupo III: 4º Trimestre de 2009
- *Equipamentos do sistema de semáforos: 4º Trimestre de 2010
- *Obras civis do centro de controle operacional (CCO): 4º Trimestre de 2010
- *Equipamentos para o centro de controle operacional (CCO): 4º Trimestre de 2010

A licitação de contratos financiados pelo BID será efetuada de conformidade com o procedimento indicado nas *Políticas para Aquisição de Obras e Bens Financiados pelo BID*, edição atual, e poderão dela participar todos os licitantes de países elegíveis, conforme definido nestas políticas. Os serviços de consultoria serão selecionados conforme as *Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo BID*, edição atual.

Na medida em que estejam disponíveis, serão publicados anúncios específicos de aquisições para os contratos a serem licitados, conforme os procedimentos de licitação pública internacional do BID, e para os contratos de consultores de maior valor (superior ou igual a US\$ 200.000), em *UN Development Business Online*, no website do BID (www.iadb.org), e em jornal de grande circulação nacional.

Os ofertantes elegíveis interessados em receber um convite para a licitação conforme os procedimentos de licitação pública internacional, e os consultores que desejarem receber uma cópia do convite para apresentar manifestações de interesse para contratos de consultoria, ou aqueles interessados em obter maiores informações, deverão dirigir-se ao seguinte endereço:

Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado de Transportes
 Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal
 Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP
 Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Sala 1501
 A/C: Engº Reinaldo Vieira Teixeira
 Tel: (55-61) 3441-3478, 3441-3498
 Fax: (55-61) 3441-3408
 E-mail: rteixeiravieira2007@gmail.com
 Web site: <http://www.st.df.gov.br/>

Contrato de Serviços de Consultoria

Com Base no Tempo

CT 025/2008 - ST

entre

Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal

e

Logos Engenharia S. A.

Data: 04 de dezembro de 2008

I – Termo de Contrato

Remuneração com Base no Tempo

CONTRATO Nº. 025/2008-ST	DATA: 04/12/2008
Processo Nº. 00.410.002.297/2008, de 10 de julho de 2008.	SDP Nº. 001/2008/PTU, de 17 de julho de 2008.
Fundamento Legal: Contrato de Empréstimo Nº 1957/OC-BR celebrado entre o Distrito Federal e o BID; Lei Federal Nº 8666, de 21/06/93 e alterações introduzidas pela Lei Federal Nº 8883, de 08/06/94; e demais legislações pertinentes à matéria.	
Objeto: O objeto do Contrato é o Serviço de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - SAG.	
Prazos: De Conclusão dos Serviços: 60 (sessenta) meses após autorização para início dos serviços. De Vigência do Contrato: 66 (sessenta e seis) meses após autorização para início dos serviços.	
Valor do Contrato: Em moeda nacional: <u>Valor dos Serviços:</u> R\$ 17.099.400,00 (dezessete milhões noventa e nove mil e quatrocentos reais) <u>Valor dos Impostos:</u> R\$ 2.273.181,20 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e oitenta e um reais e vinte centavos) <u>Valor Total em Reais:</u> R\$ 19.372.581,20 (dezenove milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos).	
Dotação: Orçamento da Secretaria de Estado de Transportes para o ano de 2008 e subsequentes. Elemento (Natureza da Despesa): 339035 Projeto Orçamentário (Programa de Trabalho): 26.782.0250.1752.0002 – Implantação da Gestão de Preparação e de Execução do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal. Fonte(s): 100 e 136	

O presente TERMO DE CONTRATO (doravante denominado "Contrato") é celebrado em 03 de novembro de 2008, entre, de um lado, a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, com sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Sala 1501, Brasília/DF (doravante denominado "Contratante"), representado por João Alberto Fraga Silva, na qualidade de Secretário de Estado de Transportes, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e, de outro, Logos Engenharia S. A., com sede à Rua Libero Badaró, 377, 6º andar, São Paulo/SP (doravante denominado "Consultor" ou "Empresa Consultora") representada por Jair Carlos Roxo, portador da identidade nº 5.616.418-SSP/SP, CPF nº 008.382.488-02, na qualidade de Diretor Técnico e por José Roberto Soares, portador da identidade nº 4.300.987-SSP/SP, CPF nº 476.224.748-00, na qualidade de Procurador.

CONSIDERANDO

- (a) que o Contratante solicitou à Empresa Consultora a prestação de determinados Serviços de Consultoria definidos neste Contrato (doravante denominados "Serviços");
- (b) que a Empresa Consultora, tendo declarado ao Contratante que possui a capacidade profissional requerida e que conta com o pessoal e os recursos técnicos necessários, concordou em prestar os Serviços nos termos e condições estipulados neste Contrato;
- (c) que o Contratante recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado "Banco") para cobrir parcialmente o custo dos Serviços e se propõe utilizar parte dos recursos deste financiamento para efetuar pagamentos elegíveis neste Contrato, ficando entendido que (i) o Banco somente efetuará pagamentos a pedido do Contratante e com aprovação do Banco, (ii) esses pagamentos estarão sujeitos, em todos seus aspectos, aos termos e condições do Contrato de Empréstimo, e (iii) ninguém além do Contratante terá qualquer direito nos termos do Contrato de Empréstimo nem direito aos recursos do financiamento;

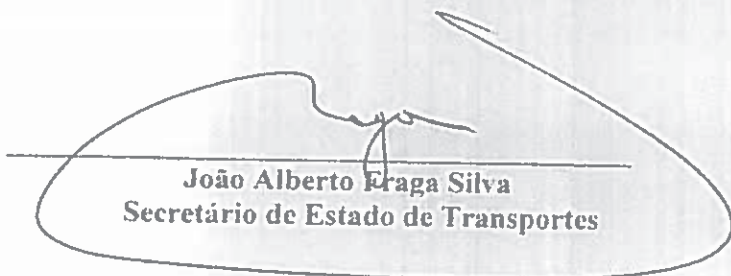
PORTANTO, as Partes por este meio acordam o seguinte:

- 1 Os documentos anexos ao presente Contrato, como a seguir relacionados, serão considerados como parte integral do mesmo:
 - (a) as Condições Gerais do Contrato;
 - (b) as Condições Especiais do Contrato;
 - (c) o Apêndice A: Proposta da Consultora para a execução dos serviços; e
 - (d) o Apêndice E: Estimativa de custos em moeda nacional.
- 2 Os direitos e obrigações mútuos do Contratante e da Empresa Consultora serão os estipulados no Contrato, em particular os seguintes:
 - a) A Empresa Consultora prestará os Serviços em conformidade com as disposições do Contrato; e
 - b) O Contratante efetuará os pagamentos à Empresa Consultora de acordo com as disposições deste Contrato.

Lavrado em 4 (quatro) vias na Equipe de Licitação e Contratos, lido e achado conforme, pelas partes.

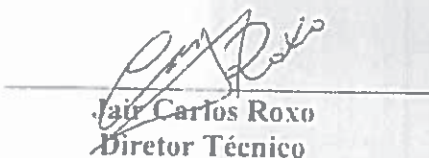
EM TESTEMUNHO DO QUE, as Partes celebram este Contrato em seus nomes respectivos na data antes indicada.

Representando a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal:

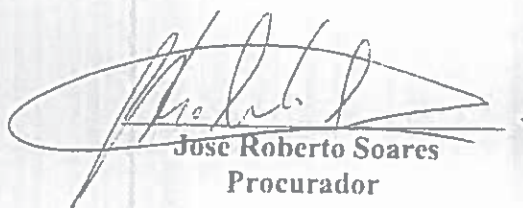


João Alberto Fraga Silva
Secretário de Estado de Transportes

Representando a Logos Engenharia S. A.:

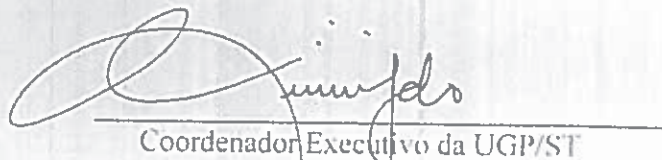


Jair Carlos Roxo
Diretor Técnico



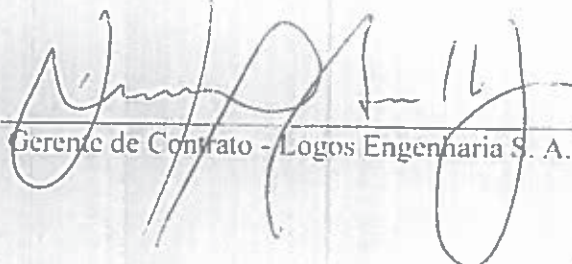
José Roberto Soares
Procurador

1. TESTEMUNHA:



Coordenador Executivo da UGP/ST

2. TESTEMUNHA:



Gerente de Contrato - Logos Engenharia S. A.

II – Condições Gerais do Contrato

1 Disposições gerais

1.1 Definições

A menos que o contexto exija de outra forma, quando utilizados neste Contrato, os seguintes termos terão os significados que se indicam a seguir:

- (a) “Lei aplicável” significa as leis e quaisquer outras disposições que tenham força de lei no país do Governo ou no país que se especifique nas Condições Especiais do Contrato (CEC) e que periodicamente possam ser adotadas e estar em vigência;
- (b) “Banco” significa o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com sede em Washington, D.C., E.U.A., ou qualquer fundo administrado pelo Banco;
- (c) “Consultor” ou “Empresa Consultora” significa qualquer entidade pública ou privada, incluindo Parceria, Consórcio ou Associação (PCA), que possa prestar ou preste serviços ao Contratante nos termos do Contrato;
- (d) “Contrato” significa o Contrato assinado pelas Partes e todos os documentos anexos que se enumeram na Cláusula 1 deste Contrato, que são estas Condições Gerais do Contrato (CGC), as Condições Especiais do Contrato (CEC) e os Apêndices;
- (e) “Dia” significa dia corrido;
- (f) “Data de entrada em vigor” significa a data na qual o presente Contrato entrar em vigor, conforme a Cláusula 2.1 das CGC;
- (g) “Moeda estrangeira” significa qualquer moeda que não seja a do país do Contratante;
- (h) “CGC” significa estas Condições Gerais do Contrato;
- (i) “Governo” significa o governo do país do Contratante;
- (j) “Moeda local” significa a moeda do país do Contratante;
- (k) “Integrante” significa qualquer das entidades que formam uma Parceria, Consórcio ou Associação (PCA); e “Integrantes” significa todas estas empresas;
- (l) “Parte” significa o Contratante ou o Consultor, conforme o caso, e “Partes” significa ambos;
- (m) “Pessoal” significa os profissionais e pessoal de apoio contratados pela Empresa Consultora ou por qualquer Empresa Subconsultora e destinados à prestação dos Serviços ou de uma parte dos mesmos: “Pessoal Estrangeiro” significa os profissionais e pessoal de apoio que, quando da assinatura do Contrato, têm seus domicílios fora do país do Governo; “Pessoal Local” ou “Pessoal Nacional” significa os profissionais e pessoal de apoio que, quando da assinatura do Contrato, têm seus domicílios no país do Governo; e “Pessoal-chave” significa o pessoal a que se faz referência na Cláusula 4.2 (a) das CGC;

- (n) "Despesas reembolsáveis" significa todos os custos relacionados com o trabalho, além da remuneração do Consultor;
- (o) "CEC" significa as Condições Especiais do Contrato através das quais as CGC podem ser alteradas ou suplementadas;
- (p) "Serviços" significa o trabalho que o Consultor deverá realizar nos termos do Contrato, conforme descrito no Apêndice A;
- (q) "Subconsultor" ou "Empresa Subconsultora" significa qualquer pessoa ou entidade que o Consultor contrata para a prestação de uma parte dos Serviços;
- (r) "Terceiro" significa qualquer pessoa ou entidade que não seja o Governo, o Contratante, o Consultor ou um Subconsultor;
- (s) "Por escrito" significa qualquer meio de comunicação em forma escrita com prova de recebimento.

1.2 Relação entre as Partes

Nenhuma estipulação do presente Contrato poderá ser interpretada de modo a definir a existência de uma relação de empregador e empregado ou de mandante e mandatário entre o Contratante e o Consultor. Conforme este Contrato, o Pessoal e o Subconsultor, se houver, que prestem os Serviços estarão exclusivamente a cargo do Consultor, que será plenamente responsável pelos Serviços prestados por eles ou em seu nome.

1.3 Lei que rege o Contrato

Este Contrato, seu significado e interpretação, e a relação que cria entre as Partes serão regidos pela Lei aplicável.

1.4 Idioma

Este Contrato é assinado no idioma indicado nas CEC, pelo qual se regerão obrigatoriamente todos os assuntos relacionados com o mesmo ou com seu significado ou interpretação.

1.5 Cabeçalhos

O conteúdo deste Contrato não será restringido, modificado ou afetado pelos cabeçalhos.

1.6 Notificações

1.6.1 Qualquer notificação, solicitação ou aprovação nos termos deste Contrato será efetuada por escrito. Considera-se válida tal notificação, solicitação ou aprovação quando haja sido entregue pessoalmente a um representante autorizado da Parte à qual esteja dirigida, ou quando se haja enviado a tal Parte no endereço indicado nas CEC.

1.6.2 Uma Parte pode mudar seu endereço para estes avisos (notificações) informando por escrito à outra Parte sobre esta mudança do endereço indicado nas CEC.

1.7 Lugar onde serão prestados os Serviços

Os Serviços serão prestados nos lugares indicados no Apêndice A; quando não estiver indicado o local de uma tarefa específica, esta será executada no lugar que o Contratante approve, seja no país do Governo ou em outro lugar.

1.8 Faculdades do Integrante encarregado Se o Consultor for uma associação em Parceria, Consórcio ou Associação formada por várias empresas (PCA), os Integrantes autorizam a Empresa indicada nas CEC a exercer em seu nome todos os direitos e cumprir todas as obrigações do Consultor frente ao Contratante nos termos deste Contrato, inclusive, entre outros, receber instruções e pagamentos do Contratante.

1.9 Representantes autorizados Os funcionários indicados nas CEC poderão adotar qualquer medida que o Contratante ou a Empresa Consultora deva ou possa adotar nos termos deste Contrato, e poderão assinar em nome destes qualquer documento que deva ou possa ser assinado.

1.10 Impostos e taxas A Empresa Consultora, o Subconsultor e o Pessoal pagarão os impostos indiretos, diretos, gravames e demais tributos que correspondam segundo a Lei aplicável conforme se indica nas CEC.

1.11 Fraude e Corrupção

1.11.1 Definições O Banco exige que todos os Consultores sigam as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo Banco. Em particular, o Banco requer que todos os Mutuários (inclusive os beneficiários de uma doação), órgãos executores e agências contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas que participam de um projeto financiado pelo Banco, incluindo solicitantes, fornecedores, licitantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e agentes), cumpram os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco qualquer ato suspeito de fraude ou corrupção de que tenham conhecimento durante o processo de seleção, bem como na negociação ou execução de um contrato. A fraude e a corrupção estão proibidas e incluem os seguintes atos: (i) suborno; (ii) extorsão ou coação; (iii) fraude; e (iv) conluio. As definições a seguir relacionadas incluem os tipos mais comuns de práticas corruptas, mas não são exaustivas. Por isso, o Banco também tomará medidas na eventualidade de qualquer fato semelhante ou queixa envolvendo alegações de fraude e corrupção, mesmo que não estejam especificados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos estabelecidos na Cláusula 1.11.2 (b) das CGC.

O Banco adota as seguintes definições:

- (a) "suborno": consiste no ato de oferecer ou dar algo de valor com o fim de influenciar as ações ou decisões de terceiros, ou de receber ou solicitar qualquer benefício em troca da realização de ações ou omissões vinculadas ao cumprimento de deveres;
- (b) "extorsão" ou "coação": significa o ato ou prática de obter alguma coisa, obrigar a realização de uma ação ou de influenciar uma decisão por meio de intimidação, ameaça ou uso de força, podendo o dano eventual ou real recair sobre as pessoas, sua reputação ou sobre seus bens;

- (c) "fraude": significa todo ato ou omissão que procure falsificar a verdade com o fim de induzir terceiros a assumir a veracidade do fato para obter uma vantagem injusta ou causar danos a terceiros;
- (d) "conluio": significa um acordo secreto entre duas ou mais partes, realizado com a intenção de defraudar ou causar danos a uma pessoa ou entidade ou obter um fim ilícito.

1.11.2 Medidas a serem adotadas

- (a) Se ficar comprovado que, em conformidade com os procedimentos administrativos do Banco, uma empresa, entidade ou pessoa licitando ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, empreiteiros, empresas consultoras, consultores, mutuários (incluindo beneficiários de doações), compradores, agências executoras ou agências contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes) perpetrou um ato de fraude ou corrupção vinculado com um projeto financiado pelo Banco, este poderá:
- (i) decidir não financiar qualquer proposta de adjudicação ou um contrato adjudicado para serviços de consultoria financiados pelo Banco;
 - (ii) suspender o desembolso da operação, em qualquer etapa, se houver provas suficientes de que um funcionário, agente ou representante do mutuário, agência executora ou agência contratante perpetrou um ato de fraude ou corrupção;
 - (iii) cancelar e/ou acelerar o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente a um contrato, se houver provas de que o representante do mutuário ou beneficiário de uma doação não tomou as medidas adequadas dentro de um período que o Banco considere razoável e de acordo com as garantias processuais da legislação do país do mutuário;
 - (iv) emitir uma reprimenda na forma de carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;
 - (v) emitir declaração de que um indivíduo, entidade ou empresa é inelegível, permanentemente ou por um certo período, para celebrar contratos em projetos financiados pelo Banco, exceto nas condições que o Banco julgar apropriadas;
 - (vi) encaminhar o assunto às autoridades pertinentes, encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou
 - (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas nas circunstâncias, inclusive multas que representem o reembolso ao Banco dos custos de investigação e processo; essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou no lugar de outras sanções.
- (b) O Banco estabeleceu um procedimento administrativo para denúncias de fraude e corrupção no processo de aquisições ou

execução de um contrato financiado pelo Banco, o qual está disponível no site do Banco (www.iadb.org), atualizado periodicamente. Para tais propósitos, qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (OII) para a realização da correspondente investigação. As denúncias poderão ser apresentadas de maneira confidencial ou anônima.

- (c) Os pagamentos estarão expressamente condicionados a que a participação dos Consultores no processo de aquisições tenha ocorrido acordo com as políticas do Banco aplicáveis em matéria de fraude e corrupção descritas nesta Cláusula 1.11.
- (d) Quaisquer das sanções descritas no parágrafo (a) desta Cláusula serão impostas pelo Banco de maneira pública.
- (e) O Banco poderá exigir que os Consultores permitam examinar suas contas e registros relacionados com a apresentação de Propostas e com a execução do Contrato e submetê-los a auditoria por auditores designados pelo Banco. Para tanto, o Banco poderá: (i) exigir que os Consultores conservem todos os documentos e registros relacionados com o projeto financiado pelo Banco por um período de cinco (5) anos depois de terminado o trabalho, em conformidade com a Cláusula 3.6 das CGC; (ii) solicitar a entrega de todo documento necessário para a investigação pertinente e a disponibilidade dos indivíduos, empregados ou agentes da Empresa Consultora que tenham conhecimento do projeto financiado pelo Banco para responder às consultas do Banco.
- (f) Os Consultores declaram e garantem que:
 - (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
 - (ii) não incorreram em nenhuma infração sobre fraude e corrupção descrita neste documento;
 - (iii) não falsearam nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de aquisição, negociação do Contrato ou cumprimento do Contrato;
 - (iv) nem eles nem nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis para celebrar contratos relacionados com financiamento do Banco nem foram declarados culpados de delitos vinculados com fraude ou corrupção;
 - (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foi diretor, funcionário ou acionista principal de nenhuma outra companhia ou entidade que tenha sido declarada inelegível para celebrar contratos relacionados com financiamento do Banco ou foi declarado culpado de um delito vinculado com fraude ou corrupção;
 - (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes, pagamentos por serviços de facilitação ou

acordos para compartilhar renda relacionados com o Contrato ou Convênio de consultoria financiado pelo Banco.

- (vii) reconhecem que o descumprimento de quaisquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma das medidas descritas nesta Cláusula 1.11 das CGC ou de uma combinação delas.

1.12 Elegibilidade Os Consultores e seus Subconsultores deverão ser originários de países membros do Banco. Considerar-se-á que um Consultor tem a nacionalidade de um país elegível se cumprir os seguintes requisitos:

- (a) **Um indivíduo** será considerado nacional de um país membro do Banco, se satisfizer um dos seguintes requisitos:
- (i) for cidadão de um país membro; ou
 - (ii) tiver estabelecido seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar neste país.
- (b) **Uma empresa** será considerada nacional de um país membro do Banco se satisfizer os dois requisitos seguintes:
- (i) estiver legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e
 - (ii) mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da empresa for de propriedade de indivíduos ou empresas de países membros do Banco.

Todos os integrantes de uma PCA e todos os Subconsultores devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

Se o contrato de prestação de Serviços de Consultoria incluir o fornecimento de bens e serviços conexos, todos estes bens e serviços conexos devem ser originários de países membros do Banco. Os bens se originam em um país membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características básicas, função ou propósito de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes. No caso de um bem que consiste de vários componentes que requerem montagem (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro), para que o bem possa operar, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para seu financiamento se a montagem dos componentes se fez em um país membro. Quando o bem é uma combinação de vários bens normalmente empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, se considera que o bem provém do país onde foi empacotado e embarcado com destino ao comprador. Para fins de origem, os bens identificados como "feito na União Européia" serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Européia. A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da

empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

O Consultor deverá fornecer o formulário denominado "Certificado de Fornecedor" (Apêndice H), contido nos Formulários do Contrato, declarando que os bens têm sua origem em um país membro do Banco. Este formulário deverá ser entregue ao Contratante como condição para que se realize o pagamento dos bens. O Contratante se reserva o direito de pedir à Empresa Consultora informação adicional com o objetivo de verificar que os bens são originários de países membros do Banco.

2 Início, cumprimento, modificação e rescisão do Contrato

- 2.1 Entrada em vigor do Contrato** Este Contrato entrará em vigor na data ("Data de entrada em vigor") da notificação na qual o Contratante instrua a Empresa Consultora para que comece a prestar os Serviços. Esta notificação deverá confirmar que se cumpriram todas as condições para a entrada em vigor do Contrato indicadas nas CEC, se houver.
- 2.2 Vencimento do Contrato por não ter entrado em vigor** Se este Contrato não entrar em vigor dentro do prazo especificado nas CEC, contado a partir da data em que tenha sido assinado pelas Partes, quaisquer das Partes, mediante comunicação escrita, notificará a outra, com pelo menos 21 (vinte e um) dias de antecedência, que declara este Contrato nulo e sem valor, em cujo caso nenhuma das Partes terá nenhuma reclamação sobre a outra a respeito desta decisão.
- 2.3 Começo da prestação dos Serviços** A Empresa Consultora começará a prestar os Serviços após a Data de entrada em vigor do Contrato, antes de decorrido o número de dias indicado nas CEC.
- 2.4 Vencimento do Contrato** A menos que seja rescindido com antecedência, conforme disposto na Cláusula 2.9 destas CGC, este Contrato será considerado vencido ao término do prazo especificado nas CEC, contado a partir de sua Data de entrada em vigor.
- 2.5 Totalidade do Acordo** Este Contrato contém todas as cláusulas, estipulações e disposições acordadas entre as Partes. Nenhum agente ou representante de nenhuma das Partes tem faculdades para fazer – nem as Partes serão responsáveis ou estarão sujeitas a – nenhuma declaração, afirmação, promessa ou acordo que não esteja estipulado no Contrato.
- 2.6 Modificações ou emendas**
- (a) Os termos e condições deste Contrato, incluído o escopo dos Serviços, só poderão ser modificados mediante acordo por escrito entre as Partes. Não obstante, conforme estipulado na Cláusula 7.2 destas CGC, cada uma das Partes deverá dar a devida consideração a qualquer modificação proposta pela outra Parte.
 - (b) Quando as modificações ou emendas forem substanciais, será necessário o prévio consentimento do Banco por escrito.

2.7 Força Maior

2.7.1 Definição

- (a) Para os fins deste Contrato, "Força Maior" significa um acontecimento que escapa ao controle razoável de uma das Partes, não é previsível, é inevitável e faz com que o cumprimento das obrigações contratuais dessa Parte seja impossível ou tão pouco viável que se pode razoavelmente considerar impossível em tais circunstâncias. Estas circunstâncias incluem, entre outras: guerra, motins, distúrbios civis, terremoto, incêndio, explosão, tormenta, inundação ou outras condições climáticas adversas, greves, "lockouts" ou outras ações de caráter industrial (exceto se a Parte que invoca a Força Maior tem poderes para impedir tais greves, "lockouts" ou ações industriais), confisco ou qualquer outra medida adotada por organismos governamentais.
- (b) Não se considerará Força Maior (i) um evento causado pela negligência ou intenção de uma das Partes, seus agentes e empregados, ou do Subconsultor; nem (ii) um evento que uma Parte diligente pudesse razoavelmente ter prevenido no momento da celebração deste Contrato e evitado ou superado durante o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato.
- (c) Não se considerará Força Maior a insuficiência de fundos ou o descumprimento de qualquer pagamento requerido nos termos do presente Contrato.

2.7.2 Não violação do Contrato

O inadimplemento por uma das Partes de alguma de suas obrigações nos termos do Contrato não será considerado como violação do mesmo nem como negligência, quando este inadimplemento se deva a um evento de Força Maior, desde que a Parte afetada por tal evento tenha tomado todas as precauções razoáveis, destinado a devida atenção e tomado medidas alternativas procedentes com o fim de cumprir os termos e condições deste Contrato.

2.7.3 Medidas a serem adotadas

- (a) A Parte afetada por um evento de Força Maior deverá continuar exercendo suas obrigações no presente Contrato sempre que seja razoavelmente prático e deverá tomar todas as medidas que sejam razoáveis para atenuar as consequências de um evento de Força Maior.
- (b) A Parte afetada por um evento de Força Maior notificará a outra sobre este evento, com a maior brevidade possível, e em todo caso no mais tardar 14 (quatorze) dias depois de ocorrido o evento, e fornecerá provas da natureza e da origem do mesmo; e, igualmente, notificará por escrito sobre a normalização da situação assim que for possível.
- (c) O prazo dentro do qual uma Parte deva realizar uma atividade ou tarefa nos termos deste Contrato será prorrogado por um período igual àquele durante o qual esta Parte não tenha podido realizar tal atividade como consequência de um evento de Força Maior.

(d) Durante o período de sua incapacidade para prestar os Serviços como consequência de um evento de Força Maior, a Empresa Consultora sob instruções do Contratante deverá:

(i) retirar-se, caso em que a Empresa Consultora será reembolsada por custos adicionais razoáveis e necessários em que haja incorrido e, se assim exigir o Contratante, à reativação dos Serviços; ou

(ii) continuar prestando os Serviços dentro do possível, caso em que a Empresa Consultora continuará a ser remunerada de acordo com os termos deste Contrato e reembolsada pelos custos adicionais razoáveis e necessários em que haja incorrido.

(e) Quando houver desacordo entre as Partes sobre a existência ou envergadura do evento de Força Maior, este deverá ser solucionado segundo o estipulado na Cláusula 8 das CGC.

2.8 Suspensão

O Contratante poderá suspender todos os pagamentos estipulados neste Contrato mediante uma notificação de suspensão por escrito à Empresa Consultora caso esta se torne inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraídas nos termos deste Contrato. Nesta notificação o Contratante deverá (i) especificar a natureza da inadimplência e (ii) solicitar à Empresa Consultora que termine esta situação de inadimplência dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento desta notificação.

2.9 Término antecipado do Contrato

2.9.1 Pelo Contratante

O Contratante poderá dar por terminado este Contrato se ocorrer um dos eventos especificados nos parágrafos (a) a (g) desta Subcláusula 2.9.1 das CGC. Nesta circunstância, o Contratante enviará uma notificação de término por escrito à Empresa Consultora com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência à data de término, e com 60 (sessenta) dias de antecedência no caso referido na subcláusula (g):

(a) Se a Empresa Consultora não sanar a situação de inadimplência em relação às obrigações contraídas no termo deste Contrato, segundo estipulado na notificação de suspensão emitida conforme a subcláusula 2.8 precedente destas CGC, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dessa notificação, ou dentro de outro prazo maior que o Contratante possa ter aceitado posteriormente por escrito;

(b) Se a Empresa Consultora (ou, se o Consultor for mais de uma empresa, qualquer um de seus Integrantes) chegar a declarar-se insolvente ou for declarado em estado falimentar; ou realizar algum acordo com seus credores a fim de conseguir o alívio de suas dívidas; ou se abrigar sob alguma lei que beneficie os devedores; ou entrar em liquidação ou administração judicial, seja de caráter compulsório ou voluntário;

- (c) Se a Empresa Consultora não deixar de cumprir uma decisão final decorrente de um procedimento de arbitragem conforme a Cláusula 8 destas CGC;
- (d) Se o Contratante determinar que a Empresa Consultora participou em atos de fraude ou corrupção durante a licitação ou a execução do Contrato;
- (e) Se a Empresa Consultora apresentar ao Contratante uma declaração falsa que afete substancialmente os direitos, obrigações ou interesses do Contratante;
- (f) Se a Empresa Consultora, como consequência de um evento de Força Maior, não puder prestar uma parte importante dos Serviços durante um período de não menos de 60 (sessenta) dias; ou
- (g) Se Contratante, a seu critério e por qualquer razão, decidir rescindir este Contrato.

2.9.2 Pela Empresa Consultora

A Empresa Consultora poderá rescindir este Contrato, mediante uma notificação por escrito ao Contratante com não menos de 30 (trinta) dias de antecedência, se ocorrer um dos eventos especificados nos parágrafos (a) a (d) desta subcláusula 2.9.2 das CGC:

- (a) Se o Contratante deixar de pagar um valor devido à Empresa Consultora nos termos deste Contrato, não sendo tal valor objeto de controvérsia conforme a cláusula 8 destas CGC, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias depois de haver recebido a notificação escrita do Consultor constituindo o Contratante em mora;
- (b) Se a Empresa Consultora, como consequência de um evento de Força Maior, não puder prestar uma parte importante dos Serviços durante um período não inferior a 60 (sessenta) dias;
- (c) Se o Contratante deixar de cumprir qualquer decisão final resultante de um procedimento de arbitragem ou processo judicial, conforme o caso, de acordo com a cláusula 8 destas CGC;
- (d) Se o Contratante incorrer em inadimplência substancial de suas obrigações nos termos deste Contrato e continuar inadimplente após decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias (ou outro prazo maior que o Consultor possa ter aceitado posteriormente por escrito), contado do recebimento da notificação da Empresa Consultora pelo Contratante, especificando a inadimplência.

2.9.3 Cessação dos direitos e obrigações

Ao terminar o presente Contrato conforme disposto nas subcláusulas 2.2 ou 2.9 destas CGC, ou ao vencer este Contrato conforme disposto na subcláusula 2.4 destas CGC, todos os direitos e obrigações das Partes nos termos deste Contrato cessarão, exceto (i) os direitos e obrigações que possam haver-se acumulado até a data da rescisão ou vencimento; (ii) a obrigação de confidencialidade estipulada na subcláusula 3.3 destas CGC; (iii) a obrigação da Empresa Consultora de permitir a inspeção, cópia e auditoria de suas contas e registros segundo o estipulado na subcláusula 3.6 destas CGC; e (iv) qualquer direito que as Partes possam ter em conformidade com a lei aplicável.

2.9.4 Cessação dos Serviços Depois de terminado este Contrato pela notificação de uma Parte à outra, em conformidade com o disposto nas subcláusulas 2.9.1 ou 2.9.2 destas CGC, imediatamente depois do envio ou recebimento desta notificação, a Empresa Consultora suspenderá os Serviços rápida e ordenadamente, e envidará todos os esforços para que os gastos para este propósito sejam mínimos. A respeito dos documentos preparados pelo Consultor e dos equipamentos e materiais fornecidos pelo Contratante, a Empresa Consultora procederá conforme estipulado nas subcláusulas 3.9 ou 3.10 das CGC, respectivamente.

2.9.5 Pagamentos no término do Contrato Ao terminar este Contrato conforme estipulado nas subcláusulas 2.9.1 ou 2.9.2 destas CGC, o Contratante efetuará os seguintes pagamentos à Empresa Consultora:

- a) as remunerações nos termos da cláusula 6 destas CGC a título de Serviços prestados satisfatoriamente antes da data efetiva do término deste Contrato e as despesas reembolsáveis nos termos da cláusula 6 destas CGC e outras despesas efetivamente incorridas antes da data efetiva do término; e
- b) salvo no caso de término conforme os parágrafos (a) a (e) da subcláusula 2.9.1 destas CGC, o reembolso de qualquer despesa razoável inerente ao término rápido e ordenado deste Contrato, incluídas as despesas de viagem de volta do Pessoal e de seus familiares dependentes admissíveis.

2.9.6 Controvérsias acerca do término do Contrato Se uma das Partes puser em dúvida a ocorrência de um dos eventos indicados nos parágrafos (a) a (f) da subcláusula 2.9.1 ou na subcláusula 2.9.2 destas CGC, esta Parte, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias seguintes ao recebimento da notificação de rescisão emitida pela outra Parte, poderá submeter a matéria à cláusula 8 destas CGC. Este Contrato não poderá ser terminado em função de tal evento, exceto quando de acordo com os termos de laudo arbitral.

3 Obrigações da Empresa Consultora

3.1 Generalidades

3.1.1 Padrão de desempenho A Empresa Consultora prestará os Serviços e cumprirá suas obrigações nos termos do presente Contrato com a devida diligência, eficiência e economia, de acordo com normas e práticas profissionais geralmente aceitas; observará práticas de administração prudentes e empregará tecnologia apropriada e equipamentos, maquinaria, materiais e métodos eficazes e seguros. A Empresa Consultora atuará sempre como assessor leal do Contratante em todos os assuntos relacionados com este Contrato ou com os Serviços, e sempre deverá proteger e defender os interesses legítimos do Contratante em todas suas negociações com Subconsultores ou com terceiros.

3.1.2 Lei que rege os Serviços A Empresa Consultora prestará os Serviços de acordo com a Lei aplicável e tomará todas as medidas possíveis para assegurar que tanto

Handwritten signature and initials in black ink. The signature is a stylized, cursive 'A' followed by a flourish. The initials are 'L. J.' followed by a flourish.



os Subconsultores como o Pessoal da Empresa Consultora e o de qualquer Subconsultor cumpram a Lei aplicável. O Contratante informará por escrito à Empresa Consultora sobre os usos e costumes relevantes do lugar, e a Empresa Consultora, uma vez notificada, deverá respeitá-los.

3.2 Conflito de interesses

Os Consultores devem atribuir máxima importância aos interesses do Contratante, sem consideração alguma a respeito de qualquer serviço futuro, e evitar rigorosamente todo conflito com outros serviços ou com seus próprios interesses corporativos.

3.2.1 Proibição ao Consultor de aceitar comissões, descontos, etc.

(a) A remuneração da Empresa Consultora nos termos da Cláusula 6 destas CGC constituirá o único pagamento em conexão com este Contrato; sujeito ao disposto na subcláusula 3.2.2 das CGC, a Empresa Consultora não aceitará em benefício próprio nenhuma comissão comercial, desconto ou pagamento similar em relação com as atividades estipuladas neste Contrato, ou no cumprimento de suas obrigações; a Empresa Consultora fará todo o possível para assegurar que os Subconsultores, seu Pessoal e agentes, igualmente não recebam pagamentos adicionais.

(b) Além disso, se a Empresa Consultora como parte de seus Serviços tem a responsabilidade de assessorar o Contratante em matéria de aquisição de bens, contratação de obras ou prestação de serviços, o Consultor deverá cumprir as Políticas de aquisições do Banco e exercer essa responsabilidade em benefício dos interesses do Contratante. Qualquer desconto ou comissão que a Empresa Consultora obtiver no exercício dessa responsabilidade nas aquisições deverá ser em benefício do Contratante.

3.2.2 Proibição à Empresa Consultora e às suas filiais de participar em certas atividades

A Empresa Consultora concorda que, tanto durante a vigência deste Contrato como depois de seu término, ela e suas associadas, bem como seus Subconsultores e seus afiliados, não poderão fornecer bens, construir obras ou prestar serviços (além dos Serviços de consultoria) resultantes dos serviços prestados pela Empresa Consultora para a preparação ou execução do projeto ou diretamente relacionados aos mesmos.

3.2.3 Proibição de desenvolver atividades conflitivas

A Empresa Consultora não poderá participar, nem poderá fazer com que seu pessoal e os Subconsultores e respectivo pessoal participem, direta ou indiretamente, em qualquer negócio ou atividade profissional que entre em conflito com as atividades atribuídas a eles neste Contrato.

3.3 Confidencialidade

A Empresa Consultora e seu Pessoal, exceto com prévio consentimento por escrito do Contratante, não poderão revelar em nenhum momento a qualquer pessoa ou entidade nenhuma informação confidencial adquirida no curso da prestação dos Serviços; nem o Consultor nem seu Pessoal poderão tornar públicas as recomendações formuladas durante a prestação dos Serviços ou como resultado da mesma.

- 3.4 Responsabilidade da Empresa Consultora** Sujeito a disposições adicionais estabelecidas nas CEC, se houver, a matéria atinente à responsabilidade dos Consultores neste Contrato reger-se-á pela Lei aplicável.
- 3.5 Seguros que a Empresa Consultora deverá contratar** A Empresa Consultora (i) contratará e manterá, e fará com que todos os Subconsultores contratem e mantenham, seguros contra os riscos e pelas coberturas que se indicam nas CEC, e nos termos e condições aprovados pelo Contratante, com seus próprios recursos (ou os de Subconsultores, conforme o caso); e (ii) a pedido do Contratante, apresentará comprovantes de que estes seguros foram contratados e são mantidos e que os prêmios vigentes foram pagos.
- 3.6 Contabilidade, inspeção e auditoria** A Empresa Consultora (i) manterá contas e registros precisos e sistemáticos de acordo com princípios contábeis aceitos internacionalmente, em tal forma e detalhe que identifiquem claramente todos os custos e encargos por unidade de tempo pertinentes, e o fundamento dos mesmos; e (ii) periodicamente permitirá que o Contratante, ou seu representante designado e/ou o Banco, até cinco (5) anos depois da expiração ou término deste Contrato, os inspecione, obtenha cópias e os faça verificar por auditores nomeados pelo Contratante ou o Banco, se assim exigir o Contratante ou o Banco, conforme o caso.
- 3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante** A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:
- (a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;
 - (b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços; se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços;
 - (c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC.
- 3.8 Obrigação de apresentar relatórios** A Empresa Consultora apresentará ao Contratante os relatórios e documentos que se especificam no Apêndice B, na forma, quantidade e prazo estabelecidos nesse Apêndice.
- Os relatórios finais deverão ser apresentados em CD-ROM, além das cópias impressas indicadas no Apêndice.
- 3.9 Documentos preparados pelo Consultor** Todos os planos, desenhos, especificações, projetos, relatórios, outros documentos e programas de computação preparados pela Empresa Consultora para o Contratante nos termos deste Contrato passarão a ser de propriedade do Contratante, e a Empresa Consultora entregará ao

Contratante estes documentos juntamente com um inventário pormenorizado, no mais tardar na data do vencimento do Contrato. A Empresa Consultora poderá conservar uma cópia destes documentos e dos programas de computação e utilizar estes programas para seu próprio uso com a aprovação prévia do Contratante. Se for necessário ou apropriado estabelecer acordos de licenças entre a Empresa Consultora e terceiros para desenvolver qualquer desses programas de computação, a Empresa Consultora deverá obter do Contratante previamente e por escrito aprovação destes acordos, e o Contratante, a seu critério, terá direito de exigir reembolso dos gastos relacionados com o desenvolvimento do(s) programa(s) em questão. Qualquer restrição acerca do futuro uso destes documentos e programas de computação, se houver, será indicada nas CEC.

- 3.10 Equipamentos, veículos e materiais fornecidos pelo Contratante** Os equipamentos, veículos e materiais que o Contratante forneça à Empresa Consultora, ou que esta compre com fundos fornecidos total ou parcialmente pelo Contratante, serão de propriedade do Contratante e deverão ser assim identificados. Ao término ou expiração deste Contrato, a Empresa Consultora entregará ao Contratante um inventário desses equipamentos, veículos e materiais, e disporá dos mesmos de acordo com as instruções do Contratante. Durante o tempo em que os mencionados equipamentos e materiais estiverem na posse da Empresa Consultora, esta os segurará, a débito do Contratante, por uma soma equivalente ao total do valor de reposição, salvo se o Contratante der outras instruções por escrito.
- 3.11 Equipamentos e materiais fornecidos pelos Consultores** Os equipamentos ou materiais trazidos ao país do Governo pela Empresa Consultora ou por seu Pessoal, seja para uso do projeto ou uso pessoal, serão propriedade da Empresa Consultora ou de seu Pessoal, conforme o caso.

4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

- 4.1 Generalidades** A Empresa Consultora contratará e fornecerá Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.
- 4.2 Descrição do Pessoal**
- (a) O Apêndice C descreve os cargos, funções e qualificações mínimas de todo o Pessoal-chave da Empresa Consultora, assim como o tempo estimado durante o qual prestarão os Serviços. Se o Contratante já tiver aprovado a inclusão de algum integrante do Pessoal-chave, também figurará o nome desta pessoa.
 - (b) Se, a fim de cumprir as disposições da subcláusula 3.1.1 destas CEC, for necessário ajustar os prazos estimados de contratação do Pessoal-chave que figuram no Apêndice C, a Empresa Consultora poderá fazê-lo notificando esta circunstância por escrito ao Contratante, desde que: (i) estes ajustes não modifiquem o prazo originalmente estimado de contratação de qualquer pessoa em mais de 10% ou em uma semana, o que for

maior; e (ii) o total destes ajustes não supere o limite máximo do total de pagamentos que devam ser efetuados nos termos deste Contrato conforme estabelecido na subcláusula 6.1 (b) das CGC. Qualquer outro ajuste dessa natureza só poderá ser feito com o consentimento por escrito do Contratante.

- (c) Se forem necessários serviços adicionais não compreendidos no escopo dos Serviços especificados no Apêndice A, os prazos estimados de contratação do Pessoal-chave que figuram no Apêndice C poderão ser prorrogados mediante acordo por escrito entre o Contratante e a Empresa Consultora. Quando os pagamentos deste Contrato superem os tetos estabelecidos na cláusula 6.1 (b) das CGC, esta circunstância deverá ser mencionada explicitamente no acordo.

4.3 Aprovação do Pessoal

O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currícula Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.

4.4 Horas de trabalho, horas extras, licenças, etc.

- (a) As horas de trabalho e os feriados do Pessoal-chave se indicam no Apêndice C. A fim de levar em conta o tempo de viagem, se considerará que o Pessoal estrangeiro que preste os Serviços dentro do país do Governo iniciou, ou terminou, suas funções em relação aos mesmos no número de dias antes de sua chegada ao país do Governo ou depois de sua saída do mesmo estabelecido no Apêndice C destas CGC.
- b) Salvo o estabelecido no Apêndice C destas CGC, o Pessoal-chave não terá direito a receber horas extras nem a tirar licença paga por doença ou por férias; exceto o estipulado no Apêndice C, considera-se que a remuneração da Empresa Consultora cobre esses itens. Todas as licenças permitidas ao Pessoal estão incluídas nas pessoas-mês de serviço estabelecidas no Apêndice C. Qualquer uso de licença pelo Pessoal estará sujeito à aprovação prévia da Empresa Consultora, que se certificará de que estas ausências não causem demoras no andamento e na adequada supervisão dos Serviços.

4.5 Remoção e/ou substituição do Pessoal

- (a) Salvo se o Contratante acordar o contrário, não se efetuarão mudanças na composição do Pessoal. Se, por qualquer motivo fora do controle da Empresa Consultora, como aposentadoria, morte, incapacidade médica, entre outros, for necessário substituir algum integrante do Pessoal, o Consultor o substituirá por outra pessoa com qualificações iguais ou superiores às da pessoa substituída.

(b) Se o Contratante: (i) descobrir que qualquer integrante do pessoal cometeu um ato grave inaceitável ou foi acusado de haver cometido um crime, ou (ii) tem motivos razoáveis para estar insatisfeito com o desempenho de qualquer integrante do Pessoal, a Empresa Consultora, a pedido por escrito do Contratante expressando os motivos para isso, deverá substituí-lo por outra pessoa cujas qualificações e experiência sejam aceitáveis para o Contratante.

(c) Qualquer pessoa nomeada como substituta segundo os parágrafos (a) e (b) acima, assim como qualquer gasto reembolsável (incluindo gastos ocasionados pelo número de dependentes admissíveis) que os Consultores queiram reivindicar como resultado desta substituição, estarão sujeitos à aprovação prévia por escrito do Contratante. A taxa de remuneração aplicável ao substituto será obtida multiplicando-se a taxa de remuneração aplicável à pessoa substituída pela relação entre o salário mensal a ser efetivamente pago ao substituto e o salário médio efetivamente pago à pessoa substituída durante os seis meses anteriores à data da substituição. Salvo se o Contratante acordar de outra forma, (i) o Consultor cobrirá todos os gastos adicionais de viagem e outros custos incidentais originados pela remoção e/ou substituição, e (ii) não se poderá pagar a nenhum substituto uma remuneração superior à da pessoa substituída.

4.6 Administrador residente do Projeto

Se assim exigirem as CEC, a Empresa Consultora deve assegurar que durante todo o tempo da prestação dos Serviços no país do Governo um administrador residente aceitável para o Contratante esteja a cargo do desempenho desses Serviços.

5 Obrigações do Contratante

5.1 Assistência e isenções

Salvo disposição em contrário nas CEC, o Contratante fará todo o possível a fim de assegurar que o Governo:

- (a) outorgue à Empresa Consultora, Subconsultores e Pessoal as permissões de trabalho e demais documentos necessários à prestação dos Serviços;
- (b) facilite prontamente ao Pessoal e, se for o caso, a seus dependentes admissíveis, a provisão de vistos de entrada e saída, permissão de residência e outros documentos requeridos para sua permanência no país do Governo;
- (c) facilite o pronto despacho de alfândega de todos os bens requeridos para prestar os Serviços e dos objetos pessoais do Pessoal e de seus dependentes admissíveis;
- (d) forneça aos funcionários, agentes e representantes do Governo todas as instruções que sejam necessárias ou pertinentes para a pronta e eficaz execução dos Serviços;

- (e) exima a Empresa Consultora e seu Pessoal, bem como os Subconsultores empregados pela Empresa Consultora para os fins dos Serviços, de qualquer requisito de registro ou de obtenção de uma permissão para poder exercer a profissão ou para estabelecer-se em forma independente ou como entidade corporativa de acordo com a Lei aplicável;
- (f) conceda, conforme a Lei aplicável, à Empresa Consultora, aos Subconsultores e ao respectivo Pessoal, o privilégio, de acordo com a Lei aplicável, de trazer para o país do Governo somas razoáveis de moeda estrangeira para os fins dos Serviços ou para gastos pessoais do Pessoal e de seus dependentes, assim como de retirar deste país as somas que o Pessoal possa ter ganho pela prestação dos Serviços;
- (g) proporcione à Empresa Consultora, aos Subconsultores e ao Pessoal qualquer outra assistência que se especifique nas CEC.

5.2 Acesso a terras

O Contratante garante que a Empresa Consultora terá acesso livre e gratuito a terras do país do Governo quando assim o requeira a prestação dos Serviços. O Contratante será responsável por quaisquer danos que o mencionado acesso possa ocasionar a essas terras ou a qualquer propriedade, e indenizará o Consultor e todos os integrantes do Pessoal em função da responsabilidade por este tipo de danos, a menos que esses danos sejam causados pelo descumprimento das obrigações ou por negligência da Empresa Consultora, dos Subconsultores ou do respectivo Pessoal.

5.3 Modificação da lei aplicável aos impostos e direitos

Se, após a data deste Contrato, houver qualquer mudança na Lei aplicável em relação aos impostos e encargos que aumentarem ou reduzirem os gastos incorridos pela Empresa Consultora na prestação dos Serviços, então a remuneração e os gastos reembolsáveis pagáveis à Empresa Consultora nos termos deste Contrato serão aumentados ou diminuídos, segundo corresponda, por acordo entre as Partes, e se efetuarão os correspondentes ajustes dos montantes estipulados na subcláusula 6.1 (b) destas CGC.

5.4 Serviços, instalações e bens do Contratante

- (a) O Contratante fornecerá à Empresa Consultora e ao Pessoal, para os fins dos Serviços e livres de todo encargo, os serviços, instalações e bens indicados no Apêndice F, no momento e na forma ali especificados.
- (b) Se estes serviços, instalações e bens não estiverem disponíveis para a Empresa Consultora conforme se especifica no Apêndice F, as Partes acordarão entre si (i) uma prorrogação do prazo que seja apropriado conceder à Empresa Consultora para executar os Serviços, (ii) a forma como a Empresa Consultora haverá de obter estes Serviços, instalações e bens de outras fontes, e (iii) se for o caso, os pagamentos adicionais que devam ser efetuados à Empresa Consultora em conformidade com a subcláusula 6.1 (c) destas CGC.

5.5 Pagamentos

Em decorrência dos Serviços prestados pela Empresa Consultora nos termos deste Contrato, o Contratante fará os pagamentos estipulados na cláusula 6 destas CGC e na forma ali indicada.

5.6 Pessoal de contrapartida

- (a) O Contratante fornecerá à Empresa Consultora, livre de todo encargo, o pessoal profissional e de apoio de contrapartida, selecionado pelo Contratante com o assessoramento do Consultor, se assim dispuser o Apêndice F.
- (b) Se o Contratante não proporcionar à Empresa Consultora pessoal de contrapartida no momento e na forma estipulados no Apêndice F, o Contratante e a Empresa Consultora acordarão entre si (i) a forma como se cumprirá a parte afetada dos Serviços e (ii) se for o caso, os pagamentos adicionais que o Contratante deva efetuar à Empresa Consultora em conformidade com a subcláusula 6.1 (c) destas CGC.
- (c) O pessoal profissional e de apoio de contrapartida, exceto o pessoal de ligação do Contratante, trabalhará sob a direção exclusiva do Consultor. Se qualquer integrante do pessoal de contrapartida não cumprir satisfatoriamente o trabalho inerente a suas funções que lhe tiver sido atribuído pela Empresa Consultora, esta poderá pedir sua substituição, e o Contratante não poderá negar-se sem razão a tomar as medidas pertinentes frente a tal pedido.

6 Pagamentos à Empresa Consultora

6.1 Estimativa de preços; montante máximo

- (a) No Apêndice D figura uma estimativa do preço dos Serviços pagável em moeda estrangeira. No Apêndice E figura uma estimativa do preço dos Serviços pagável em moeda nacional.
- (b) Salvo acordo em contrário segundo a subcláusula 2.6 destas CGC e sujeito à subcláusula 6.1 (c) das mesmas, o montante dos pagamentos que devam ser efetuados nos termos deste Contrato não superará o montante máximo em moeda estrangeira e em moeda nacional que figura nas CEC.
- (c) Não obstante o disposto na subcláusula 6.1 (b) destas CGC, quando as Partes convenham, conforme as subcláusulas 5.3, 5.4 ou 5.6 das mesmas, em que se farão pagamentos adicionais à Empresa Consultora em moeda nacional e/ou estrangeira, conforme o caso, para cobrir qualquer gasto adicional necessário não contemplado nas estimativas de preços mencionadas na subcláusula 6.1 (a) acima, se elevará o montante máximo ou os montantes máximos (conforme o caso) estabelecidos na subcláusula 6.1 (b) precedente na soma ou somas (conforme o caso) a que ascendam os mencionados pagamentos adicionais.

6.2 Remunerações e despesas reembolsáveis

- (a) Sujeito aos montantes máximos estabelecidos na subcláusula 6.1 (b) destas CGC, o Contratante pagará à Empresa Consultora (i) a remuneração estipulada na subcláusula 6.2 (b) destas CGC e (ii)

os gastos reembolsáveis estabelecidos na subcláusula 6.2 (c) das mesmas. Salvo disposição em contrário nas CEC, esta remuneração será fixa pela duração do Contrato.

- (b) A remuneração do Pessoal será determinada segundo o tempo efetivamente utilizado por este na prestação dos Serviços a partir da data estabelecida conforme a subcláusula 2.3 das CGC e a subcláusula 2.3 das CEC (ou outra data que as Partes acordarem por escrito), pelas tarifas especificadas na Cláusula 6.2 (b) das CEC, sujeito aos ajustes de preços, se houver, especificados na cláusula 6.2(a) das CEC.
- (c) Os gastos reembolsáveis são as despesas reembolsáveis em que tenha incorrido efetiva e razoavelmente a Empresa Consultora durante a prestação dos Serviços, especificados na subcláusula 6.2 (c) das CEC.
- (d) As tarifas de remuneração indicadas no parágrafo (b) anterior cobrirão: (i) os salários e subsídios que a Empresa Consultora tenha acordado pagar ao Pessoal, assim como as rubricas por encargos sociais e gastos gerais (bônus e outros meios de participação nos lucros não serão permitidos como um elemento dos gastos gerais); (ii) o preço de serviços de apoio por pessoal do escritório sede não incluídos no pessoal enumerado no Apêndice C; e (iii) os honorários do consultor.
- (e) As tarifas especificadas para pessoal que ainda não foi contratado serão provisórias e estarão sujeitas à revisão, uma vez que os salários correspondentes e os subsídios estejam estabelecidos, com a aprovação escrita do Contratante.
- (f) Os pagamentos por períodos inferiores a um mês serão calculados numa base horária pelo tempo efetivamente trabalhado no escritório sede da Empresa Consultora e diretamente atribuível aos Serviços (uma hora sendo o equivalente a 1/176 de um mês) e numa base diária pelo tempo fora do escritório sede (um dia sendo o equivalente a 1/30 de um mês).

6.3 Moeda de Pagamento

Os pagamentos em moeda estrangeira serão feitos na moeda ou moedas indicadas nas CEC, e os pagamentos em moeda nacional serão feitos na moeda do país do Governo.

6.4 Modalidade de faturamento e pagamento

As faturas e os pagamentos com respeito aos Serviços serão realizados da seguinte maneira:

- (a) Dentro do prazo contado a partir da Data de entrada em vigor deste Contrato e especificado nas CEC, o Contratante determinará o pagamento do adiantamento em moeda estrangeira e em moeda nacional à Empresa Consultora segundo indicado nas CEC. Quando as CEC indicam que haverá pagamento adiantado, este será devido uma vez que a Empresa Consultora tenha dado ao Contratante uma garantia aceitável para o mesmo, em um montante (ou montantes) e na moeda (ou moedas) indicada nas CEC. Esta garantia por adiantamento (i) permanecerá em vigência

até que os pagamentos por adiantamento tenham sido totalmente recuperados pelo Contratante; e (ii) será apresentada na forma indicada no Apêndice G, ou em outra forma que o Contratante tiver aprovado por escrito. O Contratante recuperará o pagamento do adiantamento em quotas iguais contra as faturas pelo número de meses dos serviços especificados nas CEC até que estes pagamentos por adiantamento tenham sido totalmente recuperados.

- (b) Tão breve quanto for possível, até 15 (quinze) dias depois do fim de cada mês durante o período dos Serviços, ou depois de terminar cada intervalo indicado nas CEC, a Empresa Consultora entregará ao Contratante, em duplicata, medições dos Serviços realizados, com as declarações e discriminação dos itens executados, acompanhadas de cópias de faturas, comprovantes e demais documentos apropriados que respaldem as somas pagáveis nesse mês ou outro período indicado nas CEC, de acordo com as subcláusulas 6.3 e 6.4 das CGC. Devem ser apresentadas contas separadas para as quantias pagáveis em moeda estrangeira e em moeda nacional. Em cada conta se deverá fazer distinção entre a porção dos gastos elegíveis correspondentes a remunerações e a dos que se referem a despesas reembolsáveis.
- (c) O Contratante processará o pagamento das declarações de gastos da Empresa Consultora no prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao recebimento das mesmas e dos documentos comprobatórios. Somente se poderá reter o pagamento das porções das declarações de gastos mensais que não estejam satisfatoriamente sustentadas. Se houver alguma discrepância entre o pagamento e as despesas que o Consultor estava autorizado a realizar, o Contratante poderá agregar ou deduzir a diferença em qualquer pagamento posterior. Serão pagos juros, à taxa anual indicada nas CEC, desde a data de vencimento antes mencionada, sobre qualquer montante devido mas não pago nessa data de vencimento.
- (d) O pagamento final disposto nesta cláusula será efetuado somente depois que o Consultor apresentar o relatório final e uma declaração final de despesas, identificados como tais e que sejam aprovados e considerados satisfatórios pelo Contratante. Será considerado que todos os Serviços foram completados e aceitos definitivamente pelo Contratante e que o relatório e a declaração de despesas finais foram aprovados e considerados satisfatórios pelo Contratante 90 (noventa) dias corridos depois de que o Contratante tenha recebido o relatório e a declaração final de despesas, a menos que, dentro do mencionado período de 90 (noventa) dias, o Contratante comunique por escrito à Empresa Consultora e especifique pormenorizadamente as deficiências nos Serviços, no relatório final ou na declaração de despesas. Nesse caso, a Empresa Consultora efetuará com prontidão as correções necessárias, depois do que se repetirá o procedimento antes indicado. Dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento de uma notificação a respeito, a Empresa Consultora reembolsará ao

Contratante qualquer soma que o Contratante tenha pago, ou ordenado pagar, de acordo com esta cláusula, que exceda os montantes que deviam ser efetivamente pagos de acordo com as disposições deste Contrato. O Contratante deverá efetuar esta solicitação de reembolso no prazo de 12 (doze) meses seguintes ao recebimento do relatório e da declaração final de despesas que tiver aprovado conforme o exposto anteriormente.

- (e) Todos os pagamentos a serem efetuados nos termos deste Contrato serão depositados na conta da Empresa Consultora especificada nas CFC.
- (f) Os pagamentos por remuneração ou despesas reembolsáveis que excedam o preço estimado para estas rubricas, segundo o estabelecido nos Apêndices D e E, poderão ser debitados às respectivas contingências determinadas para moeda estrangeira e local, apenas se, antes de incorridas, estas despesas tiverem sido aprovadas pelo Contratante.
- (g) Exceto o pagamento final efetuado de acordo com o parágrafo (d) anterior, os pagamentos não constituem aceitação dos serviços nem eximem a Empresa Consultora de nenhuma de suas obrigações nos termos deste Contrato.

7 Equidade e boa fé

7.1 Boa fé

As Partes se comprometem a atuar de boa fé quanto a seus direitos nos termos deste Contrato e a adotar todas as medidas razoáveis para assegurar o cumprimento dos objetivos do mesmo.

7.2 Aplicação do Contrato

As Partes reconhecem que não é viável regular cada uma das circunstâncias que podem surgir durante a execução do presente Contrato, e acordam que é sua intenção cumprir as obrigações nele previstas com equidade, sem detrimento de seus interesses, e que, se durante a vigência do mesmo, considerarem que o Contrato está sendo executado injustamente, enviarão todos os esforços a fim de acertarem entre si as ações necessárias para eliminar a causa ou causas do problema. Todavia, a falta de acordo sobre qualquer ação segundo esta Cláusula poderá originar um conflito sujeito a arbitragem ou a ação judicial, conforme seja o caso, segundo estipulado na Cláusula 8 das CGC.

8 Solução de controvérsias

8.1 Solução amigável

Se uma Parte fizer objeção a uma ação ou falta de ação da outra, poderá apresentar por escrito uma Notificação de Controvérsia à outra Parte, indicando pormenorizadamente o fundamento da controvérsia. A parte que receber a Notificação de Controvérsia a considerará e a responderá no prazo de 14 (quatorze) dias a partir da data que tenha recebido a referida notificação. Se essa Parte não responder dentro dos 14 (quatorze) dias, ou a controvérsia não puder ser resolvida

amigavelmente no prazo de 14 (quatorze) dias seguintes à resposta, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 8.2 das CCG.

8.2 Solução de controvérsias

Toda controvérsia entre as Partes, relativa a questões surgidas nos termos deste Contrato, que não se tenha podido solucionar de forma amigável conforme o estipulado na Cláusula 8.1 pode ser apresentada por quaisquer das Partes para sua solução conforme disposto nas CEC.

III – Condições Especiais do Contrato

Número da
Cláusula das
CGC

Modificações e complementos das Condições Gerais do Contrato

1.4 O idioma é o Português.

1.6 Os endereços são:

Contratante: Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Sala 1501, Brasília/DF

Atenção: João Alberto Fraga Silva

Fax: 3401-3408 / 3966-6337

Consultor: SRTVS, Quadra 701, Bloco A, sala 516, Centro Empresarial Brasília – Brasília/DF – CEP 70340-907

Atenção: José Roberto Soares

Fax: (61) 3225-9864

1.9 Os representantes autorizados são:

No caso do Contratante: João Alberto Fraga Silva

No caso do Consultor: José Roberto Soares

1.10 O Contratante reembolsará à Empresa Consultora, aos Subconsultores e ao Pessoal todos os impostos, encargos, taxas e demais tributos a que possam estar sujeitos de conformidade com a lei aplicável a respeito de:

- (a) todo pagamento que a Empresa Consultora, os Subconsultores e o Pessoal (que não forem cidadãos ou residentes permanentes no país do Contratante) receberem em relação à prestação dos Serviços;
- (b) os equipamentos, materiais e provisões que a Empresa Consultora ou os Subconsultores tiverem trazido ao país a fim de prestar os Serviços e que, posteriormente, tiverem que retirar do mesmo;
- (c) os equipamentos importados para a prestação dos Serviços e pagos com fundos fornecidos pelo Contratante e que sejam considerados como de propriedade deste último;
- (d) os bens pessoais que a Empresa Consultora, Subconsultores e o Pessoal (que não forem cidadãos ou residentes permanentes no país do Contratante) ou seus dependentes admissíveis tiverem trazido ao país para seu uso pessoal e que posteriormente os levarão consigo ao sair do país, estipulando-se que:

(d.1) a Empresa Consultora, os Subconsultores e o Pessoal, e seus

dependentes admissíveis, cumprirão os trâmites alfandegários oficiais normais necessários para trazer bens importados ao país; e

- (d.2) se o Consultor, os Subconsultores e o Pessoal, ou seus dependentes admissíveis, não retirarem do país mas se desfizerem dentro do mesmo de qualquer bem a respeito do qual estiveram isentos do pagamento de impostos e taxas alfandegárias, a Empresa Consultora, os Subconsultores ou o Pessoal, conforme o caso: (i) pagarão esses impostos e taxas alfandegárias de acordo com a lei, ou (ii) reembolsarão ao Contratante a soma paga por esses bens, se foram pagos pelo Contratante no momento de trazer os bens em questão para o país do Contratante.

2.1 As condições para a entrada em vigor do Contrato são as seguintes:

- a) Aprovação do contrato pelo Banco
- b) Emissão da Ordem de Serviço pelo GDF

2.2 O prazo será de seis meses.

2.3 O prazo para iniciar a prestação dos Serviços, após a data de entrada em vigor do Contrato, será de 30 (trinta) dias.

2.4 O prazo de vencimento do Contrato, contado a partir de sua data de entrada em vigor, será de 66 (sessenta e seis) meses.

3.5 Os riscos e as coberturas serão os seguintes:

- (a) seguro de responsabilidade civil perante terceiros a respeito dos veículos motorizados utilizados pelo Consultor e seu Pessoal ou pelos Subconsultores e seu Pessoal no país do Governo, com uma cobertura mínima de R\$70.000,00 (setenta mil reais);
- (b) seguro de responsabilidade civil perante terceiros, com uma cobertura mínima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- (d) seguro de responsabilidade de empregador e seguro de compensação contra acidentes do Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores, de acordo com as disposições pertinentes da Lei aplicável, assim como os seguros de vida, saúde, acidentes, viagens ou outros que sejam apropriados para o Pessoal mencionado;

3.9 A Empresa Consultora não poderá utilizar estes documentos nem programas de computação para fins alheios a este Contrato sem o consentimento prévio por escrito do Contratante.

Todos os planos, desenhos, especificações, projetos, relatórios, outros documentos e programas de computação preparados pela Empresa Consultora para o Contratante nos termos deste Contrato passarão a ser de propriedade do Contratante, e a Empresa Consultora entregará ao Contratante estes documentos juntamente com um inventário pormenorizado, no mais tardar na data do vencimento do Contrato. A Empresa Consultora poderá conservar uma cópia destes documentos e dos programas de computação e utilizar estes programas para seu próprio uso com a aprovação prévia do Contratante. Se

for necessário ou apropriado estabelecer acordos de licenças entre a Empresa Consultora e terceiros para desenvolver qualquer desses programas de computação, a Empresa Consultora deverá obter do Contratante previamente e por escrito aprovação destes acordos, e o Contratante, a seu critério, terá direito de exigir reembolso dos gastos relacionados com o desenvolvimento do(s) programa(s) em questão. Qualquer restrição acerca do futuro uso destes documentos e programas de computação, se houver, será indicada nas CEC.

Nenhuma das Partes poderá utilizar estes documentos nem programas de computação para fins alheios a este Contrato sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte.

6.1 (b) O montante máximo em moeda nacional é: R\$ 19.372.581,20 (dezenove milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

6.2 (a) Os pagamentos a título de remunerações efetuados em moeda nacional conforme a subcláusula 6.2 (a) das CGC serão ajustados da seguinte maneira:

(a) As remunerações pagas em moeda nacional conforme as tarifas indicadas no Apêndice E serão ajustadas a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta dos preços contratuais (22.08.2008), aplicando a seguinte fórmula:

Fórmula de Reajuste: $R1 = R0 \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$ onde,

R1 = Valor do reajuste procurado;


R0 = Valor contratual (principal) dos serviços a reajustar na data base:

I = Índice da coluna 39 – Serviços de Consultoria, publicada pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês do reajuste;

I₀ = Índice inicial da coluna 39 – Serviços de Consultoria, publicada pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês da apresentação da proposta dos preços contratuais (22.08.2008).

6.2 (b) As tarifas de remuneração são estabelecidas com base nas declarações apresentadas pela Empresa Consultora durante as negociações deste Contrato com relação aos preços e encargos indicados no formulário "Declarações da Empresa Consultora quanto aos preços e encargos" contido no Apêndice da Seção 4, "Proposta de Preço – Formulários Padrões" da SDP, e proposto pelos Consultores ao Contratante antes desta negociação. As tarifas de remuneração acordadas são indicadas no formulário "Discriminação das tarifas fixas estabelecidas no Contrato de Serviços de Consultoria", elaborado pelos Consultores na conclusão destas negociações; anexa-se um modelo deste formulário ao final destas CEC como Modelo de Formulário I. Se o Contratante considerar que as declarações (seja por inspeções ou por auditorias nos termos da cláusula 3.6 das CGC, ou por outros meios) estão materialmente incompletas ou incorretas, o Contratante tem o direito de introduzir modificações apropriadas nas tarifas de remuneração afetadas pelas declarações materialmente incompletas ou incorretas. Tal modificação terá

um efeito retroativo e, se a remuneração já foi paga antes da modificação aludida, (i) o Contratante terá o direito de descontar o pagamento excedente no próximo pagamento mensal ao Consultor, ou (ii) se o Contratante não deve mais pagamentos ao Consultor, a Empresa Consultora deverá reembolsar ao Contratante o excedente do pagamento dentro de 30 (trinta) dias depois de haver recebido a reclamação do Contratante por escrito. Qualquer reclamação do Contratante com vistas a reembolso deverá ser feita dentro de 12 (doze) meses depois do recebimento pelo Contratante de um relatório final e da declaração de gastos aprovados pelo Contratante conforme a cláusula 6.4(d) das CGC deste Contrato.

- 6.2 (c) Os gastos reembolsáveis pagáveis em moeda nacional estão estabelecidos no Apêndice E.
- 6.4 (a) Não haverá pagamentos adiantados. 
- 6.4 (c) A taxa de juros é de: o INPC - "Pro rata tempore", apurados entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.
- 6.4 (e) O número da conta da Empresa LOGOS Engenharia S.A. é:
Banco de Brasília -- BRB -- Agência 023
Conta Corrente: 000798-8



As controvérsias deverão ser solucionadas mediante arbitragem, de conformidade com as seguintes estipulações:

1 Seleção de árbitros. Toda controvérsia submetida a arbitragem por uma das Partes será decidida por um único árbitro ou por um tribunal de arbitragem composto por três árbitros, de acordo com as seguintes disposições:

(a) Quando as Partes concordarem que a controvérsia se refere a um assunto técnico, poderão acordar a designação de um único árbitro: se não chegarem a um acordo acerca da identidade desse único árbitro dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento por uma Parte de uma proposta de designação em tal sentido feita pela Parte que iniciar o processo, qualquer das Partes poderá solicitar à Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal, localizada no SCS, Quadra 02, Bloco B nº 20, Edifício Palácio do Comércio, 1º andar, Brasília/DF, uma lista de pelo menos cinco candidatos: ao receberem essa lista, as Partes alternativamente eliminarão um nome cada uma, e o último candidato que fique na mencionada lista será o único árbitro para o assunto da controvérsia. Se este último candidato não for identificado desta forma dentro dos 60 (sessenta) dias a partir da data da lista, a Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal, a pedido de qualquer das Partes, designará, dessa lista ou de outro modo, um único árbitro para que decida o assunto da controvérsia.

(b) Quando as Partes não estiverem de acordo em que a controvérsia se refere a um assunto técnico, o Contratante e a Empresa Consultora designarão, cada um, um árbitro, e estes dois árbitros designarão conjuntamente um terceiro, que presidirá o tribunal de arbitragem. Se os árbitros designados pelas Partes não designarem um terceiro dentro dos 30 (trinta) dias posteriores à data de designação do último dos dois árbitros nomeados pelas Partes, a pedido de qualquer Parte, o terceiro árbitro será designado pela Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal.


(c) Se, em uma controvérsia regida pelo disposto na subcláusula 8.2.1 (b) das CEC, uma das Partes não designar um árbitro dentro dos 30 (trinta) dias posteriores à data de designação do árbitro nomeado pela outra, a Parte que designou um árbitro poderá solicitar à Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal a designação de um único árbitro para decidir sobre o assunto da controvérsia, e o árbitro assim designado será o único árbitro nessa controvérsia.

2 Regras de procedimento. Sem prejuízo do aqui indicado, o processo arbitral será regido pelas regras e procedimentos para arbitragens da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (UNCITRAL) vigentes na data deste Contrato.

3 Substituição de árbitros. Se por algum motivo um árbitro não puder desempenhar suas funções, será designado um substituto da mesma maneira pela qual esse árbitro foi designado originalmente.

4 Outros. Em todo processo arbitral levado a cabo nos termos do presente

Contrato:

- (a) O *processo*, salvo se as Partes acordarem de outra forma, será realizado em Brasília.
- (b) O *Português* será o idioma oficial para todos os fins: 
- (c) A *decisão* do único árbitro ou da maioria dos árbitros (ou do terceiro árbitro, se não houver maioria) será definitiva e de cumprimento obrigatório, executada em qualquer tribunal de jurisdição competente: pelo presente as Partes renunciam a qualquer objeção ou pretensão de imunidade com respeito a essa decisão.



ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia 30/12/2008, para o Instituto CETRO, Av. Paulista, 2001, 13º andar – CEP 01311-300 – Cerqueira César – São Paulo – Capital – aos cuidados do Departamento de Concursos – REF. GDF/DER-DF – LAUDO MÉDICO.

ALEXANDRE R. S. SACRAMENTO

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03/2008 – SEPLAG/SE,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, substituído, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto nº 29.847, de 12 de dezembro de 2008, publicado do DODF, torna pública a retificação do Edital Normativo nº 1/2008 – SEPLAG/SE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado no DODF em 17 de dezembro de 2008, conforme segue:

ONDE SE LÊ: “... 2.1. PEDAGOGIA: A didática na formação do professor. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas. Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos, técnicas e meios. Compromisso social e ético do professor. Didática e prática histórico-social. Educação/sociedade e prática escolar. Planejamento escolar – planos: da escola, de ensino e de aula. Processo ensino-aprendizagem. Relação professor/aluno. Tendências pedagógicas na prática escolar. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais...”.

LEIA-SE: “... 2.1. Pedagogia: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 9.394/96 e suas alterações. 2. Plano Nacional de Educação; Lei nº 10.172/2001. 3. Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214). 4. Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006. 5. Lei nº 11.494, de 20/6/2007, que regulamenta o FUNDEB. 6. Educação no mundo contemporâneo: exigências de um novo perfil de cidadão. 7. Políticas públicas para educação. 8. Currículos e programas: diretrizes, parâmetros e orientações nacionais. 9. Concepções de ensino e aprendizagem e atividade docente. 10. Currículo baseado em habilidades e competências. 11. Construção da proposta pedagógica da escola: pressupostos e estratégias. 12. Educação inclusiva: fundamentos legais e o papel do professor. 13. Avaliação da aprendizagem: concepções, estratégias e importância dos resultados para a melhoria da qualidade do ensino...”.

ALEXANDRE R. S. SACRAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA CONCORRÊNCIA Nº 02/2008.

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de cruzamentos semaforizados para pedestres, com tótem padrão DETRAN-DF, incluindo fornecimento de mão-de-obra e todos os materiais necessários a perfeita execução dos serviços. A Comissão Permanente de Licitação do DETRAN/DF, comunica o resultado de julgamento referente a fase de proposta de preço. Empresa Vencedora: Sitran Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda. O parecer de julgamento encontra-se a disposição dos interessados na sala 212 do Ed. Sede DETRAN/DF.

Brasília/DF, 22 de dezembro de 2008.

CRISTIANO GONÇALVES MENNA BARRETO
Presidente da Comissão

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÕES PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2008.

Processo: 053.001.522/2008/CBMD. Tipo: Menor preço. Objeto: Aquisição de Madeirite para Instruções de Combate a Incêndio. O DAL informa a ADJUDICAÇÃO, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação à CAVALHEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO Ltda-EPP, no valor total de R\$ 60.000,00 e a Homologação da licitação em epígrafe, com fulcro no Inciso XX do artigo 11 do Decreto nº 3.555/00, c/c o Inciso XIII do artigo 51 do Decreto nº 16.036/94. Carlos Roberto de Carvalho Sobrinho, Diretor de Apoio Logístico.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2008, NOS TERMOS DO PADRÃO 04/2002.

Processo: 410.002.297/2008. Partes: DF/ST x LOGOS ENGENHARIA S.A. Objeto: Serviço de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - SAG, confor-

me condições e especificações constantes no Termo de Contrato nº 25/2008-ST e do Apêndice “A”, acostados às fls. 02-32 e 01-240, respectivamente, e da proposta de fls. 01-06 do Apêndice “E”, as quais passam a integrar o presente contrato como se nele contido fosse. – valor: O valor total do contrato é de R\$ 19.372.581,20 (dezenove milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos), procedente do Orçamento do Distrito Federal, sendo empenhado, para atender ao exercício de 2008, o valor de. Dotação Orçamentária: UO: 26.101 - Programa de Trabalho; 26.782.0250.1752-0002. - Fonte de Recursos: 100 - Natureza da Despesa: 33.90.35 – Nota de Empenho 2008NE00499, emitida em 26/08/2008, sob o evento nº 400091, na modalidade ordinário. Fundamentação Legal: Contrato de Empréstimo nº 1.957/OC-BR celebrado entre o Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Lei Federal nº 8.666, 21/06/93, e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08/06/94; e demais legislações pertinentes à matéria. – Vigência: O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. Data da Assinatura: 04/12/2008. Signatários: Pelo Distrito Federal, João Alberto Fraga Silva, na qualidade de Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal. Pela Contratada, Jair Carlos Roxo, na qualidade de Diretor Técnico e José Roberto Soares, na qualidade de Procurador.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, o de que trata a Portaria nº 51, de 18 de novembro de 2008, incumbida de realizar a Concorrência nº 01/2008-CEL/ST, tendo como objeto a seleção de permissionários para operar no Serviço de Transporte Público Complementar Rural - STPCR, por meio de delegação por linha de 28 (vinte e seis) lotes de linha com respectivo desmembramento, a ser operada com até 04 (quatro) ônibus em cada lote, para operação, mediante permissão, por um prazo de 10 (dez) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, de serviços de atendimento a áreas rurais do Distrito Federal, informa aos interessados a alteração no anexo II do Quadro I – Demonstrativo dos lotes de linhas objeto da licitação – Estimativa do valor de outorga, mínimo e da caução, do respectivo edital, que no seu lote 17 os valores serão de: Passag. Estuda Semana: 1.542; Passag. Vale Semana: 84; Passag. Espécie Semana: 568; Passag. Total Equiv./Mês: 1.166; Tarifa R\$: R\$ 3,00; Receita Mensal Estimada: R\$ 3.498,00; Prazo Delegação 120 Meses: 120; Receita Estimativa Delegação: R\$ 419.760,00; Valor Mínimo Outorga: R\$ 4.197,60; Valor Caução R\$: 419,76.

ADALBERTO DE SOUSA FRANÇA

TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2008.

Processo: 098.009.569/2007. O PREGOEIRO DO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, comunica que o Resultado do Julgamento do Pregão acima citado encontra-se disponível no Endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Rodoferroviária – Sobreloja – Ala Sul – CEP: 70.631-900 Telefax: (061) 3234-7544 - Brasília/DF na sala da Comissão de Licitação.

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2008.
TAIRONE AIRES CAVALCANTE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2008.

A COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL comunica aos interessados que o Resultado Final da TOMADA DE PREÇOS supracitada, encontra-se afixado no Quadro de Avisos do DER-DF no Edifício Sede do DER-DF, no Setor de Áreas Isoladas Norte, Bloco “C”.

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2008.

SAMUEL DIAS JÚNIOR
Presidente

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2005.

Processo: 113.003.652/2005. Partes: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e EWEC CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Atualiza os preços unitários do contrato com base na tabela nº 033; - Suplementa o valor contratual em R\$ 593.259,20 (quinhentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), devido a diferença decorrente da alteração da tabela de preços; - Acresce ao objeto do contrato os serviços elencados às fls. 1097 a 1100 do processo epígrafado; - Suplementa o valor contratual em R\$ 1.130.170,07 (hum milhão, cento e trinta mil, cento e setenta reais e sete centavos); - Em 18/05/2006 prorroga o prazo de execução dos serviços por 150 (cento e cinquenta) dias, devendo encerrar-se em 16/09/2006, estendendo-se por consequência a vigência contratual para 30/11/2006; Em 13/09/2006 prorroga o prazo de execução dos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

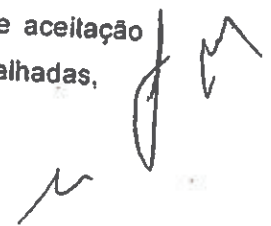
ARCADIS LOGOS S.A., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.296/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Líbero Badaró, nº 377, 6º andar, conj. 605, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, adiante simplesmente denominada como CONTRATANTE.

CONTRATADA:

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados devidamente inscrita na OAB/PR sob nº 1516, com sede em Curitiba -PR, à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1358, 10º andar, Centro, fone/fax (41) 3223-5379, neste ato representada por procuração, por Sacha Breckenfeld Reck, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 38.083, neste instrumento simplesmente denominada de CONTRATADA.

Cláusula 1ª - O presente instrumento tem por finalidade a prestação de serviços pela CONTRATADA, de consultoria e assessoria jurídica especializada nas áreas de licitações e concessões de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros através de orientações jurídicas, análise e elaboração de minutas e documentos, apresentação de fundamentos técnicos e documentais para o eventual aproveitamento em defesas administrativas e judiciais, elaboração de pareceres técnico-jurídicos e a participação em reuniões e audiências públicas, tudo vinculado à Concorrência Pública nº 1/2011-ST, do Governo do Distrito Federal (GDF).

Cláusula 2ª - Os serviços objeto deste contrato serão remunerados com base no tempo, pelo valor médio de R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais) a hora de trabalho dos profissionais da CONTRATADA, que poderá ser reajustado de comum acordo entre as partes, cujo pagamento se efetivará mediante a comprovação e aceitação dos serviços executados, via relatório mensal discriminativo das horas trabalhadas.





Parágrafo primeiro – As despesas com passagens aéreas e hospedagem, quando for necessária a presença de consultores da CONTRATADA na cidade de Brasília ou em qualquer outra localidade serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula 3ª – As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Curitiba-PR, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa parecer, para dirimir quaisquer conflitos oriundos do presente contrato.

E para firmeza como prova de assim haverem contratado, assinam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 02 de abril de 2012.


GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ n.º 05.960.252/0001-86
Contratada

 
ARCADIS LOGOS S.A.
CNPJ n.º 07.939.296/0001-50
Contratante

TESTEMUNHAS:

ANEXO 03

Decisão ORDINÁRIA Nº 446/2012 Processo TCDF Nº 12086/2011

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4486, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

PROCESSO Nº 12.086/11 (apensos 5 volumes)

RELATOR: Conselheiro MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA: Concorrência Pública nº 01/2010-ST, lançada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal (ST/DF), tendo por objeto a seleção de concessionárias para manter e operar 900 (novecentos) veículos, divididos em 9 (nove) lotes, compostos de 100 (cem) ônibus cada um, para operar no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), por meio de delegação de outorga de concessão.

DECISÃO Nº 446/2012

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que tem por fundamento, "in totum", a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1048/2011 - GAB/ST (fls. 655/657) e 85/2012 - GAB/ST (fls. 658/659), acompanhado dos documentos constantes dos anexos IV e V; II. considerar atendido o disposto nos itens II, "d", e III da Decisão nº 3984/2011; III. determinar à Secretaria de Estado de Transportes que observe, no edital da futura licitação, anunciada no Ofício nº 85/2012 - GAB/ST, o disposto no item II, letras "a", "b" e "c" da Decisão nº 3984/2011; IV. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de acompanhamento. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pela Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

Presidiu a Sessão a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

SALA DAS SESSÕES, 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Decisão ORDINÁRIA Nº 1581/2012 Processo TCDF Nº 12086/2011

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4500, DE 17 DE ABRIL DE 2012

PROCESSO Nº 12.086/11 (apensos 14 volumes)

RELATOR: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO

EMENTA: Edital de Concorrência Pública nº 01/2010-ST, lançada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal (ST/DF), tendo por objeto a seleção de concessionárias para manter e operar 900 (novecentos) veículos, divididos em 9 (nove) lotes, compostos de 100 (cem) ônibus cada um, para operar no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), por meio de delegação de outorga de concessão.

DECISÃO Nº 1581/2012

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do novo Edital de Concorrência nº 01/2011-ST (fls. 681/714 e Anexos VI e VII); b) do Ofício nº 12/12-SEACOMP (fls. 676/678); c) do Ofício nº 183/2012-GAB/STC (fls. 679/680); d) do Ofício nº 1793/2012/MPF/PRDF (fls. 715/758); e) do Ofício nº 321/2012 - GAB/ST (fls. 1831/1833); f) do Ofício nº 038/2012-CF (fls. 1296/1319); g) dos documentos acostados às fls. 759/830 e 1834 e dos Anexos IV, V e VII a XIV; h) das representações formuladas pelas empresas ou entidades abaixo mencionadas, indeferindo os pedidos cautelares nelas contidos: 1) **Viação Jardins S.A. (fls. 831/870), com quatro aditamentos (fls. 1099/1184, 1185/1213, 1320/1403 e 1767/1820);** 2) Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano do DF - SETRANSP (fls. 871/923), com 01 (um) aditamento (fls. 924/960); 3) **Viação LOTAXI - Transportes Urbanos LTDA (fls. 961/999 e anexo XIII);** 4) **Expresso Riacho Grande Ltda. (fls. 1.000/1.029 e anexo XIII);** 5) **Condor - Transportes Urbanos Ltda. (fls. 1.030/1.066 e anexo XIII);** 6) **Viação Planeta Ltda. (fls. 1.067/1.098 e anexo XIII);** 7) **Viação Pioneira Ltda. (fls. 1.214/1.243 e anexo XIV);** 8) **Expresso Brasília Ltda. (fls. 1405/1598);** 9) **Rápido Veneza Ltda. (fls. 1600/1765);** II - **considerar cumprido o item III da Decisão nº 446/2012;** III - **determinar à Secretaria de Estado de Transportes - ST/DF que, no prazo de 10 (dez) dias: a) promova as seguintes alterações no edital do certame, de modo a facilitar a formulação de propostas pelos licitantes e a estimular a competitividade, e/ou forneça circunstanciadas justificativas, devidamente acompanhadas de documentação comprobatória: 1)**

apresente a especificação técnica dos veículos de acordo com as características operacionais de cada via, especialmente em relação ao detalhamento pormenorizado dos veículos a serem utilizados na EPTG, que necessita de ônibus que possuam portas do lado esquerdo ou em ambos os lados; 2) defina as características de acessibilidade dos veículos de acordo com as condições operacionais de cada via do sistema; 3) dê publicidade à memória de cálculo das tarifas técnicas de cada bacia, indicadas no item 23.1.2 do edital; 4) reavalie o item 25.1.1 do Edital e outros relacionados a este, no tocante ao critério de escolha dos licitantes vencedores em mais de um lote, recaindo a competência da escolha para a Administração, e não à licitante, de forma a assegurar a alternativa de menor preço global para o conjunto dos cinco lotes, nos termos das colocações contidas nos parágrafos 7 a 11 do parecer ministerial; b) apresente as contrarrazões que entender pertinentes ou promova as correções necessárias no edital em apreço, ante as representações mencionadas no item I, "h", retro; c) observe o item III da Decisão nº 3984/2011, mantendo suspenso o certame licitatório até ulterior deliberação desta Corte; IV - autorizar: a) a remessa à jurisdição de cópia da Informação nº 041/2011, do parecer do Ministério Público, do relatório/voto do Relator e das representações mencionadas no item I, "h", para subsidiar o cumprimento do item precedente; b) a ciência desta decisão às entidades representantes listadas no item I, "h"; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências pertinentes.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e ANILCÉIA MACHADO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

SALA DAS SESSÕES, 17 DE ABRIL DE 2012

Decisão ORDINÁRIA Nº 3341/2012 Processo TCDF Nº 12086/2011

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4520, DE 03 DE JULHO DE 2012

PROCESSO Nº 12.086/11 (apensos 16 volumes)

RELATOR: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO

EMENTA: Edital da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST, deflagrada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal, tendo por finalidade a seleção de pessoas jurídicas ou consórcio de pessoas jurídicas para a prestação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, em regime de concessão, pelo período de 10 (dez) anos.

DECISÃO Nº 3341/2012

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 412/2012-GAB/ST, fls. 1959/1963; b) do Ofício nº 546/2012-GAB/ST, fls. 2004/2008; c) dos papéis de trabalho acostados às fls. 2010/2055 e dos Anexos XV e XVI; d) do expediente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano do DF - SETRANSP às fls. 2009, requerendo cópias das peças juntadas ao processo após a Decisão nº 2457/2012; II - considerar: a) cumprido o item III, "a.4" da Decisão nº 1581/2012; b) não cumpridos os itens III, "a.1", "a.2" e "a.3", da Decisão nº 1581/2012; III - determinar à Secretaria de Estado de Transportes do DF: a) nos termos do art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, que encaminhe a esta Corte, no prazo de 10 dias, nova minuta do edital escoimada das seguintes falhas: 1. indefinição quanto ao lado das portas dos veículos a serem utilizados nas linhas que passam pela EPTG, que necessita de ônibus com portas do lado esquerdo ou de ambos os lados, evidenciando indefinição do objeto licitado, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei de Licitações; 2. ausência de indicação das características dos veículos a serem alocados por linha, no que se refere à acessibilidade, evidenciando indefinição do objeto licitado, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei de Licitações; 3. falta de memória de cálculo das tarifas técnicas de cada bacia indicadas no item 23.1.2 do Edital, em afronta ao art. 6º, IX, da Lei de Licitações; 4. ausência de indicação das características de padronização visual externa da carroceria dos veículos, evidenciando indefinição do objeto licitado, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei de Licitações; 5. incompatibilidade do item 21.4.1.4.1 do edital com o art. 14 da Lei nº 4.011/07, ao definir as idades média e máxima dos veículos sem estudo

técnico e anuência prévia do Conselho de Transporte Público Coletivo do DF; 6. exigência de quantitativos para comprovação de capacidade técnica, no caso de consórcios, em contrariedade às jurisprudências do STJ (Resp nº 710.534/RS, 2ª T., rel. Ministro Humberto Martins) e TCU (Acórdão nº 266/2006, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar), pois o edital, ao dispor sobre o somatório dos quantitativos de cada consorciado, determinou que se observasse a proporção de sua respectiva participação no consórcio. Tal proporcionalidade, segundo a jurisprudência dos tribunais citados, só é exigível em se tratando de qualificação econômico-financeira; 7. ausência de estimativa dos valores dos investimentos necessários, e inadequação na fixação da garantia da proposta e de garantia da execução contratual com base no montante da receita total a ser auferida no período total da concessão. Tais garantias deveriam ser calculadas com base no montante dos investimentos necessários por parte das licitantes, infringindo o art. 3º da Lei nº 8.666/93, art. 37, XXI, da CF/88; 8. falta de razoabilidade na fixação da área mínima das garagens, com custo adicional que pode violar o princípio da Modicidade Tarifária e possibilidade de direcionamento do certame, conflitante com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 37, XXI, da CF/88; 9. necessidade de revisão dos dados de quilometragem e de tempo estimado de viagens, bem como os quantitativos da frota de micro-ônibus utilizados no estudo técnico que respaldou o edital, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei de Licitações; 10. necessidade de revisão dos limites geográficos de cada bacia, evitando-se custos desnecessários na definição das bacias/regiões, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei de Licitações; b) que se pronuncie acerca dos questionamentos do MPC/DF contidos no § 15 do Parecer nº 692/2012-DA; c) com esteio no art. 198, do RI/TCDF, que mantenha suspensa a Concorrência nº 01/2011-ST até ulterior manifestação desta Corte de Contas; d) encaminhe a esta Corte cópias dos autos de processos judiciais deflagrados por ações judiciais que impugnaram o certame, informando, ainda, o desfecho delas; IV - autorizar: a) a ciência desta decisão às entidades representantes listadas no parágrafo 29 da Informação nº 86/2012-3ª DIACOMP; b) o fornecimento das cópias citadas no item I, "d", ao SETRANSP-DF; c) a remessa de cópia do Parecer nº 692/2012-DA, da referida Informação, dos Papéis de Trabalho II a IV, desta decisão e do respectivo voto condutor à Secretaria de Estado de Transportes, para subsidiar o cumprimento dos itens anteriores; d) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências pertinentes.

Presidiu a sessão o Presidente em exercício Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente a Senhora Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI.

SALA DAS SESSÕES, 03 DE JULHO DE 2012

Decisão ORDINÁRIA Nº 4106/2012 Processo TCDF Nº 12086/2011

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4531, DE 09 DE AGOSTO DE 2012

PROCESSO Nº 12.086/11 (apensos 19 volumes)

RELATOR: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO

EMENTA: Edital da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST, deflagrada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal, tendo por finalidade a seleção de pessoas jurídicas ou consórcio de pessoas jurídicas para a prestação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, em regime de concessão, pelo período de 10 (dez) anos. Aos autos juntaram-se o Ofício nº 780/2012-GAB/ST (fl. 2547), oriundo da Secretaria de Estado de Transportes, encaminhando a esta Corte cópia do Ofício nº 359/2012-GAB-SEMARH e do Despacho nº 36/2012 SUSAM/SEMARH (fls. 2548/2550), bem como embargos de declaração opostos pelas empresas Expresso Brasília Ltda. (fls. 2551/2556), Condor - Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda., Expresso Riacho Grande Ltda., Viação Pioneira Ltda. e Viação Planeta Ltda. (fls. 2557/2563). Preliminarmente, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação a juntada dos documentos acima citados, tendo o Tribunal decidido pelo acolhimento do referido ofício, autorizando a sua juntada aos autos, sem análise do mérito, ficando parcialmente vencido, neste quesito, o Relator. No tocante aos embargos de declaração, o Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento para, no mérito, negar-lhes provimento, autorizando a urgente comunicação às embargantes e à Jurisdicionada. O representante do Ministério Público junto à Corte Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, na forma do § 1º do art. 66 do RI/TCDF, proferiu parecer verbal. O Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, declinou do pedido de vista constante da Decisão nº 4038/2012. No tocante ao mérito, o representante do Ministério Público junto à Corte Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE ratificou o parecer constante dos autos. O Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS apresentaram declaração de voto, elaborada na forma do art. 71 do RI/TCDF.

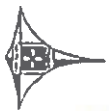
DECISÃO Nº 4106/2012

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE,

decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 635/2012-GAB/ST, fls. 2136; b) do Ofício nº 639/2012-GAB/ST, fls. 2137/2145; c) do Ofício nº 53/2012-GAB/ST, fls. 2252/2254; d) dos papéis de trabalho acostados às fls. 2415/2427 e do Anexo XIX; II - em relação ao item III da Decisão nº 3.341/2012, **considerar atendido o disposto nos subitens "a.1", "a.2", "a.3", "a.4", "a.5", "a.6", "a.7", "a.8", "a.9", "a.10", "b" e "d"**; III - **em consequência do item anterior, autorizar o prosseguimento do certame em apreço, condicionando ao cumprimento do item IV**; IV - determinar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal - ST/DF que republique o aviso de edital da Concorrência Pública nº 01/2011- ST, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993; V - reiterar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal a determinação constante no item II, alínea "e", da Decisão nº 3.984/11; VI - determinar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências pertinentes. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto de fs. 2451-2471. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator e do Revisor, bem como as referidas declarações de voto.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.

SALA DAS SESSÕES, 09 DE AGOSTO DE 2012



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PARECER n. 138/2012 – PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD
PROCESSO n. 090.000.455/2010
INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD:

1- RELATÓRIO

Cuida-se de procedimento administrativo proveniente da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, por meio do qual se submete a análise desta Casa Jurídica a minuta do Edital de Concorrência n. 2012-ST, com os respectivos anexos, visando à "outorga de Concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, através de veículos de transporte coletivo de passageiros (.)" (fls. 1.985/2.084).

A deflagração do procedimento licitatório decorreu de decisão judicial proferida no bojo da Ação Civil Pública n. 2001.01.1.010242-8, que determinou a imediata licitação de todas as outorgas vencidas do serviço básico de transporte público coletivo do Distrito Federal.

Em cumprimento à referida decisão judicial, o órgão consultante chegou a elaborar a minuta do Edital de Concorrência n. 04/2010-ST, por meio do qual seria promovida a licitação por frota, tipo "maior oferta", para a operação de 900 (novecentos) ônibus no STPC/DF. Tal minuta foi objeto de análise nesta Procuradoria por meio dos Pareceres PROCAD/PGDF ns. 1.168/2010 (fls. 986/996) e 06/2011 (fls. 1.214/1.221).

Posteriormente, sobreveio a Decisão n. 3.984/2011, do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, determinando a suspensão do certame, nos seguintes termos, *in verbis*:

FOIHA 2101
PÁG 138 006 455/2010
FLS 2 006 455/2010

FOIHA 2102
PÁG 138 006 455/2010
FLS 2 006 455/2010



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decide:

()

II - determinar à Secretaria de Transportes que apresente as contrapropostas que entender pertinentes ou adote as seguintes providências:

a) seja consistir, no mínimo do contrato, cláusulas que atendam às disposições dos incisos XI e XV do art. 23 da Lei n.º 8.987/95;

b) analisar os dados do projeto básico com informações geradas após a revisão da contabilidade do Sistema de Relineagem Automática pelo DISTRAT, conforme o Decreto n.º 32.815/2011;

c) decida se a licitação em tela deverá alterar-se no prazo total que hoje opera no Serviço Básico do STPC;

d) elabore estudo técnico que demonstre ser a licitação por frotas a opção mais vantajosa para a Administração, em detrimento ao modelo por linha ou por bacia/região;

e) quanto ao possível descumprimento do art. 23, § 3º da Lei n.º 8.987/95;

III - em razão do item anterior, determinar que a Secretaria de Transportes suspenda o certame, até ulterior manifestação desta Corte de Contas (...);

Decida, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RUMALDO COSTA CUNHA, mandar publicar, em único e único, o relatório do Relator: " - grifos não-originais.

Em face dessa decisão, o órgão consultante houve por bem reformular o Projeto Básico com amparo no estudo promovido pelo Consórcio LOGIT/LOGITRANS, denominado "Aplicação à Implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal" (fls. 1.655/1.984), formulado no bojo do Acordo de Cooperação Técnica ATN/OC 11234-BR, mantido entre o Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

FOI HA 2103

PA 155 001 455/2018

ROE KA: 475551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Conforme notícia o órgão consultante às fls. 2.087/2.089, os estudos

técnicos concluíram pela vantagem de se promover a exploração mediante concessão de serviço público, adotando-se a licitação por bacia/região - e não por frota, como anteriormente previsto - tendo tais conclusões sido levadas ao conhecimento do Egrégio TQDF por meio do Ofício n. 85/2012-GAB/ST (fls. 2.085/2.086).

Retornam os autos à PQDF para análise da versão final da minuta do edital e dos respectivos anexos, em obediência ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Por meio do despacho de fl. 2.100, submeteu-se o feito à análise e pronunciamento deste Procurador.

E o relatório

II - FUNDAMENTAÇÃO

Cinge-se a consulta à análise da minuta de edital de concorrência, com os respectivos anexos, cujo objeto é a "outorga de concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, através de veículos de transporte coletivo de passageiros (...)", todos nos termos do Projeto Básico e demais documentos que integram os autos.

Tratando-se de análise circunstada an aspecto jurídico-formal, o opinativo ater-se-á ao exame do procedimento sob o prisma do conteúdo da legalidade administrativa, abstendo-se de natureza técnica afetas à Ciência do Direito ou que digam respeito ao mérito da atuação administrativa (conveniência e oportunidade), as quais escapam à competência desta Casa.

FOI HA

2104

PA 155 001 455/2018

ROE KA: 475551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

II.1 - Do Marco Regulatório do STPC/DF, Da Escolha da Modalidade de Outorga e do Critério de Julgamento Adotado. Da manutenção de parte dos serviços sob exploração direta do Poder Público.

Na hipótese vertente, a opção pelo regime de delegação do sistema de transporte público coletivo tem amparo no art. 173 da Constituição Federal e na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. No âmbito local, encontra substrato nos arts. 335 a 342 da Lei Orgânica do Distrito Federal e, mais especificamente, no art. 7º da Lei Distrital n. 4.011, de 12 de setembro de 2007, este último ora transcrito, in verbis:

"Art. 7º Os serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal e outros a eles vinculados, serão prestados direta ou indiretamente, sob regime de concessão ou permissão, nos termos do art. 335 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º Quando direta, a prestação dos serviços de transporte público coletivo pelo Distrito Federal far-se-á por intermédio da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada - TCB ou de qualquer outro ente público que venha a ser criado com esse objetivo.

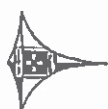
§ 2º A delegação para a prestação indireta dos serviços de transporte público coletivo far-se-á sempre mediante licitação na modalidade de concorrência.

§ 3º O prazo da delegação será de até 10 (dez) anos, contados da assinatura das respectivas contratos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, devidamente justificado pelo poder público.

(...)" - grifos meus

Nessa perspectiva, é de se considerar tecnicamente adequada a opção pela delegação mediante concessão de serviço público - e não permissão, como tradicionalmente adotado no âmbito local.

FOLHA 2105
PA 650 006 455/2010
RUE 2 MAT 425551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Com efeito, segundo a doutrina tradicional, a permissão seria um ato administrativo unilateral, por meio do qual a Administração outorga ao particular a prestação de um serviço público em caráter precário. A concessão, por sua vez, tem natureza contratual, razão pela qual seriam asseguradas ao particular que presta o serviço público certas garantias não extensíveis aos permissionários, tais como prazo de duração do contrato e manutenção de uma determinada equação econômico-financeira. Esse discernimento, inclusive, pela Lei n. 8.987/95:

Art. 2º Para as fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

(...)

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder executivo, mediante licitação, na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou conjunto de empresas que demonstrar capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

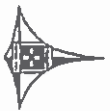
(...)

II - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, de prestação de serviços públicos, feita pelo poder executivo a pessoa física ou jurídica que demonstrar capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Destarte, embora desapareçam, na prática, as diferenças entre concessão e permissão quando nessa última se afigurem o prazo certo e a inalienabilidade da equação econômico-financeira inicial (passando a ser denominada pela doutrina de "permissão qualificada"), revela-se tecnicamente mais adequada a adoção do *nomen juris* "concessão de serviço público", que efetivamente reúne as características próprias dessa especial modalidade de prestação indireta de serviços públicos.

No outro giro, o art. 8º da Lei n. 4.011/2007 é expresso ao dispor sobre as formas pelas quais o serviço de transporte coletivo poderá ser delegado. Confira-se:

FOLHA 2106
PA 650 006 455/2010
RUE 2 MAT 425551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

"Art. 8º Os serviços de transporte público coletivo poderão ser delegados por ÁREA, FROTA OU LINHA aos seguintes termos:

Neste ponto, o Poder Público optou por modificar o sistema atual, em que a exploração se dá por frota, para adotar a delegação por área (ou bacia), selecionando-se a melhor proposta pelo critério da menor tarifa, nos termos do art. 15, I, da Lei n. 8.987/95.

Toma-se de decisão discricionária do Poder Público que, nada obstante, deve escudar-se em justificativa técnica por meio da qual fique evidenciado tratar-se, no caso concreto, da melhor alternativa à luz do interesse público.

Neste sentido, inclusive, posicionou-se o E. TCCDF no bojo da mencionada Decisão n. 3.984/2011, determinando que a Secretaria de Transportes elaborasse "estudo técnico que demonstre ser a licitação por frota a opção mais vantajosa para a Administração, em detrimento ao modelo por linha ou por bacia/região". (item II, alínea d).

Fim atendimento à referida determinação, o órgão consultor declinou justificativa formal alegando a vantagem do modelo de delegação por bacia, sendo oportuno citar, a título de ilustração, trecho do Despacho de fls. 2.087/2.089, do Sr. Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito da Secretaria de Estado de Transportes, expressis verbis:

"Como resultado do trabalho conclui-se que o modelo mais adequado ao DF é aquele por bacias ou regiões, modelo esse, inclusive, amplamente adotado nos principais estados do país e da América Latina. Imprescindível notar que o modelo de concessão de serviços até hoje adotado pela Distrito Federal, em sua concessão de linhas por número de veículos (frota), não tem concedido níveis aceitáveis de

TOUMA 20107
PA 150 606 455/2010
EPC 20107 42551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

eficiência, diversamente do que é observado nos grandes estados do país que adotaram, modernamente, o modelo por região (bacia).

A implementação da nova concessão operacional leva o Conselho de Licitação a optar por parte do Poder Público, uma vez que há diminuir a quantidade de interlocutores além de promover o equilíbrio do sistema entre os operadores internos.

Ademais, pelo modelo ora proposto pretende-se garantir maior economia de escala nos meios utilizados para operação (veículos, pessoal de operação, infraestrutura empresarial), sem desprezar o atendimento de novos serviços necessários dentro do área operacional, possibilitando a integração de serviços internos ou mesmo entre outras áreas operacionais.

Sob o prisma logístico, as operações do modelo de concessão por área podem obter benefícios operacionais de infraestrutura dentro de uma área de operação, minimizando a duplicação de infraestrutura dos serviços que refletem na redução de custos e, em última análise, representam impacto positivo ao usuário.

No mesmo sentido, pode-se vê-la para novamente fazer referência ao supracitado estudo técnico que subsidiou a decisão pelo modelo de bacias ("Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal") realizado pelo Consórcio LOGITACITRANS no bojo do Acordo de Cooperação Técnica ATN/OC 11234-BR, firmado entre o Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID (Ns. 1.655/1.984).

Registre-se, por fim, que a minuta do edital prevê no item 4.3.2 a manutenção das linhas atualmente exploradas de forma direta pelo Poder Público, por intermédio da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, as quais estão excluídas do objeto da licitação, conforme autoriza o supramencionado art. 7º, § 1º, da Lei n.

TOUMA 20108
PA 150 606 455/2010
EPC 20108 42551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

4.011/2007. () referido item ainda prevê que "durante a vigência dos contratos de concessão não serão criadas novas linhas para exploração direta pela TCDF".

Toma-se de disposição oficializada indispensável, haja vista que a exaustiva definição do grau de participação do Poder Público na prestação direta do serviço permitirá a devida precificação dessa circunstância quando da elaboração das propostas pelas licitantes.

Como se vê, o modelo de concessão adotado pelo Poder Público insere-se no âmbito da conveniência e oportunidade administrativas, estando lastreado em estudos técnicos expressamente declinados nos autos. Ademais, a adoção do referido modelo foi precedida de discussão na sociedade civil, inclusive por meio de audiência pública realizada com esta finalidade específica. Em tais circunstâncias, não se vislumbram quaisquer óbices jurídico-legais no que tange à escolha da modalidade de outorga do serviço em tela, aos critérios de julgamento adotados na licitação e, por fim, à manutenção da exploração direta, pelo Poder Público, de uma parcela dos serviços atinentes ao STPC/DF.

II.11 - Dos Procedimentos Relativos à Fase Interna da Licitação

Tratando-se de licitação na modalidade de concorrência, necessária a observância de todos os procedimentos atinentes à fase interna do procedimento licitatório impostos pela Lei n. 8.666/93 naquilo que for aplicável ao regime jurídico instituído pela Lei n. 8.987/95.

Nesta perspectiva, observa-se que o Projeto Básico não foi formalmente aprovado, nos termos do art. 7º, § 2º, I, LLCA, o que deverá ser providenciado pela autoridade competente.

Nonoitem pto, o art. 5º da Lei n. 8.987/95 prevê a publicação de ato administrativo específico, previamente ao lançamento do edital da licitação. Confira-se:

FOLHA 2109
PA 650 001 455/2010
EUT 2111 425551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

No item I.1 do edital há menção a este ato, que, pelo que consta dos autos, ainda não foi formalizado pelo órgão consentente. Qualquer que seja a forma pela qual tal ato se corporificar, sugere-se a inclusão, no respectivo texto, de menção expressa ao art. 5º da Lei n. 8.987/95, de maneira a deixar indene de dúvidas o efetivo atendimento à exigência legal.

II.111 - Do Edital e seus Anexos

Por fim, cumpre analisar as minutas do edital e do contrato de concessão à luz do disposto nas Leis Federais ns. 8.666/93 e 8.987/95 e na Lei Distrital n. 4.011/2007.

Sob o aspecto formal, a minuta do edital observa, em linhas gerais, as determinações do art. 18, caput e incisos I a XVI, da Lei n. 8.987/95¹, com as seguintes considerações.

- I - Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e, ainda, especificamente:
 - I - o objeto, metas e prazo da concessão;
 - II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
 - III - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
 - IV - prazo, local e horário em que serão recebidos, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos projetos e apresentação das propostas;
 - V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
 - VI - as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;
 - VII - os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;
 - VIII - os critérios de reajuste e revisão da tarifa.

FOLHA 2110
PA 650 001 455/2010
EUT 2111 425551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Registre-se, inicialmente, a necessidade de serem completados os espaços vazios constantes das minutas (número da licitação, número de lances licitados, valor estimado das contratações, valor máximo da tarifa técnica para cada um dos lances, endereços para retirada do edital e obtenção de informações sobre a licitação, número da conta bancária para depósito da garantia em dinheiro pelos licitantes etc.)

Na mesma folha, deve-se retipografar a versão final da minuta contratual (Anexo I), haja vista que a cópia constante dos autos apresenta ainda visíveis as alterações decorrentes da edição do texto.

No que tange ao inciso I do art. 18 da Lei de Concessões e Permissões ("objeto, meios e prazo da concessão"), sugere-se que o título constante da folha de rosto do edital (fl. 1.985), bem como o preâmbulo (fl. 1.986), façam menção expressa à Concessão do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, tal como, aliás, corretamente consignado no Objeto da Concorrência (item 4.1 – fl. 1.990). Isso porque o Serviço Complementar do STPCDF não será licitado nesta oportunidade.

IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financieiro da proposta;

X - a indicação dos bens reversíveis;

XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

XII - a expressão indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de serviço administrativa;

XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

XIV - nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no art. 23 desta Lei, quando aplicáveis;

XV - nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra;

XVI - nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado.

FOLHA 2111

PA 628 006 455/2010

RUB 0 MAT 428551

11



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

O prazo da concessão – 10 anos, prorrogáveis por igual período, uma única vez, nos termos do item 8.1 da minuta do edital – está de acordo com o disposto no art. 7º, § 3º, da Lei n. 4.011/2007.

No que tange ao inciso V ("critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal"), há previsão expressa nos itens 21.1 a 21.5 da minuta do edital, os quais atendem ao que prescrevem os arts. 27 a 31 da Lei n. 8.666/93, inclusive com a recém-criada exigência de apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei n. 10.440, de 7 de julho de 2011, em vigor desde 04 de janeiro de 2012 (item 21.3.1.9).

Ainda neste tópico, cumpre observar que é da responsabilidade exclusiva da Administração, por meio de seu corpo técnico específico, avaliar se tais exigências técnicas revelam-se consonâncias com a necessidade de adequada execução do objeto, vedadas quaisquer exigências impertinentes ou desproporcionais que venham a restringir indevidamente o caráter competitivo do certame.

Destarte, é necessário que o órgão consulente observe as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal quanto à necessidade de justificar tecnicamente a adoção dos critérios de aferição da capacidade técnica e de idoneidade financeira das licitantes. Cite-se, por oportuno, a Decisão n. 891/2010-TCDF, relativa à Concorrência Pública n. 01/2010-ST, in verbis:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
I. tornar concluinte, em: o Edital de Licitação - Concorrência Pública nº 01/2010-ST e anexos (fls. 111811-111812)
II. determinar à Secretaria de Transportes que, com fulcro no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, etc o artigo 198 do RI-TCDF, suspenda a licitação objeto dos autos até ulterior manifestação desta Corte;

FOLHA 2112

PA 628 006 455/2010

RUB 0 MAT 428551



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

III. determinar, ainda, a Secretaria de Transportes que, no prazo de 15 (quinze) dias:

- a) promover as seguintes alterações no edital em anexo: item 3.1 - modifique os valores da cotação, deixando expresso o montante para cada lote, de forma a não exceder o disposto no artigo 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93; item 7.5.a - redire a existência de capital superior a 10%, de modo a adequar aos parâmetros estabelecidos no artigo 31, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93; item 7.5.d - estabeleça critérios objetivos de aferição da boa situação financeira das empresas concorrentes, com a alteração de índices econômico-financeiros, conforme exigido no parágrafo 3º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93; f) - prazos não-originais.

A previsão de "receitas alternativas, complementares ou accessórias" (art. 18, VI), consta dos itens 5.5 e 5.6 da minuta do edital, destinando-se 50% (cinquenta por cento) da arrecadação para a Câmara de Compensação Tarifária, com vistas à preservação da modalidade tarifária nos estritos termos do que dispõe o art. 11 da Lei n. 8.987/95.

Os direitos e obrigações do Poder Público e da Concessionária relativamente à expansão do serviço no futuro (art. 18, inciso VIII) estão previstas nos itens 4.4 a 4.6.

Os critérios de reajuste e revisão das tarifas (art. 18, inciso VIII) estão previstos no item 5.4 da minuta do edital e foram devidamente detalhados nas Cláusulas XVI e XVII da minuta do contrato (Anexo I).

No que tange à política tarifária, gratuidades e descontos tarifários (itens 5 e 6 da minuta do edital), importante observar que a concessão de subsídio em serviços públicos prestados de forma indireta depende de expressa indicação legal da respectiva fonte de custeio, sendo vedada por lei, outrossim, a concessão direta de subsídio a delegatários privados. É o que dispõem os arts. 71, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 56 da Lei Distrital n. 4.011/2007, in verbis:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Art. 71. (...)

§ 2º Não será objeto de deliberação proposta que vise a conceder gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta, sem a correspondente indicação da fonte de custeio.

Art. 56. É vedada ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatários privados.

Destarte, sugere-se ao órgão consultante a alteração redacional das itens 5.4.1 e/ou 6.2 da minuta, de maneira a deixar indene de dúvidas a vedação de utilização do subsídio para fins outros que não o estrito custeio das gratuidades legais.

A participação de consórcios na licitação foi permitida e as condições de licitação da empresa responsável (art. 18, VIII) foram inscritas nos itens 16.1.3 a 16.1.6, estando de acordo com o regime em constante do art. 19 da Lei n. 8.987/95. Não há, quanto ao ponto, quaisquer recomendações de natureza jurídico-formal.

Art. 19. Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - compromisso de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, assinado pelas consorciadas;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;

III - apresentação das documentas exigidas nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;

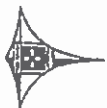
IV - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente;

§ 1º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º A empresa licitante do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

FOLHA 2113
PA 648 066 453/2010
FOLHA 42981

FOLHA 2114
PA 648 066 453/2010
FOLHA 425651



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

A minuta contratual (Anexo I) obedece, em linhas gerais, aos termos do art. 23, incisos I a XV, da Lei 8.987/95, cabendo, entretanto, observar o seguinte:

Não há na minuta menção às "condições para prorrogação do contrato" (art. 23, inciso XII), "obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente" (inciso XIII) e "exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária" (inciso XIV), cláusulas essenciais do contrato de concessão por expressa direção legal. Por essa razão, recomenda-se incluir tais tópicos na versão final da minuta do contrato de concessão.

Salvo melhor juízo, os demais aspectos constantes das minutas do edital e do contrato não apresentam vícios jurídico-formais, dizendo respeito a questões de

3 Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
- V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- VIII - às penalidades, sanções e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX - aos casos de extinção da concessão;
- X - aos bens reaveríveis;
- XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XII - às condições para prorrogação do contrato;
- XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

FOLHA

2115

PA 450 306 455/2010

895 47551

15



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

indole técnica de responsabilidade exclusiva do órgão consultante, cuja análise, por esse motivo, escapa à competência desta Casa.

A guisa de conclusão, reafirma-se a necessidade de ser dada máxima publicidade ao edital na conformidade do art. 21, incisos II e III da LICA (no mínimo uma vez no DOU e em jornal de grande circulação), bem como respeitado o prazo mínimo de trinta dias entre a publicação do edital e o recebimento das propostas, nos termos do art. 21, § 2º, II, "a" e § 3º, da Lei de Licitações e Contratos.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina-se pela viabilidade jurídica da licitação e pela aprovação da minuta do edital com seus respectivos anexos, com as observações constantes da presente manifestação.

É o parecer, *sub censura*.

Brasília-DF, 29 de fevereiro de 2012.

RODRIGO ALVES CHAVES

Procurador do Distrito Federal

FOLHA

2116

PA 450 306 455/2010

895 47551

16



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Processo nº : 090.000.455/2010
Interessado : Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
Assunto : Licitação, Concorrência, Concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de consulta jurídica encaminhada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal acerca da minuta de edital de concorrência e anexos relativos à licitação objetivando a "outorga de concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, através de veículos de transporte coletivo de passageiros (...)". (Dls 1.985/2.084).

Designado para emissão de parecer, o i. Procurador do Distrito Federal Dr. Rodrigo Alves Chaves opinou pela viabilidade jurídica da licitação e pela aprovação da minuta do edital, e respectivos anexos, desde que atendidas as recomendações elencadas no bojo de sua manifestação.

Acrescento, apenas, às razões do bem lançado parecer, a necessidade de reapreciação ou apresentação de justificativas acerca dos valores estabelecidos para a exigência de patrimônio líquido mínimo a título de qualificação econômico-financeira, bem como da garantia de participação da licitação e garantia de execução contratual.

Observa-se que foi estabelecido, no item 21.5.1.3 do edital, a necessidade de comprovação, como requisito de qualificação econômico-financeira, de patrimônio líquido igual ou superior a 1% (um por cento) do valor estimado do contrato de concessão. É bem verdade que o percentual cetero encontra-se dentro do

FOLHA 0117
P. 1
LEI 606/93/2010
P. 1
0117



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

limite admitido pelo art. 31, §3º da Lei 8.666/93, que estabelece o máximo de 10% do valor do contrato para a exigência de patrimônio líquido mínimo. Ocorre que a comparação entre esse percentual e o valor fixado no edital para a garantia de participação (item 21.5.1.8.2), e para a garantia de execução (item 26.2.2), ambas fixadas em 0,5% (meio por cento) do valor contratual (estimado no primeiro caso e efetivo no segundo), sugere a necessidade de apresentação de justificativas pela Secretaria consultante.

Com efeito, a análise conjunta destes requisitos pode apontar para uma garantia de participação na licitação desproporcional, na medida em que o valor a ser encaminhado para que o licitante possa concorrer ao certame seria o equivalente à metade (50%) do patrimônio líquido mínimo exigido como requisito de qualificação econômico-financeira.

Assim, deveria ser verificada a proporção entre o patrimônio líquido mínimo exigido e a garantia de participação da licitação, em observância ao princípio da proporcionalidade, evitando-se, assim, que critérios de qualificação econômico-financeira atinjam indevidamente o caráter competitivo do certame.

Nessa mesma linha de raciocínio, mostra-se desproporcional que a garantia de participação na licitação seja fixada no mesmo percentual escolhido para a garantia de execução contratual (0,5%).

Basta verificar que, na Lei 8.666/93, a garantia de participação pode ser fixada até o máximo em 1% do valor estimado para a contratação (art. 31, III), enquanto a garantia de execução poderá ser estabelecida em até 5% do valor do contrato (art. 56, §2º). A distinção entre os limites superiores destas modalidades de garantia se deve ao fato de que enquanto a primeira tem por finalidade a verificação da qualificação econômico-financeira do licitante, a segunda visa assegurar recursos para a eventual satisfação de prejuízos acarretados à Administração no decorrer do

FOLHA 0118
P. 1
LEI 606/93/2010
P. 1
0118



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

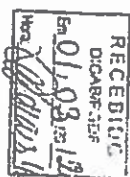
contrato. Não se mostra plausível que essas duas modalidades de garantia possam ser fixadas no mesmo patamar, sob pena de potencial ofensa ao caráter competitivo do certame.

Assim, recomenda-se à Secretaria consistente a apreciação das questões acima tratadas, juntando-se aos autos as justificativas técnicas que levaram à determinação dos índices de qualificação econômico-financeira previstos no Edital e à exclusão, bem como quanto aos valores das garantias a serem prestadas para a participação e execução.

Ante o exposto, por concordar com as conclusões apresentadas, submeto ao deslinchamento de Vossa Excelência o Parecer nº 138/2012-PROCAD/PGDF, o qual aprovo por seus próprios e jurídicos fundamentos, com os acréscimos acima.

Brasil, 01º de março de 2012.

Joaquim Francisco Nunes Bandeira
Joaquim Francisco Nunes Bandeira
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa



FOLHA 2119
PA 639 667 455/2010
888 2011 471.651



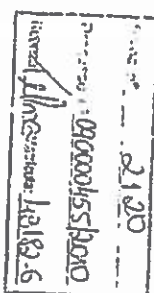
DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 090.000.455/2010
INTERESSADO: Secretária de Estado de Transportes do Distrito Federal

ASSUNTO:

Abertura Licitação Frota Complementar. Objeto Ação Civil Pública. Concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.



APROVO O PARECER Nº 0138/2012 -

PROCAD/PGDF, de lavra do Ilustre Procurador do Distrito Federal RODRIGO ALVES CHAVES, com os acréscimos da cota de fls. 2.117/2.119, subscrita pelo eminente Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa - PROCAD, JOAQUIM FRANCISCO NUNES BANDEIRA.


Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

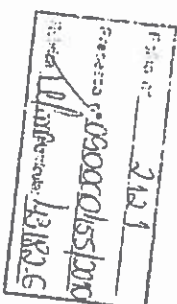
Considerando ainda o teor do pronunciamento desta Procuradoria, recomenda-se que, após a implementação das observações apontadas, haja manifestação da respectiva Assessoria Jurídico-Legislativa, em despacho no qual deva versar, exclusivamente,

sobre o atendimento, ou não, da manifestação desta Casa, ressaltando-se, em todo caso, a possibilidade de nova manifestação do órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, caso subsista dúvida jurídica específica.

Reslituam-se os autos à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal para conhecimento e providências pertinentes.

Em 11 / 3 / 2012.


LEANDRO ZANNONI
Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal



REGISTRO DA QUANTIDADE DE	
FOLHAS DE PROCESSOS	
Processo conferido em	01.03.2012
As	17.25
com	2/12/12
Assinatura: 260.533.1	
Assinatura: 13.182.6	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



DESPACHO

PROCESSO N.º: 090.000.455/2010
INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes
ASSUNTO: Abertura de Licitação – frota complementar

Senhor Secretário,

Vieram os autos para cumprimento das recomendações da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, inseridas no Parecer nº 138/2012-PROCAD e nas respectivas cotas de aprovação, às fls. 2101/2121.

Tendo em vista a imperiosidade de celerar o cumprimento dos ajustes necessários entende-se pertinente a objetiva abordagem ponto a ponto das recomendações pendentes, seguidas das providências adotadas, conforme segue:

• Projeto Básico

Entendeu o i. parecerista que não foi plenamente atendido o cumprimento da exigência legal de aprovação formal do Projeto Básico, consoante art. 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Assim, em eleição ao Princípio da Legalidade insculpido pela Carta Magna, faz-se constar via do Projeto Básico às fls. 2190/8763, para apreciação e aprovação expressa e formal de Vossa Excelência.

• Justificativa de Conveniência de Outorga de Concessão

O cumprimento do art. 5º, da Lei nº 8.987/95 fez-se pleno no dia 24 de fevereiro de 2012, por intermédio do Diário Oficial do Distrito Federal nº 39, página 50, de acordo com cópia à fl. 2124.

Vale destacar, inclusive, que consta do texto da justificativa a expressa indicação do dispositivo legal contemplado pela PGDF.

• Formatação final dos documentos

O preenchimento de espaços vazios, cujas informações são acessórias, tais como número da licitação e endereço, foi devidamente providenciado, conforme se verifica na versão final dos documentos apresentados às fls. 2127/8849.

1

Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito – SUBOTTT/ST
Assessoria Jurídica – Assessoria Jurídica – SJA 1501, Brasília (DF) – CEP: 70075-900
Av. do Povo do Brasil, 15º Andar – SJA 1501, Brasília (DF) – CEP: 70075-900
Telefone: (61) 3441.3444



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



• Indicação expressa ao serviço básico do STPC/DF no preâmbulo do Edital

Foi corretamente indicado o objeto da licitação no preâmbulo do Edital, passando a constar a indicação "Concessão do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal", como se comprova à fl. 2127.

• Justificativa da exigência de comprovação da Capacidade Técnica – item 21.4 do Edital

Para a avaliação da capacidade técnica dos licitantes, no que diz respeito às instalações, equipamentos, veículos e bens, considera-se pertinente que sejam adotadas apenas as declarações de disponibilidade futura, afastando-se qualquer exigência de propriedade ou localização prévia, em atendimento aos primados da Lei de Licitações (art. 30, §6º).

Quanto à comprovação de experiência compatível com o objeto licitado, entende-se adequada tão somente a avaliação de capacidade técnico-operacional, ou seja, a que considere somente atestados apresentados em nome da pessoa jurídica da licitante, não podendo ser substituídos por atestados pertencentes a sócios ou responsáveis técnicos, já que não se pretende aferir a capacidade técnico-profissional, que, além de ser distinta, não condiz com o objeto da licitação.

Para manutenção da pertinência com o objeto a ser licitado, indicou-se a admissão de atestados referentes a serviços de transporte público de passageiros urbanos, suburbanos ou intermunicipais de característica metropolitana, os quais apresentem condições de execução semelhantes ao objeto da concessão. De tal sorte, mantene-se garantida a ampla competitividade haja vista o expressivo número de empresas qualificadas em âmbito nacional.

A compatibilidade dos serviços deverá ser aferida mediante a demonstração do número de veículos em operação e do número médio mensal de passageiros transportados em serviços anteriores. Os valores apresentados deverão representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos montantes previstos para a execução inicial do presente contrato de concessão.

Em harmonia à determinação legal do §5º, do indicado art. 30, da Lei nº 8.666/93, foram devidamente afastadas quaisquer limitações de tempo e local da prestação dos serviços.

Para tornar mais acessível o pleito licitatório a possíveis competidores, sem comprometer o interesse público, permitiu-se o somatório de atestados de diversos serviços, desde que pertinentes, seja por licitantes isolados seja por licitantes consorciados. No caso de

2

Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito – SUBOTTT/ST
Assessoria Jurídica – Assessoria Jurídica – SJA 1501, Brasília (DF) – CEP: 70075-900
Av. do Povo do Brasil, 15º Andar – SJA 1501, Brasília (DF) – CEP: 70075-900
Telefone: (61) 3441.3444



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



consórcio, entretanto, a sociedade deverá observar a proporcionalidade de participação no consórcio, na forma prescrita pelo estatuto diploma legal (art. 33, inciso III).

- Justificativa da exigência de comprovação da Idoneidade financeira – Item 21.5 do Edital

Para a avaliação da boa situação financeira dos licitantes, demonstrada no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis, adotou-se o índice de endividamento geral, calculado pela seguinte fórmula:

$$EG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Verifica-se, pelas condições do objeto da licitação, que a concessão envolve serviço cuja execução se dá a longo prazo. Os investimentos exigidos da concessionária não se dão em desembolso integral, imediato ou a curto prazo, sendo aportados contínua e gradativamente durante a concessão.

Logo, na avaliação financeira do processo licitatório faz-se imprescindível analisar a capacidade de endividamento a longo prazo dos licitantes, notadamente porque os recursos que custearão os investimentos contratuais deverão ser obtidos, em sua maioria, por intermédio de financiamentos. Assim, os licitantes devem demonstrar capacidade de endividamento, o que é avaliado por meio do índice supracitado.

Por outro turno, acredita-se que a comprovação de índice de endividamento não superior a 0,80 é razoável e adequada à amplitude da concessão. Ou seja, o licitante que demonstrar não possuir endividamento superior a 80% (oitenta por cento) de seu ativo total deve ser considerado em boa situação financeira e, portanto, habilitado.

No caso de participante consorciada, de maneira a conferir maior grau de segurança ao Poder Público, dada a complexidade do objeto da concessão, a prova do índice mínimo acima referido deve ser apresentada individualmente por cada uma das empresas que compõem o consórcio.

Entende-se que índices mais onerosos podem representar excessivo e desnecessário rigor na habilitação financeira do certame, comprometendo a ampla competitividade.

- Indicação expressa de utilização do subsídio apenas para custeio de gratuidades legais

Procedeu-se a revisão do Edital fazendo-se constar a inequívoca vedação de utilização do subsídio para outros fins que não o custeio de gratuidades previstas em lei, conforme

3

Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito - SGPOT/ST
Av. do Palácio do Burel, 15º Andar - Sala 1501, Brasília (DF) - CEP: 70075-000
Telefone: (061) 3441-3424



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



se verifica nos itens 5.4.1.1, à fl. 2135, e 6.2.2 do Edital, à fl. 2136, e na Cláusula I, item 1, alínea "o" da Minuta do Contrato, à fl. 2164.

- Acesso de cláusulas contratuais essenciais ao contrato de concessão

O atendimento dessa recomendação contempla os requisitos exigidos pelo art. 23, incisos XII, XIII e XIV, da Lei nº 8.987/95. Dessa forma, fez-se constar nas Cláusulas IX e XX da Minuta de Contrato todas as disposições essenciais perfilhadas pela Lei de Concessões.

Nesse prisma, importante também ressaltar que com a revisão da minuta contratual observou-se a inscrição das exigências dos incisos XI e XV do mencionado dispositivo, inseridas na Cláusula XXIV e XXXVIII, em fiel cumprimento às determinações da Decisão nº 3984/2011, de lavra do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

- Reapreciação ou justificativa acerca da exigência de patrimônio líquido, garantia de participação e garantia de execução contratual

Cumpre registrar que houve a reapreciação dos critérios de qualificação econômico-financeira, em homenagem ao Princípio da Ampla Concorrência. Dessa forma, buscando a manutenção da proporcionalidade adarmada pela RGF, afastou-se a exigência da garantia de participação, fixando a garantia de execução em montante correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual. Referida providência fundamentou-se na complexidade e essencialidade dos serviços, além de ser medida assecuratória razoável ao Poder Público no caso de eventuais prejuízos experimentados no decorrer da concessão.

No tocante à exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo, adotou-se o primeiro critério, já que representa mais fidedignamente a situação financeira e a solvência das licitantes, configurando-se em parâmetro mais preciso do que o capital social para prova de idoneidade financeira.

Não obstante a Lei nº 8.666/93 autorize a fixação de patrimônio líquido de até 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, considerando que já há no Edital a exigência de índice de endividamento, despreende-se razoável a fixação de valor mínimo de patrimônio líquido equivalente a 1% (um por cento) do valor do contrato, para fins de habilitação.

Referido montante confere adequada segurança à Administração Pública e não restringe a competitividade, mormente porque o Edital de Licitação permite a participação em

4

Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito - SGPOT/ST
Av. do Palácio do Burel, 15º Andar - Sala 1501, Brasília (DF) - CEP: 70075-000
Telefone: (061) 3441-3424



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



consórcios, autorizando a somatória proporcional dos valores de patrimônio líquido de cada consorciada.

Superados os aspectos aduzidos pela PGDF, relevante mencionar que o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por intermédio da Decisão nº 446/2012, considerou atendido o disposto nos itens II, “d” e III da Decisão nº 3984/2011, que suspendeu o certame, determinando apenas que fossem observadas as alíneas “a”, “b” e “c”, do item II da citada Decisão, para o novo Edital de Licitação, conforme documentação acostada às fls. 2125/2126.

Nesse contexto, impetoso esdarecer que a alteração do modelo operacional advinda dos estudos apresentados à Corte de Contas, fundamentou-se em dados atuais, obtidos pela retomada do controle do Sistema de Bilhetagem Automática, por força do Decreto nº 32.815/2011, demonstrando o cumprimento integral das determinações do TCDF.

Por todo o perfilado, e restando superados quaisquer óbices ao prosseguimento da Concorrência Pública nº 01/2011, encaminhamos os autos para ciência das providências realizadas e deliberação superior.

Brasília, 1º de março de 2012.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST

CSJ2
CLAUDETH LEMOS RIBEIRO
Chefe da Unidade de Administração Geral

ALINE MARIA RODRIGUES RIBEIRO
Diretora de Administração Financeira e Orçamentária



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



REFERÊNCIA N.º: Processo nº 090.000.455/2010

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes

ASSUNTO: Licitação destinada a outorgar concessão para prestação e exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF

APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Forma n.º	8856
Processo nº	090.000.455/2010
Folha	40
Matrícula	3616/4

Conforme estabelecido no artigo 7º, § 2º, inciso I da Lei nº 8.666/1993, APROVO o Projeto Básico inserido às fls. 2190/8763.

Brasília, 1º de março de 2012.

Walter Vazquez Filho
JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Transportes



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



REFERÊNCIA N.º: Processo nº 090.000.455/2010

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes

ASSUNTO: Licitação destinada a outorgar concessão para prestação e exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF

DESPACHO

URGENTE

Processo nº	8857
Assunto	09000455/2010
Assinatura	[Assinatura]
Assinatura	26/06/11

À Assessoria Jurídico-Legislativa,

Solicitamos que essa Assessoria verifique se as recomendações lançadas pela Procuradora Geral do Distrito Federal, no Parecer nº 0138/2012 – PROCAD e nas respectivas cotas de aprovação, fls. 2101 a 2119, foram cumpridas pela Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito – SUPOTT, ao visa de prosseguirmos com procedimento em apelo.

Requeremos, por oportuno, celeridade nas análises dessa Assessoria.

Brasília, 1º de março de 2012.

JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Transportes



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



REFERENTE : Processo nº 090.000.455/2010.

ASSUNTO

Edital de Concorrência para outorga do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Atendimento ou não das observações apontadas pela Procuradora Geral do Distrito Federal no Parecer nº 138/2012-PROCAD.

DESPACHO

Nº 051/2012 – AJL/ST-RAP

Processo nº	8856
Assunto	09000000455/2010
Assinatura	[Assinatura]
Assinatura	26/03/11

Os autos nos foram remetidos nessa oportunidade apenas para que seja esclarecido o questionamento constante às fls. 8856, ou seja, se as observações apontadas pela Doula Procuradora Geral do Distrito Federal no Parecer nº 138/2012-PROCAD/P-GDF, insito às fls. 2101/2116, acrescido da cota de aprovação do i. Procurador Chefe da Procuradoria Administrativa constante às fls. 2117/2119 foram atendidos.

Cumpra aqui destacar que a manifestação exigida desta Assessoria Jurídico-Legislativa a que se referiu a cota de aprovação do i. Procurador Geral Adjunto do Distrito Federal às fls. 2120/21 resinge-se, estritamente ao exame quanto ao atendimento ou não da manifestação daquela Casa Jurídica, não externando qualquer juízo de valor ou análise jurídica acerca dos fatos preteritos praticados no bojo desses autos ou mesmo quaisquer outros a não ser quanto às observações constantes das manifestações do i. parecerista e respectiva cota de aprovação, a saber:

1. Parecer nº 0138/2012-PROCAD/P-GDF
1.1 – Fl. 2109: - observa-se que o projeto básico não foi formalmente aprovado, nos termos do art. 7º, §2º I, LLCA, o que deverá ser providenciado pela autoridade competente.
- Verifica-se que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes formalizou a aludida aprovação às fls. 8856 dos autos.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST



1.2. Fl. 2110: "No item 1.1 do edital não há menção a este ato, que, pelo que consta dos autos ainda não foi formalizado pelo órgão consultante. Qualquer que seja a forma pela qual tal ato se corporificar, sugere-se a inclusão, no respectivo texto, de menção expressa ao artigo 5º da Lei n. 8.987/95, de maneira a deixar indene de dúvidas o efetivo atendimento à exigência legal."

• Tem-se, à fl. 2124, comprovação da publicação de que trata o preâmbulo artigo 5º (DODF nº 39, de 24 de fevereiro de 2012, página 50).

1.3 - Fls. 2111: "Registre-se, inicialmente, a necessidade de serem completados os espaços vazios constantes das minutas (número da licitação, número dos lotes licitados, valor estimado das contratações, valor máximo da tarifa técnica para cada um dos lotes, endereço para retirada do edital e obtenção das informações sobre a licitação, número da conta bancária para depósito em dinheiro pelas licitantes etc.)."

• Verifica-se que os campos em branco foram devidamente preenchidos com todas as informações requeridas pela D. PGDF, conforme se verifica às fls. 2.127 a 2.189.

1.4 - Fls. 2111: "... deve-se reimprimir a versão final da minuta contratual (Anexo I), haja vista que a cópia constante dos autos apresenta ainda visíveis as alterações decorrentes da edição do texto."

• As fls. 2161 e seguintes consta a reimpressão da versão final da minuta contratual devidamente corrigida, restando, portanto, atendida a exigência da d. Casa Jurídica.

1.5 - Fls. 2111: "... sugere-se que o título constante da folha de rosto do edital (fl. 1.985), bem como o preâmbulo (fl. 1.986), façam menção expressa à Concessão do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, tal como, alias, corretamente consignado no objeto da concorrência (item 4.1 - fl. 1.990)."

• Tem-se que no título da folha de rosto do edital e do preâmbulo passou a constar a indicação "Concessão do Serviço Básico

Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST
Avenida do Povo do Buriti, 15º andar - Sala 1512, Brasília (DF) - CEP: 70015-900
Telefone: (061) 3441-3434 - Fax: (061) 3441-3440 - e-mail: ajl@tse.gov.br

Folha N.º	8059
Processo N.º	200.000.455/2010
Assinatura	2633410



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST



Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal". Atendido, portanto.

1.6 - Fl. 2112: "... é necessário que o órgão consultante observe as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal quanto à necessidade de justificar tecnicamente a adoção dos critérios de aferição da capacidade técnica e de idoneidade financeira das licitantes."

• Verifica-se que para a avaliação da capacidade técnica dos licitantes, considerou-se pertinente a adoção apenas das declarações de disponibilidade futuras, atestando-se qualquer exigência de propriedade ou localização prévia. Quanto a comprovação de experiência compatível com o objeto licitado, entendeu-se adequada tão somente a avaliação de capacidade técnica operacional. Já para a manutenção da pertinência com o objeto a ser licitado, indicou-se a admissão de atestados referentes a serviços de transporte público de passageiros urbanos, subúrbios ou intermunicipais de características metropolitanas, os quais apresentaram condições de execução semelhantes ao objeto da concessão. Foram ainda devidamente atestadas quaisquer limitações de tempo e local da prestação dos serviços para tornar mais acessível o pleito licitatório a possíveis competidores. Para avaliação da boa situação financeira dos licitantes, demonstrada no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis, adotou-se o índice de endividamento geral não superior a 0,80, já que entendeu-se que índices mais onerosos podem representar excessivo e desnecessário rigor na habilitação financeira do certame, comprometendo a ampla competitividade. Assim, constam às fls. 2151 a 2155 do edital que foram observadas todas as recomendações do TCDF no que diz respeito aos critérios de aferição da capacidade técnica e de idoneidade financeira.

1.7 - Fl. 2114: "... sugere-se ao órgão consultante a alteração redacional do item 5.4.1 e/ou 6.2 da minuta, de maneira a deixar indene de dúvidas a vedação da utilização do subsídio para fins outros que não o estrito custeio das gratuidades legais."

• Procedeu-se a revisão do edital fazendo-se constar a inequívoca vedação de utilização de subsídio para outros fins que não o custeio das gratuidades previstas em lei, conforme se verifica nos itens 5.4.1.1

Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST
Avenida do Povo do Buriti, 15º andar - Sala 1512, Brasília (DF) - CEP: 70015-900
Telefone: (061) 3441-3434 - Fax: (061) 3441-3440 - e-mail: ajl@tse.gov.br

Folha N.º	8060
Processo N.º	200.000.455/2010
Assinatura	2633410



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST



e 6.2 do edital (fls. 2135/6) e Cláusula I, item 1, alínea "o" da minuta do contrato (fl. 2164). Atendidas, portanto, as recomendações

1.8 - Fl. 2115: "Não há na minuta menção às 'condições para prorrogação do contrato' (art. 23, inciso XII), 'obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente' (inciso XIII) e 'exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária' (inciso XIV), cláusulas essenciais do contrato de concessão por expressão dicção legal. Por esta razão recomenda-se incluir tais tópicos na versão final do contrato de concessão."

- Foram acrescidas as cláusulas contratuais essenciais ao contrato de concessão (fls. 2162 a 2189), conforme exigido pelo Doula PGDF.

2. Cola de aprovação - Fls. 2117/19

2.1 - Fl. 2117/18: "... a necessidade de reapreciação ou apresentação de justificativas acerca dos valores estabelecidos para a exigência de patrimônio líquido a título de qualificação econômico-financeira, bem como da garantia de participação da licitação e garantia de execução contratual.

... deverá ser verificada a proporção entre o patrimônio líquido exigido e a garantia de participação da licitação, em observância ao princípio da proporcionalidade, evitando-se, assim, que critérios de qualificação econômico-financeira atuem indevidamente o caráter competitivo do certame."

- Cumprir registrar que houve a reapreciação dos critérios de qualificação econômico-financeira, buscando a manutenção da proporcionalidade acionada pelo PGDF. Verifica-se que foram afastadas as exigências da garantia de participação, fixando, a garantia de execução em montante correspondente a 1% do valor contratual. No tocante à exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo, adotou-se o primeiro critério, já que se entendeu pela configuração de parâmetros mais precisos do que o capital social para a prova de idoneidade financeira, conforme disposto às fls. 2153 a 2155 dos presentes autos.

[Assinatura]

Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST
Avenida do Pádua 88, Bloco 1, 1º andar - Sala 1512, Brasília (DF) - CEP: 70075-900
Telefone: (061) 3441-3434 - Fax: (061) 3441-3490 - e-mail: stj@gdf.leg.br

Folha N.º 8861
Processo nº 000.000.455/2010
Rubrica <i>[Assinatura]</i> 2633450



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST



Portanto, conclui-se que restaram atendidas todas as recomendações indicadas pela doula Procuradoria Geral do Distrito Federal.

S.m.j., era o que nos competia manifestar.

Retorne-se ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor
Secretário de Estado de Transportes, em atenção ao Despacho daquela

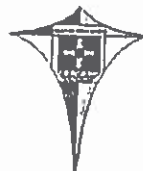
procedência, lançado às fls. 857 dos presentes autos.

Brasília, 01 de março de 2012.

[Assinatura]
RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

Folha N.º 8862
Processo nº 000.000.455/2010
Rubrica <i>[Assinatura]</i> 2633450

Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/ST
Avenida do Pádua 88, Bloco 1, 1º andar - Sala 1512, Brasília (DF) - CEP: 70075-900
Telefone: (061) 3441-3434 - Fax: (061) 3441-3490 - e-mail: stj@gdf.leg.br



DESPACHO

Referência: Processo nº 090.000.455/2010
Interessado: Secretaria de Estado de Transportes
Assunto: Abertura de Licitação – Frota Complementar Objeto Ação Civil Pública

Em atenção aos apontamentos da consultoria do Consórcio Logit/Logitrans e da Comissão Especial de Licitação, advindos de reunião técnica ocorrida na data de hoje, de acordo com as informações constantes às fls. 12104, e de forma a resguardar o interesse público na Ampla Concorrência do Certame, aprovo as retificações dos itens 7.1; 8.2; 8.5; 21.4.1.1.1.2; 21.4.1.3.1; 23.1.1; 26.1.5; 21.4.1.1.3.1; item 1 da Clausula XIII do Anexo I; Anexo II.2; Anexo IV.1 e Anexo IV.2 do Edital, consoante especificado às fls. 12105/12161. Retornem os autos à Comissão Especial de Licitação para providências cabíveis.

Em 08 de março de 2012.

JOSE WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Estado/ST

Folha nº 12162
Processo nº 090.000.455/2010.
Rubrica Matr. 263.209-8



MEMORANDUM

N.º 273/2012 - GAB/ST

Brasília, 16 de abril de 2012.

PARA: Subsecretaría de Políticas de Transportes e Tránsito

ASSUNTO: Impugnação da empresa Virgão Jardins S/A atinentemente à Concorrência nº 01/2011.

Senior Subsecretario,

De ordem do Excecioníssimo Secretário, encaminhamos, em anexo, a Impugnação da empresa Vagdo Jartius S/A do dia 13/04/2012, atinentes à Concorrência nº 01/2011, para que sejam respondidas.

Atendimentos:

Andriela Lemos Gonçalves
Assessora Especial/ST

RECEBIDO
Em 16/1 às 9 h 30
Instituto de Saúde da Família

"Brasil - Patria da Humanidade"

Centro de Simbiosis (C4-5)
Atenas de Puebla en Barrio, 13° Norte - 504 1582, 6° Norte (C7) - 477-755 503
Teléfono: (241) 341-1247; e-mail: (241) 341-3700; info@csimbio.org.mx
e-mail: info@csimbio.org.mx
http://csimbio.org.mx

RECEBIDO
Em 13.04.2012 às 17h02
Dx 1916-4 GAB/ST
Assinatura: [Assinatura] Sessão: [Assinatura]

Chlorophyll

Está em curso processo licitatório deflagrado pelo Distrito Federal para seleção de empresas para concessão do Serviço Público Rodoviário do Sistema de Transportes Públicos Coletivos de Passageiros. Referido certame foi deflagrado sob o nº 01/2011.

A cada etapa que a representante caminha no estúdio para apresentações de uma porção feita na licoação, mais vidos são produzidos. E são estes outros vidos que são a seguir eliminados.

INTERGRACÃO ACADÊMICA – CONDOMÍNIO, 03/2011

Magdo Lenzi nasceu em 27/11/1934, em São José do Rio Preto, SP. É casado com a Sra. Maria Lenzi, com quem tem 3 filhos. É formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1958, e em Ciências Econômicas pela FEA/USP, em 1960. É advogado, com escritório particular em São José do Rio Preto, SP, e atua também como advogado de empresas e do Poder Judiciário. Foi juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 1969 a 1971, e juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 1971 a 1973, designado pelo Distrito Federal por meio de sua Secretaria de Estado da Conselheiria Federal, visando a atuação de seu grupo político no campo eleitoral. Foi Diretor do Distrito Federal, visando a atuação de seu grupo político no campo eleitoral. Foi Diretor do Distrito Federal, visando a atuação de seu grupo político no campo eleitoral. Foi Diretor do Distrito Federal, visando a atuação de seu grupo político no campo eleitoral.

RECEBIDO
12/04/11 a las 16h30
Chenier

RECEBIDO
Em 23.09.2013 às 14h 17
Dr. Jefferson Williams
Nutricionista

CONFIDENTIAL PAGE 534/20

Uma segunda comparação pode ser entre os resultados da terceira rodada permitida por veículos operacionais com 5 blocos em tela (caso entre R\$ 10,73, no caso do bloco 4, ver R\$ 20,24) e no caso de bloco 1, em situações com 10 blocos em tela (caso de bloco 4, ver R\$ 31,39, no caso do bloco 1, em situações com 10 blocos em tela). No caso de São Paulo, as receitas variaram de R\$ 27 mil a R\$ 35 mil, sendo entre elas suficientes para a remuneração dos custos envolvidos com a participação dos servidores e do capital empregado pelos empresários operacionais. Por fim, cabe destacar que, apesar de modestos, não há impactos a obrigação de aquisição e operação de veículos com as respectivas modalidades, pois os resultados são positivos. Assim, os resultados são positivos em termos de receitas, pois resulta em custos operacionais efetivos mais inferiores em comparação àquelas previstas para o caso de 10 blocos em tela, o que resulta em uma redução do custo de operação de R\$ 8,00 por hora, e não de R\$ 6,00 por hora, o que resulta em uma maior eficiência no aproveitamento de pessoal.

[illegible]

Adiante serão descritos os procedimentos metodológicos e a origem dos dados utilizados.

Para o censo da composição entre a receita própria e a receita de Lucílio (00/10/11) e o custo da empresa operadora de transporte público, foi utilizado o conceito de planilha unitária. Esse método de cálculo foi originalmente proposto pelo Grupo de Estudos em Economia Brasileira de Planejamento de Transportes, GELNOT, criado em 1965 e subordinado ao Ministério dos Transportes em 1969, tendo havido atualização em 1996. A concepção do modelo de



A figura 2 segue acentuando o desenho esquemático da metodologia utilizada na determinação da taxa de usinagem:



- ☐ Combustibles,
- ☐ Lubricants;
- ☐ Acetone;
- ☐ Pygas & acetolysis

- ⇒ Depreciação;
- ⇒ Reintegração;
- ⇒ Administração;
- ⇒ Período da contabilidade;

$$PMU = QM / IO$$

onde:

PMU = percento médio mensal

QM = quilometragem mensal, calculada conforme as instruções anteriores

IO = taxa operacional

⇒ Índice de Passagem por Quilômetro. Já que o custo é calculado com base na quilometragem percorrida, é necessário relacionar o número de passagens à quilometragem realizada, obtendo-se assim o índice de Passagem por Quilômetro. Este índice é o índice de passageiros equivalentes transportados por quilômetro rodado e é obtido da seguinte forma:

$$IPQ = PQ / QM$$

onde:

PQ = índice de passageiros equivalentes por km

PM = número médio de passageiros equivalentes

QM = quilometragem mensal

Controle Operacional

Tendo em vista a influência dos dados operacionais, principalmente passageiros transportados e quilometragem percorrida, na determinação do valor da tarifa, recomenda-se o controle operacional efetivo dos sistemas, evitando-se distorções que possam resultar da utilização de dados incorretos no cálculo tarifário.

III.1.8. PARÂMETROS DE CONSUMO E VALOR DOS INSUMOS

Os valores dos coeficientes apresentados no manual resultam de informações prestadas pelas prefeituras de várias cidades, com diferentes tamanhos e características geográficas, e de levantamentos realizados pela ANTP e RTU junto aos seus associados.

Os valores e intervalos aqui sugeridos refletem as condições operacionais de empresas de várias cidades brasileiras, que operam em regime de eficiência. Assim, devem ser usados a título de orientação inicial quando não se dispuser de valores pesquisados, tendo recomendações que se procure obter posteriormente de consumo próprios para cada localidade.

Valores dos Insumos

Tendo em vista a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transportes urbanos, é necessário estabelecer periodicamente o cálculo tarifário. Para tanto, é preciso proceder à coleta dos preços de mercado dos insumos utilizados, o que deve ser realizado o mais próximo possível da data do reajuste tarifário.



Os preços dos insumos utilizados devem ser obtidos por meio de pesquisas, a www.abratrans.org.br/abratrans (site de que, evidentemente, estão na localidade ou região), devendo constar do levantamento a data da coleta, a vigência do preço, a forma de pagamento e o estoque disponível. Os preços coletados devem refletir os valores efetivamente pagos pelas empresas operadoras, considerando, inclusive, os eventuais descontos recebidos por grandes consumidores (gréis no atacado).

As observações apresentadas a seguir contém indicações para a coleta de preços dos insumos básicos utilizados no cálculo tarifário.

⇒ **Veículos:** Deve-se coletar o preço de todos os modelos de veículo em operação no sistema (ônibus, plataforma, carrocinha e monobloco). Para os modelos que não são mais fabricados, deve-se utilizar o preço dos modelos similares ainda em fabricação. Também deve ser considerado o preço de aquisição de veículos novos, bem como o preço dos modelos para obter o preço do veículo usado no momento da compra. O preço por determinar os veículos em trânsito e corrente, a potência deve ser efetuada de forma individualizada.

⇒ **Combustível:** Deve ser adotado o preço do óleo diesel para grande consumidor, de acordo com o tipo de veículo que não se aplica ao caso de ônibus.

⇒ **Manutenção:** Para metodologia apresentada neste trabalho, que relaciona o consumo de manutenção ao consumo de óleo diesel, não há necessidade de coletar preços de lubrificantes.

⇒ **Rodagem:** Recomenda-se adotar, para cada categoria de veículo, um valor tipo (diária ou rodado) e dimensionar (9.000,20 ou 10.000,20 km) de preço, o que não prescindisse na taxa local. A pesquisa deve ser adequada ao tipo de preço adotado, utilizando-se pesquisa a quente para preços diários e pesquisa a frio (preço médio) para preços rodado.

⇒ **Solistas:** Os salários do pessoal de operação (motorista, cobrador e maquinista) devem ser coletados por cidade e apresentados em tabelas de acordo com a categoria profissional. Quando necessário, deve-se considerar o valor de cada índice de reajuste salarial que seja aplicado à categoria dos profissionais no período de vigência da tarifa. Caso tais índices não estejam disponíveis, os salários devem ser projetados com base na política salarial praticada na localidade.

⇒ **Seguros, Taxas e Impostos:** Adotar os valores e alíquotas efetivamente praticados na localidade.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Cálculo Tarifário



O custo variável é a parcela do custo operacional que mantém relação direta com a quilometragem percorrida, ou seja, sua incidência só ocorre quando o veículo está em operação. Esse custo, expresso em unidade monetária por quilômetro (U\$/km) é constituído pelas despesas com o consumo de combustível, de lubrificantes, de rodagem e de peças e acessórios.

O valor de cada parcela do custo variável é o resultado do produto do preço unitário de cada componente pelo seu respectivo coeficiente de consumo. No caso específico desta planilha, esse coeficiente é representado pelo índice que expressa o consumo do bitumeto por quilômetro percorrido.

Os coeficientes de consumo estão sujeitos a modificações em função das características de cada área urbana e de suas condições de tráfego coletivo. O valor do coeficiente pode ser influenciado pela topografia e pelo clima da cidade, pelas condições da malha viária, pela conservação e conservação da frota e pelo volume de área de operação.

12 Coeficiente: O custo do combustível por quilômetro é obtido pela multiplicação do preço do litro do óleo diesel pelo coeficiente de consumo expresso em litro por km.

Em face do seu peso na composição do custo variável e da relativa facilidade de obtenção do seu consumo efetivo, deve-se medir o consumo de consumo do óleo diesel particularmente, tendo em vista as frequências maiores e as condições das características das partes locais de transporte coletivo, tais como condições de frota e condições do próprio veículo.

Para a determinação do coeficiente de consumo de combustível são necessários os seguintes fatores:

- consumo de frota por tipo de veículo;
- quilometragem percorrida por tipo de veículo;
- total de litros de combustível consumido por tipo de veículo
- no mesmo período de tempo da quilometragem percorrida.
- Após coleta dessas informações, o coeficiente de consumo é calculado, por tipo de veículo, pela seguinte fórmula:

$$\text{Coeficiente de Consumo} = \frac{\text{Consumo Total}}{\text{Quilometragem Percorrida}}$$

O quadro a seguir apresenta, para cada tipo de veículo, os valores dos coeficientes de consumo de óleo diesel obtidos a partir de informações coletadas em diversas cidades brasileiras.

Coeficiente de consumo (l/km)		
Veículo	Unidade	Unidade Superior
Ônibus	0,33	0,39
Travessa	0,45	0,50
Travessia	0,53	0,65



Os parâmetros acima foram considerados o limite superior, uma vez que os dados coletados pelo CIPROT não contemplam veículos com capacidade de 175 a 200, segundo fabricante. Assim, o parâmetro ideal deve ser fixado no limite do intervalo inferior pelo CIPROT.

13 Lubrificantes: A despeito com lubrificantes é tradicionalmente apropriado considerar os coeficientes de consumo de cada componente exceto para o óleo diesel, devido ao fato de que, devido à natureza do produto, o mesmo não é consumido diretamente pelo veículo, mas sim através de um processo de conversão.

A dificuldade na obtenção precisa dos preços de cada um dos itens componentes, em razão da grande variedade de marcas disponíveis, e a pequena participação deste item no custo operacional total (inferior a 2%) recomendam simplificar a sua abordagem.

O levantamento realizado mostra que o seu consumo pode ser considerado ao mesmo nível e que, sem margem significativa de erro, pode-se adotar o consumo de lubrificantes por quilômetro por um equivalente ao consumo de óleo diesel. Assim, com base nos dados coletados pelo CIPROT, o quadro a seguir, o resultado de cálculo do coeficiente de consumo de lubrificantes expressado em preço do litro de óleo diesel, válido para qualquer tipo de veículo.

Unidade Superior	Unidade Superior
0,04	0,05

14 Rodagem: Este item de custo é composto por pneus, câmbio de óleo, pastilhas e resacas. A determinação do consumo dos componentes é baseada na vida útil do pneu, expressa em quilômetros, que inclui a sua primeira vida e a vida de reposição.

Os pneus são classificados por tipo (diagonal ou radial) e por tamanho (100, 120, 130, 140, 150, 160, 170, 180, 190, 200, 210, 220, 230, 240, 250, 260, 270, 280, 290, 300, 310, 320, 330, 340, 350, 360, 370, 380, 390, 400, 410, 420, 430, 440, 450, 460, 470, 480, 490, 500, 510, 520, 530, 540, 550, 560, 570, 580, 590, 600, 610, 620, 630, 640, 650, 660, 670, 680, 690, 700, 710, 720, 730, 740, 750, 760, 770, 780, 790, 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960, 970, 980, 990, 1000).

O custo do rodagem por quilômetro, para cada tipo de veículo, é obtido dividindo-se o custo total da rodagem (suma dos pneus e câmbio de óleo) pelo número de quilômetros percorridos pelo veículo.

O custo do item pneus é obtido multiplicando-se o seu preço unitário pelo número de pneus utilizados pelo veículo. Vários tipos e modelos estão em uso, e os preços variam de acordo com o tipo de pneu.

Os dados dos itens câmbio de óleo e pastilhas são obtidos multiplicando-se seus preços unitários pelo número de câmbios de óleo e pastilhas utilizados pelo veículo. Os dados dos itens resacas são obtidos multiplicando-se seus preços unitários pelo número de resacas utilizados pelo veículo.

O custo do item resacas é obtido multiplicando-se o seu preço unitário pelo número de resacas utilizados pelo veículo. Os dados dos itens câmbio de óleo e pastilhas são obtidos multiplicando-se seus preços unitários pelo número de câmbios de óleo e pastilhas utilizados pelo veículo.

Os dados dos itens resacas são obtidos multiplicando-se o seu preço unitário pelo número de resacas utilizados pelo veículo. Os dados dos itens câmbio de óleo e pastilhas são obtidos multiplicando-se seus preços unitários pelo número de câmbios de óleo e pastilhas utilizados pelo veículo.



Preço	Limite inferior	Limite Superior
Diagonal	70.000mm	92.000mm
Valor unit total	2,5	3,5
Recuperação		
Valor unit total	185.000mm	125.000mm
Recuperação	2	3

Para a determinação do consumo de peças e acessórios é necessário determinar a quantidade de quilômetros rodados, pelo regime de operação, condições de pagamento, por exemplo, e também pelo modo como o motorista condutor o veículo, além do mais, por exemplo, a grande variedade de componentes com os quais o tempo de vida útil, é de difícil determinação. Para isso, recomenda-se que seja determinado o consumo efetivo de peças e acessórios em relação ao tempo de vida útil, que deve ser empregado pelo período de tempo necessário (no máximo 12 meses) para atingir o comportamento das peças de longo duração.

As informações sobre o consumo de peças e acessórios poderão ser obtidas por meio de registro contábil das entradas e saídas de estoque do almoxarifado ou por outros formas de inventário, como auditorias ou avaliações contábeis, sendo-se para as situações que podem ocorrer essas situações. O período de observação não deverá coincidir com períodos de manuseio acelerado ou de paralisação de renovação de frota, que podem distorcer os resultados devida tipos de pesquisa.

O consumo por quilômetro é obtido dividindo-se o consumo correspondente ao período de um mês (consumo anual dividido por 12) pela quantidade de veículos da frota operante e pelo fatorial local.

Não sendo disponíveis levantamentos do consumo de peças e acessórios, recomenda-se a adoção de parâmetros obtidos nos levantamentos realizados no quadro a seguir.

Limite inferior	Limite Superior
0,0013	0,0083

Existem, também, tabelas para uma unidade medida nacional, foram elaboradas com base em pesquisas feitas pelo FINEC, sendo de 7,500mm que é a medida brasileira. Por isso, na adoção do coeficiente local deve-se considerar um valor correspondente com o fatorial local, na média, localidades com fatorial menores deverão, consequentemente, ter preços menores com peças e acessórios.

Para cada tipo de veículo, o custo mensal de peças e acessórios por quilômetro será obtido por meio do seguinte roteiro de cálculo:

- * Obter-se o coeficiente mensal pelo FINEC, em quilômetros;
- * Multiplicar-se o valor encontrado pelo preço do veículo.

Custo Fluo

O custo fluo é a parcela do custo operacional que não se altera em função da quilometragem percorrida, ou seja, os gastos com os itens que compõem esse custo ocorrem mesmo quando os veículos não estão operando. Exprime-se em unidade monetária por veículo por mês.

(R\$)Veículo x mês, é constituído pelos custos referentes a depreciação, a remuneração do capital, a despesa com pessoal e a despesa administrativas.

Para a obtenção da despesa mensal correspondente ao Custo Fluo, deve-se multiplicar as parcelas relativas a depreciação, a remuneração do capital e a despesa administrativas pela frota local, e a parcela referente a despesa com pessoal, pela frota operante.

O custo fluo por quilômetro é obtido dividindo-se a despesa mensal correspondente ao Custo Fluo pela quilometragem mensal programada, adotada no cálculo utilitário.

Depreciação: A depreciação é a redução do valor de um bem durável, resultante do desgaste pelo uso ou deterioração tecnológica. Para efeito do cálculo utilitário, considera-se a depreciação dos veículos que compõem a frota total e a depreciação da frota operacional e equipamentos.

* Depreciação do Veículo: A depreciação do veículo depende de três fatores:

- o valor econômico (velocidade) A vida econômica de um veículo bem utilizado é o período durante o qual a sua utilização é mais vantajosa do que sua substituição por um novo bem igual ao antigo. Este período é determinado em função das condições de utilização, das características construtivas e operacionais, das condições locais de utilização, recomenda-se a adoção do valor útil de sete anos para veículos leves, de dez anos para veículos pesados e de doze anos para veículos especiais.

- o valor residual do veículo (VRV) Valor residual é o preço de mercado que o veículo alcança ao final de sua vida útil. Esse valor é expresso como uma fração do preço de aquisição do veículo, sendo que a depreciação acumulada é sempre calculada como diferença entre o preço do veículo novo sem rodagem (preço, cláusula de ar e proteção). Considerando-se as características diferenciadas dos diversos tipos de veículo e o período estipulado para a vida útil de cada um deles, recomenda-se a adoção de valores residuais de 30% para veículos leves, de 10% para veículos pesados e de 10% para veículos especiais.

- o método de cálculo. Recomenda-se o uso do Método do Custo, ou Método do Gasto das Despesas, por representar mais facilmente a deterioração do veículo rodoviário, caracterizada por uma perda acentuada de valor no início de sua utilização e que se aterra com o passar dos anos.

O quadro a seguir apresenta os fatores de depreciação anual para cada tipo de frota, por tipo de veículo, de acordo com o critério de cálculo.

Frota Total	Frota Operante	Frota Pesada	Frota Leve
-------------	----------------	--------------	------------

Tempo			
0 - 1	$0,80 \div 7/78 = 0,0300$	$0,65 \div 0,755 = 0,545$	$0,50 \div 1/78 = 0,185$
1 - 2	$0,80 \div 6/78 = 0,174$	$0,65 \div 0,639 = 0,500$	$0,50 \div 0,7/78 = 0,189$
2 - 3	$0,80 \div 5/78 = 0,320$	$0,65 \div 0,523 = 0,500$	$0,50 \div 0,6/78 = 0,154$
3 - 4	$0,80 \div 4/78 = 0,414$	$0,65 \div 0,408 = 0,500$	$0,50 \div 0,5/78 = 0,158$
4 - 5	$0,80 \div 3/78 = 0,867$	$0,65 \div 0,293 = 0,602$	$0,50 \div 0,4/78 = 0,308$
5 - 6	$0,80 \div 2/78 = 0,201$	$0,65 \div 0,178 = 0,365$	$0,50 \div 0,3/78 = 0,602$
6 - 7	$0,80 \div 1/78 = 0,256$	$0,65 \div 0,064 = 0,906$	$0,50 \div 0,2/78 = 0,602$
7 - 8	zero	$0,65 \div 0,044 = 0,906$	$0,50 \div 0,1/78 = 0,602$
8 - 9	$0,85 \div 7/55 = 0,0309$	$0,65 \div 0,7/55 = 0,0346$	$0,50 \div 3/78 = 0,0346$
9 - 10	$0,85 \div 6/55 = 0,0515$	$0,65 \div 6/55 = 0,0346$	$0,50 \div 2/78 = 0,0346$
10 - 11	zero	$0,65 \div 5/55 = 0,0346$	$0,50 \div 1/78 = 0,0346$
11 - 12	zero	$0,65 \div 4/55 = 0,0346$	$0,50 \div 0/78 = 0,0346$
> 12	zero	zero	zero

O coeficiente de depreciação anual são obtidos multiplicando-se o fator de depreciação anual de cada fase pela percentagem de veículos (do tipo considerado) presentes nesta fase. O coeficiente de depreciação anual para cada tipo de veículo, é obtido somando-se os coeficientes de todos os fatores.

A depreciação mensal por veículo, para cada tipo de veículo, é obtida multiplicando-se o coeficiente de depreciação anual pelo preço do veículo como bem móvel, dividindo-se o resultado pelo número de meses do ano.

Depreciação de máquinas, instalações e equipamentos: A depreciação mensal relativa a máquinas, instalações e equipamentos, é obtida multiplicando-se o preço do veículo pelo fator de depreciação mensal por ano de investimento realizado em determinado veículo, por ocasião da aquisição das instalações físicas para o cálculo da Tabela de Oribas Urbana, obtidas pelo GEIPIOT em 1981. Resulta-se que o fator de depreciação refere-se ao preço do veículo bem, independente da composição de frota.

Remuneração do Capital Para o cálculo da remuneração do capital investido em veículos, automóveis, máquinas e equipamentos, adota-se a taxa de 12% ao ano.

Remuneração do Capital Investido em Veículos Para calcular o valor da remuneração anual do capital investido em veículos, aplica-se a taxa de remuneração (12%) sobre o valor do veículo novo, bem como, câmbio de valor e percentagem, dependendo-se a percentagem de depreciação.

Os dados a seguir apresentam os fatores de remuneração anual de cada fase táxi, por tipo de veículo.

Fase táxi	Período a considerar	Fator de remuneração anual
0 a 1 ano	sem depreciação	$(1 - 0) \div 0,12 = 0,1200$

Fase táxi	Período a considerar	Fator de remuneração anual
1 a 2 anos	$0,8 \div 7/78$	$(1 - 0,8 \div 7/78) \div 0,12 = 0,0960$
2 a 3 anos	$0,8 \div 6/78$	$(1 - 0,8 \div 6/78) \div 0,12 = 0,0756$
3 a 4 anos	$0,8 \div 5/78$	$(1 - 0,8 \div 5/78) \div 0,12 = 0,0548$
4 a 5 anos	$0,8 \div 4/78$	$(1 - 0,8 \div 4/78) \div 0,12 = 0,0446$
5 a 6 anos	$0,8 \div 3/78$	$(1 - 0,8 \div 3/78) \div 0,12 = 0,0346$
6 a 7 anos	$0,8 \div 2/78$	$(1 - 0,8 \div 2/78) \div 0,12 = 0,0246$
7 anos	$0,8 \div 1/78$	$(1 - 0,8 \div 1/78) \div 0,12 = 0,0146$
> 7 anos	$0,8 \div 0/78$	$(1 - 0,8 \div 0/78) \div 0,12 = 0,0046$

Fase táxi	Período a considerar	Fator de remuneração anual
0 a 1 ano	sem depreciação	$(1 - 0) \div 0,12 = 0,1200$
1 a 2 anos	$0,85 \div 10/55$	$(1 - 0,85 \div 10/55) \div 0,12 = 0,1015$
2 a 3 anos	$0,85 \div 9/55$	$(1 - 0,85 \div 9/55) \div 0,12 = 0,0848$
3 a 4 anos	$0,85 \div 8/55$	$(1 - 0,85 \div 8/55) \div 0,12 = 0,0689$
4 a 5 anos	$0,85 \div 7/55$	$(1 - 0,85 \div 7/55) \div 0,12 = 0,0549$
5 a 6 anos	$0,85 \div 6/55$	$(1 - 0,85 \div 6/55) \div 0,12 = 0,0448$
6 a 7 anos	$0,85 \div 5/55$	$(1 - 0,85 \div 5/55) \div 0,12 = 0,0348$
7 a 8 anos	$0,85 \div 4/55$	$(1 - 0,85 \div 4/55) \div 0,12 = 0,0248$
8 a 9 anos	$0,85 \div 3/55$	$(1 - 0,85 \div 3/55) \div 0,12 = 0,0148$
9 a 10 anos	$0,85 \div 2/55$	$(1 - 0,85 \div 2/55) \div 0,12 = 0,0048$
> 10 anos	$0,85 \div 1/55$	$(1 - 0,85 \div 1/55) \div 0,12 = 0,0048$

Fase táxi	Período a considerar	Fator de remuneração anual
0 a 1 ano	sem depreciação	$(1 - 0) \div 0,12 = 0,1200$
1 a 2 anos	$0,9 \div 13/78$	$(1 - 0,9 \div 13/78) \div 0,12 = 0,1034$
2 a 3 anos	$0,9 \div 12/78$	$(1 - 0,9 \div 12/78) \div 0,12 = 0,0883$
3 a 4 anos	$0,9 \div 11/78$	$(1 - 0,9 \div 11/78) \div 0,12 = 0,0743$
4 a 5 anos	$0,9 \div 10/78$	$(1 - 0,9 \div 10/78) \div 0,12 = 0,0615$
5 a 6 anos	$0,9 \div 9/78$	$(1 - 0,9 \div 9/78) \div 0,12 = 0,0508$
6 a 7 anos	$0,9 \div 8/78$	$(1 - 0,9 \div 8/78) \div 0,12 = 0,0411$
7 a 8 anos	$0,9 \div 7/78$	$(1 - 0,9 \div 7/78) \div 0,12 = 0,0325$
8 a 9 anos	$0,9 \div 6/78$	$(1 - 0,9 \div 6/78) \div 0,12 = 0,0250$
9 a 10 anos	$0,9 \div 5/78$	$(1 - 0,9 \div 5/78) \div 0,12 = 0,0182$
10 a 11 anos	$0,9 \div 4/78$	$(1 - 0,9 \div 4/78) \div 0,12 = 0,0125$
11 a 12 anos	$0,9 \div 3/78$	$(1 - 0,9 \div 3/78) \div 0,12 = 0,0078$
> 12 anos	$0,9 \div 2/78$	$(1 - 0,9 \div 2/78) \div 0,12 = 0,0030$

Os coeficientes de remuneração anual são obtidos multiplicando-se o fator de remuneração anual de cada fase táxi pelo percentual de veículos (do tipo considerado) existentes nesta fase. O coeficiente de remuneração anual da frota, para cada tipo de veículo, é obtido somando-se os coeficientes de todas as fases táxi.

A remuneração mensal por veículo, para cada tipo de veículo, é obtida multiplicando-se o coeficiente de remuneração anual pelo preço do veículo como bem móvel, dividindo-se o resultado pelo número de meses do ano considerado e dividindo-se o novo resultado por 12 (número de meses do ano).

Remuneração de Máquinas, Instalações e Equipamentos: O cálculo da remuneração de máquinas, instalações e equipamentos,

$0,04 = [R(12/12)] =$ preço do veículo hoje mais = 0,0004 e preço do veículo hoje mais

$\mathbf{a}_{12} = (0, 12/12) = \text{preço do veículo novo} = \text{R\$} 12.000$ e preço do veículo o novo

- * Depressão com Período de Oligotonia: São considerados como período de oligotonia monofásica, catatônica e depressiva. Para se obter o valor da depressão mental por semana (depressão = mês) divide-se multiplica (=) todos os meses referente a cada uma das categorias, acrescidos das encargos sociais, pelo respectivo fator de utilização. Este fator corresponde a quantidade de trabalhadores, por categoria, necessária para operar cada veículo da frota.

O quadro a seguir apresenta o intervalo em que se enquadram os hábitos de solicitação calculados para algumas doenças brasileiras, com base no método proposto.

Categoria	Valor de Utilização
Limite Inferior	2,80
Limite Superior	2,80
Valor Ideal	2,80
Desaplicação	0,50

Tendo em vista que alguns emissores não baseados em dados estatísticos, recomendaram o aumento dos preços das ações com a realização local. Segundo levantamentos realizados, o índice das ações emissores locais foi, atualmente, em torno de 62% sobre a remuneração mensal da inflação.

O curso do período de operação, expresso em R\$/veículo x mês, é obtido pela soma dos saldos multiplicados pelos fatores de utilização, acrescido em encargos sociais, conforme a expressão seguinte:

Crude

* Diestas com pessoal da Manutenção: Este item corresponde à despesa com o pessoal envolvido na manutenção da frota. Para efeito de simplificação do cálculo, sugeriu-se a sua imputação às despesas com pessoal de operação. Com base nos levantamentos realizados em diversas unidades, verificaram-se a seguir os percentuais alcançados pelas despesas com pessoal de manutenção.

Categoría	Índice inferior	Índice superior
Peso del mantenimiento	12%	15%

4. Beneficiários: Os beneficiários do sistema incluem os indivíduos afetados por crises físicas, ambientais, econômicas e outras, que devem ter acesso ao custo do não-desastre. Portanto, não devem ser excluídos os indivíduos, pois todos eles não estão em situação social, nem o nacional referente à hora de entrar em contato com a legislação. Vale ressaltar que 16 devem ser considerados no cálculo tirando na beneficiários dependentes de decisão judicial ou que tenham sido afetados pelo poder executivo.

Para calcular o custo mensal por veículo (R\$) veículo e mês, refere-se aos benefícios, despesas fixas, menos as despesas operacionais, o valor mensal efetivamente despendido e dividir o resultado encontrado pela frota operante.

Remuneração da Diretoria (Pro Labore): Considera-se como remuneração de diretoria a remuneração efetuada pelas propriedades das operadoras que efetivamente exercem função de direção, desde que não estejam sob a dependência de pessoal por não sofrerem incidência de encargos sociais. O valor a ser considerado no cálculo tarifário deve ser considerado à disposição do órgão de prestação local e compatível com os saldos praticados na localidade.

Para calcular o custo mensal por unidade (R\$) unidade e mês, refere-se à remuneração da diretoria, despesas fixas e ao valor mensal pela frota operante.

Despesas Administrativas: São itens do resumo em todos referentes a despesas gerais, inclusive despesas, impostos sobre a propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e seguro de responsabilidade civil.

Despesas Gerais: São consideradas entre item diversas custos necessitados à execução dos serviços, tais como: material de expediente, energia elétrica, água, comunicação e outras despesas não diretamente ligadas à operação. Admite-se que o valor final das despesas gerais varia entre 2% a 5% do preço de um veículo novo completo, para cada unidade por mês, dependendo em um coeficiente mensal entre 0,0017 e 0,0033, por veículo, conforme quadro a seguir:

Categoria	Limite Inferior	Limite Superior
Despesas Gerais	0,0017	0,0033

Seguro Obrigatório: O valor referente a seguro obrigatório é o mesmo para todas as unidades, bastando dividir o custo do seguro de um veículo por 12 para encontrar o despesa mensal por veículo (R\$) veículo e mês.

III.1.2. IMPOSTOS

Todos os tributos (impostos, contribuições e taxas) que incidem sobre a receita operacional das empresas operadoras devem ser incluídos na planilha de custos. Os principais tributos incidentes sobre a atividade são Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS), Programa de Integração Social (PIS) e Taxa de Gerenciamento. A alíquota do COFINS é de 3% e a do PIS é de 0,65%, ambos incidentes sobre a receita.

III.1.3. CÁLCULO DOS FATORES DE UTILIZAÇÃO

Para calcular o fator de utilização de Motoristas e Cobradores utiliza-se o formulário apresentado a seguir. Por esta metodologia, o fator de utilização é determinado a partir da programação da operação do sistema de transporte coletivo urbano de cada cidade.



O primeiro passo é determinar, para cada linha, estação e domingo, a quantidade de veículos que é utilizada em cada hora horária, devendo-se considerar as paradas programadas e o tempo de viagem. Somente serão consideradas as unidades que operam no mínimo 20 minutos dentro da hora horária, com isso no quadro de horários não poder ser considerado. Não incluindo o quadro de horários, recomenda-se a pesquisa direta junto às empresas operadoras.

Todo em vista as próprias características do transporte coletivo urbano – que exigem o trabalho contínuo – e a finalidade imposta pela Lei 111, de incentivo para repouso ou alimentação com duração mínima de duas horas, quando não estiver dentro do período coletivo que autoriza a “hora pagar” – deve-se considerar, para efeito do preenchimento do formulário, que o intervalo de operação de cada veículo, incluindo o tempo de parada e o tempo de parada, não poderá ser inferior à jornada legal de trabalho.

Assim, quando o quadro de horários indicar o recolhimento do veículo antes de se completar a jornada legal de trabalho, considera-se que o veículo continua a operar até completar a jornada, já que a empresa não pode abandonar o serviço do empregado se não o trabalhar, em função da programação operacional das linhas.

O passo seguinte é identificar a menor quantidade de veículos utilizada em uma hora horária, o que deve ocorrer em um dia útil, e considerar este valor como sendo 100% da frota operante. Em seguida, deve-se calcular para cada hora horária em dia útil, sábado e domingo, o percentual da frota operante, levando-se em conta a quantidade de veículos que operam e o total da frota operante. Esses percentuais devem ser lançados nas colunas correspondentes do formulário.

Em seguida, calcula-se a Duração Equivalente de Operação para um dia útil (Campo A do formulário). Para isso, soma-se a coluna de percentuais da frota operante em dias úteis e divide-se o resultado por 100.

O quadro seguinte (Campo B) deve ser preenchido com a jornada diária de trabalho de motoristas e cobradores de cada cidade, tomando-se por base a jornada de trabalho fixada por convenção ou acordo coletivo da categoria normativa.

A duração da Duração Equivalente de Operação pela Jornada Diária de Trabalho de motoristas e cobradores (A/B) que tenham em vista, resulta na quantidade necessária de veículos programada para a operação de um veículo em um dia útil, chamada de UTILIZAÇÃO em Horas Normais (Campo C). Em regime de operação normal, o resultado será um número próximo de 2. Se o resultado for superior a 2, a parcela que exceder a este valor (Campo D) corresponderá à subprogramação da jornada de trabalho, acarretando o pagamento de adicional de hora extra. Nesta caso, esse adicional deve ser acrescido de um percentual de 50%, segundo o disposto no inciso XVII do Art. 7º da Constituição Federal. A soma da parcela referente a horas normais



(Campo F) com a parcela referente a horas extras (Campo B) multiplicado pelo adicional resulta no Coeficiente de Utilização (Campo F).

No cálculo do fator de utilização de motoristas e cobreadores deve ser previsto, também, um adicional correspondente a férias e folgas (férias e repouso semanal) do pessoal efetivo, além da reserva para a eventualidade de doença ou litis não justificada.

Na obtenção do percentual de pessoal para cobrir folgas, é importante observar a redução de força operante aos sábados e domingos. A diferença entre 100% e o maior percentual da força operante ocorrido em uma taxa horária de sábados e domingos correspondente à redução de força operante nestes dias.

O repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, é um direito garantido pela Constituição Federal (art. 7º, inciso XV). Considerando que aos sábados e domingos é dada folga a um percentual do pessoal correspondente ao mesmo percentual de redução da força operante, deve-se somar os percentuais de redução de força operante obtidos para sábados e domingos e calcular a diferença entre 100% e essa soma.

Essa diferença correspondente ao percentual do pessoal que deverá folgar nos outros dias da semana, necessitando de substituição. Caso esta diferença apresente valor igual ou inferior a zero, não será necessário pessoal para substituição no repouso semanal remunerado.

Tomando como exemplo uma redução de 50% aos domingos e de 30% aos sábados, resulta que 20% dos motoristas e cobreadores deverão folgar nos outros dias da semana, necessitando de substituição. Como um ano possui 52 semanas, o percentual de pessoal para cobrir o repouso semanal remunerado é obtido pelo seguinte cálculo:

$$[52/265] \times 0,20 \times 100 = 3,96\%$$

O repouso remunerado em dias feriados nacionais e religiosos também é garantido pela Constituição da Lei do Trabalho (art. 7º). Considerando que a programação dos feriados é igual à programação dos domingos e que é dada folga a um percentual do pessoal correspondente à redução da força operante, a diferença entre 100% e o percentual de redução da força operante aos domingos correspondente ao percentual de motoristas e cobreadores que serão substituídos.

Tomando como exemplo a mesma redução citada, então 50% dos motoristas e cobreadores necessitando de substituição. Como em um ano ocorrem em média 12 feriados, o percentual de pessoal para cobrir o repouso remunerado em feriados é obtido pelo seguinte cálculo:

$$[12/265] \times 0,50 \times 100 = 4,54\%$$

Assim, o percentual de pessoal necessário para cobrir folgas corresponde

$$FD = 3,96\% + 4,54\% = 8,50\%$$

O dritmo a (fórmula anual remunerada) é garantido pela Constituição Federal (art. 7º, inciso XXII) e pela CLT (art. 125). Durante as férias anuais de motoristas e cobreadores torna-se necessário fazer substituição, ou seja, por sua vez, também serão dritmo a férias anuais. Por outro lado, as substituições de férias do pessoal efetivo também terão substituição em suas férias, ou seja, também serão substituídos em suas férias e assim sucessivamente. Isso leva a uma progressão geométrica, cujo resultado é dado pela expressão:

$$FE = (1/12) / (1 - (1/12)) \times 100 = (1/11) \times 100 = 9,09\%$$

O pessoal-reserva torna-se necessário para cobrir faltas não justificadas ou decorrentes de enfermidades, estando esse pessoal também sujeito a essas mesmas ocorrências.

No caso das faltas decorrentes de enfermidades, consideram-se apenas os 15 primeiros dias da doença que não cobertos pela empresa e adiante-que 12% dos empregados recorram a esse dritmo. Desta forma, o percentual de pessoal-reserva para cobrir faltas por motivo de doença corresponde a:

$$[15/265] \times 0,12 \times 100 = 0,69\%$$

Admitindo que os empregados faltam ao serviço em média 3 dias anualmente, o percentual de pessoal-reserva para cobrir este tipo de falta corresponde a:

$$[3/265] \times 100 = 1,13\%$$

Assim, o percentual total de pessoal-reserva corresponde a:

$$RE = 0,69\% + 1,13\% + 1,58\%$$

Após a obtenção dos percentuais referentes a pessoal para cobrir folgas e férias e pessoal-reserva, transcreve-se a soma dos mesmos para o Campo G do formulário. Utilizando-se os dados aqui apresentados como exemplo, tem-se:

$$\text{Campo G} = FD + FE + RE = 8,50\% + 9,09\% + 1,58\% = 19,17\%$$

O pessoal necessário para cobrir folgas e férias e pessoal-reserva (Campo H) serão obtidos aplicando-se o percentual constante do Campo G sobre o coeficiente de utilização constante do Campo F.

O fator de utilização de Motocistas e Cobradores correspondem à soma do Coeficiente de Utilização (Campo F) com os acréscimos referentes a pessoal para cobrir folgas e férias e pecalab-reerva (Campo H).

Resalte-se que os dados utilizados representam uma situação hipotética e foram usados a título de exemplo. No cálculo do Fator de Utilização devem ser considerados os dados reais de cada cidade.

Fator de Utilização	FATOR OPERANTE			
	Dia (H)		Domingo	
	Verde	%	Verde	%
0,00 a 1,00				
1,00 a 2,00				
2,00 a 3,00				
3,00 a 4,00				
4,00 a 5,00				
5,00 a 6,00				
6,00 a 7,00				
7,00 a 8,00				
8,00 a 9,00				
9,00 a 10,00				
10,00 a 11,00				
11,00 a 12,00				
12,00 a 13,00				
13,00 a 14,00				
14,00 a 15,00				
15,00 a 16,00				
16,00 a 17,00				
17,00 a 18,00				
18,00 a 19,00				
19,00 a 20,00				
20,00 a 21,00				
21,00 a 22,00				
22,00 a 23,00				
23,00 a 24,00				
Duração Equivalente da Operação [(Soma do % em da col/100)]				
Jornada Diária de Trabalho de Motocistas e Cobradores				
Coeficiente de Utilização em Horas Normais (A/B)				
Horas Extras [(C x 2) se positivo, se negativo, adicionar zero]				
Horas Normais [(C - D)]				
Coeficiente de Utilização [(E + (D x 1,5))]				
Porcentual de Pessoal para Cobrir Folgas, Férias e Reserva				
Pessoal para Cobrir Folgas, Férias e Reserva [(F x G/100)]				
Fator de utilização de Motocistas e Cobradores [(F x H)]				
Ativar o multiplicador 1,5 caso o adicional de horas extras na localidade exceda a 50%.				

O fator de utilização de Despachante depende basicamente da estrutura espacial da cidade e dos tipos de linha que compõem o sistema de transporte coletivo urbano.



O número de despachantes por sistema, consequentemente, a área de ser estabelecido através de um método de cálculo matemático. Algumas premissas, entretanto, são comuns e devem ser observadas na determinação do fator de utilização de despachantes para qualquer cidade:

- ⇒ a quantidade de linhas que um despachante pode controlar é função das características operacionais do BRT, principalmente sua frequência;
- ⇒ BRTs operando em um único ponto de controle;
- ⇒ linhas interurbanas exigem dois pontos de controle;
- ⇒ linhas centrais exigem dois pontos de controle, mas permitem que um só despachante controle ambas as linhas;
- ⇒ embora nas linhas e domingos não haja redução do número de linhas, as frequências são reduzidas, levando a possibilidade de redução do número de despachantes.

Depois de determinado o número de despachantes, deve-se considerar o mesmo procedimento adotado para motocistas e cobradores, no que se refere à necessidade de pessoal para cobrir férias, folgas e férias.

IV - FUNDOS

Diante de tudo o quanto exposto e claramente demonstrado, requer-se seja adotada a presente proposta com o consequente reconhecimento financeiro do município de São Paulo para a manutenção do sistema de transporte coletivo urbano e o retorno para o fim de que sejam retirados e redirecionados os recursos financeiros que destinam dar sustentação aos custos financeiros para elaboração das propostas.

Termos em que
P. deferimento.

São Paulo, 07 de Abril de 2012

André Sene
RG: M-3.729.219/SP-AMG

C.H.P.J. n° 64.820.7300001-90
N.I.R.E.: 3122638584-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE TIPO JURIDICO
DA SOCIEDADE LIMITADA VIAÇÃO JARDINS LTDA,
EM SOCIEDADE POR AÇÕES, SOB A DENOMINAÇÃO DE VIAÇÃO JARDINS S.A.

[illegible]

720 10015-3279 março de 2012.

VIACAO JARDIM S/A

151100000

Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, os preteritos, proferiram: (1) a emendação nº 02 (do projeto do Vitorio Jandira Lins, de indicação oriunda da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a possibilidade de alteração da legislação em vigor, sobre a nova denominação social de VIACAO JACONS S.A. (II) a representação do capital social, no valor de R\$200.760,00 (duzentos e quarenta mil e setecentos e cinquenta reais), dividido em 24.075,000 (vinte e quatro milhas e setenta e cinco mil) ações, sem valor nominal, locais ordinárias, pertencimento à categoria de ações participativas dos sócios no capital da sociedade, os quais passaram à condição de acionistas, recebendo tanto ações ordinárias quantas forem as quotas de sua propriedade, considerando a existência de ações ordinárias, permanecendo a mesma caracterização, a possibilidade de operar com o mesmo ativo e passivo, e correntes, sem qualquer solução de continuidade, sendo sua composição econômica a contábil do Bônus de Subscrição que integra a presente como Doc. 2; (III) sem qualquer restrição, o Estatuto Social da Companhia que, não ficando pela presente, passa a fazer a presente sua como Doc. 1; (IV) a eleição para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, nome: Sr. FABIANO BORGES VIEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/04/1970, portador da Cédula de Identidade RG nº MG 7.706.345/SP-ANG o inscrito no C.P.F. nº 003.045.682.100, residente e

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2010

Tinau Borges Vieira Tarabai
Secretaria

DIRETORES ELEITOS:


Juliana Borges Vieira Tarabata
Diretor

Published concurrently in poly(tetrafluoroethylene)

Visto do Advogado:

[Signature]

Testemunhajes:

Nome: CHLO MURPHY Endereço: Av. 15 de Novembro, 1500 - 3º andar
R.G.: 32.155.291-1 - SP
C.P.F.: 370.059.448-10

2

HomeExpo at Lincoln 1/20/07
R.G. Saxon/240/37315
C.P.F.:601 6th 11-07

1

JAMTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 CND - CNPJ nº 06.789.078/0001-00
 CEP 31.782-918
 Rua José Carlos de Faria, 100
 Jd. Santa Helena - Belo Horizonte - MG

ALJUDENG.

ESTATUTO SOCIAL DA VIAÇÃO JARDINS S.A.

aprovado na Assembleia Geral de Transformação de Tipo Jurídico da sociedade limitada Viação Jardins Ltda. em sociedade por ações, sob a denominação de Viação Jardins S.A., realizada em 18 de fevereiro de 2019

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO.

CAPÍTULO I

ARTIGO 1º - A VIAÇÃO JARDINS S.A. é uma sociedade por ações, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Sociedade tem por objeto a exploração do ramo de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus.

ARTIGO 3º - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Castelo Alvim, nº 610, sala 5, bairro Padre Eustáquio, CEP 30720-370, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminada.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O Capital Social da Sociedade é de R\$240.750,00 (duzentos e quarenta mil e setecentos e cinquenta reais), dividido em 24.075.000 (vinte e quatro milhões e setenta e sete mil e setecentos e cinquenta) ações, sem valor nominal, todas ordinárias.

§ 1º - As ações da Sociedade serão nominativas, inscritas a ordem da forma prescrita, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira, podendo ser cobradas dos sócios e remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

[Assinatura]

§ 3º - No hipótese de retirada de ações ou o montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações devida por sócios que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação previsto no artigo 45 da Lei nº 6.404/76, que tal valor irá influir no valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 6º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as questões relativas ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que forem convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei, observadas as deliberações com o quorum legalmente previsto.

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor e, em sua falta ou impedimento, por um outro membro da Diretoria ou a 32, na falta destes, por qualquer dos sócios presentes.

Parágrafo único - O Presidente da Assembleia não poderá ser um dos mais votantes.

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral Ordinária reunirá-se sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral Extraordinária reunirá-se sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 10 - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) Diretores, todos residentes no País, eleitos pela Assembleia, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor ou impedimento do titular, caberá à Assembleia eleger o novo Diretor ou designar o substituto, ficando em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos.

§ 2º - A Diretoria reunirá-se 4 vezes por ano, quando necessário.

[Assinatura]

§ 3º As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

ARTIGO 11 - A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, podendo ceder da prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral.

§ 1º - O Conselho de Administração, composto à Diretoria a representação da sociedade, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições de lei, além da nomeação de procuradores ad negotia ou ad iudicio.

§ 2º - A Diretoria poderá designar um de seus membros para representar a Sociedade em atos e operações no País ou no Exterior, ou consultar um procurador apenas para a prática dos atos específicos, devendo a ata que conferir a representação da Diretoria ser enviada na Junta Comercial, ao notário.

ARTIGO 12 - É competência privativa dos Diretores a convocação e presidência das assembleias gerais e das reuniões da diretoria.

ARTIGO 13 - Todos os documentos que importem responsabilidade contábil, bancária, financeira ou patrimonial para a Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral ou quaisquer outros documentos, ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou qualquer de seus administradores, deverão ser assinados por todos os membros da Diretoria, sendo válidos se assinados qualquer dos Diretores, isoladamente.

§ 1º - Dependendo, em qualquer hipótese, da prévia aprovação, em assembleia, dos acionistas representando 100% do Capital Social da Companhia, os seguintes atos:

1º - A alteração de bens que compoem o ativo permanente da Companhia;

(II) A alteração de outros ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

(III) A alteração de outros ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 6.404,76.

§ 2º - A Sociedade será representada nos atos por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recatamento de cláusulas ou modificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal.



ARTIGO 14 - As procurações da sociedade deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo as procurações ad negotia ter prazo de validade determinado.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

ARTIGO 15 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

ARTIGO 16 - O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

ARTIGO 17 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

ARTIGO 18 - O exercício social terá a duração de um ano, a terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

ARTIGO 19 - Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações financeiras previstas em lei.

§ 1º - A Diretoria poderá deliberar o levantamento do balanço semestral ou, respeitados os prazos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados.

§ 2º - A qualquer tempo, a Diretoria também poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários, a partir de lucros acumulados ou das reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º - O lucro, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 6.249/05 e legislação regulamentadora pertinente, poderá ser pago pela Sociedade para todos os efeitos legais.

§ 4º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo ordinário.



ARTIGO 23 - A Sociedade observará as escrituras registradas na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva Administração abster-se da registrar

transfêrencias de ações contábeis aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de votar lançados contra os mesmos acordos.

Depto. Horarios: 18 de fevereiro de 2010

1998

Flávia Borghese
Flávia Borghese Vilh
Procuradora da Mesa

Flávia
Flávia Borghese Vilh
Secretaria

Secretaria


 Name: Wells, A. L.
 OABIS # 247,516

04615177 7-2471, 2112

04615177-247,211

04615177 7-2471, 2112

-Linha Comercial do Estado de Minas Gerais
Contrato com Fornecedor para Prestar Serviços
de Manutenção e Reparo em Máquinas e Equipamentos

FBI

100

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

Pharmaceuticals

VIAÇÃO JARDINS LTDA.

DOC: 2

C.N.P.J. nº 04.820.730/0001-00
N.I.R.E.: 3120638594-1

ASSEMBLÉIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE TIPO JURÍDICO DA VIAÇÃO JARDINS LTDA. EM SOCIEDADE POR AÇÕES SOB A DENOMINAÇÃO DE
VIAÇÃO JARDINS S.A., REALIZADA EM 18.02.2010.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES ORDINÁRIAS SUBSCRITAS	Nº DE AÇÕES PREFERENCIAIS SUBSCRITAS	Nº TOTAL DE AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR DAS AÇÕES SUBSCRITAS R\$	VALOR INTEGRALIZADO R\$
FABIANO BORGES VIEIRA , brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 13/09/1989, portador da Cédula de Identidade R.G. nº MG 7.708.348-SSP-MG e inscrito no C.P.F. sob o nº 043.662.886-09, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua João Antonio Azorido, nº 10, apartamento 401, bairro Belvedere, CEP 30320-610	22.871.250	—	22.871.250	R\$228.712,50	R\$228.712,50
TATIANA BORGES VIEIRA TARABAI , brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, posterior à vigência da Lei 8.515/77, portadora da Cédula de Identidade R.G. MG 7.708.337-SSP/MAQ, inscrita no C.P.F. sob o nº 038.120.946-85, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Estácio da Sá, nº 720, apartamento 201, bairro Gusmões, CEP 30430-010	1.203.750	—	1.203.750	R\$12.037,50	R\$12.037,50

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2010


Fabiano Borges Vieira - Presidente


Tatiana Borges Vieira Tarabai - Secretária

(e planilhas de referência)

GEIPOT

PLANILHA

Lote 1

001 - 04.0000
 002 - 04.0000
 003 - 04.0000
 004 - 04.0000
 005 - 04.0000
 006 - 04.0000
 007 - 04.0000
 008 - 04.0000
 009 - 04.0000
 010 - 04.0000
 011 - 04.0000
 012 - 04.0000
 013 - 04.0000
 014 - 04.0000
 015 - 04.0000
 016 - 04.0000
 017 - 04.0000
 018 - 04.0000
 019 - 04.0000
 020 - 04.0000
 021 - 04.0000
 022 - 04.0000
 023 - 04.0000
 024 - 04.0000
 025 - 04.0000
 026 - 04.0000
 027 - 04.0000
 028 - 04.0000
 029 - 04.0000
 030 - 04.0000
 031 - 04.0000
 032 - 04.0000
 033 - 04.0000
 034 - 04.0000
 035 - 04.0000
 036 - 04.0000
 037 - 04.0000
 038 - 04.0000
 039 - 04.0000
 040 - 04.0000
 041 - 04.0000
 042 - 04.0000
 043 - 04.0000
 044 - 04.0000
 045 - 04.0000
 046 - 04.0000
 047 - 04.0000
 048 - 04.0000
 049 - 04.0000
 050 - 04.0000
 051 - 04.0000
 052 - 04.0000
 053 - 04.0000
 054 - 04.0000
 055 - 04.0000
 056 - 04.0000
 057 - 04.0000
 058 - 04.0000
 059 - 04.0000
 060 - 04.0000
 061 - 04.0000
 062 - 04.0000
 063 - 04.0000
 064 - 04.0000
 065 - 04.0000
 066 - 04.0000
 067 - 04.0000
 068 - 04.0000
 069 - 04.0000
 070 - 04.0000
 071 - 04.0000
 072 - 04.0000
 073 - 04.0000
 074 - 04.0000
 075 - 04.0000
 076 - 04.0000
 077 - 04.0000
 078 - 04.0000
 079 - 04.0000
 080 - 04.0000
 081 - 04.0000
 082 - 04.0000
 083 - 04.0000
 084 - 04.0000
 085 - 04.0000
 086 - 04.0000
 087 - 04.0000
 088 - 04.0000
 089 - 04.0000
 090 - 04.0000
 091 - 04.0000
 092 - 04.0000
 093 - 04.0000
 094 - 04.0000
 095 - 04.0000
 096 - 04.0000
 097 - 04.0000
 098 - 04.0000
 099 - 04.0000
 100 - 04.0000

PLANILHA GEIPOT

(e planilhas de referência)

Lote 2

PLANILHA

GEIPOT

(e planilhas de referência)

Lote 3

Technical Specification for Plastics of C-Group

Table 1
 Technical Specification for Plastics of C-Group

Property	Requirement	Test Method
1.1 Density	1.020 to 1.030 g/cm ³	EN 1831
1.2 Melting Point	160 to 170 °C	EN 1476
1.3 Glass Transition Temperature	10 to 15 °C	EN 1476
1.4 Tensile Strength	≥ 10 MPa	EN 10347
1.5 Elongation at Break	≥ 100 %	EN 10347
1.6 Impact Strength	≥ 10 kJ/m ²	EN 10347
1.7 Heat Resistance	≥ 100 °C	EN 10347
1.8 Chemical Resistance	Good	EN 10347
1.9 Flame Retardance	Good	EN 10347
1.10 Weathering Resistance	Good	EN 10347

Table 2
 Test Methods for Plastics of C-Group

Property	Test Method
1.1 Density	EN 1831
1.2 Melting Point	EN 1476
1.3 Glass Transition Temperature	EN 1476
1.4 Tensile Strength	EN 10347
1.5 Elongation at Break	EN 10347
1.6 Impact Strength	EN 10347
1.7 Heat Resistance	EN 10347
1.8 Chemical Resistance	EN 10347
1.9 Flame Retardance	EN 10347
1.10 Weathering Resistance	EN 10347

Table 3
 Test Results for Plastics of C-Group

Property	Test Method	Result
1.1 Density	EN 1831	1.025 g/cm ³
1.2 Melting Point	EN 1476	165 °C
1.3 Glass Transition Temperature	EN 1476	12 °C
1.4 Tensile Strength	EN 10347	12 MPa
1.5 Elongation at Break	EN 10347	120 %
1.6 Impact Strength	EN 10347	12 kJ/m ²
1.7 Heat Resistance	EN 10347	100 °C
1.8 Chemical Resistance	EN 10347	Good
1.9 Flame Retardance	EN 10347	Good
1.10 Weathering Resistance	EN 10347	Good

Technical Specification for Plastics of C-Group

Table 1
 Technical Specification for Plastics of C-Group

Property	Requirement	Test Method
1.1 Density	1.020 to 1.030 g/cm ³	EN 1831
1.2 Melting Point	160 to 170 °C	EN 1476
1.3 Glass Transition Temperature	10 to 15 °C	EN 1476
1.4 Tensile Strength	≥ 10 MPa	EN 10347
1.5 Elongation at Break	≥ 100 %	EN 10347
1.6 Impact Strength	≥ 10 kJ/m ²	EN 10347
1.7 Heat Resistance	≥ 100 °C	EN 10347
1.8 Chemical Resistance	Good	EN 10347
1.9 Flame Retardance	Good	EN 10347
1.10 Weathering Resistance	Good	EN 10347

Table 2
 Test Methods for Plastics of C-Group

Property	Test Method
1.1 Density	EN 1831
1.2 Melting Point	EN 1476
1.3 Glass Transition Temperature	EN 1476
1.4 Tensile Strength	EN 10347
1.5 Elongation at Break	EN 10347
1.6 Impact Strength	EN 10347
1.7 Heat Resistance	EN 10347
1.8 Chemical Resistance	EN 10347
1.9 Flame Retardance	EN 10347
1.10 Weathering Resistance	EN 10347

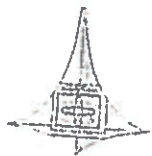
Table 3
 Test Results for Plastics of C-Group

Property	Test Method	Result
1.1 Density	EN 1831	1.025 g/cm ³
1.2 Melting Point	EN 1476	165 °C
1.3 Glass Transition Temperature	EN 1476	12 °C
1.4 Tensile Strength	EN 10347	12 MPa
1.5 Elongation at Break	EN 10347	120 %
1.6 Impact Strength	EN 10347	12 kJ/m ²
1.7 Heat Resistance	EN 10347	100 °C
1.8 Chemical Resistance	EN 10347	Good
1.9 Flame Retardance	EN 10347	Good
1.10 Weathering Resistance	EN 10347	Good

Tarifa Técnica Máxima			
	março	Retificado	Agosto
Lote1	1,2135	1,2958	2,6584
Lote 2	1,4365	1,5362	2,5902
Lote 3	1,5427	1,6467	2,8309
Lote 4	1,3314	1,4151	2,7192
Lote 5	1,3766	1,4606	2,7093

ANEXO 04





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

Jorge Arcanjo Cal
Técnico de Administração
Matrícula nº

OFÍCIO N.º 040/2015 - UEGP/SEMOB

Brasília, 06 de julho de 2015

Ref.: Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR – Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF – Nota de Auditoria nº 02 – Proc. 15580/2015-e - 3º envio.

Senhores Auditores,

6252

005013

CONTAS DO DF

Reportamo-nos à Nota de Auditoria nº 02-PROC 15580/2015-e, que teve por objeto cientificar e solicitar providências a esta Pasta tendo em vista a ciência de fatos novos sobre a Concorrência Pública nº 01/2011-ST, mormente o Ofício nº 445/2015-PRODEP oriundo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, cujo teor pode influenciar no resultado dos trabalhos alcançados no Relatório dos Auditores Independentes do Exercício de 2014, para prestar os esclarecimentos a seguir:

O objeto da recomendação relaciona-se à cópia da procuração *ad judicium* que outorgaria poderes para representação jurídica e extrajudicial, apresentada nos autos da Ação Civil Pública ajuizada pelo MPDFT, a qual comprovaria o vínculo entre Sacha Reck, consultor especial que prestou apoio técnico e jurídico no certame, e a empresa Auto Viação Marechal Ltda., participante que sagrou-se vencedora do Lote nº 4.

Nos termos da referida Nota de Auditoria, tal fato configuraria conflito de interesses, violando dispositivo insito nas Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, GN 2350-7. Somado a isso, segundo o MPDFT, haveria indícios de fraude no processo licitatório que repercutiram no ajuizamento da Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa, nº 2015.011.048070-5, em trâmite na egrégia Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, em desfavor de servidores atuantes na Concorrência, bem como do mencionado consultor, motivo que demanda atuação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

4

Aos Senhores
MARCELO MAGALHÃES SILVA E SOUZA
FABRÍCIO BIANCO ABREU
GABRIEL DE OLIVEIRA REGES
Auditores de Controle Externo
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Brasília/DF

Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1507, CEP: 70.075-900 - Brasília – DF.
Telefone (61) 3322-5002 Fax (61) 3322-3913
UEGP/PTU/SEMOB-DF

RECEBIDO
06/07/15
Simone



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

Em primeiro lugar, cumpre registrar que a natureza da contratação do consultor especial foi questionada no Relatório dos Auditores Independentes do Exercício de 2013. Contudo, à época, mediante os esclarecimentos prestados a essa Colenda Corte de Contas, os achados foram relevados no Relatório dos Auditores Independentes do Exercício de 2014, oportunidade em que restou acolhida que a contratação visou cumprir as competências regimentais precípua da Unidade Especial de Gerenciamento do Programa – UEGP, sendo parte dos objetivos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF e dos compromissos assumidos pelo Distrito Federal perante o Organismo Financeiro Internacional (Anexo IX – versão digital).

DO FATO NOVO

Superada as informações preambulares e ao visto de elencar os fatos relacionados à questão posta em análise, mencione-se que a circunstância ora levantada acerca da procuração *ad judícia*, datada de novembro de 2012, já foi matéria de ações judiciais interpostas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF.

Ademais, conforme se depreende da documentação anexa, há parecer específico proferido pelo administrativista Professor Doutor Marçal Justen Filho, com análise pormenorizada acerca da atuação do Consultor Especial no procedimento licitatório em tela, não apontando irregularidades na contratação da assessoria técnica (Anexo II). Por outro lado, as ações judiciais com esse objeto, também não apontaram irregularidades na assessoria técnico-jurídica prestada durante a Concorrência nº 01/2011, conforme demonstram os documentos do Anexo VII.

O instrumento de mandato conhecido neste momento é parte do Processo nº 0006275.72.2012.8.16.0179, que tem como autores empresas de Transporte Público Coletivo de Curitiba – PR, integrantes do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana, conforme documentos do Anexo V.

Infere-se do conjunto das informações que o escritório de advocacia mantém Contrato de prestação de serviços jurídicos com o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana – SETRANSP. (Anexo III).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

Do referido contrato firmado entre o Sindicato e a sociedade do qual Sacha Reck integra, depreende-se da Cláusula Primeira, que o instrumento tem por finalidade "serviços profissionais de advocacia ao Sindicato e às empresas por ele representadas, inclusive os Consórcios, em assuntos unicamente de interesse coletivo ou individual homogêneo, nas áreas de direito administrativo, direito civil e de direito do consumidor, incluindo atuação e patrocínio em ações judiciais de interesse coletivo da classe e/ou individual homogêneo".

A procuração juntada na Ação Civil Pública delimita os poderes outorgados para a especial finalidade de propor medida judicial visando ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos do transporte coletivo de Curitiba, ou seja, direito coletivo ou homogêneo de todas as 11 (onze) Concessionárias e 3 (três) Consórcios do transporte coletivo daquela cidade, conforme se verifica do Anexo I e do Anexo IV em que contam demais procurações estabelecidas por outras concessionárias.

Do contexto fático ora em análise, verifica-se que no Parecer emitido pelo jurista Marçal Justen Filho conta exame detalhado desses fatos e documentos, incluindo a procuração objeto da presente análise, e a conclusão pela inexistência de vínculo entre o escritório e a empresa prestadora de serviços de transporte público e coletivo que tornasse inválida a atuação do consultor especial na Concorrência Pública nº 01/2011 (Anexo II).

Noutro giro, da análise das defesas apresentadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, a exemplo dos Processos nº 2013.01.1.168241-2 e nº 2013.01.1.092892-0, essa Casa Jurídica também cuidou de analisar especificamente sobre a atuação do Consultor especial, bem como acerca da ausência de impedimento dos serviços prestados no procedimento licitatório. Como dito anteriormente, o resultado apontou para a regularidade de atuação do Consultor (Anexo VI).

No contexto, cite-se os argumentos aduzidos pela PGDF sobre a questão (2013.01.1.092892-0 – Pedido de Suspensão Liminar):

"Sobre o tema devem ser destacados dois pontos fundamentais: (i) seria faticamente impossível exigir do Distrito Federal o conhecimento prévio do patrocínio de causas pelo advogado Sacha Reck; (ii) ainda que tivesse ocorrido tal patrocínio de causas, este fato, por si só, não teria o condão de macular o certame.

Como dito, seria impossível exigir do Distrito Federal o exame de todas as causas patrocinadas pelo referido advogado a fim de identificar se já houvera advogado em favor das empresas que participariam da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Mobilidade

Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

licitação. Tal exigência foge às diligências normais e cotidianas para que seja feita uma boa contratação.

Ademais, ainda que se identificasse tal situação, o fato de o advogado Sacha Reck já ter patrocinado causas pretéritas para as citadas empresas não significa, por si só, que tenha direcionado o certame para os seus antigos clientes, até mesmo porque a sua atuação durante o procedimento licitatório limitava-se a esclarecer os questionamentos formulados pela Comissão de Licitação na seara que lhe competia.

Além disso, o critério adotado pela licitação foi o tipo menor preço (menor tarifa), o que quer dizer é que somente seria vitoriosa a empresa que apresentasse a tarifa mais baixa. Ou seja, não se exigiu demonstração de qualidade técnica, circunstância que poderia levantar suspeita acerca dos critérios de avaliação das técnicas apresentadas pelas empresas, mas não foi isso que aconteceu.

Com efeito, o fato de ter sido adotado o tipo menor preço repele qualquer argumentação no sentido de que o advogado Sacha Reck interferira nas decisões da Comissão Especial de Licitação, uma vez que o julgamento era objetivo: quem oferecesse o menor preço (tarifa) sagrar-se-ia vitorioso na licitação.

Nessa medida, não merece prosperar o argumento que consta da decisão recorrida no sentido de que teria havido direcionamento da licitação para as empresas Viação Piracicabana Ltda. e Auto Viação Marechal Ltda. em virtude de o advogado Sacha Reck já ter patrocinado causas em favor delas". (grifo nosso)

Noutro momento, arguiu a PGDF: (2013.01.1.168241-2 - Contestação):

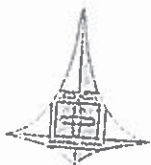
"Ao buscar advogados especializados e experientes no singular tema de transporte coletivo de passageiros, é de se esperar que, no passado, em outras oportunidades, esses já tenham prestado seus serviços a potenciais empresas interessadas a participar da Concorrência Pública nº 01/2011. A notoriedade perante o mercado privado é um importante certificado de experiência e qualidade dos serviços jurídicos prestados. [...]"

Todavia, isso não gera vínculo eterno, amplo e/ou irrestrito dos advogados com tais empresas ou famílias, nem leva à presunção de parcialidade ou qualquer favorecimento ilícito em eventuais assessorias prestadas a órgãos públicos de que elas participem.

A presunção constante da petição inicial no sentido de que a consultoria contratada não poderia ter prestado serviços ao Governo do Distrito Federal, fere de morte o disposto no inciso I do art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual é direito do advogado "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional." (grifo nosso e no original)

Em análise perfunctória e adstrita aos fatos e documentos existentes, é possível vislumbrar que não se trata de fato novo. Razão pela qual esta Unidade entende

Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1507, CEP: 70.075-900 - Brasília – DF.
Telefone (61) 3322-5002 Fax (61) 3322-3913
UEGP/PTU/SEMOB-DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

salutar e necessário aguardar o deslinde da questão nos autos da Ação Civil Pública em andamento, uma vez que existe a possibilidade de as questões suscitadas virem a ser ali esclarecidas.

a) APURE O VALOR TOTAL DOS PAGAMENTOS AO CONSULTOR ESPECIAL SACHA RECK DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1957/OC-BR, INCLUSIVE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR INTERMÉDIO DA ARCADIS LOGOS, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES REQUERIDAS NO MODELO DE TABELA DO ANEXO I;

A apuração do valor total dos pagamentos às consultorias foi disposta da seguinte forma:

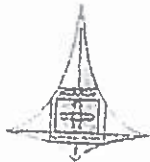
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID / Acordo de Cooperação Técnica – Apoio à Implementação do PTU/DF		
Consultoria	Contrato	Pagamento Valor Medido (US\$)
Acordo de Cooperação Técnica – BID (ATN/OC-11243-BR) – Projeto BR-T1080	Contrato – ATN/OC-11243-BR (BID e LOGIT-LOGITRANS)	662.074,00
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID / Contrato de Empréstimo nº 1959/OC-BR – PTU/DF		
Consultoria	Contrato	Pagamento Valor Medido (US\$)
Consórcio LOGIT-LOGITRANS	025/2008-ST	290.407,36 *
Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados	025/2008-ST	314.234,29 *

* Os valores de pagamentos incluem impostos e reajustes.

O detalhamento dos mencionados pagamentos encontra-se anexo ao presente expediente - (Anexo VIII), na forma do modelo de tabela do Anexo I da Nota de Auditoria nº 02/2015.

b) MANIFESTE-SE SOBRE A DECISÃO DE ALTERAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ADEQUÁ-LAS AOS FATOS NARRADOS;

Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1507, CEP: 70.075-900 - Brasília – DF.
Telefone (61) 3322-5002 Fax (61) 3322-3913
UEGP/PTU/SEMOB-DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

Acerca deste item, rogamos os bons préstimos de Vossas Senhorias no sentido de aclarar a recomendação, haja vista que os fatos narrados ainda se encontram sob análise do judiciário, não havendo decisão definitiva da questão.

Esclarecemos que a renovação da frota de ônibus é uma das Condições do Contrato de Empréstimo 1957-OC/BR e a consultoria em análise foi contratada no âmbito do escopo do Serviço de Apoio ao Gerenciamento – SAG, o qual integra o Plano de Aquisições do Programa, desde a sua versão inicial, atendendo ao constante da cláusula do Contrato de Empréstimo, nas Disposições Especiais do Contrato, especificamente nas Condições Especiais de Execução do contrato nos seguintes termos:

“CLAUSULA 4.07 – Condições especiais de execução.

(a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos Termos da Cláusula 3.02 (b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, salvo aquelas cujo reembolso seja reconhecido nos termos da Cláusula 3.03 destas Disposições Especiais e que já tenham sido iniciadas na data da entrada em vigor deste Contrato.

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução nº 4725 do Conselho de Transportes Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.” Grifamos

Diante do contexto exposto, foram promovidas as contratações das supramencionadas consultorias.

c) AVALIE A NECESSIDADE DE DAR CIÊNCIA AO BID DOS FATOS NARRADOS NESSA NOTA DE AUDITORIA E RESPECTIVOS ANEXOS;

Registre-se que a cópia da presente manifestação será encaminhada ao BID dando ciência da presente Nota de Auditoria e dos respectivos anexos.

Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1507, CEP: 70.075-900 - Brasília – DF.
Telefone (61) 3322-5002 Fax (61) 3322-3913
UEGP/PTU/SEMOB-DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano

d) ENCAMINHE AOS AUDITORES, NO MESMO PRAZO, A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS PROVIDÊNCIAS RELATIVAS DAS ALÍNEAS A, B E C.

Anexos deste Expediente:

- 1) Anexo I - Documento do MPDFT;
- 2) Anexo II - Parecer sobre a ausência de irregularidades na atuação de advogado privado para assessoramento de licitação pública – Marçal Justen Filho;
- 3) Anexo III - Contrato entre o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana – SETRANSP Curitiba/PR e o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck;
- 4) Anexo IV - Procurações juntadas aos autos do Processo nº 0006275.72.2012.8.16.0179;
- 5) Anexo V - Petição Inicial protocolada nos autos do Processo nº 0006275.72.2012.8.16.0179;
- 6) Anexo VI – Ofício nº 1.032/2013-GAB/ST e Petições protocoladas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF;
- 7) Anexo VII – Decisões judiciais proferidas atestando a legalidade dos atos praticados na Concorrência Pública nº 01/2011;
- 8) Anexo VIII – Apuração do valor total dos pagamentos em conformidade com o Anexo I da Nota de Auditoria.
- 9) Anexo IX – Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras de 2014.

Ante ao delineado, tem-se como atendidas as indagações inseridas na Nota de Auditoria nº 02/2015, oportunidade em que esta Unidade se coloca à disposição para quaisquer informações e/ou esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

Chefe da UEGP/PTU

***Parecer sobre a ausência de irregularidade na atuação de advogado
privado para assessoramento de licitação pública***

Marçal Justen Filho

Doutor em Direito

Professor Titular da UFPR de 1986 a 2006

Advogado e parecerista em Direito Público

SUMÁRIO

<i>I - Os fatos e os quesitos</i>	<i>1</i>
<i>II - Ressalva inicial</i>	<i>3</i>
<i>III - A prestação de serviços de assessoramento em licitação</i>	<i>4</i>
III.1 - A execução direta e a execução indireta.....	4
III.2 - Os serviços jurídicos e a questão da execução indireta.....	4
III.2.1 - O desempenho das atividades-padrão.....	5
III.2.2 - As atividades anômalas e especializadas	5
III.3 - A necessidade da contratação de especialistas.....	5
III.3.1 - As situações anômalas.....	6
III.3.2 - As situações potencialmente conflituosas.....	6
III.3.3 - A assimetria de informações	6
III.4 - O caso concreto: assessoramento em licitação complexa.....	7
III.4.1 - A situação do transporte coletivo rodoviário no DF	7
III.4.2 - A complexidade da contratação e da licitação	7
III.4.3 - A provável conflituosidade.....	8
III.4.4 - A primeira contratação	8
III.4.5 - A segunda contratação.....	8
III.4.6 - A contratação da Consulente	9
III.5 - Síntese	9
<i>IV - O caso concreto: a atuação de assessoramento</i>	<i>9</i>
IV.1 - O fornecimento de subsídios, sugestões e orientações.....	9
IV.2 - A ausência de competência decisória.....	10
IV.3 - O caso concreto: a ausência de atividade decisória	11
IV.4 - O caso concreto: a ausência de anomalia nos atos praticados	11
<i>V - Impedimentos à participação na licitação</i>	<i>11</i>
V.1 - A hipótese do art. 9º da Lei nº 8.666.....	11
V.1.1 - A regra legal em questão	12
V.1.2 - O caso concreto: a inaplicabilidade da regra	13
V.1.3 - O caso concreto: duas suposições	13
V.1.4 - O caso concreto: a regra do art. 9º, inc. I, da Lei nº 8.666.....	13
V.1.5 - O caso concreto: a regra do art. 9º, inc. II, da Lei nº 8.666.....	13

V.1.6 - O caso concreto: a regra do art. 9º, § 3º, da Lei nº 8.666.....	13
V.1.7 - Síntese: inaplicabilidade do art. 9º da Lei nº 8.666.....	14
<u>VI - A preservação do princípio da moralidade.....</u>	<u>14</u>
VI.1 - O caso concreto: a ausência de evento danoso	14
VI.1.1 - Breves considerações sobre a moralidade administrativa	14
VI.1.2 - O caso concreto: a ausência de condutas reprováveis.....	15
VI.1.3 - A ausência de defeito do ato convocatório	16
VI.1.4 - A vitória do lance mais vantajoso.....	16
VI.1.5 - A questão dos requisitos de habilitação.....	17
VI.1.6 - Síntese: a ausência de nexo causal	19
VI.2 - A ausência de vínculo entre as partes	20
VI.2.1 - A questão da Viação Piracicabana Ltda.	20
VI.2.2 - A questão da Auto Viação Marechal Ltda.....	21
VI.3 - A ausência de violação às regras profissionais	21
VI.3.1 - A ausência de vinculação permanente	21
VI.3.2 - A delimitação do objeto da atuação	21
VI.3.3 - A atuação advocatícia na área de licitações.....	22
VI.3.4 - A contratação administrativa de especialistas em licitação.....	22
VI.3.5 - A ausência de peculiaridade da contratação administrativa	23
VI.3.6 - A improcedência do argumento do “conflito de interesses”	23
VI.3.7 - A falácia do argumento da “cooptação”	24
VI.3.8 - A comprovação na prática	25
VI.4 - Síntese.....	25
<u>VII - Conclusão.....</u>	<u>26</u>

P A R E C E R

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS honrou-me com a solicitação de parecer versando sobre os fatos e quesitos abaixo expostos.

1 - Os fatos e os quesitos

1. A Consulente expôs tratar-se de sociedade de advogados, subordinada ao regime jurídico específico. Acrescentou que os advogados integrantes da sociedade dedicam-se, com intensidade diferenciada, à prática da advocacia em questões relacionadas ao serviço público de transporte de passageiros.
2. Segundo a Consulente, os advogados que a integram têm atuado, ao longo do tempo, em grande quantidade de processos administrativos e judiciais envolvendo questões relacionadas a esse setor de transporte público coletivo de passageiros. Isso permitiu o desenvolvimento de especialização do escritório, tal como o acúmulo de grande experiência sobre os temas correspondentes.
3. A Consulente informou que essa atuação especializada se relaciona também com a qualificação pessoal do sócio Sacha Breckenfeld

Reck. Segundo exposto, o referido sócio detém conhecimento diferenciado nos temas técnico-científicos pertinentes ao setor do transporte público de passageiros por via rodoviária, ao que se agrega o domínio da disciplina normativa setorial.

4. Em vista dessas circunstâncias, o referido Sacha Breckenfeld Reck participou do Consórcio LOGIT-LOGITRANS, que foi contratado, mediante licitação internacional promovida com recursos do Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, para estudos e projetos preparatórios à implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (DF).

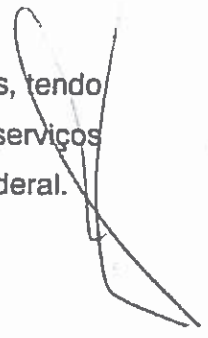
5. Consoante a Consulente, a contratação em questão destinou-se a fornecer os elementos indispensáveis à realização de licitação para concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal.

6. Tomando em vista a complexidade das questões e a especialidade dos temas envolvidos, o Governo do Distrito Federal (GDF) reputou necessário promover a contratação dos serviços de Sacha Breckenfeld Reck para assessoramento e consultoria jurídica relativamente à licitação antes referida. A contratação foi formalizada com a Consulente, que se constitui num instrumento jurídico adequado para tanto.

7. A Consulente esclareceu que o referido Sacha Breckenfeld Reck atuou na fase interna de elaboração do ato convocatório da licitação, em estrita cooperação com todos os demais agentes públicos distritais. Foi publicado o Edital de Concorrência nº 01/2011.

8. A divulgação do edital conduziu os interessados a formular pedidos de esclarecimentos e exercer as faculdades asseguradas por lei. A Consulente assinalou que Sacha Breckenfeld Reck, no desempenho das obrigações contratuais que assumira de apoio ao Distrito Federal, atuou de modo intenso. Isso significava examinar todas as questões surgidas e formular uma proposta de solução, a ser analisada pela autoridade condutora do certame.

9. O certame propiciou uma grande quantidade de incidentes, tendo a Consulente (por meio de Sacha Breckenfeld Reck) prestado os seus serviços do modo satisfatório e eficiente em benefício do Governo do Distrito Federal.



10. Concluída a licitação, verificou-se a derrota de alguns dos grupos econômicos que até então prestavam serviços de transporte rodoviário de passageiros no território do GDF. Surgiram, então, acusações de irregularidades no processo licitatório, com a pretensão de sua invalidação – o que significaria a manutenção da situação anterior.

11. Uma acusação específica foi dirigida contra a ora Consulente. Afirmou-se que os sócios da Consulente teriam atuado profissionalmente, em oportunidades anteriores e perante outras unidades federativas, na defesa de interesses de empresas vinculadas indiretamente aos vencedores de dois dos lotes da Concorrência nº 01/2011.

12. Para orientar a sua defesa, a Consulente solicitou a elaboração do presente parecer, versando sobre os quesitos abaixo:

a) O ordenamento jurídico brasileiro prevê impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços à Administração Pública se tiver anteriormente atuado na defesa de interesses de clientes privados?

b) O ordenamento jurídico brasileiro prevê impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços de assessoramento a uma licitação se dela participarem empresas vinculadas indiretamente a clientes privados defendidos anteriormente pelo dito advogado?

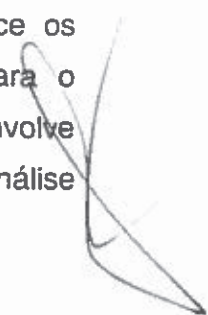
c) Existe ofensa ao princípio da moralidade sem que se comprove indício de prática de ato de favorecimento indevido a uma empresa privada que participa de licitação?

d) No caso concreto, há algum indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional do sócio da Consulente no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 01/2011?

Passo a responder.

II - Ressalva inicial

13. Preliminarmente, cabe assinalar que o signatário conhece os sócios da Consulente. Esse vínculo não afeta a imparcialidade para o oferecimento do presente parecer. A análise abaixo desenvolvida não envolve juízo subjetivo sobre a pessoa dos sócios da Consulente. Trata-se de análise



dos fatos e documentos apresentados, tomando em vista o direito aplicável. Em outras palavras, o presente parecer dirige-se ao exame dos elementos objetivos, sem que a identidade dos sujeitos apresente qualquer influência na formulação das considerações e conclusões atingidas.

III - A prestação de serviços de assessoramento em licitação

14. É cabível a contratação pela Administração Pública de advogado particular para o assessoramento em atividades dotadas de peculiaridades e especificidades marcantes.

III.1 - A execução direta e a execução indireta

15. A Lei nº 8.666 utiliza-se da terminologia “execução direta” e “execução indireta” para fazer referência ao desempenho das atividades necessárias à satisfação das necessidades da Administração Pública mediante exclusivamente os próprios recursos ou por meio da colaboração de particulares. Ainda que essa distinção seja fortemente influenciada pela disciplina das obras e serviços de engenharia, o tratamento pode ser generalizado para toda a atividade administrativa estatal.


16. A execução direta ocorre quando a Administração Pública desempenha uma atividade por meio dos próprios órgãos e agentes, valendo-se de equipamento próprio, sem contar com uma atuação de terceiros.

17. A execução indireta ocorre quando a atividade objetivada pela Administração Pública é desenvolvida por meio de pessoal não integrante dos quadros da entidade ou mediante o fornecimento de bens e serviços de terceiros.

18. É evidente que muitas situações envolvem a conjugação de execução direta e indireta. Uma parcela do objeto pode ser executada diretamente, configurando-se a execução indireta relativamente a uma parte determinada dele.

III.2 - Os serviços jurídicos e a questão da execução indireta

19. Os serviços administrativos de natureza jurídica são em muitos casos executados de modo direto. Mas não há impedimento absoluto à execução indireta.



III.2.1 - O desempenho das atividades-padrão

20. Muitas das atividades que se enquadram no conceito de "serviço jurídico" se compreendem no âmbito de competências de cargos ou empregos públicos. Em tais hipóteses, o seu desempenho é desenvolvido por agentes estatais, investidos nessa condição mediante a observância dos requisitos constitucionais e legais.

III.2.2 - As atividades anômalas e especializadas

21. Há casos, no entanto, que comportam a contratação pela Administração Pública de advogados privados. Assim se passa em situações que apresentam alguma excepcionalidade ou que demandem especialização diferenciada. São aquelas hipóteses que escapam ao padrão comum da atuação administrativa. Em tais casos, o pessoal investido nos cargos ou empregos públicos não detém o conhecimento, a experiência ou as condições indispensáveis para uma atuação exitosa.

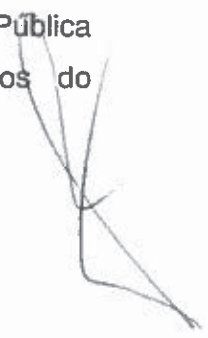
22. Nada impediria que a Administração Pública tentasse selecionar pessoal dotado dessa qualificação diferenciada para compor os seus quadros de modo permanente. Mas essa solução seria inviável ou ineficiente.

23. Por um lado, os profissionais titulares de um elevado e diferenciado grau de especialização usualmente não se dispõem a integrar os quadros de pessoal permanente da Administração Pública. Geralmente, especialistas optam por desenvolver as suas atividades na condição de profissional liberal, antes do que agente estatal.

24. Por outro lado, muitos dos especialistas não dispõem de habilidade para desempenhar as atividades usuais e comuns, que se constituem na atuação cotidiana da Administração Pública. Logo, o profissional altamente especializado poderia ter um aproveitamento ineficiente se investido em cargo ou emprego público.

III.3 - A necessidade da contratação de especialistas

25. Existem hipóteses, portanto, em que a Administração Pública necessitará contratar especialistas, que não integram os quadros do funcionalismo público.



III.3.1 - As situações anômalas

26. Tal se passará, como visto, em situações anômalas, que não envolvem o tratamento das questões comuns inerentes à atuação do sujeito. Em tais hipóteses, os agentes estatais não disporão do conhecimento e da especialização indispensáveis para satisfazer as necessidades administrativas.

III.3.2 - As situações potencialmente conflituosas

27. Mas a contratação de profissionais liberais para prestar serviços à Administração Pública será especialmente necessária quando se tratar de situações potencialmente conflituosas. São aqueles casos em que a decisão administrativa envolverá uma opção entre competidores. Isso significará que a decisão futura atribuirá uma posição jurídica mais vantajosa para um (ou alguns) dos interessados. Isso significará a inevitável insatisfação dos sujeitos que não tiverem sido selecionados pela Administração.


28. Em tais hipóteses, a decisão a ser adotada pela Administração deverá ser informada no conhecimento mais aprofundado e respaldada na experiência anterior em conflitos similares.

III.3.3 - A assimetria de informações

29. As hipóteses examinadas envolvem, ademais, outro aspecto que não pode ser ignorado. Trata-se de que os particulares, em situações potencialmente conflituosas, recorrem aos préstimos dos profissionais de maior qualificação disponíveis no mercado.

30. Usualmente, esses assessores dispõem de conhecimento e experiência inerente à prática especializada no setor de que se trate. É muito frequente que os agentes estatais encarregados de conduzir os trâmites administrativos não disponham de conhecimento e experiência similares.

31. Em tais casos, agrava-se a situação usual de assimetria de informações entre a Administração Pública e o setor privado. O enfrentamento da dificuldade depende, então, de a Administração Pública promover a contratação de profissionais especializados para auxílio e assessoramento no desempenho das atividades relevantes.



III.4 - O caso concreto: assessoramento em licitação complexa

32. No caso concreto, havia uma licitação altamente complexa, que justificava (e exigia) a contratação de especialistas para assessorar o desempenho dos agentes administrativos.

III.4.1 - A situação do transporte coletivo rodoviário no DF

33. As informações disponibilizadas pela Consulente indicam que a situação do transporte coletivo no Distrito Federal era bastante problemática. Ao que se infere, existia uma situação de fato em desconformidade com a disciplina constitucional.

34. O art. 175 da CF/88 determinou que os serviços públicos devem ser prestados diretamente pelo Estado ou indiretamente por concessionários ou permissionários de serviço público. A segunda alternativa depende da realização de licitação.

35. No Distrito Federal, existia um conjunto de empresas prestando serviços sem prévia licitação, com contratos vencidos ou sem prazo determinado. Tratava-se, por conseguinte, de uma situação irregular. A regularização da situação tinha sido objeto de diversas providências, inclusive judiciais.


III.4.2 - A complexidade da contratação e da licitação

36. A outorga de novas concessões envolvia, portanto, dificuldades de diversa ordem.

37. Por um lado, cabia determinar a situação jurídica das empresas que desempenhavam a atividade em termos fáticos.

38. Ademais, era indispensável configurar as novas outorgas, de modo a assegurar a obtenção de resultados satisfatórios para a população em geral. Isso demandava conhecimentos especializados relativamente ao setor de transporte coletivo. Não se pode olvidar o vulto dos investimentos e da remuneração a ser obtida pelos particulares. Basta anotar que o valor dos contratos administrativos a serem pactuados atingiria o montante de aproximadamente R\$ 6 bilhões.¹

¹ Correspondente ao somatório dos valores estimados para os contratos dos cinco lotes originais, com base na receita total prevista para 10 anos de vigência da concessão (dados extraídos do Edital de Concorrência 01/2011, publicado em 02 de março de 2012).



39. Enfim, caberia delinear as condições do certame e conduzir a disputa de modo a atingir a conclusão do procedimento licitatório com a obtenção das propostas mais satisfatórias.

III.4.3 - A provável conflituosidade

40. Segundo a Consulente, a situação fática então existente indicava potenciais conflitos. Isso envolvia antagonismos entre os órgãos da imprensa e os prestadores de serviços, as manifestações de insatisfação da população e controvérsias sobre o destino do sistema.

III.4.4 - A primeira contratação

41. A situação levou à primeira contratação, precedida de licitação com recursos do BID. O contrato objetivou, como visto, diagnosticar os problemas existentes, examinar as alternativas de soluções e configurar as outorgas futuras.

42. A referida contratação se justificava em vista da ausência de conhecimento e experiência no âmbito da própria Administração Pública. A tentativa de conduzir esses trabalhos mediante agentes públicos resultaria, possivelmente, em equívocos insuperáveis. Quando menos, propiciaria demora superior ao possível.

III.4.5 - A segunda contratação

43. Encerrada a execução do primeiro contrato, fazia-se necessária a elaboração do ato convocatório da licitação e o assessoramento nos trâmites do procedimento posterior.

44. Também nesse ponto havia a necessidade de contratar especialistas para assessoramento das autoridades encarregadas de conduzir o certame.

45. O consultor externo dispunha dos conhecimentos necessários para fornecer os subsídios necessários para a elaboração do edital. Isso envolvia a identificação das regras e exigências próprias de uma licitação altamente complexa e com valores de grande vulto.

46. Mas a atuação do consultor externo também se relacionava com a condução do procedimento licitatório propriamente dito. A aplicação das regras legais e editalícias no caso concreto envolve problemas jurídicos que apresentam elevado grau de complexidade. Muitas das dúvidas e incertezas

são insuperáveis para um advogado comum, mas a solução é relativamente simples para especialistas.

47. Também não se podia ignorar que as controvérsias surgidas no bojo do procedimento licitatório seriam possivelmente levadas ao conhecimento dos órgãos de controle interno e externo. Isso envolvia a necessidade da adoção de soluções expeditas e precisas, cuja adequação com o sistema jurídico reduzisse o risco de decisões impeditivas da conclusão do procedimento.

III.4.6 - A contratação da Consulente

48. Em face desse cenário, foi promovida a contratação da Consulente para assessoramento jurídico especializado às autoridades distritais, inclusive àquelas encarregadas de conduzir o procedimento licitatório.

49. Ao que se extrai da documentação, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck dispunha das condições indispensáveis e satisfatórias para desempenho das funções exigidas. Além de qualificação e experiência no setor, tinha acompanhado a execução do contrato anterior – em que houvera a configuração dos estudos e projetos necessários ao desenvolvimento das atividades subsequentes.

III.5 - Síntese


50. A contratação da ora Consulente para o suporte ao Governo do Distrito Federal não envolveu qualquer irregularidade. Especificamente no tocante à necessidade de contar com o assessoramento de profissionais especializados para a condução do certame licitatório, a contratação se constituiu num instrumento adequado e legítimo.

IV - O caso concreto: a atuação de assessoramento

51. Uma vez a Consulente tendo sido contratada, houve a prestação dos serviços que se constituíam em sua obrigação.

IV.1 - O fornecimento de subsídios, sugestões e orientações

52. A atuação objeto do contrato impunha à Consulente a obrigação de assessoramento na condução do certame. Isso compreendia uma pluralidade de prestações de diversa natureza.



53. Assim, por exemplo, existia a obrigação contratual de auxiliar na elaboração do edital e de acompanhar os atos e formalidades subsequentes. Cabia acompanhar todos os incidentes no âmbito do procedimento licitatório, inclusive opinando sobre pedidos de esclarecimento e impugnações. O contrato compreendia inclusive manifestações sobre as decisões a serem adotadas no âmbito do certame, tal como sobre eventuais recursos. Também estava compreendida a elaboração de peças e de fundamentos para auxiliar as autoridades administrativas no curso da licitação.


IV.2 - A ausência de competência decisória

54. É evidente que isso não importava a transferência para a Consulente ou para os advogados que a integram de alguma competência decisória formal.

55. Todas as manifestações do Dr. Sacha Breckenfeld Reck apresentavam natureza meramente consultiva. Recebendo a comunicação de algum incidente, cabia-lhe produzir uma manifestação de cunho sugestivo quanto à orientação a ser adotada. Isso podia envolver inclusive uma sugestão de redação a ser adotada para a formalização da futura decisão.

56. Não existe qualquer dúvida que tais manifestações eram avaliadas pelas autoridades investidas da competência jurídica para decidir. Na medida em que fosse verificada a juridicidade e adequação das sugestões, eram elas adotadas pela autoridade competente. Mais precisamente, a decisão da autoridade era a única a ter existência no mundo jurídico.

57. Pode-se fazer um paralelo muito simples com situações conhecidas no domínio jurídico. Suponha-se um parecer da assessoria jurídica, que seja aprovado pela autoridade competente. Ao afirmar "adoto o parecer acima", a autoridade competente produz um ato jurídico próprio. Formalmente, passa a existir o ato administrativo da autoridade superior. O parecer é uma mera proposta de decisão (ressalvados os casos em que o parecer apresenta natureza vinculante). Justamente por isso e para exemplificar, a autoridade que adotou o parecer responderá pela decisão, inclusive no tocante a um eventual mandado de segurança. A autoridade coatora não é o assessor jurídico que elaborou o parecer, mas a autoridade superior que o adotou.



IV.3 - O caso concreto: a ausência de atividade decisória

58. Portanto, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck não desenvolveu qualquer atividade decisória no curso da licitação. Exercitou os seus deveres como contratado para prestar assessoramento no curso da licitação.

IV.4 - O caso concreto: a ausência de anomalia nos atos praticados

59. Também por isso, não se vislumbra qualquer anomalia na formulação de propostas de encaminhamento do certame, na apresentação de sugestões de decisão, na redação de propostas de fundamentação e assim por diante.

60. Ao praticar esses atos, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck estava apenas adimplindo com as obrigações contratuais assumidas. Não se tratava de exercício indevido de competências alheias, nem de usurpação de funções públicas.

61. Justamente por isso, aliás, todos esses atos foram praticados de modo escrito e público, no bojo dos autos de procedimento licitatório. Além das manifestações verbais eventualmente promovidas, cabia ao Dr. Sacha Breckenfeld Reck formalizar as suas manifestações por escrito.

62. Em suma, é perfeitamente imaginável a existência de dezenas de manifestações do referido profissional nos autos da licitação, nelas se contendo opiniões, orientações, esclarecimentos, sugestões e assim por diante. Isso não configura qualquer irregularidade, nem prática reprovável em face da ordem jurídica.

V - Impedimentos à participação na licitação

63. A Lei nº 8.666 contempla normas gerais sobre licitações e contratações administrativas. Algumas de suas regras são aplicáveis inclusive nos certames subordinados às leis de concessão de serviço público. Entre essas regras, encontra-se aquela do art. 9º, que dispõe sobre impedimentos à participação em licitações.

V.1 - A hipótese do art. 9º da Lei nº 8.666

64. O art. 9º da Lei nº 8.666 contempla uma disciplina específica, que comporta um aprofundamento.



V.1.1 - A regra legal em questão

65. Vale reproduzir a redação do referido art. 9º, tal como se lê abaixo:

“Art. 9º. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

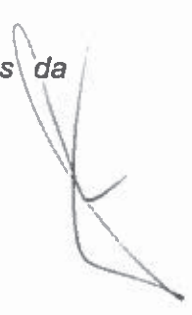
III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação”.



V.1.2 - O caso concreto: a inaplicabilidade da regra

66. O impedimento do art. 9º, acima transcrito, não seria aplicável ao caso porque nem a Consulente nem o Dr. Sacha Breckenfeld Reck foram responsáveis pelo projeto básico. Nem era ele membro da comissão de licitação.

V.1.3 - O caso concreto: duas suposições

67. No entanto e como um exercício de raciocínio, imagine-se que Sacha Breckenfeld Reck fosse enquadrado como autor do projeto básico² ou como integrante da comissão de licitação. Então, caberia verificar a presença de alguma das vedações previstas em lei.

V.1.4 - O caso concreto: a regra do art. 9º, inc. I, da Lei nº 8.666

68. Não caberia cogitar da configuração da situação prevista no inc. I do referido art. 9º. Afinal, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck não participou do certame como licitante.

V.1.5 - O caso concreto: a regra do art. 9º, inc. II, da Lei nº 8.666

69. Nem caberia cogitar da hipótese do inc. II do art. 9º da Lei nº 8.666. Se o Dr. Sacha Breckenfeld Reck fosse autor do projeto básico ou membro da comissão de licitação (e não era nem um nem outro), aplicar-se-ia o impedimento do inc. II ora examinado se ele fosse *"dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado"* de uma das empresas licitantes. Nenhuma dessas situações se aplica ao caso.

V.1.6 - O caso concreto: a regra do art. 9º, § 3º, da Lei nº 8.666

70. Enfim, caberia examinar a hipótese da chamada "participação indireta", prevista no § 3º do art. 9º, acima transcrito. Nesse caso, haveria impedimento se existisse *"qualquer vínculo de natureza técnica, comercial,*

² Trata-se, obviamente, de uma incorreção. O autor do projeto básico foi o Consórcio LOGIT-LOGITRANS. A suposição acima decorre de que Sacha Breckenfeld Reck atuou no âmbito do referido consórcio. Portanto, trata-se de formular uma tese excessiva, apenas para fins de argumentação jurídica. Mas há outro aspecto a ser referido: ao que se informa, o pai de Sacha Breckenfeld Reck seria um dos especialistas no setor de transporte rodoviário que atuou na elaboração do projeto básico, por meio da sociedade LOGITRANS. É evidente que a existência de um vínculo familiar dessa ordem não produz quaisquer efeitos jurídicos. Argumento dessa ordem não merece análise senão numa nota de pé de página. Ainda assim e para promover uma avaliação ampla, pode-se examinar os efeitos de uma hipotética atuação de Sacha Breckenfeld Reck como autor do projeto básico.

econômica, financeira ou trabalhista entre” Sacha Breckenfeld Reck “e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras”.

71. Não existe nenhum vínculo dessa ordem entre o sócio da Consulente e qualquer dos licitantes. Nenhum dos licitantes mantém relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o Dr. Sacha Breckenfeld Reck. Não existe qualquer imputação dessa ordem na documentação examinada.

V.1.7 - Síntese: inaplicabilidade do art. 9º da Lei nº 8.666

72. Como decorrência, o caso concreto não se subsume às hipóteses do art. 9º da Lei nº 8.666. Portanto, não cabe imputar qualquer vício nem afirmar a existência de defeito em vista da atuação do Dr. Sacha Breckenfeld Reck no certame em questão. Aliás, não houve qualquer imputação de contrariedade ao dispositivo em questão nos documentos examinados.

VI - A preservação do princípio da moralidade

73. A documentação examinada contempla uma acusação de ofensa ao princípio da moralidade, em virtude de vínculos entre outro dos sócios da Consulente e “grupos econômicos” que se sagraram vencedores em alguns dos lotes do certame.

VI.1 - O caso concreto: a ausência de evento danoso

74. Antes de examinar os argumentos constantes da documentação, cabe desde logo afastar a imputação de violação ao princípio da moralidade por ausência de qualquer evento danoso.

VI.1.1 - Breves considerações sobre a moralidade administrativa

75. O princípio da moralidade comporta abordagens muito diversas e bastante amplas no âmbito do direito. A disciplina do *caput* do art. 37 da CF/88 tem despertado avaliações doutrinárias muito diversas³. Uma avaliação mais aprofundada do tema seria muito problemática no âmbito do presente parecer.

76. Cabe assinalar que a moralidade administrativa envolve um dever ético de honestidade. A Constituição não se satisfaz com o cumprimento

³ Sobre o tema, confira-se o entendimento do signatário em *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 15. ed., São Paulo: Dialética, p. 191 e ss.



formal da disciplina legal. A atividade administrativa – tanto dos agentes estatais, como dos particulares – deve ser norteadas por referenciais éticos.

77. A indeterminação dos valores morais, no entanto, propicia controvérsias sobre a configuração de infrações. O consenso sobre a moralidade é usualmente problemático.

78. Justamente por isso, a invocação ao princípio da moralidade não pode ser um instrumento de prevalência de enfoques subjetivos ou pessoais. Deve existir um elemento objetivo que permita a identificação de um padrão externo a ser observado.

79. Mais do que isso, a violação ao princípio da moralidade apenas pode resultar em reprovação jurídica quando impuser um dano ou prejuízo ao desenvolvimento da atividade administrativa, aos valores fundamentais ou aos fins de interesse comum.

80. Um exemplo permite compreender a questão. Suponha-se que um pregoeiro seja desafeto fidalgo de um licitante. São inimigos irreconciliáveis. Admita-se que seja processado o certame e o licitante em questão se saia vencedor. Seria um despropósito que o segundo classificado no pregão pretendesse a invalidade do certame sob o argumento de que violaria o princípio da moralidade que o pregão fosse conduzido por um inimigo do vencedor.

81. Ou seja, a moralidade não é apta a produzir a invalidade do ato quando não se concretizar qualquer resultado concreto incompatível com os valores éticos.

VI.1.2 - O caso concreto: a ausência de condutas reprováveis

82. No caso concreto, a documentação apontada não indica qualquer conduta reprovável que teria sido praticada pelo Dr. Sacha Breckenfeld Reck. Afirma-se que existiriam vínculos entre a Consulente e alguns dos licitantes vencedores – mas não se aponta uma conduta específica que teria propiciado esse resultado.

83. Mais precisamente, há indicação de algumas questões no curso da licitação, o que comporta maior aprofundamento.

VI.1.3 - A ausência de defeito do ato convocatório

84. Não existe qualquer imputação de defeito no tocante ao ato convocatório. As condições da disputa foram perfeitamente adequadas. As regras de habilitação resultaram dos estudos prévios produzidos no bojo de contratação anterior.

85. As necessidades diferenciadas do Distrito Federal conduziram à fixação de exigências específicas. Nem todos os interessados preencheram os requisitos de habilitação. Essa circunstância não significa vício ou defeito. Assim se passa porque a própria Constituição Federal, no art. 37, inc. XXI, determina que os atos convocatórios deverão contemplar exigências mínimas necessárias à garantia dos interesses da Administração Pública.

86. É de relevar que a documentação examinada não imputa defeitos no tocante às exigências de participação contempladas no ato convocatório. As exigências de habilitação não foram inquinadas de desproporcionais ou excessivas.

87. Acresce que as exigências de qualificação técnica seguiram a configuração contemplada nos estudos preliminares – cuja elaboração não foi de responsabilidade da Consulente nem de seus sócios.

VI.1.4 - A vitória do lance mais vantajoso

88. Também não existe controvérsia relativamente às propostas vencedoras. Os critérios de julgamento previstos no ato convocatório (menor valor da tarifa) não deixavam margem a dúvida. Abertos os envelopes, houve a identificação das propostas mais vantajosas.

89. Dito de outro modo, a escolha dos licitantes vencedores não refletiu qualquer preferência pessoal. Não houve interferência de qualquer pessoa para promover a vitória de um determinado licitante e produzir a derrota de outro. Com integral certeza, o julgamento não resultou de uma interferência do Dr. Sacha Breckenfeld Reck.

90. Na documentação, houve imputação de que teria ocorrido uma intervenção do referido advogado para beneficiar um dos antigos clientes do Dr. Guilherme Gonçalves. No entanto, essa argumentação não foi desenvolvida e não se indicou a atuação concreta que se configuraria como viciada.

91. A imputação é ainda menos procedente porque o julgamento de propostas observa critérios rigorosamente objetivos. É da essência de uma licitação – especialmente quando se trata, como no caso, de critério de menor tarifa – que o julgamento seja estritamente vinculado ao ato convocatório.

92. Logo, qualquer desvio praticado pela comissão de licitação na seleção da proposta mais vantajosa comportaria questionamento por vias apropriadas. O recurso administrativo e a revisão judicial assegurariam a correção de decisões subjetivas, incompatíveis com o ato convocatório.

93. No caso concreto, a decisão adotada pela comissão de licitação foi reconhecida como válida e perfeita. Desse modo, não há cabimento de pretender a sua invalidação por via distinta daquela expressamente prevista como adequada na legislação. Se os argumentos contrários à decisão da licitação não foram oportunamente deduzidos ou tendo ocorrido a sua rejeição, não é juridicamente cabível pleitear a desconstituição da decisão por meio da imputação de atuação defeituosa do advogado que assessorou a comissão de licitação.

94. Como se tudo não bastasse, é relevante acrescentar que a documentação evidencia que a atuação do Dr. Sacha Breckenfeld Reck envolveu apenas o assessoramento quanto ao exame formal das propostas. O conteúdo das ofertas e os seus aspectos técnicos não se sujeitaram a exame do referido profissional, eis que envolviam temas de cunho especializado próprio.

VI.1.5 - A questão dos requisitos de habilitação

95. Os requisitos de habilitação dos licitantes foram estabelecidos em termos conformes com a disciplina legal. Estavam predeterminados no ato convocatório e, como já acima referido, não houve controvérsia sobre a sua adequação e legitimidade.

96. As questões invocadas na documentação não apresentam qualquer consistência jurídica. Os argumentos contemplados nos documentos examinados são absolutamente improcedentes.

97. Segundo a documentação, teriam existido defeitos nos documentos apresentados pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. – a qual

teria sido cliente do Dr. Guilherme Gonçalves em um processo judicial. Mas o exame do material evidencia a improcedência da argumentação.

98. Em primeiro lugar, teria sido admitida a regularidade fiscal da referida empresa não obstante a ausência de comprovação da inscrição perante o cadastro estadual de contribuintes. A crítica é absolutamente improcedente. A Lei nº 8.666 exige a comprovação no cadastro de contribuintes do Estado **quando houver** (art. 29, inc. II). Evidentemente, a exigência não se refere à existência propriamente dita do cadastro. O que se passa é que, em muitos casos, a atividade do licitante não envolve obrigatoriedade de inscrição no cadastro estadual. A matéria envolve a natureza da atividade desempenhada e a materialidade da incidência tributária. Existem certas atividades que são tributáveis exclusivamente por meio de tributos estaduais (basicamente, o ICMS), enquanto outras são sujeitas apenas à tributação municipal (essencialmente, o ISS). A prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros se subordina à incidência do ISS. Como decorrência, não cabe exigir a inscrição do licitante no cadastro de contribuintes do Estado – simplesmente porque a atividade desempenhada pelo licitante não se sujeita à incidência de tributo estadual. Em terminologia mais simples: o licitante para serviço de transporte de passageiros não é contribuinte do Estado. Logo, cabe-lhe comprovar a sua inscrição no cadastro de contribuintes do Município⁴. Portanto, a decisão que reconheceu como suficiente a inscrição do licitante no cadastro municipal não refletiu qualquer juízo de preferência pessoal da autoridade julgadora. Tratou-se, pura e simplesmente, de aplicar o direito ao caso concreto.

99. O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ – um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente um caso de defeito sanável. A autoridade que

⁴ Sobre o tema, confira-se a exposição mais alongada do signatário em *Comentários...*, ob. cit., p. 476-477.

emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência – solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) –, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.


100. Existem outros dois questionamentos quanto à documentação da licitante. Ambos não comportam análise porque não houve a descrição dos pretensos defeitos. Afirmou-se que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis de Auto Viação Marechal Ltda. não estariam de acordo com a legislação e que o referido licitante não teria apresentado a documentação exigida. Não houve explicitação dos defeitos apontados. Logo, não é cabível a sua análise.

101. É relevante insistir em que o julgamento da documentação de habilitação é vinculado à lei e ao ato convocatório. Admite-se o suprimento de defeitos sanáveis. E todas as decisões adotadas comportam recurso administrativo. Reitera-se, aqui, o raciocínio acima já deduzido: se o recurso administrativo não foi interposto ou se houve a sua rejeição, é incabível pretender a revisão da decisão por meio de uma acusação contra a pessoa do advogado que assessorou a comissão de licitação.

VI.1.6 - Síntese: a ausência de nexo causal

102. Em síntese, não existiu um nexo causal entre a atuação do Dr. Sacha Breckenfeld Reck e o resultado da licitação. A licitação foi conduzida segundo regras predeterminadas, plenamente adequadas com o direito brasileiro. Determinados licitantes sagraram-se vencedores porque as suas propostas eram as mais vantajosas, tomando em vista os critérios objetivos fixados no ato convocatório.

103. Logo, a imputação de violação ao princípio da moralidade é destituída de consistência e não é apta a configurar alguma infração ao direito vigente.



VI.2 - A ausência de vínculo entre as partes

104. Sob outro enfoque, não existe o vínculo jurídico que tornaria inválida ou imoral a atuação dos advogados sócios da Consulente.

VI.2.1 - A questão da Viação Piracicabana Ltda.

105. Outro dos sócios da Consulente desempenhou no passado atuação advocatícia profissional em diversas licitações e em processos judiciais.


106. O primeiro questionamento se relacionou com a atuação do Dr. Guilherme Gonçalves no patrocínio dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. Essa empresa não participou da licitação ora examinada.

107. Levantou-se que uma das sócias da referida empresa era Comporte Participações S.A., que detinha participação inferior a 50% do seu capital social votante. A documentação examinada evidencia que a referida Comporte Participações S.A. é sócia de Viação Piracicabana Ltda. A composição societária de Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e de Viação Piracicabana Ltda. não é idêntica.

108. Em termos jurídicos, é absolutamente descabido identificar Comporte Participações S.A., Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. São três pessoas jurídicas distintas, com interesses inconfundíveis e autônomas entre si. Dito de outro modo, o patrocínio dos interesses de Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. não significa a atuação profissional em favor de Viação Piracicabana Ltda.

109. A imputação de atuação advocatícia para um mesmo sujeito apenas poderia ser admitida se fosse produzida a desconsideração da personalidade societária das duas empresas em questão. Tal apenas poderia ser produzida mediante a comprovação de algum desvio ou de utilização abusiva da entidade. Não existe qualquer imputação dessa ordem.

110. Mais ainda, não teria existido irregularidade ainda que o Dr. Guilherme Gonçalves tivesse atuado, em outro litígio, na defesa dos interesses de uma das empresas licitantes. Essa imputação somente poderia merecer alguma reprovação se existisse evidência de alguma prática reprovável na condução da licitação.



VI.2.2 - A questão da Auto Viação Marechal Ltda.

111. Por outro lado, a documentação evidencia que o Dr. Guilherme Gonçalves foi contratado pelo Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana para promover ação visando ao reequilíbrio econômico-financeiro de concessões outorgadas em favor de suas associadas. Entre elas, encontrava-se a empresa Auto Viação Marechal Ltda. Deve-se anotar que, no mesmo processo, o referido Dr. Guilherme Gonçalves também advoga para muitas outras empresas.

112. Tratava-se de litígio judicial com objeto específico, sem qualquer identificação com o objeto da licitação promovida pelo Distrito Federal.

113. Ademais e outra vez, não houve a indicação da prática de atos de favorecimento em favor da referida empresa. Tal como acima exposto, todas as decisões adotadas foram plenamente respaldadas pela ordem jurídica.

VI.3 - A ausência de violação às regras profissionais

114. A manutenção de vínculos indiretos entre o advogado contratado pela Administração Pública e licitantes não se configura como irregular, nem viola o princípio da moralidade.

VI.3.1 - A ausência de vinculação permanente

115. A atuação advocatícia em favor de um determinado cliente não produz um vínculo permanente e infinito. Uma vez exaurido o objeto da contratação, extingue-se a relação jurídica entre as partes. A exaustão da relação jurídica de serviços advocatícios decorre ou do decurso do tempo ou da extinção do conflito para o qual o sujeito foi contratado.

116. Por isso, a comprovação de que um advogado atuou na defesa dos interesses de um sujeito no passado não significa que essa relação se prolongue para o futuro.

VI.3.2 - A delimitação do objeto da atuação

117. Em segundo lugar, o vínculo de serviços profissionais é estabelecido em vista do objeto da atuação do sujeito. Não existe impedimento ético a que um mesmo advogado preste serviços às duas partes de um mesmo litígio, desde que não atue em favor de ambas no mesmo litígio. Aliás,

a hipótese pode configurar inclusive crime, tal como definido na legislação própria. O Código Penal dispõe sobre a figura da tergiversação, tal como abaixo reproduzido:

"Patrocínio infiel

Art. 355 - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação

Parágrafo único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias".

118. É elemento essencial do tipo a atuação "na mesma causa". Isso significa o reconhecimento de que não existe ilicitude (nem penal, nem extrapenal) na atuação em defesa de partes contrárias em causas distintas.

VI.3.3 - A atuação advocatícia na área de licitações

119. Essa situação é extremamente comum em licitações. Os advogados especializados em licitação são usualmente contratados causa a causa. Não existe vínculo trabalhista ou permanente entre uma empresa ou grupo de empresas e um advogado especializado. Como decorrência, é plenamente cabível que um advogado defenda os interesses de uma empresa numa determinada licitação e atue em favor de concorrente em outro certame.

120. Aliás, nem poderia ser diferente. Se a contratação para atuar num certame licitatório por uma determinada empresa acarretasse o impedimento à atuação em favor de outrem em toda e qualquer licitação futura, isso conduziria à impossibilidade de exercício da profissão. Isso geraria efeitos extremamente nocivos, eis que uma certa empresa poderia contratar, sucessivamente, todos os advogados especialistas num setor. Desse modo, nenhum deles poderia atuar contra ela no futuro.

VI.3.4 - A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa

de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados.

VI.3.5 - A ausência de peculiaridade da contratação administrativa

124. O dever de fidelidade em vista dos interesses da Administração Pública é exatamente idêntico àquele que recai sobre o advogado no patrocínio de interesses de clientes privados. O advogado não incorre num dever de fidelidade mais intenso quando o seu cliente é a Administração Pública. Em qualquer caso – clientes integrantes da Administração Pública ou não –, o dever de fidelidade do advogado é absoluto e ilimitado.

125. Logo, a ausência de impedimento a que um mesmo advogado atue na defesa de interesses de diversos clientes alcança inclusive as hipóteses em que um desses clientes integra a Administração Pública. Não se admite que o cliente defenda interesses conflitantes numa mesma licitação. Não há vedação, no entanto, a que a atuação em favor de clientes distintos refira-se a licitações distintas.

VI.3.6 - A improcedência do argumento do "conflito de interesses"

126. Não seria correto afirmar que, em tal hipótese, configurar-se-ia um conflito de interesses impeditivo da atuação do advogado pela Administração Pública.

127. Como visto, o advogado deve a mais absoluta fidelidade a todos os seus clientes. A circunstância de ser contratado por clientes distintos, para atuação em licitações diversas, não instaura nenhum conflito de interesses. Assim se passa porque a defesa dos interesses de um cliente numa

determinada licitação não produz conflito com a defesa dos interesses de outro cliente em outra licitação.


128. Se o advogado atuar numa licitação no Município "A" em defesa do cliente "X", isso não configurará conflito de interesses para o mesmo advogado representar o cliente "Y" numa licitação com objeto similar promovida pelo Município "B". Se o advogado defender os interesses de "X" contra a empresa "Y" na licitação no Município "A" e patrocinar os interesses de "Y" contra a empresa "X" no Município "B", isso não configurará qualquer violação à moralidade nem aos deveres inerentes à atuação advocatícia. Aliás, essa situação é usual e comum, ocorrendo com enorme frequência, sem que tal desperte qualquer crítica ou reprovação.

129. E essa ausência de crítica ou reprovação decorre de que os interesses de cada cliente são peculiares e próprios a cada licitação. Não é lógica nem juridicamente possível aludir a conflito de interesses quando se tratar de licitações diversas.

130. Se houvesse qualquer dúvida sobre essa afirmativa, bastaria observar que nenhum reparo se põe quando duas empresas privadas se associam para disputar uma determinada licitação e se contrapõem em outra. Trata-se da mesma problemática examinada. Se houvesse conflito de interesses impeditivo da atuação de um advogado na defesa de interesses de clientes diversos em licitações diversas, então também teria de ser reconhecido o mesmo conflito nas situações em que as próprias empresas se associam ou competem em licitações autônomas. Assim não o é. Admite-se como regular que duas empresas se consorciem para disputar uma licitação e que atuem competitivamente uma contra outra em licitação diversa. Essa hipótese não produz qualquer conflitos de interesses.

VI.3.7 - A falácia do argumento da "cooptação"

131. O último argumento imaginável seria o da "cooptação" do advogado. Alguém poderia afirmar que o advogado, tendo sido contratado por uma empresa para atuar numa licitação, teria interesse em beneficiá-la posteriormente. Dir-se-ia que, ao ser contratado pela Administração Pública para assessoramento numa licitação, o advogado atuaria profissionalmente de



modo a beneficiar seus antigos clientes. O argumento ultrapassa os limites do razoável.

132. O ponto mais evidente é que a situação narrada independe, logicamente, de o advogado ter sido contratado anteriormente por qualquer empresa. A causa eficiente da violação aos interesses da Administração reside não na contratação anterior do advogado por uma empresa privada, mas pela violação ao dever de fidelidade em face da Administração. E tal tipo de conduta independe da existência de vínculo anterior com um cliente privado.

133. Ou seja, o argumento pressupõe um desvio ético insuperável: ao invés de manter fidelidade ao seu cliente específico (no caso, a Administração Pública), o advogado atuaria de modo a beneficiar um terceiro. Ora, o risco de atuação criminosa dessa ordem pode verificar-se em relação a todo e qualquer agente administrativo. Não existe qualquer relação lógica ou necessária entre a prática de irregularidades e a existência de uma contratação anterior entre o advogado e o licitante.


VI.3.8 - A comprovação na prática

134. Todas essas circunstâncias conduzem a que, na vida administrativa prática, a contratação de escritórios de advocacia para assessoramento no processamento de licitações não contemple qualquer restrição à existência de vínculos anteriores com empresas privadas nem à participação de tais empresas no certame.

135. O aspecto fundamental reside na observância pelo advogado contratado dos padrões éticos exigidos no desempenho da contratação. Qualquer reprovação apenas poderá decorrer de indícios ou da comprovação de condutas indevidas. Sem a evidência de algum desvio de conduta, não se configura vício ou defeito na atuação do profissional.

VI.4 - Síntese

136. No caso concreto, não houve indicação de desvio de conduta na atuação dos sócios da Consulente. As acusações foram produzidas depois de encerrado o certame e se fundaram apenas na pretensa existência de vínculos profissionais anteriores entre os advogados e empresas de algum modo relacionadas a algumas das vencedoras da licitação. Não houve a indicação de



qualquer prática reprovável que tivesse permitido vantagens indevidas em favor dos licitantes vencedores.


137. Não existiu irregularidade, defeito ou vício na atuação dos sócios da Consulente e as acusações constantes dos documentos examinados se afiguram improcedentes.

VII - Conclusão

138. Diante do exposto, apresento as seguintes respostas aos quesitos formulados:

a) O ordenamento jurídico brasileiro prevê impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços à Administração Pública se tiver anteriormente atuado na defesa de interesses de clientes privados?

Resposta: Não. O exercício de profissão regulamentada por profissional liberal propicia a contratação por clientes diversos, para atendimento a objetos específicos. Quando se trata da advocacia, existe um dever fundamental de fidelidade do advogado ao seu cliente, relacionado ao objeto da atuação específica. A violação a esse dever pode tipificar crime. Existe tipo penal contemplando a defesa de interesses de clientes diversos no mesmo litígio, mas não há vedação ao patrocínio de interesses de clientes diversos em litígios distintos. Essa disciplina jurídica não é afetada pela condição do cliente. Atuar na defesa da Administração Pública não produz um dever de fidelidade mais intenso para o advogado, que está obrigado a atuar do modo mais honesto e perfeito em favor de qualquer cliente, sem distinção da sua qualidade. Por isso, a existência de um contrato anterior com um cliente privado não se constitui em impedimento a que um advogado seja contratado pela Administração Pública – ainda quando a referida contratação envolver algum interesse do cliente do advogado. Isso não significa, como é evidente, que o advogado esteja autorizado a superpor o interesse do antigo cliente ao da Administração Pública. Como dito, o advogado está obrigado à mais estrita



fidelidade aos seus clientes, tomando em vista cada uma das contratações de que participar.

b) O ordenamento jurídico brasileiro prevê impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços de assessoramento a uma licitação se dela participarem empresas vinculadas indiretamente a clientes privados defendidos anteriormente pelo dito advogado?

Resposta: Não. A Administração Pública está autorizada a contratar um advogado privado para assessorar procedimento licitatório, quando existirem circunstâncias de complexidade e anormalidade diferenciadas. Na seleção do particular a ser contratado, não apresenta pertinência a circunstância de tal advogado ter atuado em favor de empresas privadas em outras licitações. Nem existe qualquer irregularidade em que as referidas empresas privadas participem do certame assessorado pelo seu antigo advogado. Exige-se que o advogado contratado pela Administração Pública preserve a mais absoluta fidelidade a ela no tocante ao objeto a ser executado. Esse dever é exatamente idêntico àquele que incide sobre toda e qualquer atuação do profissional da advocacia.

c) Existe ofensa ao princípio da moralidade sem que se comprove indício de prática de ato de favorecimento indevido a uma empresa privada que participa de licitação?

Resposta: Não. O vício do ato administrativo, quando se invoca a ofensa à moralidade, depende da comprovação de uma prática incompatível com a honestidade, a ética e outros valores correlatos. A comprovação de que a atividade não acarretou prejuízo algum aos interesses da Administração Pública nem importou violação a direitos, garantias e interesses protegidos dos particulares descaracteriza a infração ao princípio da isonomia.

d) No caso concreto, há algum indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional do sócio da Consultante



no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 01/2011?

Resposta: Não. A documentação examinada evidencia que os sócios da Consulente se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa.

É o parecer.

Curitiba, 15 de julho de 2011.

Marçal Justen Filho

Doutor em Direito

OAB/PR 7.468



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

138

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

CÓPIA

138
15312
308511

PROCESSO N.º 2013.01.1.092892-0

A: Eliete Maria de Souza

Ação Popular

DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Anulatória em epígrafe, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.



1. ESCLARECIMENTO ACERCA DA ANTERIOR MANIFESTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Cumpre inicialmente esclarecer que o Distrito Federal já protocolou petição tempestiva em que se manifestou sobre o pedido de medida liminar e se defendeu, na forma de contestação, dos pedidos feitos na presente ação popular.

Ocorre que, por equívoco, na peça apresentada constou o número de outro processo em curso perante esse mesmo Juízo e que trata de causas de pedir semelhantes (Processo nº 2013.01.1.094222-4), razão por que a petição do Distrito Federal naturalmente foi juntada àquele outro feito.

Já foi protocolada petição naquele processo esclarecendo o equívoco, mas de qualquer sorte o Distrito Federal vem apresentar neste ato sua defesa, para evitar a precipitada conclusão de que não pretende defender-se das imputações levemente lançadas na petição inicial.

2. DO ESCOPO DA PRESENTE PEÇA

Considerando que os argumentos utilizados adiante a fim de que os pedidos sejam julgados improcedentes se confundem com os manejados para o indeferimento da medida liminar pleiteada pela autora, o Distrito Federal vale-se da presente peça para, além de contestar a demanda, apresentar as razões pelas quais aquele pedido de liminar deve ser indeferido.

3. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Trata-se de ação popular por meio da qual a autora busca a suspensão da Concorrência Pública nº 001/2011-ST, em sede de



110

liminar e, em sede de julgamento definitivo, a anulação do certame.

Suscita a autora, para tanto, diversas supostas irregularidades no procedimento licitatório, as quais, segundo ela, tornariam nulo todo o procedimento licitatório.

Antes de apreciar o pedido liminar, Vossa Excelência, de forma irretocável, determinou a manifestação do réu a fim de melhor formar o seu convencimento.

Em uma breve síntese, isso é o que dos autos consta. Passemos agora a demonstrar as razões pelas quais, além de ser indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, os pedidos devem ser julgados improcedentes.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

De início, de rigor ter presente que os fatos narrados na petição inicial fundamentam-se, única e exclusivamente, em notícias da imprensa, sem qualquer elemento probatório fidedigno.

É de se observar, ainda, inclusive, que a ABRADDEC – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania, por razões desconhecidas, fez acusações infundadas ao procedimento licitatório, as quais, foram levianamente veiculadas pelo jornalista Mino Pedrosa, cuja conduta é objeto de procedimento criminal próprio, instaurado pelo consultor envolvido em tais caluniosas notícias.

Quanto à reportagem da Revista Veja que circulou a partir do dia 22/06/2013, não é verdadeira a afirmação da autora de que o Governo do Distrito Federal *“até o momento não prestou quaisquer esclarecimentos à sociedade”*. Já no dia 22 de junho de 2013, o Governo divulgou, em seu sítio eletrônico oficial, nota de esclarecimentos pertinentes à matéria do referido periódico, a respeito da qual a autora se omitiu.



100

Ressalte-se que o escritório de advocacia que atuou como consultor na licitação, Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, nunca prestou serviço a qualquer das empresas licitantes e, ademais, não advoga para o Grupo Constantino ou para o Grupo Gulin.

Na realidade, considerando que a legalidade do Edital de Licitação da Concorrência nº 1/2011-ST, assim como de seus critérios de seleção, foram confirmados pelo Poder Judiciário em diversas oportunidades, prosseguindo regularmente o Certame, a autora popular faz uso do direito constitucional de ação como última tentativa para tentar anular a licitação, colocando sob suspeita atuação da consultoria durante o procedimento.

Feitas essas considerações preliminares, passa-se à análise dos fatos mencionados na petição inicial.

5. DO MÉRITO DA DEMANDA.

Não há como prosperar a pretensão ora deduzida em juízo pela parte autora. Afirma-se isso com a maior tranquilidade possível, pois consoante será demonstrado, não foi violada qualquer regra posta que discipline o procedimento licitatório, bem como os princípios que regem as Administração Pública forma solenemente obedecidos. Vejamos:

Preliminarmente, cumpre registrar que, com o intuito de melhor sistematizar a exposição adiante, serão explicitadas em síntese as questões aduzidas pela autora na peça exordial e, em seguida, serão apresentados os razões de inconformidade em relação a cada ponto suscitado na demanda judicial em apreço.

Argúi a autora que o escritório de advocacia Guilherme



112

Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados prestou, de forma concomitante, serviços à Secretaria de Estado de Transportes no âmbito da Concorrência n.º 1/2011 – ST, e às empresas do Grupo Constantino (Transporte Coletivo Grande Bauru) e do Grupo Gulin (Auto Viação Marechal e Viação Cidade Sorriso), que participaram da Licitação em tela.

Esta questão foi objeto de denúncia da ABRADec – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania junto à Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Instado a se manifestar a respeito da reportada denúncia, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados apresentou esclarecimentos que elucidaram que não houve nenhuma prestação de serviços daquele escritório às proponentes da Concorrência n.º 1/2011 – ST, muito menos de forma concomitante ao processamento do Certame em epígrafe, consoante fls. 494 a 778 do Processo n.º 090.001.315/2013, que consta da mídia digital anexa ao Ofício n.º 1032 encaminhado pelo Secretário de Transportes, já juntado aos autos.

Com efeito, basta uma rápida leitura da documentação para se constatar que o escritório de advocacia em comento não prestou serviços diretamente às empresas licitantes, nem muito menos se deu qualquer prestação de serviço de forma concomitante com o procedimento licitatório questionado.

Aduz a autora que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck possuía patente influência nas decisões da Secretaria, superando, inclusive, as competências da Assessoria Jurídico-Legislativa e da Procuradoria Geral do Distrito Federal.



103

Imperioso registrar, como será demonstrado em tópico posterior, que o consultor Sacha Reck atuou na consultoria técnica e jurídica de que decorreram as minutas do edital da licitação, do contrato de concessão, do projeto básico e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011 – ST, de maneira que a sua permanência no decorrer do procedimento licitatório se fez importante a fim de auxiliar os trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Licitação.

Diferentemente do que suscita a autora, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como mero consultor técnico jurídico da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão de Licitação às opiniões emitidas pela Consultoria.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades da Secretaria de Transportes envolvidas na Concorrência n.º 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações expedidas pela Consultoria.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório é restrita à formalização de orientações técnicas especializadas na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo de passageiros, amparada na legislação aplicável e no Edital de Licitação da Concorrência n.º 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão de Licitação e das autoridades daquela Secretaria a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas da Secretaria de Estado de Transportes, cabendo exclusivamente à Procuradoria Geral do Distrito Federal a atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame, por intermédio da elaboração das



peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Importa registrar que o citado consultor não possui poder decisório, mas limitou-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos decisórios da Concorrência n.º 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e ao Secretário de Estado de Transportes.

Nesta medida, improcede a alegação de os consultores contratados possuíram ingerência sobre as decisões tomadas pela Secretaria de Transportes e pela Comissão Especial de Licitação, uma vez que os trabalhos da Consultoria se limitaram a orientações técnicas especializadas na área de transporte público coletivo, sem qualquer poder decisório.

Suscita a autora que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não foi contratado por procedimento licitatório.

Inicialmente, há de se rememorar que o Distrito Federal, após determinação judicial exarada dos autos de Ação Civil Pública n.º 2001.01.1.010242-8, teve a missão de realizar o procedimento licitatório para a regularização e modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Em que pese à existência de um edital de licitação embrionário da Concorrência Pública n.º 1/2011, visando à realização do certame, publicado no ano de 2011, tal instrumento convocatório foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por diversas inconsistências.

Assim, afigurou-se imprescindível a reconstrução do referido instrumento, não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das



permissões existentes, como determinado pelo Poder Judiciário, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos usuários, como demandou o TCDF.

Diante disso, pautando por atender à coletividade, cumprir as competências precípua da Secretaria e aderir ao Princípio da Economicidade, foram utilizados instrumentos já em emprego naquele órgão, iniciados na gestão anterior, com as adequações necessárias, sempre primando pela celeridade e eficiência na resolução das demandas do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Uma dessas ferramentas refere-se ao Convênio - Cooperação Técnica ANT/OC-11243-BR - firmado em 2009 entre o Distrito Federal - na oportunidade, denominado Beneficiário - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Administrador do Fundo para a preparação de Projetos de Infraestrutura (InfraFundo), destinado a formalizar termos e condições para a concessão de uma Cooperação Técnica não-reembolsável ao Beneficiário, ao visto de apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF.

O Beneficiário (DF), por meio daquela Secretaria, acordou que o BID utilizaria os recursos disponibilizados para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação supracitada.

Ajustou-se, ainda, que o Distrito Federal deveria apor recursos como contrapartida, estimada, naquela ocasião, em US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), dos quais US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares americanos) deveriam ser destinados a pagamentos de consultores. Também restou compromissado que tal estimativa não reduziria a "obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa".



Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência – Anexo 1B e Proposta da empresa - Anexo 2), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transportes Ltda. foi contratado mediante o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, firmado com o BID, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação.

Por oportuno, ressalte-se que as políticas de seleção do BID determinam as regras e procedimentos a serem seguidos pelo Mutuário, os quais possuem métodos distintos dos utilizados ordinariamente neste País.

A par disso, frise-se que fora identificada a oportunidade de se utilizar da Cooperação Técnica, com ajustes demandados por aquele órgão, para a efetivação dos fins colimados pelo PTU para o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal como um todo. Nesse sentido, foram realizados os enquadramentos do Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR à nova realidade, conforme pode ser observado por meio das tratativas realizadas junto ao BID nos Ofícios nº 723/2011-GAB/ST e nº 1072/2011-GAB/ST.

Ato contínuo, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o citado Consórcio, que abarcou, dentre outros produtos, a versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência Pública nº. 1/2011 – ST (Minutas), nos termos previstos na Cláusula Quarta, alínea "e".

Em março de 2012, com a conclusão da fase interna



do processo licitatório da Concorrência, exauriu-se o objeto da Cooperação Técnica, dentro do Contrato ATN/OC-11243-BR, naquilo que envolvia os compromissos assumidos pelo BID na referida Cooperação. Remanesceram, todavia, as demais atividades listadas no Anexo 2 do Termo Aditivo à Cooperação Técnica, sob responsabilidade do Distrito Federal, a título da contrapartida já mencionada.

Assim, em face das demandas técnico-jurídicas que emergiram nas fases subsequentes do certame, sobreveio a necessidade de se dar continuidade com os trabalhos, visando o suporte na emissão de pareceres e orientações técnicas à Secretaria, mormente quanto aos pedidos de esclarecimentos, impugnações administrativas, bem como sob os aspectos técnicos e financeiros, intercorrências essas previsíveis no certame.

No tocante às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT- Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídica especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do Dr. Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATN/OC-11243-BR.

Como é de se observar, portanto, demonstrou-se razoável a continuidade das mencionadas consultorias, para auxílio técnico à implementação do novo modelo de STPC/DF, consultorias essas levadas a efeito no âmbito do Programa de Transporte Urbano - PTU, cujo Órgão Financeiro Internacional – BID é a principal fonte dos recursos de seu custeio



e possui normas e procedimentos próprios.

Deve-se realçar que o PTU, já em andamento quando da celebração da Cooperação Técnica em tela, é objeto do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado pelo Distrito Federal com o BID em 30.1.2008. No referido ajuste a Secretaria de Estado de Transportes figura como Órgão responsável por promover a execução do PTU/DF e a utilização dos recursos oriundos do financiamento.

Imperioso registrar que no escopo do PTU, dentre os diversos projetos nele previstos, está inserida a renovação de toda a frota de ônibus do Distrito Federal, nos termos dispostos na Cláusula 4.07 (b):

CLÁUSULA 4.07.(...).

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução Nº 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

Dentro do contrato do PTU, restou também estabelecido como obrigação do Distrito Federal, a exigência de se proceder à contratação de Consultoria a fim de prestar apoio ao Gerenciamento do



Programa, conforme disposições insertas nas Cláusulas 3.02 e 3.02, alínea (b), do Capítulo III; 4.07 do Capítulo IV; 4.02, V, Anexo A do PTU. Referidas Cláusulas assim rezam: (Anexo 7)

Capítulo III – Desembolsos

(...)

Cláusula 3.02. – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

(...)

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordado com o Banco.

(...)

Capítulo IV – Execução do Programa

Clausula 4.07. Condições especiais de execução.

(a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, (...).

Cláusula 4.02, V, Anexo A - A UGP coordenará suas atividades dispensando especial atenção a quatro áreas: (...) (d) (...) A execução do Programa



120

terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão: (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive apoio à supervisão dos processos licitatórios, (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para avaliação do programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referencia e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na aquisição de bens e serviços; (v) elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa".

Objetivando atender às condições expressas nesse Contrato de Empréstimo, após o devido procedimento de seleção - SDP Nº 001/2008/PTU, foi firmado o Contrato nº 25/2008-ST, entre esta Secretaria e a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no exercício de 2008, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – SAG/PTU/DF.

A Cláusula 3.7 do Contrato nº 25/2008-ST tratou de instituir as atividades da Empresa Consultora que requerem aprovação prévia do Contratante. Dentre elas está a questão de contratação de subconsultorias:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

101

- 3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante
- A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:
- (a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;
 - (b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços; se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retorne a prestação dos Serviços;
 - (c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC's.

Nesse diapasão, a Cláusula 4.1 institui como obrigação da Gerenciadora a contratação de subconsultores com nível de competência e experiência necessárias para prestar os serviços. Cabe ao Contratante examinar e aprovar o pessoal disponibilizado pela Contratada para executar o objeto ajustado.

4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

- 4.1 Generalidades A Empresa Consultora contratará e fornecerá Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.
- 4.3 Aprovação do Pessoal O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currículos Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.

Assim, no contexto da execução dos Serviços de



Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (Contrato nº 25/2008-ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento.

Deve-se notar e realçar a particularidade que reveste esse ajuste, regido pelas políticas e procedimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, uma vez que pactuado dentro do Contrato de Empréstimo Internacional nº 1957/OC-BR, sujeito, portanto, às políticas de aquisição e execução daquela Entidade Financeira Multilateral.

Nesse sentido, foram observadas as normas insculpidas por aquele Organismo Internacional e pelo Contrato nº 25/2008-ST, relacionadas com os procedimentos regentes da contratação de subconsultores, consoante demonstrado nas linhas pretéritas.

Alega a autora que houve violação do item 16.1.5 do Edital ao habilitar e declarar vencedoras 2 (duas) empresas do Grupo Constantino, Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda.

Insta salientar que para os fins do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST, haveria grupo econômico se os licitantes tivessem, na data de abertura das propostas, “controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação”. É o que dispõem os itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea “g” e 16.1.7, abaixo transcritos:

“4 – OBJETO DA CONCORRÊNCIA

(...)



4.3 - A licitação será processada por meio de 5 (cinco) lotes. As LICITANTES poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, estando a adjudicação limitada a apenas um lote por LICITANTE, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital."

16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

(...)

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

(...)

16.1.7 - As LICITANTES poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente EDITAL."

Pela análise dos contratos sociais da contratada Viação Pioneira e da licitante Viação Piracicabana, não se verifica que



tais empresas possuam controle societário ou administradores comuns.

As citadas empresas são integradas por sócios e administradores distintos, ou seja, inexistente controle societário ou administradores comuns.

O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes, o que não é o caso.

Esclareça-se, ainda, que a Comissão Especial de Licitação não pode exigir dos concorrentes nada além das condicionantes previstas no Edital (inexistência de controle societário ou administradores comuns) a título de habilitação e legitimação de suas propostas. Isto é fixado pela Lei Federal n.º 8.666/93, que, em seu art. 3º, caput, regulamenta os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."



Marçal JUSTEN FILHO, ao comentar o princípio do julgamento objetivo, disserta que:

"Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela dos interesses supraindividuais não autoriza, contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhasdas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.

Todos os critérios norteadores da atividade decisória devem estar previamente indicados no ato convocatório, assujeitados a controle e fiscalização. A adoção de outros critérios caracteriza sigilo ou segredo incompatível com o rigor exigido pela Lei."¹

Por fim, neste sentido, relevante citar que o Supremo Tribunal Federal, em aresto de RMS-AgR n.º 24.555/DF, de relatoria do Ministro Eros Grau (DJ de 31.03.2006), asseverou que "a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CF/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n.º 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto."

Relevante citar que o Superior Tribunal de Justiça

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2010, p. 611. Grifou-se



consolidou entendimento no sentido de que a existência de grupo econômico sequer se verifica unicamente em parcas coincidências de quadro societários (muito menos quando se tratam de pessoas físicas sócias de outras pessoas jurídicas, que por sua vez são sócias de uma terceira empresa), devendo haver efetiva preponderância de uma empresa sobre outra:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM NÃO PERTENCENTE À EMPRESA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO NÃO-CARACTERIZADO. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PARADIGMA ORIUNDO DA JUSTIÇA OBREIRA. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 3. Irrefutável a exegese conferida pelo TRF/4ª Região à regra do § 2º, art. 2º, da CLT, no sentido de que "o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do grupo econômico - que pressupõe a existência de uma empresa principal e outras subordinadas -, para efeito de configurar a solidariedade passiva". A redação do citado dispositivo é clara ao exigir, para a configuração do grupo econômico a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal. Assim, não tem qualquer relevância jurídica o fato de o responsável pela executada CN EDITORA DE JORNAIS figurar também no quadro societário da recorrida BIMARK GRÁFICA E EDITORA LTDA.



[...]”.²

No mesmo sentido, manifestou-se recentemente o Tribunal de Contas da União, in verbis:

“A participação simultânea de empresas com sócios comuns em licitação não afronta a legislação vigente e somente merece ser considerada irregular quando puder alijar do certame outros potenciais participantes, como nos casos de: a) convite; b) contratação por dispensa de licitação; c) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; d) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra.” (TCU. Acórdão 526/2013-Plenário, TC 028.129/2012-1, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa, 13.3.2013).

Por fim, cite-se que o entendimento da Comissão de Licitação foi confirmada pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança n.º 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante Viplan – Viação Planalto Ltda., bem como no mandado de segurança n.º 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio Sogima, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

6. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Ante o delineado, resta demonstrado que todos os procedimentos adotados na Concorrência n.º 1/2011 – ST respeitaram os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os estatuídos no art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, não possuindo, por

² REsp. 824667/PR, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 17/08/2006, DJ 11/09/2006 p. 230.



consequente, sustentação as questões arguidas pela parte autora.

Assim, os pedidos de suspensão e anulação do Certame não merecem guarida, tendo em vista que a Concorrência n.º 1/2011 – ST foi concluída, em 4 de junho de 2013, com a homologação e adjudicação do último Lote, conforme publicações ocorridas no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 114, de 5 de junho de 2013, tendo sido celebrados os cinco Contratos de Concessão. Ademais e consoante ventilado linhas atrás, não há ilicitude nos termos e na condução da Licitação em tela.

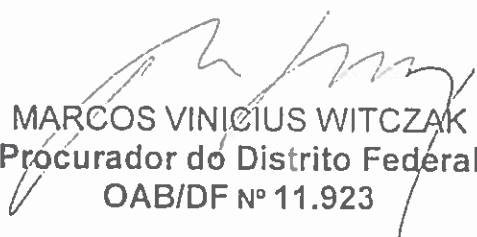
Ressalte-se, ainda, o risco de irreparável lesão ao interesse público ao se determinar a suspensão dos contratos já em execução decorrentes da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, tornando imprevisível e incerta a conclusão da transição para o novo sistema de transporte coletivo de passageiros que é considerado prioritário tendo em vista sua importância para a população brasiliense, especialmente a de baixa renda, por se tratar de serviço público essencial que atualmente é deficiente e extremamente precário no Distrito Federal, como é notório.

Diante do exposto, requer o Distrito Federal seja indeferida a medida liminar pleiteada e julgados improcedentes os pedidos.

Requer provar o alegado exclusivamente por meio das provas documentais juntadas aos autos por intermédio do Ofício nº 1032/2013 – GAB/ST.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013.


MARCOS VINICIUS WITCZAK
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF Nº 11.923



129

**DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**
SAM Bloco I Ed. Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal 1º andar
Brasília/DF CEP: 70.620-000 - Fones: (61) 3325-3330/3325-3338

OFÍCIO Nº 5058 /2013 - GAB/PROCAD Brasília, 01 de outubro de 2013.
Ref:
AS nº 008.854/2013
Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0
Autor: Eliente Maria de Souza
Réu: DF

URGENTÍSSIMO

Senhor Secretário,

Na defesa dos interesses do Distrito Federal, em referência ao processo em epígrafe, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de encaminhar a esta Procuradoria Administrativa informações e documentos acerca dos fatos narrados na petição inicial anexa, que possam subsidiar a defesa a ser apresentada em juízo, em especial:

- a) Informações se o advogado Sacha Reck advogou diretamente para a pessoa jurídica Transporte Coletivo Grande Bauru. Em caso positivo, em qual tipo de demanda?
- b) Informações se a referida pessoa jurídica integra o Grupo Constantino ao lado da Viação Piracicabana, tendo em vista que o contrato social e a ata de nomeação de diretoria denotam que quase a totalidade de quotas e a direção da empresa pertencem à família Constantino;
- c) Informações acerca de o advogado Sacha Reck ter atuado diretamente para a pessoa jurídica Auto Viação Marechal. Em caso positivo, informar em qual demanda;
- d) Cópia do eventual contrato firmado, pelo BID, ou pelo Distrito Federal, com o referido advogado, que tenha por escopo a prestação de serviço de consultoria durante a fase externa da licitação;
- e) O retrocitado advogado aparece como consultor na proposta enviada pelo Consórcio Logit/Logitrans para elaboração do edital, mas não há indicação de que tal proposta se estenderia para a fase externa. Procede tal informação? Ou a proposta enviada alcançaria também a fase externa da licitação?

Exmo. Sr.
JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário da Secretaria de Transportes do DF
Anexo do Palácio do Buriti - 15º andar
NESTA
Data



**DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

SAM Bloco I Ed. Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal 1º andar
Brasília/DF CEP: 70.620-000 - Fones: (61) 3325-3330/3325-3338

- f) Considerando que o Contrato de Serviço de Consultoria ATN/OC-11243-BR tinha por objeto a promoção dos meios tendentes à renovação da frota de ônibus do DF, mas não fez menção ao acompanhamento da licitação durante a sua fase externa, qual instrumento jurídico que viabilizou a participação da LOGIT no certame durante tal fase?
- g) Outras informações úteis à defesa.

Solicito que as informações sejam encaminhadas imediatamente, haja vista o exíguo prazo para manifestação em julgo.

Atenciosamente,


Plácido Ferreira Gomes Júnior
Procurador ~~Coordenador~~ da PROCAD – Em Substituição

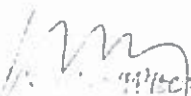
AS nº 008.854/2013
Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0

13 octubre 2013
Mexico

131
af

Vibraciones sismicas por la noche.

Cuente. Aguando v.
24/10/13


Procurador General de la Federación

25 10 13

de CAD



Processos

AS 8854/13

dh. duis

Versão para impressão

x

PROCESSO : MC 22070 UF: DF REGISTRO: 2013/0403705-6
NÚMERO : 0403705-30-2013.3.00.0000
ÚNICO :
MEDIDA CAUTELAR VOLUMES: 1 APENSOS: 0
AUTUAÇÃO : 03/12/2013
REQUERENTE : ELIETE MARIA DE SOUZA
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL
RELATOR(A) : Min. HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
ASSUNTO : DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO
PÚBLICO - Serviços - Concessão / Permissão / Autorização -
Transporte Terrestre
LOCALIZAÇÃO : Entrada em COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA em
04/12/2013
TIPO : Processo Eletrônico

Avalie este serviço:

Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

- NÚMEROS DE ORIGEM
- PARTES E ADVOGADOS
- PETIÇÕES
- FASES
- DECISÕES

NÚMEROS DE ORIGEM

00051499720138070018
00248535320138070000
20130020239283
20130110928920
248535320138070000

PARTES E ADVOGADOS

REQUERENTE : ELIETE MARIA DE SOUZA
REQUERENTE : REGINA CELIA MONTEIRO MAGALHAES
ADVOGADO : DOUGLAS ELIAS DIB - GO026241
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL

PETIÇÕES

Não há petições

FASES

06/12/2013 - 07:07 - DECISÃO DO MINISTRO RELATOR PUBLICADA NO DJE EM 06/12/2013

05/12/2013 - 20:26 - DECISÃO DO MINISTRO RELATOR DISPONIBILIZADA NO DJE
EM 05/12/2013

04/12/2013 - 22:12 - DESPACHO DO MINISTRO RELATOR DETERMINANDO
INTIMAÇÃO NOS SEGUINTE TERMOS: "(...) EXTINGO
LIMINARMENTE A PRESENTE AÇÃO CAUTELAR, SEM
RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, VI, DO
CPC E DO ART. 34, XVIII, DO RI/STJ(...)", AGUARDANDO
PUBLICAÇÃO (PREVISTA PARA 06/12/2013)

04/12/2013 - 22:09 - PROCESSO RECEBIDO NA COORDENADORIA DA SEGUNDA
TURMA

03/12/2013 - 17:01 - CONCLUSÃO AO(A) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SJD

03/12/2013 - 17:00 - PROCESSO DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE EM 03/12/2013 -
MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

03/12/2013 - 15:29 - PETIÇÃO ORIGINÁRIA PROTOCOLIZADA EM 03 DE DEZEMBRO
DE 2013.

Superior Tribunal de Justiça

MEDIDA CAUTELAR Nº 22.070 - DF (2013/0403705-6)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : ELIETE MARIA DE SOUZA
REQUERENTE : REGINA CELIA MONTEIRO MAGALHAES
ADVOGADO : DOUGLAS ELIAS DIB
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de Medida Cautelar pela qual as demandantes Eliete Maria de Souza e Regina Celina Monteiro visam atribuir efeito suspensivo a Recurso Especial interposto contra decisão do TJDF que acolheu Suspensão de Liminar ajuizada pelo Distrito Federal.

Na origem, as autoras haviam ajuizado Ação Popular buscando anular a licitação inaugurada pela Concorrência Pública 01/2011-ST, que tinha por objeto a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. Reconhecendo a existência de inúmeras irregularidades naquele certame, o juízo de primeiro grau determinou, liminarmente, a suspensão de dois contratos administrativos, contrato que a Fazenda Pública se insurgiu mediante Suspensão de Liminar que foi acolhida pelo TJDF sob o fundamento de grave lesão à ordem e à economia públicas na paralisação dos contratos licitados, uma vez que as empresas já estavam prestando o serviço público conforme o novo modelo de sistema de transporte e, assim, atendendo a população do Distrito Federal.

Esse julgamento foi ementado nestes termos (fl. 71):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LIMINAR MANEJADA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não cabe, na sede estrita de suspensão de liminar, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se tão-somente à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve, pois, ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final deslinde da demanda, desde que contemplada a supremacia do interesse público, com o escopo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - A suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida nos autos da ação popular preserva a ordem e a economia pública, na medida em que impede a paralisação de grande parte do serviço de transporte público no Distrito Federal.

III - Presentes tais requisitos, é de se deferir a suspensão de liminar concedida no bojo de ação popular.

III - Agravo regimental desprovido. Unânime.

Superior Tribunal de Justiça

No apelo nobre, as demandantes combatem a Suspensão de Liminar no mérito, aduzindo não estarem presentes os excepcionais requisitos que autorizariam o deferimento da medida, acrescentando, ademais, que o perigo de grave lesão à ordem pública é reverso, uma vez que patentes as irregularidades no certame licitatório impugnado pela Ação Popular.

Postulam, assim, seja "reformado o acórdão proferido na Suspensão de Segurança, devolvendo o efeito à decisão de primeiro grau, que suspendeu os contratos originados da Concorrência Pública 01/2011-STDFT, até o julgamento da Ação Popular".

É o relatório.

Decido.

Conforme claramente delineado pelas demandantes, a presente Medida Cautelar persegue a atribuição de efeito suspensivo a Recurso Especial que busca infirmar o mérito da decisão do TJDF que deferiu Suspensão de Liminar.

Nesse cenário, não há como dar trânsito ao pleito assecuratório.

Isso porque a Suspensão de Liminar constitui instrumento que a lei coloca à disposição do Poder Público para evitar que o cumprimento de decisões judiciais ocasionem grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia pública.

A avaliação sobre a existência desses elementos constitui ato de natureza política de atribuição exclusiva do Presidente do Tribunal competente para apreciar o recurso que seria cabível na espécie.

Logo, a decisão que concede a Suspensão de Liminar não se sujeita à censura do Recurso Especial, nos termos da recorrente jurisprudência desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS SÚMULAS N. 634 E 635 DO STF. HIPÓTESE EXCEPCIONAL NÃO-CONFIGURADA. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. Não houve comprovação acerca da realização do juízo de admissibilidade do recurso especial na origem, uma vez que a decisão juntada às fls. 425/426 tem como recorrente CONDOR Transportes Urbanos Ltda e, não, a ora agravante (LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda). Assim, na hipótese examinada, não houve a realização do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, o que afastaria, em princípio, a competência desta Corte Superior para analisar a pretensão cautelar, nos termos das Súmulas 634 e 635 do STF. É certo que, em situações excepcionais, esta Corte Superior concede efeito suspensivo ao recurso especial ainda não admitido no Tribunal de origem, sendo exigida, nesses casos, a comprovação de uma situação de excepcionalidade, em que haja, cumulativamente, os requisitos do periculum in mora e do fumus boni juris, aliados à teratologia ou manifesta ilegalidade da decisão, o que não é o caso dos autos.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de

Superior Tribunal de Justiça

suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

3. "Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg na MC 20.508/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/04/2013). (grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Este Superior Tribunal firmou o entendimento de não ser cabível o recurso especial contra decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, na medida em que a via especial reporta-se a argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 957.825/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 13/09/2013). (grifos nossos)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A suspensão de liminar e de sentença limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e às economias públicas. Não se examinam, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

2. Em que pese a ressalva do entendimento deste Relator, é pacífica no Superior Tribunal de Justiça a tese de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar ostenta feição política, daí resultando não ser cabível o recurso especial. Até porque o apelo extremo visa a combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, não de análise de juízo político.

3. Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 26/04/2011). (grifei)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR DEFERIDO PELA ORIGEM. IPI. CIGARROS. JUÍZO POLÍTICO. RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. VEDAÇÃO IMPOSTA PELA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O acórdão questionado decorre de pedido de Suspensão de Liminar no qual se exigiu a análise de juízo político a respeito dos valores previstos no art. 4º, da Lei 8.347/92 (grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública), ou seja, restou considerado, de maneira indissociável, como razões de decidir, as circunstâncias fáticas que envolvem o caso concreto para conferir o juízo político inerente à decisão de origem, o que resulta na impossibilidade de exame do apelo, na via eleita, em atenção ao óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

2. A propósito: AgRg no REsp 1.207.495/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 26/4/2011, AgRg no REsp 1.301.766/MA, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 25/4/2012, AgRg no Ag. 1.210.652/PI, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 16/12/2010, REsp 831.495/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 30/6/2006.

3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 103.670/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 16/10/2012). (grifou-se)

Assim, não há como conceder efeito suspensivo a um Recurso Especial que não ultrapassa um juízo prospectivo de admissibilidade, tendo em vista suas razões infirmarem precisamente os fundamentos de mérito pelos quais o Presidente do TJDF concedeu a Suspensão de Liminar, desiderato para o qual não se presta o apelo excepcional.

Por fim, acrescento que o acolhimento da pretensão acautelatória representaria verdadeira burla à norma constante do § 9º do art. 4º da Lei 8.437/92, que está assim redigida: "A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal".

Diante do exposto, extingo liminarmente a presente Ação Cautelar, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC e do art. 34, XVIII, do RI/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de dezembro de 2013.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA
JURÍDICA

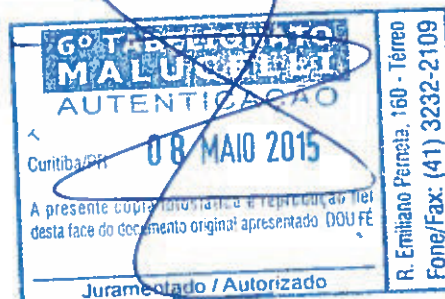
CONTRATANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA – SETRANSP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.613.769/0001-47, com sede na Rua Gustavo Rattman, nº 455, Bacacheri, cep 82520-630, neste ato representado por seu Presidente, Dante José Gulin, adiante simplesmente denominado como CONTRATANTE.

CONTRATADA: **GUILHERME GONÇALVES E SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados devidamente inscrita na OAB/PR sob nº 1516, com sede em Curitiba-PR, à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1358, 10º andar, Curitiba-PR, fone/fax (041) 3223-5379, mediante as seguintes cláusulas contratuais, neste ato representada por seu Sócio-administrador **GUILHERME DE SALLES GONÇALVES**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989, neste instrumento simplesmente denominada CONTRATADA;

Têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por finalidade a prestação de serviços profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em tudo o que lhe diga respeito, e às empresas por ele representadas, inclusive os Consórcios, em assuntos unicamente de interesse coletivo ou individual homogêneo, nas áreas de direito administrativo, direito civil e direito do consumidor, incluindo atuação e patrocínio em ações judiciais de interesse coletivo da classe e/ou individual homogêneo. A prestação compreende também as respostas a

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”



consultas formuladas pelo Setransp ou pelos Consórcios, bem como análise de contratos e outros documentos que se enquadrem no objeto da presente avença, bem como a elaboração de ofícios, requerimentos e quaisquer outras formas de manifestação para orientar o Setransp, as empresas representadas e os Consórcios, sempre que necessário. Igualmente compreende-se no objeto deste contrato a participação em reuniões seja na sede do Setransp, em órgãos públicos ou onde se fizer necessário. Não haverá cobrança extra de honorários para os casos de patrocínios de quaisquer ações judiciais que venham a ser intentadas em nome do Setransp, das empresas representadas e/ou dos Consórcios, em assuntos que envolvam interesse coletivo ou individual homogêneo, em todas as instâncias, nem quando essas pessoas jurídicas forem demandadas em juízo ou fora dele (inclusive em processos administrativos), e tenham que apresentar defesa, na forma deste contrato.

§ 1º - Em caso de necessidade de realização de qualquer diligência, audiência, reunião, ou qualquer outra atividade inerente ao cumprimento do presente contrato fora da localidade de Curitiba, as despesas de viagem, hospedagem, transporte e alimentação ficarão ao encargo do CONTRATANTE.

§ 2º - Na eventualidade da CONTRATADA efetuar qualquer espécie de pagamento relativamente ao cumprimento do presente contrato, a CONTRATANTE lhe reembolsará igual valor no prazo preferencial de 07 (sete) dias, facultando-se a esta a requisição de prestação de contas mediante contra-recibos.

§ 3º - As custas processuais serão integralmente arcadas pelo CONTRATANTE, assim como honorários periciais, caso sejam exigidos no decorrer de demandas judiciais. Na hipótese eventual da CONTRATADA pagar antecipadamente custas processuais que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE, independente do valor, a CONTRATADA terá direito ao ressarcimento, na forma do parágrafo segundo desta cláusula.

§ 4º - A CONTRATADA não é responsável pela elaboração de pareceres técnicos ou quesitos periciais em assuntos que fogem à sua competência técnica. Além disso, caso entenda a CONTRATADA que é importante a contratação de assistente técnico de perícia judicial, ou, caso entenda que é importante a elaboração de pareceres técnicos

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte."

6º TABELIONATO MATERIAL AUTENTICAÇÃO	
Curitiba/PR	08 MAIO 2015
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DDU	
Juramentado / Autorizado	
R. Emiliano Perceira, 160 - Térreo Fone/Fax: (41) 3232-2109	

para o sucesso de uma causa judicial, informarão tal fato ao CONTRATANTE para que o mesmo sugira um profissional ou escolha eventuais profissionais a serem indicados pela CONTRATADA. Nestes casos, as custas serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, não integrando, sob hipótese alguma, os honorários devidos em razão do presente contrato.

§5º - O presente contrato abrange a atuação da CONTRATADA perante o Estado de Paraná e demais Estados da Federação, caso seja necessária para a realização de consultoria inerente ao objeto definido na presente cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente contrato é firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de 26 de outubro de 2012, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. A prorrogação se dará automaticamente, em caso de silêncio das partes até a data do vencimento. Caso qualquer das partes decida rescindir o presente contrato, poderá fazê-lo mediante comunicação formal à outra parte enviada com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: Estipula-se como contraprestação pelos serviços anteriormente elencados (pró-labore) os seguintes valores a serem pagos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA:

- 12 parcelas mensais de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** cada uma, a serem pagas no dia 25 de cada mês, sendo a primeira delas no dia 25 de novembro de 2012.

Parágrafo único - Havendo prorrogação automática do presente contrato, na forma da cláusula anterior, o valor de remuneração mensal definido no caput da presente cláusula será corrigido pela variação acumulada positiva do INPC, apurada nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir toda e qualquer controvérsia decorrente da execução do presente contrato.

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."



Estando de comum acordo quanto aos termos deste instrumento, bem como declarando estarem cientes do contido em todas as cláusulas, firmam o mesmo em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Curitiba, 26 de outubro de 2012.


SETRANSP
CONTRATANTE

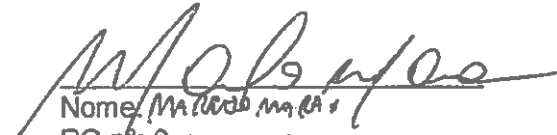
105.960.252/0001-86

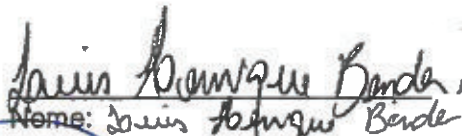
GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GUILHERME GONÇALVES & SACHA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

R Visconde do Rio Branco 1358 10º And.
Centro - Cep: 80.420-210
Curitiba - PR

Testemunhas:


Nome: Matheus Martins
RG nº: 8.140.079-2 PR


Nome: Jairo Henrique Bende,
RG nº: 8.380.658-3



PROCURAÇÃO

Outorgante: ARAUCÁRIA TRANSPORTE COLETIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Araucária, Paraná, na Rua Professor Odorico Franco Ferreira, nº 60, Centro, e inscrita no CNPJ sob nº 75.528.208/0001-87, neste ato representada por seu administrador **Hairton Luiz Romani**, portador do RG nº 580863-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº 002.305.379-87.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas



anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.


ARAUCÁRIA TRANSPORTE COLETIVO LTDA.
Hairton Luiz Romani
OUTORGANTE

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CCD TRANSPORTE COLETIVO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.097.062/0001-25, estabelecida à Rua Frei Orlando, nº 1400, bairro Cristo Rei, cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 82530-040, neste ato representada por JOÃO ABU-JAMRA NETO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente na Av. Munhoz da Rocha, 98, apto 91 Bairro Cabral, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 80035-000, portador da cédula de identidade civil nº 723371-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 170.173.519-91 e HILTON CHIPON, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº. 377.875-4, inscrito no CPF/MF sob o nº. 000.596.929-87, residente e domiciliado na rua das Palatinos n.º 389, Curitiba - Paraná

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.



Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad iudicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda.

17

praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

Curitiba, 13 de novembro de 2012.



CCD TRANSPORTE COLETIVO S.A.
João Abu-Jamra Neto e Hilton Chipon

OUTORGANTE

PROCURAÇÃO

Outorgante:

CONSÓRCIO PIONEIRO, consórcio de sociedades, com sede na Rua Irmã Maria Lúcia Roland nº 159, Curitiba - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.433.255/0001-27, representado pela consorciada líder **VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA.**, também outorgante, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Antonio Johnson, nº 3.537, em Almirante Tamandaré - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.525.673/0001-90, neste ato representada por seu sócio-administrador **Rodrigo Corleto Hoelzl**, portador de RG nº 4.172.855-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 024.452.349-56 e **Marli do Rocio Corleto**, portadora do RG nº 617.936-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 397.732.649-04.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.


Todos pertencentes à Sociedade de Advogados **Guilherme Gonçalves & Advogados Associados**, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda,

ML *UPC*
1

praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.



CONSÓRCIO PIONEIRO
VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA
Rodrigo Corleto Hoelzl e Marli do Rocio Corleto
OUTORGANTE

PROCURAÇÃO

Outorgante: CONSÓRCIO PONTUAL, consórcio de sociedades, com sede na Av. Paraná, nº 2.265, Boa Vista, Curitiba - PR, CEP 82.510-000, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 12.423.115/0001-78, representado pela consorciada líder, **TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA.**, também outorgante, pessoa jurídica de direito privado, com sede no mesmo endereço e inscrita no CNPJ sob nº 76.491.109/0001-30, neste ato representada por seus administradores **Delfio José Gulin**, portador do RG nº 411.996 SSP/PR e inscrito no CPF nº 003.068.949-04 e **Dante José Gulin**, portador do RG nº 610.832-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 003.069.169-91.

Outorgado(s):


Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados **Guilherme Gonçalves & Advogados Associados**, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicia". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou

separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..


Curitiba, 14 de novembro de 2012.


CONSÓRCIO PONTUAL
Delfio José Gulin e Dante José Gulin
OUTORGANTE

TABELIONATO BACELLAR
Distrito do Bacacheri
ROGERIO PORTUGAL BACELLAR - TABELIAO

Reconheço a(s) firma(s) de:
[Jc6wBTt1]-DELVID JOSE GULIN.....
[Jc6wBTJ1]-DANTE JOSE GULIN.....
por SEMELHANÇA.

Em testemunho da verdade.
Curitiba, 14 de Novembro de 2012

142-
ROGERIO PORTUGAL BACELLAR
TABELIAO
CURITIBA
SETO
FUNARPEN
TABELIONATO
DE
NOTAS
ELT20204

PROCURAÇÃO

Outorgante: EXPRESSO AZUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Pinhais, Paraná, na Rodovia João Leopoldo Jacomel, nº 11.735, Centro, e inscrita no CNPJ sob nº 76.578.313/0001-54, neste ato representada por seu procurador Lessandro Milani Zem, portador do RG nº 61164120 SSP/PR e inscrito no CPF nº 031.469.009-39.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicia". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial



transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.



EXPRESSO AZUL LTDA.
Lessandro Milani Zem
OUTORGANTE

PROCURAÇÃO

Outorgante: AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua Tapajós, nº 851, Bairro Bom Retiro, e inscrita no CNPJ sob nº 76.557.867/0001-04, neste ato representada por seus administradores Marco Antonio Gulin, portador do RG nº 969.654-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 186.423.579-91 e Delfio José Gulin, portador do RG nº 411.996SSP/PR e inscrito no CPF nº 003.068.949-04.

Outorgado(s):

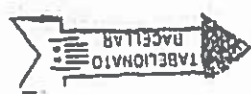
Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.


Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas

anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.




AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA



Marco Antonio Gulin e Delfio José Gulin

OUTORGANTE

TABELIONATO BACELLAR
Distrito do Bacacheri
ROGERIO PORTUGAL BACELLAR - TABELIAO

Reconheço a(s) assinatura(s) de:
[JC6wBT00]-MARCO ANTONIO GULIN.....
[JC6wBT00]-DELFINO JOSE GULIN.....
por SEMELHANÇA

Em testemunho da verdade,
Curitiba, 14 de Novembro de 2012


142 ANNA DANIELA BIZZARRI
ESCRIVENTE JURAMENTADO


TABELIONATO
SELO
UNARPEN
CURTABELIONATO
NOTAS
ELT20203

PROCURAÇÃO

Outorgante:

ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Alcides Munhoz, nº 822, Bairro Mercês, e inscrita no CNPJ sob nº 76.538.412/0001-41, neste ato representada por seus sócios-administradores **Edison Bertoldi**, portador do RG nº 247.820 SSP/PR e inscrito no CPF nº 000.214.319-49, e **Marilene Pinheiro Bertoldi**, portadora do RG nº 187.875 SSP/PR e inscrita no CPF nº 796.943.579-34.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados **Guilherme Gonçalves & Advogados Associados**, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir,



retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.



Marilene Pinheiro Bertoldi

ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA.
Edison Bertoldi e Marilene Pinheiro Bertoldi
OUTORGANTE

edp.b.

PROCURAÇÃO

Outorgante: AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de São José dos Pinhais, Paraná, na Rua José Maurílio de Cruz, nº 333, Planta Fonsaca, e inscrita no CNPJ sob nº 81.305.977/0001-50, neste ato representada por seus administradores **Hermínio Brunatto Filho**, portador do RG nº 122.087 SSP/PR e inscrito no CPF nº 000.504.909-15 e **Donato Dal' Negro**, portador do RG nº 371.503 SSP/PR e inscrito no CPF nº 008.512.729-91.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

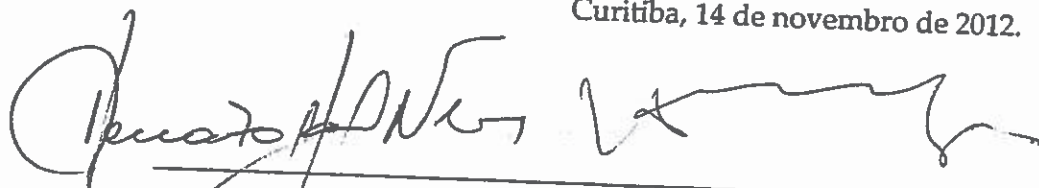
Todos pertencentes à Sociedade de Advogados **Guilherme Gonçalves & Advogados Associados**, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s)

[Assinatura]

outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.



AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA
Hermínio Brunatto Filho e Donato Dal' Negro

OUTORGANTE





Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano
de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana

PROCURAÇÃO

Outorgante: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA – SETRANSP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.613.769/0001-47, com sede na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 2.500, Bairro Alto da XV, CEP 82530-010, em Curitiba – PR, através de seus representantes legais, Senhores Maurício Gulin, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4.387.005-0 – SSP/PR e CPF nº 024.418.639-16, Vice-Presidente do Setor Urbano e Lessandro Milani Zem, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 6.116.412-0-SSP/PR e CPF nº 031.469.009.39, Vice-Presidente do Setor Metropolitano.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula “ad judicium”. E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer



**Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano
de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana**

natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS – Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 19 de novembro de 2012.


**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO
DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA – SETRANSP**

**Dante José Gulin
OUTORGANTE**



ny



PROCURAÇÃO

Outorgante:

CONSÓRCIO TRANSBUS, consórcio de sociedades, com sede na Av. Juscelino Kubstichek de Oliveira, 14295, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81170-300030, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 12.423.139/0001-27, representado pela consorciada líder, **AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA.**, também outorgante, pessoa jurídica de direito privado, com sede no mesmo endereço e inscrita no CNPJ sob nº 76.549.856/0001-82, neste ato representada por seus administradores **Acir Antonio Gulin**, portador de RG nº 728.818 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 017.471.939-68 e **José Luiz de Souza Cury**, portador do RG nº 737.476-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 087.547.729-15.

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados **Guilherme Gonçalves & Advogados Associados**, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Av Juscelino Kubitschek de Oliveira, 14295 - CIC
Fone 3091-8585 e-mail transbus@avredentor.com.br
CEP 81.170-300 - CNPJ Nº 76.549.856/0001-82
Curitiba - Paraná





Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicia". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.

CONSÓRCIO TRANSBUS
AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA

Acir Antonio Gulin e José Luiz de Souza Cury

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 14295 - CIC
Fone 3091-8585 e-mail transbus@avredentor.com.br
CEP 81.170-300 - CNPJ Nº 76 549 855/0001-82
Curitiba - Parana

PROCURAÇÃO

Outorgante: VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua João Sikora, nº 201, Bairro Umbará, e inscrita no CNPJ sob nº 84.924.448/0001-91, neste ato representada por seus **Denny Gulin Crivellaro Soares**, brasileira, natural de Belém estado do Pará, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 30 de abril de 1978, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil nº 6.239.531-1/SSP-PR, inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 027.864.289-63, residente e domiciliada à Rua São Pedro nº 637, Apto. 53 - Bairro Cabral, em Curitiba, Pr., CEP nº 80.035-020 e **Maurício Gulin**, brasileiro, natural de Curitiba estado do Paraná, casado em regime de comunhão parcial de bens, cirurgião dentista, portador da Cédula de Identidade Civil Nº 4.387.005-0/SSP-PR, inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 024.418.639-16, residente e domiciliado em à Avenida Visconde de Guarapuava nº 4.433 - Apto 1001, Bairro Batel, Curitiba - PR., CEP nº 80.240-010

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; **Carlos Henrique de Mattos Sabino**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; **Sacha Breckenfeld Reck**, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; **Nahima Peron Coelho Razuk**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; **Nathalia Lima Barreto**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; **Emerson Gabardo**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; **Danielle Wardowski Cintra Martins**, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; **Gabriela da Silva Batista Lopes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; **Carolina Pinto Coelho**, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.


Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicium". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos



1 *[Handwritten signature]*

administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 14 de novembro de 2012.


VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA.
Denny Gulin Crivellaro Soares e Mauricio Gulin

OUTORGANTE

PROCURAÇÃO

Outorgante: AUTO VIAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Colombo, Paraná, na Abel Scussiato nº 2100, Vila Yara e inscrita no CNPJ sob nº 76.703.215/0001-78, neste ato representada por seus administradores Wilson Luiz Gulin, portador do RG nº 3.054.387-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº 479.280.699-20 e Vergínia Luiza Macedo, portadora do RG nº 587.627-3 SSP/PR e inscrita no CPF nº 402.998.999.34.

Outorgado(s):


Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.989; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 36.546; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 56.631; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR, Telefone (41) 3075-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad judicia". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s)

outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A..

Curitiba, 13 de novembro de 2012.

 Verginia Luiza Macedo

AUTO VIAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA.

Wilson Luiz Gulin e Verginia Luiza Macedo

OUTORGANTE

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ.

URGENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO
E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA, entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica
de direito privado, sediado na Av. Nossa Senhora da Luz nº 2.500, em Curitiba, neste
Estado, inscrito no CNPJ sob nº 76.613.769/0001-47; CONSÓRCIO TRANSBUS,
consórcio de sociedades, com sede na Rua Estados Unidos, nº 1680, térreo, loja 01,
Boa Vista, Curitiba, Paraná, CEP 82540-030, devidamente inscrito no CNPJ sob nº
12.423.139/0001-27, integrado pelas empresas AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, com sede no mesmo endereço e inscrita no CNPJ
sob nº 76.549.856/0001-82; ARAUCÁRIA TRANSPORTE COLETIVO LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Araucária, Paraná, na
Rua Prefeito Odorico Franco Ferreira, nº 50, Centro, e inscrita no CNPJ sob nº
75.528.208/0001-87; EXPRESSO AZUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado,
com sede no Município de Pinhais, Paraná, na Rodovia João Leopoldo Jacomel, nº

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

11.735, Centro, e inscrita no CNPJ sob nº 76.576.313/0001-54; **CONSÓRCIO PONTUAL**, consórcio de sociedades, com sede na Av. Paraná, nº 2.265, Boa Vista, Curitiba - PR, CEP 82.510-000, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 12.423.115/0001-78, integrado pelas empresas, **TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no mesmo endereço e inscrita no CNPJ sob nº 76.491.109/0001-30; **AUTO VIAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Colombo, Paraná, na Abel Scussiato nº 2100, Vila Yara e inscrita no CNPJ sob nº 75.703.215/0001-78; **ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Alcidez Munhoz, nº 822, Bairro Mercês, e inscrita no CNPJ sob nº 76.538.412/0001-41; **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua Tapajós, nº 851, Bairro Bom Retiro, e inscrita no CNPJ sob nº 76.557.867/0001-04; **CONSÓRCIO PIONEIRO**, consórcio de sociedades, com sede na Rua Irmã Maria Lúcia Roland nº 159, Curitiba - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.433.255/0001-27, integrado pelas empresas **VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Antonio Johnson, nº 3.537, em Almirante Tamandaré - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.525.673/0001-90; **CCD TRANSPORTE COLETIVO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua Frei Orlando, nº 1400, Bairro Cristo Rei, e inscrita no CNPJ sob nº 76.097.062/0001-25; **VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua João Sikora, nº 201, Bairro Umbará, e inscrita no CNPJ sob nº 84.924.448/0001-91; **AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de São José dos Pinhais, Paraná, na Rua José Maurilo de Cruz, nº 333, Planta Fonsaca, e inscrita no CNPJ sob nº 81.305.377/0001-50; doravante denominados Requerentes, por intermédio de seus procuradores

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

abaixo assinados (instrumentos de Procuração no Anexo 1 e respectivos atos de constituição de pessoa jurídica no Anexo 2), respeitosamente, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

**AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO DECLARATÓRIA
DE DIREITO E CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**
com pedido de antecipação de tutela *inaudita altera pars*

com fundamento no artigo 274 e demais dispositivos do Livro I, do Código de Processo Civil, em face de **URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA - S.A.**, pessoa jurídica de Direito privado, sociedade de economia mista municipal, com sede nesta Capital, na Av. Pres. Affonso Camargo, 330 - Estação Rodoferroviária - Bloco Central, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.076.836/0001-79, a ser citada na pessoa do Diretor Presidente, Dr. Marcos Valente Isfer, pelas razões de fato e de direito que adiante passa a expender.

I. DOS FATOS

Figuram como Requerentes da presente demanda as concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Curitiba, bem como o sindicato que as representa.

Conforme Contratos de Concessão e Edital de Licitação nos Anexos 3 e 4, respectivamente, a referida contratação é decorrente da outorga de concessão, mediante regular processo licitatório de Concorrência Pública nº 005/2009, devidamente homologado na data de 09 de agosto de 2010.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Na execução dos referidos contratos, por envolverem prestação de serviço de transporte coletivo, verifica-se que o elemento de maior peso nos custos de remuneração das concessionárias são as despesas com motoristas e cobradores, operadores essenciais para o desempenho de tal atividade.

Por conta disso, no processo de licitação, para que as empresas licitantes pudessem calcular o custo de pessoal de operação para a elaboração da sua proposta comercial, a URBS forneceu, no Edital de Licitação, todos os dados necessários à operação do sistema licitado, aí inclusos o número de veículos por linhas, os itinerários, os horários das viagens e a quilometragem calculada por linha, conforme consta nos Anexos I - Termo de Referência e Anexo II - Detalhamento Operacional de Cada Lote. Senão vejamos o que diz a Cláusula 6.1. dos Contratos (Anexo XVI - Minuta do Contrato):

6.2 A descrição inicial do sistema, serviços, lotes, remuneração da CONCESSIONÁRIA e características físicas e operacionais das respectivas linhas e itinerários para o início da operação, constam dos ANEXOS I e II do Edital de Licitação, fazendo parte integrante deste Contrato.

No mesmo Edital de Licitação, a Ré URBS, ao passo em que descreveu a programação de serviços para a operação das linhas, nos Anexos I e II (número de veículos, quilometragem, tempo de ciclo das linhas, número de viagens, ect), também apresentou o cálculo do número de motoristas e cobradores necessários ao cumprimento dessa programação de serviços, de acordo com as normas trabalhistas vigentes, atribuindo, inclusive o custo desse pessoal, utilizado como referência pelas propostas vencedoras, conforme se extrai da leitura do Anexo III do Edital de Licitação (item 5).

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Sucedee que posteriormente à assinatura dos contratos de concessão (doc. Anexo 3), por meio de comunicação via email (doc. Anexo 5), a URBS enviou para as empresas recém contratadas uma nova programação operacional para ano de 2010 (doc. Anexo 6), na qual, para a surpresa das concessionárias, foram alteradas diversas das especificações que constavam no Detalhamento Operacional do Edital de Licitação, o qual serviu de base para as propostas vencedoras da licitação.

Assim, para diversas linhas, o horário de início da viagem foi antecipado e o horário fim da viagem foi postergado, aumentando assim, a duração do tempo da operação para as linhas, dentre outras alterações.

Como exemplo, para melhor visualização deste Juízo, consoante se verifica à fl. 116, Anexo II - D - Lote 03 - Tabelas Horárias, para a Tabela 5 da linha nº 338 de nome CENTENÁRIO/HAUER, nos dias úteis, o início da operação se daria às 5 h até às 8h 41 com reinício às 16h07 até 20h07, totalizando uma duração total de viagem diária de 7 horas e 41 minutos destinados para operação dos veículos:

TABELA 005
VEICULO COMUM

MARUMBI	CENTENARIO	HAUER	
05:00	05:20	05:50	
	06:20	06:54	
	07:28	08:04	
	08:41		R
	16:07	16:47	
	17:27	18:07	
	18:47	19:27	
	20:07		R

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Todavia, na Programação Operacional de referência para o ano de 2010, enviada posteriormente à contratação das Autoras, pela URBS (Anexo 6), pode se verificar nas linhas 1980 e 1981 do arquivo do Excel referente a esse trajeto específico que os horários se alteram para maior, com início às 5h 10 até 09h28, com reinício às 16:49 e fim às 20h e 23, totalizando 07 horas e 52 minutos de percurso:

01/12/2010	DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	COMUM	Sistema Urbano	5	1	05:10	09:28
01/12/2010	DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	COMUM	Sistema Urbano	5	2	16:49	20:23

Ao realizar essa verificação em todas as tabelas de horários da Linha Centenário/Hauer no Anexo II - D - Lote 03 - Tabelas Horárias do Edital de Licitação, em comparação com as respectivas descrições do Arquivo de Excel da Programação Operacional Mensal de dezembro de 2010 verifica-se que à época da licitação havia sido prevista uma duração total de trajetos de 95 horas e 09 minutos, e quando do início da operação, tal duração foi aumentada para 101 horas e 03 minutos, numa diferença, portanto, de 05 horas e 54 minutos.

Outra forma de alteração se deu em relação à quilometragem dos trajetos, a qual sofreu uma majoração passível de ser constatada pela simples contraposição entre o que previa o instrumento convocatório e a nova programação determinada pela URBS. Desse modo, por exemplo, em relação à mesma linha mencionada no exemplo anterior (CENTENÁRIO/HAUER), consta à fl. 2 do Anexo Anexo II - Quilometragem Analítica - Dias Úteis - LOTE 03, a quilometragem total da linha é de 1.925,698 km e número de viagens no valor de 74,190:

Lote: Lote 03 -

Tipo de Dia: DIA ÚTIL

Data Base: 01/10/2009

Linha	Categoria de Serviço	Tipo Veículo	Tabela	Extensão	Viagens	KM Tabela
-------	----------------------	--------------	--------	----------	---------	-----------

Guilherme Gonçalves & Sacha Reck

ADVOCADOS ASSOCIADOS

338 CENTENÁRIO / HAUER ALIMENTADOR

COMUM	1	25,959	15,000	389,385
COMUM	2	25,959	5,000	129,795
COMUM	3	25,959	7,500	194,746
COMUM	4	25,959	15,500	402,311
COMUM	5	25,959	6,190	160,593
COMUM	6	25,959	5,000	129,795
COMUM	7	25,959	14,500	376,362
COMUM	8	25,959	5,500	142,721
Totais da Linha	8		74,190	1.925.898

Por sua vez, no arquivo de Excel nas linhas de número 1974 a 1975 do arquivo de Excel, verifica-se inquestionável aumento no valor da Km por Tabela, agora no valor de 1.977,62 km e no número de viagens, agora no valor de 76,18, o equivalente a um aumento de 51,92 quilômetros a mais e 1,99 no número de viagens:

Tipo Dia	Código Linha	Nome Linha	Tabela	Tabela Seq.	Início Validade Tabela	Km Tabela	Viagens
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	1	1	08/11/10	77,877	3
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	1	2	08/11/10	64,844	2,5
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	2		08/11/10	363,426	14
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	3	1	08/11/10	77,877	3
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	3	2	08/11/10	77,877	3
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	4		08/11/10	389,385	15
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	5	1	08/11/10	90,803	3,5
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	5	2	08/11/10	64,951	2,5
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	6		08/11/10	381,191	14,68
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	7	1	08/11/10	64,844	2,5
DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	7	2	08/11/10	51,918	2

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

DIA ÚTIL	338	CENTENÁRIO / HAUER	8	08/11/10	272,623	10,5
----------	-----	--------------------	---	----------	---------	------

Esse tipo ampliação da operação das Requerentes, nos horários, na quilometragem e no número de viagens das Linhas, ocorreu por diversas vezes durante a concessão sendo que a última alteração realizada, que é a atualmente vigente, refere-se ao ano de 2012, conforme email da URBS enviado em 16 de fevereiro de 2012 (Anexo 7) e Planilha de Programação Operacional no Anexo 8.

Assim é que, atualmente, por exemplo, em relação à mesma linha 338 (CENTENÁRIO/HAUER), na programação para dia útil (linhas 2195 a 2206 do arquivo do Excel) o número de viagens equivale a soma de 79,68, enquanto na programação de 2010 equivalia a 76,18. Por outro lado, o número de Km Tabela, em 2010, era de 1.977,62, e em 2012, passou a ser de 2.068,52:

Nome Linha	Tabela	Tabela Seq.	Km Tabela	Extensão	Viagens	Km Ent/Rec	Km Total	Hora Início	Hora Fim
CENTENÁRIO / HAUER	1		389,385	25,959	15	5,851052632	395,236	05:10	00:40
CENTENÁRIO / HAUER	2	1	77,877	25,959	3	5,851052632	83,7281	05:20	08:58
CENTENÁRIO / HAUER	2	2	168,787	25,96723	6,5	14,30421053	183,091	11:44	20:28
CENTENÁRIO / HAUER	3		389,385	25,959	15	5,851052632	395,236	05:30	01:05
CENTENÁRIO / HAUER	4	1	90,803	25,94371	3,5	14,73105263	105,534	05:10	09:18
CENTENÁRIO / HAUER	4	2	51,918	25,959	2	5,851052632	57,7691	16:43	19:34
CENTENÁRIO / HAUER	5		363,426	25,959	14	12,47894737	375,905	06:20	00:40
CENTENÁRIO / HAUER	6	1	95,642	25,98967	3,68	3,362105263	99,0041	05:00	09:38
CENTENÁRIO /	6	2	51,918	25,959	2	5,851052632	57,769	17:14	20:00

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

HAUER							I		
CENTENÁRIO / HAUER	7		285,549	25,959	11	23,18421053	308,73 3	05:30	19:56
CENTENÁRIO / HAUER	8	1	51,918	25,959	2	5,851052632	57,769 1	06:10	08:38
CENTENÁRIO / HAUER	8	2	51,918	25,959	2	5,851052632	57,769 1	17:46	20:36

A presença de descompassos entre o que estava previsto no edital e à nova programação da URBS, nos moldes demonstrados acima, seja no tocante ao tempo de trajeto, ao número de viagens ou à quilometragem, presente em todos os três lotes do sistema urbano de transporte, causou impactos financeiros consideráveis aos consórcios ora Requerentes.

É de intuitiva constatação que a quantidade de motoristas e cobradores calculada pela URBS, no Anexo III do Edital de Licitação (item 5) era decorrente das horas de operação inerentes à programação de serviços indicada nos Anexos I e II do mesmo Edital, levando-se em consideração as jornadas de trabalho e demais limites da legislação trabalhista. À medida em que essa programação veio sendo alterada pela URBS, com majoração de horários, quilometragens e número de viagens, é evidente que, em atendimento às normas trabalhistas, as concessionárias foram compelidas a alocar uma quantidade superior de motoristas e cobradores em relação ao que foi informado no Edital de Concorrência 005/09 (Anexo III, item 5) e considerado nas propostas vencedoras da Licitação, arcando com as despesas correspondentes.

Ocorre que, ao contrário do que fez no Edital de Licitação, quando, ao mesmo tempo, especificou a programação de serviços, nos Anexos I e II, e calculou o número de motoristas e cobradores para cumprimento de tal programação bem como os custos correspondentes, no Anexo III do Edital (item 5), a URBS jamais

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

atualizou este último cálculo, limitando-se a alterar, reiteradamente, a programação operacional sem qualquer providência concomitante em relação aos custos de remuneração das concessionárias.

Diante desse flagrante descompasso, as concessionárias ora Requerentes apresentaram, em agosto de 2012, ofício à URBS (Anexo 9) requerendo fosse realizada a imediata revisão dos custos de remuneração dos consórcios e da tarifa técnica da RIT, tendo em vista os desequilíbrios substanciais no custo de pessoal operacional, acarretadas pelas modificações na programação de serviços ocorridas desde o início da execução dos contratos de concessão.

Face à ausência de qualquer resposta a este ofício, por parte da URBS, as Autoras protocolaram, em 24 de outubro do corrente ano, novo ofício (Anexo 9), o qual igualmente não foi respondido. Isto é, até o momento a URBS, além de se ter mantido inerte, sequer refutou os fatos narrados pelas concessionárias e as consequências deles decorrentes.

Não restando outra alternativa às concessionárias, e considerando o impacto da majoração de despesas sob a concessão (sabe-se que os custos com mão de obra operacional correspondem a 50% do custo total do serviço público em questão), e sobretudo diante da necessidade iminente de pagamento de 13º salário aos seus empregados, o que as Autoras requerem na presente ação é simplesmente que se determine à URBS que proceda novo cálculo da remuneração da concessionárias, atualizando as despesas com motoristas e cobradores de acordo com a Programação Operacional vigente e, obviamente, considerando todos as

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes (horas semanais de descanso, intervalos de jornada e demais encargos sociais descritos no Anexo III do Edital).

II. DO DIREITO

II.A DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 37, inciso XXI, determina a realização de licitações para a delegação e contratação de serviços públicos, as quais terão as suas formas de pagamento vinculadas pela proposta oferecida pelo particular:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 8.666/93, a qual trata de regulamentar os contratos administrativos, estabelece a possibilidade de alteração unilateral pela Administração Pública de algumas cláusulas do contrato administrativo, desde que respeitados os direitos do contratado, sendo de rigor a revisão das cláusulas

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**econômico-financeiras do contrato para a manutenção do equilíbrio contratual da
forma pactuada com a Administração Pública:**

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

É certo que, na proteção ao interesse público, a Ré URBS possui a prerrogativa de alterar unilateralmente o modo e a forma de prestação dos serviços, mormente em se tratando de serviço público essencial, como é o transporte coletivo urbano de passageiros. Tal prerrogativa é disciplinada pelo art. 65, I, da Lei Federal 8.666/93, vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Entretanto, esse mesmo dispositivo da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 65), em seu §6º, estabelece que a Administração Pública, concomitantemente à alteração unilateral do contrato, deve restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro, a saber:

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Essa providência não foi tomada pela URBS até o momento, em que pese ciente dos novos encargos assumidos pelas Autoras, em relação ao pessoal de operação (motoristas e cobradores), omissão que também representa desatendimento da norma do art. 25 da Lei Municipal n.º 12.597/2008, que regulamenta a concessão:

Art. 25. Os serviços de transporte coletivo deverão ter suas receitas compatíveis com o seu equilíbrio econômico-financeiro, necessárias para manutenção do Sistema e garantam os padrões de qualidade exigidos pela URBS.

A conduta omissiva da URBS também representa violação clara e cristalina da regra do §4º do art. 9º da Lei Federal n.º 8.987/1995:

Art. 9º. A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

(...)

§ 4º. Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Marçal Justen Filho, comentando o dispositivo, tece as seguintes considerações:

"O §4º consagrou explicitamente a regra de que alteração unilateral, que importe alteração da equação econômico-financeira, exige recomposição dos valores das tarifas. Aplicam-se os princípios gerais acima indicados.

Ressalte-se que a parte final do dispositivo introduz novidade. Condiciona-se o exercício da competência de alteração unilateral à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. É que se estabelece o dever de tal recomposição ser efetivada concomitantemente à alteração. Isso não significa que a eficácia da alteração unilateral fique condicionada à implantação da nova tarifa. (...) Interpreta-se o dispositivo no sentido de que, sempre que presentes os requisitos necessários à determinação do novo valor de tarifa, será obrigatória sua adoção."¹

O mesmo doutrinador leciona que, para aferir se houve alteração no equilíbrio econômico financeiro do contrato, deve-se cotejar "as circunstâncias existentes no momento em que se definiram as condições contratuais com aquelas verificadas no momento da efetiva execução", pois o equilíbrio inicial entre ônus e vantagens se constitui antes da celebração do contrato:

"A equação econômico-financeira é um atributo do contrato administrativo. Isso não significa, porém, que o conteúdo do equilíbrio

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 1997, p. 156.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

econômico-financeiro seja reportável à data da formalização do contrato. É que os encargos e as vantagens, consagrados no contrato, foram definidos em momento anterior, no curso da licitação. Logo, tenha-se em vista o momento (e as circunstâncias então existentes) em que se estabeleceram os encargos e as vantagens de cada parte. Logo, a configuração da equação econômico-financeira inicia-se quando a Administração edita o ato convocatório, definindo quantitativa e qualitativamente os encargos que recairão sobre o particular que vier a ser contratado. (...) Por isso, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pode conduzir a que, já no momento da contratação, haja necessidade de adequar o conteúdo do instrumento às variações ocorridas.²

Deste modo, diante das situações acima relatadas, as quais geram um considerável descompasso entre as previsões referenciais do Edital de Licitação Concorrência 005/2009 (Anexo III, item 5) e o que vem sendo demandado pela URBS desde o início da execução dos contratos, conforme as ordens de serviço operacionais por ela emitidas, tem-se uma notável variação nos custos operacionais dos concessionários urbanos em relação ao que foram compelidos a considerar em suas propostas vencedoras da licitação, o que impõe a necessidade de revisão de sua remuneração, na forma da Lei, garantindo-se a continuidade do serviço público em questão.

II.B. DA LESÃO AOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E CONFIANÇA CONTRATUAL

Já em uma primeira leitura dos fatos acima narrados, percebe-se tratar de um caso de evidente descumprimento contratual, por parte da URBS. E o

² JUSTEN FILHO, Marçal. Concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 1997, p. 150.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

descumprimento do pacto implica, no mínimo, quebra de confiança e, portanto, infringência ao princípio da boa-fé que deve nortear as decisões de todo administrador público.³

Frise-se que, em momento nenhum, a URBS ofereceu negativa em face dos requerimentos administrativos formulados pelas concessionárias. Por outro lado, as Requerentes, de boa-fé, ao ofertarem proposta de remuneração na licitação, e uma vez tendo sido declaradas vencedoras do certame, viram se consolidar uma situação jurídica que gerou legítimas expectativas quanto ao cumprimento do contrato, mormente em razão da proteção conferida pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional ao equilíbrio econômico-financeiro, conforme citações do tópico anterior.

Tais expectativas não decorrem apenas do princípio da legalidade, que limita a atuação estatal, mas também dos princípios da boa-fé, da proteção à confiança, necessários às relações travadas entre a Administração e particulares. Tais princípios atuam como verdadeiros mecanismos de redução de prejuízos advindos do agir do Estado.

E tal "agir" estatal não é sinônimo meramente de atividade normativa. Valter Shuenquener de ARAÚJO ressalta que não só os atos normativos, de efeitos gerais, mas também os atos administrativos de efeitos concretos geram expectativas legítimas, não podendo a atuação estatal comprometer a confiança depositada pelo

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Sistema de concessão de exploração de rodovia. Biblioteca Digital Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, ano I, n. 11, nov. 2002. Parecer. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=7498>>. Acesso em: 3 fevereiro 2012.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

particular⁴. Nessa esteira, cabe menção ao que Paulo Adyr Dias do AMARAL de
"estado de confiança", segundo o qual:

"O cidadão confia nos comportamentos do Estado e não pode ser prejudicado em razão da confiança que nele depositou. Acredita deter o direito legitimamente, até porque tal direito lhe fora concedido pelo próprio Estado. Enfim, nesses casos, o panorama fático no qual se encontra o indivíduo é gerado pela própria atuação estatal."⁵

A esse respeito, Almiro do Couto e SILVA aponta, dentre os temas atuais mais relevantes relacionados com o princípio da segurança jurídica, a responsabilidade do Estado pelas promessas feitas por seus agentes.⁶

Nesse mesmo sentido, Odete MEDAUAR lembra que, como desdobramento do princípio da segurança jurídica, a proteção à confiança legítima diz respeito não só à confiança na subsistência de normas no tempo, mas também em relação às promessas e compromissos que a Administração firma e que geram, por consequência, expectativas nos particulares.⁷

Ressalte-se que, agindo de evidente boa-fé, as empresas concessionárias apenas aceitaram submeter-se à prerrogativa contratual e legal da URBS de alterar unilateralmente a Programação Operacional do serviço público em tela, porque tinham a legítima expectativa e confiança de que a mesma URBS, ao promover tais

⁴ ARAÚJO, Valter Shuenquener de. *O princípio da proteção da confiança: uma nova forma de tutela do cidadão diante do Estado*. Niterói: Impetus, 2009, p. 170.

⁵ AMARAL, Paulo Adyr Dias do. A proteção da confiança legítima, o princípio constitucional da boa-fé e a resistência à tributação. *Revista do Tribunal Regional da 1ª Região*, Brasília, v. 22, n. 4, abr. 2010, p. 51.

⁶ SILVA, Almiro Régis. Matos do Couto e. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo administrativo da União (Lei nº 9.784/99). *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, ano, 1, n. 1, abr./jun. 2003. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p. 15-18.

⁷ MEDAUAR, Odete. *Segurança Jurídica e Confiança Legítima*. In: ÁVILA, Humberto (Org.). *Fundamentos do Estado de Direito*. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 117.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

alterações, durante a execução do contrato, concomitantemente, ajustaria a remuneração contratual, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeira, nos termos da legislação vigente.

Não poderia a URBS, por óbvio, desde o início da concessão, realizar modificações na forma de prestação do serviço pactuado, mas precisamente na Programação dos Serviços, sem revisar a remuneração das concessionárias, especialmente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores. Ao agir dessa forma, além de alijar-se das normas do Edital e dos Contratos de Concessão, e de violar a proteção constitucional e legal ao equilíbrio econômico-financeiro, infringiu diretamente os princípios da confiança, lealdade e boa-fé.

E é inquestionável a aplicabilidade dos princípios da boa-fé e da confiança (ambos decorrentes do princípio da segurança jurídica) no Direito Administrativo, seja na vedação ao enriquecimento ilícito, na preservação dos efeitos de atos administrativos, etc.

Portanto, é evidentemente desconforme com o Direito a postura da URBS. Não poderia valer-se de suas prerrogativas contratuais, promovendo alteração unilateral do contrato, obter o cumprimento por parte das concessionárias, e então, decidir não cumprir sua parcela de atribuições, relativas à manutenção da equação econômico-financeira da concessão.

A jurisprudência, de longa data, vem consolidando entendimento de que a boa-fé deve se estender ao longo de todo o cumprimento do contrato

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

administrativo, e mesmo antes, durante, e depois da execução do mesmo. Como exemplo, veja-se julgado emblemático do Superior Tribunal de Justiça:

“NA CONTEMPORANEIDADE, OS VALORES E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À IGUALDADE SUBSTANCIAL, JUSTIÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE, FUNDAMENTAM MUDANÇAS DE PARADIGMAS ANTIGOS EM MATÉRIA DE CONTRATO, INCLUSIVE NO CAMPO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE, DESSE MODO, SEM PERDER SUAS CARACTERÍSTICAS E ATRIBUTOS DO PERÍODO ANTERIOR, PASSA A SER INFORMADO PELA NOÇÃO DE BOA-FÉ OBJETIVA, TRANSPARÊNCIA E RAZOABILIDADE NO CAMPO PRÉ-CONTRATUAL, DURANTE O CONTRATO E PÓS-CONTRATUAL.” (RESP 914.087/RJ)

Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé (este decorrente daquele) impõem uma vedação específica à Administração Pública, vedação essa flagrantemente violada pela URBS. Trata-se da chamada proibição ao comportamento contraditório, também já consolidada pelo Poder Judiciário pátrio, como por exemplo acórdão paradigmático do Superior Tribunal de Justiça:

“OS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA BOA-FÉ OBJETIVA, BEM COMO A VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO (*VENIRE CONTRA FACTUMPROPRIUM*), IMPEDEM QUE A ADMINISTRAÇÃO, APÓS PRATICAR ATOS EM DETERMINADO SENTIDO, QUE CRIARAM UMA APARÊNCIA DE ESTABILIDADE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS, VENHA ADOPTAR ATOS NA DIREÇÃO CONTRÁRIA, COM A VULNERAÇÃO DE DIREITO QUE, EM RAZÃO DA ANTERIOR CONDUTA ADMINISTRATIVA E DO LONGO PERÍODO DE TEMPO TRANSCORRIDO, JÁ SE ACREDITAVA INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DOS ADMINISTRADOS.”
(STJ - RMS 20572 DF 2005/0143093-7 - DJe 15/12/2009)

É absolutamente incompreensível uma conduta de tal natureza pelo Poder Concedente, além de evidentemente ilegal (inadimplemento contratual), contrariando princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Afirma-se isso também com base na obra clássica de Almiro do Couto e SILVA, para quem, a segurança jurídica (e seus derivados: boa-fé, confiança), tem o mesmo nível

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

hierárquico do princípio da legalidade, como os dois subprincípios pilares de sustentação do princípio maior: o Estado de Direito.⁸

Conclui-se portanto, diante dos fatos ora narrados e comprovados - até o momento sequer contestados pela URBS, não obstante notificada por duas vezes pelas Autoras -, frente ao que dispõe o Edital de Licitação e seus anexos, e consoante as normas dos artigos 65, §2º, da Lei 8.666/93 e 9º, §4º, da Lei 8.987/95, e considerando a violação a tais dispositivos caracteriza ofensa ao equilíbrio econômico financeiro do contrato e aos princípios da boa-fé objetiva e da segurança jurídica, impõe-se o reconhecimento da necessidade intervenção judicial para salvaguarda dos direitos das concessionárias requerentes.

IV. DA TUTELA ESPECÍFICA DO INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Considerando os fundamentos expendidos, torna-se adequada a concessão por via judicial de uma tutela capaz de obrigar a requerida a revisar a remuneração das concessionárias Requerentes em conformidade com os novos encargos contratuais decorrentes da Programação Operacional em vigor, alterada pela URBS, reiteradas vezes desde o início da concessão, especificamente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores, considerando as normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes, através da condenação à obrigação específica ora pleiteada (inclusive, em sede antecipada), pleito que tem total respaldo legal e jurisprudencial.

⁸ SILVA, Almiro Régis. Matos do Couto e. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo administrativo da União (Lei nº 9.784/99). *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, ano, I, n. 1, abr./jun. 2003. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p. 15-18.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

A este respeito, frise-se que a Lei nº 8.952/94 deu nova redação ao *caput* do art. 461 e parágrafos do Código de Processo Civil, criando um amplo sistema de tutelas específicas que se estendem a todos os deveres jurídicos cujos objetos sejam obrigações de fazer ou não fazer.⁹ Na lição de Eduardo TALAMINI:

"O sistema de tutelas estabelecido a partir do art. 461 não se limita às obrigações propriamente ditas. Estende-se a todos os deveres jurídicos cujo objeto seria um fazer ou um não fazer – como tem reconhecido a doutrina. Não faria sentido a lei excluir de regime de proteção mais adequado os deveres não obrigacionais. (...) A regras em exame, portanto, disciplinam a consecução do resultado de deveres derivados de direitos relativos (obrigacionais ou não e absolutos (reais, da personalidade etc.), públicos e privados – com as evidentes ressalvas acerca da eventual existência de vias especiais de tutela (v. cap. 19). O sentido larguíssimo de 'obrigações' alcança até mesmo os interesses difusos – para os quais, porém, há via específica, equiparável à do art. 461".¹⁰

⁹ Art. 475-N. São títulos executivos judiciais: (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005) I – a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia; (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 1994) (destacou-se)

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287). (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 2002)

¹⁰ TALAMINI, Eduardo. *Tutela Relativa nos deveres de fazer e não fazer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 127-128.

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Com a mudança legislativa, a regra de que o inadimplemento das obrigações de fazer e não fazer se resolvia em perdas e danos passou a ser a exceção (apenas no caso de haver pedido expresso do autor da demanda neste sentido ou de impossibilidade material da execução específica), e o novo instituto processual da tutela específica assumiu o papel de regra geral na execução destas obrigações. Com efeito, o provimento que, antecipadamente ou ao final, concede a tutela específica do art. 461, veicula *ordem* para o demandado, que deverá cumprir a obrigação de forma específica, ou seja, na exata forma prevista na lei ou no contrato. Sobre isto, mais uma vez traz-se à baila a doutrina de Eduardo TALAMINI:

“O provimento que, antecipadamente ou ao final, concede a ‘tutela específica’, nos termos do art. 461, veicula *ordem* para o demandado. Há a direta determinação de que o réu cumpria o ‘fazer’ ou ‘não fazer’ objeto do dever pretendido pelo autor. (...) no sistema instituído pelo art. 461, visa-se primordialmente ao exato resultado que se teria, caso o demandado houvesse assumido a conduta devida. O § 1º desse artigo consagra em termos cogentes tal diretriz, tornando a conversão em perdas e danos hipótese excepcional (“*somente se converterá ...*”) por opção do autor ou impossibilidade de conseguimento específico). E, para tanto, o provimento concessivo da tutela, mais do que autorizar o emprego de meios substitutivos da conduta do réu, há de ter força suficiente para mandar que ele mesmo adote o comportamento devido. A cientificação desse ato ao demandado não constituirá mera ‘oportunidade para cumprir’. Veiculará *ordem*, *revestida de autoridade estatal, para que cumpra*”.¹¹

Importa destacar, contudo, que as tutelas específicas de um fazer ou um não fazer são apenas formas para que a tutela do direito seja prestada, pois esta variará conforme as necessidades inerentes ao direito material em questão. Nesse sentido, na classificação proposta por Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART, “a tutela específica, que pode ser prestada mediante a imposição de

¹¹ TALAMINI, Eduardo. *Tutela Relativa aos deveres de fazer e não fazer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 227-228.

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

não fazer ou de fazer, pode ser *inibitória, de remoção de ilícito, ressarcitória na forma específica, do adimplemento na forma específica e do cumprimento do dever legal*".¹²

Como se viu, no presente caso, a URBS nega-se a respeitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, deixando de revisar a remuneração das Autoras diante das alterações promovidas na Programação Operacional do serviço e suas repercussões nos custos operacionais com motoristas e cobradores. Colocada a questão nestes termos, logo se depreende que a eficácia do contrato só será garantida através de uma *tutela ressarcitória (do adimplemento) na forma específica*, que é aquela pela qual a remoção do ilícito ocorre mediante a imposição de um fazer ou um não fazer.¹³

V. DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA

No presente caso faz-se necessária a concessão de liminar *inaudita altera pars* que determine à requerida revisar a remuneração das concessionárias Requerentes em conformidade com os novos encargos contratuais decorrentes da Programação Operacional em vigor, alterada pela URBS, reiteradas vezes desde o início da concessão, especificamente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores, considerando as normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes.

O Código de Processo Civil estabelece, no seu artigo 461, §3º,¹⁴ que "sendo

¹² MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: execução*. Vol. 3, 2. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 147.

¹³ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: execução*. Vol. 3, 2. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 145.

¹⁴ Art. 461. (...)

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu". Conforme ensina Eduardo TALAMINI, a menção à expressão "citado o réu" não impede o juiz de, se necessário, antecipar a tutela antes da contestação, concedendo a liminar inclusive *initio litis*:

"A menção, no art. 461, § 3º, à possibilidade de o juiz 'conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia' não significa a limitação da medida de urgência à fase inicial do processo. A regra presta-se a indicar que inclusive initio litis a antecipação é cabível – mas não só initio litis. Por outro lado, a expressão 'citado o réu', presente no mesmo dispositivo, não impede o juiz de, se necessário, antecipar a tutela antes da contestação. A medida pode ser concedida inclusive 'liminarmente'".¹⁵

Posto isso, destaque-se que o primeiro requisito, identificado como (i) **fundamento relevante**, ou *funus boni iuris*, encontra-se perfeitamente demonstrado por toda a matéria de direito argüida e corroborado pela legislação e jurisprudência trazidas a tona.

Em suma, demonstrou-se que a URBS alterou a forma de execução da prestação do serviço. In casu, há diferenças verificáveis de plano entre as novas Programações Operacionais enviadas pela URBS, posteriormente à assinatura dos Contratos de Concessão, e o Anexo II do Edital de Licitação, no que tange à duração das viagens programadas, a quilometragem dos trajetos e o número de viagens. Demonstrou-se, ademais, que a URBS deixou de revisar a remuneração das concessionárias Autoras em momento concomitante a tais alterações, como impõem

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

os artigos 65, §2º, da Lei 8.666/93 e 9º, §4º, da Lei 8.987/95, permanecendo inerte, neste particular, até o momento, em que pese provocada para tanto, por duas vezes, através de ofícios apresentados pelas Requerentes, os quais sequer obtiveram resposta.

Nesse passo, vale destacar a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

MANDADO DE SEGURANÇA - TRANSPORTE COLETIVO - DECRETO MUNICIPAL INSTITUINDO PASSE ESCOLAR GRATUITO - ALTERAÇÃO UNILATERAL - ROMPIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO - LIMINAR CONCEDIDA - AGRAVO DESPROVIDO.

I - É vedado à administração municipal impor à empresa concessionária de serviço público - transporte coletivo urbano - ônus a que não está obrigada a suportar pelo contrato de concessão a suportar.

II - A Administração não pode agravar os encargos das empresas concessionárias unilateralmente, sem o respectivo reajuste da remuneração estipulada ou outra fonte de custeio.

(TJPR - 3ª CC. - AI 0164207-5 - Londrina - Rel.: Des. Munir Karam - Unânime - J. 21.12.2004)

Frise-se, ainda, quanto à possibilidade de concessão de liminar, cabe trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que a URBS, recentemente, foi compelida, em sede liminar, a cumprir os termos pactuados quanto à remuneração das empresas do regime metropolitano da Rede Integrada de Transporte de Curitiba. Nesse sentido, conforme decisão monocrática do Em. Des. Abraham Lincoln Calixto da 5ª Câmara de Direito Público da E. Corte de Justiça Estadual (Anexo 10):

4. A demanda originária foi ajuizada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA E OUTROS, objetivando a declaração do direito dos autores ao cumprimento do Termo de Compromisso firmado em data de 05/11/2010, no que se refere à aplicação do novo regime remuneratório ao qual aderiram os requerentes, com a utilização

¹⁵ TALAMINI, Eduardo. *Tutela Relativa nos deveres de fazer e não fazer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 356-357.

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOCADOS ASSOCIADOS

de todos os coeficientes e parâmetros de apropriação de custos e despesas definidos na Concorrência Público nº 05/2009, em especial no Anexo III, para fins de cálculo dos custos de remuneração das empresas autoras e da tarifa técnica da Rede Integrada de Transporte de Curitiba e Região Metropolitana.

Pleitearam, em sede de antecipação de tutela, que seja determinado à URBS o cumprimento imediato do Termo de Compromisso firmado em data de 05/11/2010, no que se refere a aplicação do novo regime remuneratório, cujo pleito foi indeferido em primeiro grau.

Como é sabido, nos contratos de concessão o exercício da competência para fixar as tarifas dá-se, ordinariamente, na ocasião em que é celebrado o contrato, quando é homologado o valor ofertado na proposta vencedora do certame, em que pese nas licitações em que o valor da tarifa não seja critério de julgamento, nada impeça que ocorra por deliberação do próprio poder concedente.

Todavia, referida competência não se esgota em um único momento, isso porque o contrato deve prever mecanismos de atualização dos valores tarifários, a fim de preservar-se o equilíbrio financeiro ao longo de sua duração.

5. Com efeito, é entendimento já assente nos pretórios que a norma contida no inciso III, do art.527 do CPC, a qual confere ao Relator a prerrogativa de deferir em antecipação de tutela, total ou parcialmente a pretensão recursal, deve ser conjugada com a regra do artigo 558 do Código de Processo Civil.

Segunda perfeita dicção dos termos do referido dispositivo legal, exige-se a comprovação *do perigo de dano grave ou de difícil e incerta*

reparação e a verossimilhança das alegações expendidas pelo recorrente para a concessão da medida, independentemente de maiores digressões e investigações.

É o chamado excepcional *efeito ativo* ao agravo de instrumento.

Em um exame de cognição não exauriente, típico desta fase processual, é possível vislumbrar-se juízo de verossimilhança nas alegações que compõe a peça recursal, capaz de autorizar este Relator a utilizar as prerrogativas que lhe são conferidas pelo inciso III, do art.527 do CPC, para o fito de deferir parcialmente o efeito ativo ao agravo de instrumento, diante das razões a seguir alinhadas.

A uma, porque a remuneração do serviço nas bases ajustadas, constitui direito fundamental e adquirido do concessionário, sendo-lhe resguardada as vantagens pecuniárias que o contrato que lhe conferiu.

A duas, porque em um primeiro momento, a assertiva lançada pela URBS no âmbito administrativo, em resposta ao requerimento formulado pelos agravantes (fls.602/TJ), no sentido de que " (...) *sempre esteve muito claro que o termo de compromisso refere-se às condições e logística e não à planilha de remuneração que em sua definição requer a proposta de licitação*", não se sustenta.

A simples leitura da cláusula segunda do Termo de Compromisso denota a fragilidade da argumentação, a partir da interpretação literal de seu teor:

" A COMPROMITENTE declara irrestrita sujeição aos termos do sobredito CONVÊNIO, bem como, obediência incondicional ao regime institucional, às exigências operacionais, às condições de execução e de remuneração dos serviços traçados na Lei Municipal nº 12.597, no Decreto Municipal nº 1.356/2008, no edital da concorrência pública nº- 5/2009 e em seu Termo de Referência, sobretudo em relação à sistemática de remuneração e ao plano de

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

contas padrão, que passarão a vigor a partir do início da operação dos serviços contratados no âmbito do citado processo de licitação promovido pela URBS".

A três, porque a partir de tal premissa, ao menos por ora, sobressai claramente que o Termo de Compromisso firmado, *dispõe expressamente a respeito do regime remuneratório em sua cláusula segunda*, fazendo menção taxativa à incidência das normas do Anexo III, do edital de Concorrência Pública nº 05/2009, e demais diploma legais citados, de modo que é dever do poder concedente obedecer os critérios ali insertos para a fixação do valor das tarifas.

À luz de tais considerações, depreende-se que somente a partir da elaboração de planilha, a qual deverá obedecer estritamente os critérios eleitos como forma de remuneração das empresas concessionárias, em confronto com o valor da passagem atualmente praticado, é que será possível aferir, se as diretrizes estabelecidas estão efetivamente sendo respeitadas pelo poder concedente, independentemente do valor alcançado ser capaz de reequilibrar a equação econômico-financeira do contrato.

Isso porque, sobreleva destacar que a questão da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não é alvo de discussão na demanda originária, a qual cinge-se à obtenção de declaração do direito dos autores ao fiel cumprimento das condições contratuais estabelecidas no Termo de Compromisso firmado, em especial quanto ao sistema remuneratório eleito.

Nesse passo, oportuno colacionar o magistério de HELY LOPES MEIRELLES sobre o tema: *"[...] Inegável é, portanto, que o contrato de concessão cria direitos e obrigações individuais para as partes. Dentre os direitos encontra-se o de o concessionário auferir as vantagens de ordem pecuniária que o contrato lhe garantiu. Satisfeitas as condições contratuais pelo concessionário, a rentabilidade assegurada à empresa erige-se em direito adquirido, exigível do concedente na forma avençada"*. (in LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO, 14ª edição, pág.339) (grifei)

6. Diante das razões ora alinhadas, **DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE EFEITO ATIVO**, tão somente para o fim de determinar à **URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A -URBS** que promova, no prazo de 30 dias, a elaboração da planilha do valor tarifário, a partir do sistema remuneratório adotado no Edital de Concorrência pública, especificamente o Anexo III, reiterado através do Termo de Compromisso firmado, objetivando apurar, a partir da importância percentual de cada custo, o valor final da tarifa, a que fazem jus as empresas concessionárias.

Em segundo lugar, o (ii) perigo da demora, ou *periculum in mora*, definido como a necessidade da prestação da tutela de urgência antes da concessão final da ordem, sob pena de se comprometer o resultado útil da medida, comprova-se pelo fato de que a omissão da URBS em respeitar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, está a atentar contra a possibilidade de continuidade do

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

serviço público de transporte coletivo na região de Curitiba.

Relembre-se que as empresas Requerentes, desde o mês de novembro do ano de 2010, têm suportado as consequências financeiras de uma remuneração em desacordo com suas propostas vencedoras da licitação, não obstante estejam sendo compelidas a cumprir com todas as obrigações da concessão, impostas pela URBS.

Conforme demonstram os balancetes de 2012 em anexo (**Anexo 11**), a situação financeira das empresas encontra-se no negativo, situação esta agravada pela determinação de renovação da frota realizada pela URBS (**Anexo 12**), frente a qual as concessionárias deverão realizar mais investimentos no início do ano de 2013.

Os balancetes contábeis das concessionárias (**Anexo 11**) indicam uma escalada dos prejuízos suportados durante o período de 2012, consoante pode se verificar, pela contraposição dos fatores RECEITAS com os fatores DESPESAS E CUSTOS neste ano, todos destacados com grifo amarelo nos documentos acostados.

Assim, por exemplo, no período de janeiro a março, a VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA. teve como RESULTADO o DÉBITO no valor de R\$ 2.613.159,31 (dois milhões seiscentos e treze mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos):



6 - Viação Cidade Sorriso Ltda.

Balancete Contábil

Período : 01/01/2012 - 31/03/2012


Pag. 3

Código	Descrição	Padrão			Saldo Atual
		Saldo Anterior	Débito	Crédito	
01	RESULTADO	0,00	26.040.471,18	23.427.311,87	2.613.159,31 (1)


Esse valor de prejuízo praticamente DOBROU no período de abril a junho,

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

no qual a VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA. teve como RESULTADO o DÉBITO no valor de 4.960.682,27 (quatro milhões novecentos e sessenta mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos):

 VIAÇÃO CIDADE SORRISO 9001		6 - Viação Cidade Sorriso Ltda. Balancete Contábil Período : 01/04/2012 - 30/06/2012		Pag. 3	
		Padrão			
Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
03...	RESULTADO	2.613.159,31 D	29.479.802,31	27.152.279,35	4.940.682,27 D
			1.511.448,00	21.177.541,01	41.927.963,68 C

A mesma majoração do débito sucedeu no trimestre posterior, referente ao período de julho de setembro, que teve como resultado das receitas e despesas o VALOR NEGATIVO de R\$ 6.226.262,70 (seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e dois e setenta centavos):

 VIAÇÃO CIDADE SORRISO 9001		6 - Viação Cidade Sorriso Ltda. Balancete Contábil Período : 01/07/2012 - 30/09/2012		Pag. 3	
		Padrão			
Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
m	RESULTADO	4.940.682,27 D	26.745.207,59	25.459.637,16	6.226.262,70 D
					41.948.743,43 C

O mesmo ocorreu em relação à VIAÇÃO SANTO ANTONIO, que no período de abril a junho de 2012, teve como RECEITA o valor de R\$ 28.899.146,55 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) e como CUSTO OPERACIONAL e DESPESAS OPERACIONAIS o valor superior de R\$ 30.009.573,68 (trinta milhões, nove mil, quinhentos e setenta e três e sessenta e oito centavos):

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS



22 - Santo Antônio

Balancete Contábil

Pag. 3

Período : 01/04/2012 - 30/06/2012

Padrão					
Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	RECEITA	13.762.568,29 C	669.216,26	15.805.794,52	28.899.146,55 C

Padrão					
Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4	CUSTOS TOTAIS	12.303.380,27 D	13.351.215,24	369.199,16	25.385.396,35 D

Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
5	DESPESAS OPERACIONAIS	2.214.755,59 D	2.612.171,75	202.750,01	4.624.177,33 D

O referido resultado negativo, tal qual ocorreu com a VIAÇÃO CIDADE SORRISO, também ocorreu no trimestre seguinte. Vejamos:



22 - Santo Antônio

Balancete Contábil

Pag. 3

Período : 01/07/2012 - 30/09/2012

Padrão					
Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3	RECEITA	28.899.146,55 C	703.000,86	16.607.777,75	44.803.923,44 C
4	CUSTOS TOTAIS	25.385.396,35 D	13.749.578,98	338.058,94	38.796.916,39 D
5	DESPESAS OPERACIONAIS	4.624.177,33 D	2.529.519,25	284.934,11	6.868.762,47 D
6	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO				

Vejamos ainda, a situação da empresa AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA. em relação aos três primeiros trimestres do ano de 2012, em que o valor das receitas foi inferior ao valor da soma dos custos e das despesas da empresa:



Pag. 3

MATRIZ

Códigos		MATRIZ			
Descrição		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
03	RECEITAS	0,00	2.197.350,46	21.412.872,17	23.215.521,71
03.01	RECEITA BRUTA OPERACIONAL				



Page 4

MATRIZ

MATRIZ					
Código	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo Atual
04	CUSTOS OPERACIONAIS	0,00	20 646 928,60	678 135,24	19 968 803,36

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Anterior</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Saldo Atual</u>
05	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	7.436.844,50	6.813.310,83	6.813.310,65



Pag. 3

MATRIZ

Código		Descrição	MATRIZ			
			Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
03		RECEITAS	23 215 521,71 C	2 390 772,34	27 685 834,71	48 510 584,08 C

Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
04.	CUSTOS OPERACIONAIS	19 968 593,36 D	21 949 285,50	64 010,02	41 248 868,84 D

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Anterior</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Saldo Atual</u>
05.	DESPESAS OPERACIONAIS	6.898.330,65 D	6.898.716,95	1.805.367,22	11.931.680,38 D



Page 3

MATRIZ

Código	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
03	RECEITAS	65 983 889,76 C	670 236,40	8 771 160,56	74 086 813,92 C

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Anterior</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Saldo Atual</u>
04	CUSTOS OPERACIONAIS	55.398.934,25 D	7.417.119,77	194.623,30	62.621.430,72 D
Remetente		MATRIZ			
<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Anterior</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Saldo Atual</u>
05	DESPESAS OPERACIONAIS	15.644.585,36 D	2.278.377,45	248.131,22	17.674.831,59 D
		15.644.585,36 D	2.278.377,45	248.131,22	18.813.493,76 D

Essa situação se agravará ainda mais, nesse momento, tendo em vista a necessidade de pagamento de volumosas despesas trabalhistas de 13º salário de todo o pessoal operacional e administrativo vinculado à execução dos contratos; isso tudo somado ao fato de que, apenas num prazo longínquo as empresas terão os seus prejuízos reparados, em ações indenizatórias próprias, com graves consequências, inclusive, para a continuidade da prestação do serviço público de transporte coletivo.

O agravamento desse quadro de contínuos prejuízos deve ser cessado, portanto, de imediato, com a concessão da tutela antecipatória

Portanto, como a imposição de máxima preferência pelo cumprimento do resultado específico exige que se evite, a todo custo, a conversão da obrigação em perdas e danos, passa a ser desnecessário qualquer outro exame acerca de eventuais prejuízos, quando comprovado que o resultado específico só poderá ser alcançado se deferido, liminarmente, neste exato momento. Não restam dúvidas, portanto, quanto ao cabimento da liminar, conforme expressamente defendido pela doutrina:

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

“Quando se busca assegurar a observância do dever de não fazer ou de fazer com momento exato para ser cumprido, o resultado específico apenas será atingido mediante tutela de caráter preventivo, a ser concedida antecipadamente, a tempo de impedir a violação. (...) A imposição de máxima de preferência pelo resultado específico - na hipótese, só atingível mediante a pronta atuação da tutela preventiva - afasta a necessidade de outro exame acerca de prejuízos. (...) A impossibilidade de consequimento do resultado específico - a qual necessariamente advirá se não concedida a tutela preventiva - será, por si só, ‘prejuízo irreparável’, que tornará ineficaz o provimento final”.¹⁶ (destacou-se)

No mesmo sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

“Processual civil. Recurso especial. Ação de obrigação de fazer. Outorga de escritura definitiva de imóvel. Antecipação dos efeitos de tutela. Natureza do provimento antecipado. Perigo de irreversibilidade do efeitos da tutela antecipada. Juízo de probabilidade. Tutela específica. Requisitos. Arts. 273 e 461 do CPC.

- O provimento antecipado, consistente na outorga de escritura definitiva do imóvel não é de natureza irreversível.

- Quando o § 2.º do art. 273 do Código de Processo Civil alude à irreversibilidade, ele se refere aos efeitos da tutela antecipada, não ao provimento final em si, pois o objeto de antecipação não é o próprio provimento jurisdicional, mas os efeitos desse provimento.

- O perigo da irreversibilidade, como circunstância impeditiva da antecipação dos efeitos da tutela, deve ser entendido cum grano salis, pois, não sendo assim, enquanto não ultrapassado o prazo legal para o exercício da ação rescisória, não poderia nenhuma sentença ser executada de forma definitiva, dada a impossibilidade de sua desconstituição.

- É sob a ótica de probabilidade de êxito do autor quanto ao provimento jurisdicional definitivo que o julgador deve conceder ou não a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

- Em se tratando de tutela específica que tem por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, prevista no artigo 461 do CPC, a lei processual não exige, para a concessão da tutela liminar, os requisitos expressamente

¹⁶ TALAMINI, Eduardo. Tutela Relativa aos deveres de fazer e não fazer. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 354-355.

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

previstos no artigo 273. Basta, segundo prescreve o parágrafo 3.º, do artigo 461, que o fundamento da demanda seja relevante e haja justificado receio de ineficácia do provimento final.

Recurso especial não conhecido." (REsp 737047/SC. Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI. Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA. Data do Julgamento 16/02/2006 Data da Publicação/Fonte DJ 13/03/2006)

Portanto, é que se postula, em sede liminar, inaudita altera pars, que seja determinado à URBS revisar a remuneração das concessionárias Requerentes em conformidade com os novos encargos contratuais decorrentes da Programação Operacional em vigor, alterada pela URBS, reiteradas vezes desde o início da concessão, especificamente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores, considerando as normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes.

VII DA MULTA

A multa diária para a mora no cumprimento da obrigação de fazer determinada em sentença declaratória de direito e condenatória da obrigação, bem como pelo descumprimento liminar, constitui-se em meio de coerção destinado a desestimular o inadimplemento da obrigação pelo devedor e encontra guarida nos artigos 287 e 461, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC:

Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, e 461-A). (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

Art. 461. (...)

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 2002)

Nos termos da lei, na hipótese de possível descumprimento de liminar pelo inadimplente, é dado ao juiz fixar multa diária (*astreintes*), inclusive de ofício, de valor elevado, com o fim de compelir o inadimplente ao cumprimento da obrigação acordada, impedindo a sua conversão em perdas e danos. Conforme o entendimento majoritário da doutrina, a fórmula do § 4º do art. 461 trata-se de um *dever* do juiz, que deverá ser cominada toda vez que se evidencia sua utilidade, ainda que mínima, para influenciar a vontade do réu. A este respeito, por todos, cita-se a lição de Eduardo TALAMINI:

"A fórmula adotada no § 4º do art. 461, segundo a qual 'o juiz poderá (...) impor multa diária', não consiste na atribuição de mera 'faculdade' ao julgador. (...) A norma, quando prevê que o juiz 'pode' fazer algo, está conferindo-lhe instrumentos que deverá ser utilizado sempre que necessário para adequado desempenho das tarefas que a função jurisdicional lhe impõe. (...) Daí que a multa deverá ser cominada toda vez que se evidencia sua utilidade, ainda que mínima, para influenciar a vontade do réu. Vale dizer: sempre que a multa revelar-se

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

'suficiente e compatível com a obrigação', segundo a fórmula adotada no art. 461, § 4º'.¹⁷

Assim, haja vista que a URBS demonstrou reiteradamente, em suas respostas aos requerimentos administrativos apresentados pelas autoras, que, deliberadamente, não cumpriu e não pretende cumprir o acordado, não aplicando o regime de remuneração para o cálculo dos custos de remuneração e da tarifa técnica, faz-se imprescindível a cominação de multa diária ao réu pelo descumprimento, a partir de sua cientificação para cumprimento da obrigação de fazer, nos termos do estabelecido pela Súmula 410 do STJ.¹⁸

Conforme orientação consolidada em nossa jurisprudência, o valor da multa deverá ser proporcional às condições financeiras da requerida e deverá ser fixado em quantia adequada a efetivamente desestimular o descumprimento da obrigação.

VII DO PEDIDO

Em decorrência dos argumentos de fato e de direito antes expendidos, respeitosamente, os autores requerem:

a) a concessão de tutela antecipada, liminarmente e *inaudita altera pars*, a fim de que seja determinado à URBS, a título de obrigação de fazer, revisar a remuneração das concessionárias Requerentes em conformidade com os novos encargos contratuais decorrentes da Programação Operacional em vigor, alterada

¹⁷ TALAMINI, Eduardo. *Tutela Relativa nos deveres de fazer e não fazer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 235-236.

¹⁸ Súmula 410 STJ: "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer".

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOCADOS ASSOCIADOS

pela URBS, reiteradas vezes desde o início da concessão, especificamente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores, considerando as normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes, no prazo máximo de 10 dias, a contar de sua intimação, sob pena de cominação de multa diária no valor a ser estipulado pelo d. Juízo;

- b) a posterior citação da ré, para, querendo, contestar a ação;
- c) seja julgada procedente a ação para o fim de:

1. confirmar a liminar de antecipação de tutela e condenar a URBS ao cumprimento da obrigação de fazer, qual seja, revisar a remuneração das concessionárias Requerentes em conformidade com os novos encargos contratuais decorrentes da Programação Operacional em vigor, alterada pela URBS, reiteradas vezes desde o início da concessão, especificamente no que diz respeito às despesas com motoristas e cobradores, considerando as normas da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos do trabalho vigentes, sob pena de cominação de multa diária no valor a ser estipulado pelo d. Juízo, sob pena de cominação de multa diária no valor a ser estipulado pelo d. Juízo;

2. condenar a requerida às custas judiciais e honorários advocatícios, em percentual a ser estabelecido por Vossa Excelência.

d) Desde já, pugna-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a realização de perícia e a juntada de novos documentos.

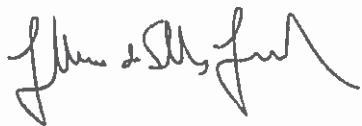
**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Tanto a liminar requerida quanto o julgamento antecipado da lide, ante o teor dos documentos ora anexados que revelam-se incontroversos, mas também pela concreta obrigação de fazer neles contida, trazem conforto ao julgador para de, imediato deferir a tutela e na sequência julgar procedente o pleito.

Para o efeito fiscal e de alçada dá à causa o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Nestes termos,
pede deferimento.

Curitiba, 19 de novembro de 2012.



GUILHERME DE SALLES GONÇALVES
OAB/PR nº 21.989



SACHA BRECKENFLED RECK
OAB/PR nº 38.083



NATHALIA LIMA BARRETO
OAB/PR nº 56.631



DANIELLE W. CINTRA MARTINS
OAB/PR nº 57.151

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DOCUMENTOS

Anexo 1	Procurações
Anexo 2	Estatuto e Contratos Sociais
Anexo 3	Contratos dos Consórcios com a URBS
Anexo 4	Edital de Licitação e respectivos anexos mencionados referentes à Concorrência Pública nº 005/2009
Anexo 5	Email enviado pela URBS com a Programação Operacional para o ano de 2010
Anexo 6	Planilha com a Programação Operacional para o ano de 2010
Anexo 7	Email enviado pela URBS com a Programação Operacional Mensal de referência para o cálculo de tarifa técnica de 2012
Anexo 8	Planilha com a Programação Operacional Mensal de referência para o cálculo de tarifa técnica de 2012
Anexo 9	1º e 2º Requerimentos Administrativos enviados à URBS
Anexo 10	Decisão Monocrática nos autos de Agravo de Instrumento nº 894.429-4
Anexo 11	Balancetes Contábeis

Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 12	Documento da URBS referente à renovação da frota
Anexo 13	Custas Judiciais

**Processos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em que é parte a emp. Auto Viação Marechal
sem o SETRANSP ou as demais concessionárias**

Autos	Advogados da Marechal
1126188-2	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
	Larissa Barreto Maciel
1126188-2/01	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
	Larissa Barreto Maciel
1126188-2/03	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
	Larissa Barreto Maciel
1360474-5	Renato Ribeiro Schmidt
1360474-5/01	Renato Ribeiro Schmidt
1276911-8	Renato Ribeiro Schmidt
1159819-3	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1272297-7	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1271314-9	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1227857-8	Renato Ribeiro Schmidt
1159819-3	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1139230-6	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1125935-7	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1125356-6	Fábio de Paula Yamasaki
	Joaquim Roberto Munhoz de Mello
	Rafael Munhoz de Mello
1053624-8	Renato Ribeiro Schmidt
1006034-1	Renato Ribeiro Schmidt

Processos eletrônicos de Curitiba de 1ª instância em que é parte a emp. Auto Viação Marechal sem o SETRANSP ou as demais concessionárias

Juízo	Autos	Advogado da Marechal
2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba		
	0045595-09.2011.8.16.0004	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
3ª Vara Cível de Curitiba		
	0020590-23.2013.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
5ª Vara Cível de Curitiba		
	0000901-18.2012.8.16.0004	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
	0014139-45.2014.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
6ª Vara Cível de Curitiba		
	0051733-30.2013.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
11ª Vara Cível de Curitiba		
	0035326-46.2013.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
17ª Vara Cível de Curitiba		
	0020209-78.2014.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT
18ª Vara Cível de Curitiba		
	0034533-10.2013.8.16.0001	OAB 6971N-PR - RENATO RIBEIRO SCHMIDT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta o Senhor **GALENO FURTADO MONTE**, casado, filho de Joaquim Caetano do Monte e Judite Furtado Mourão, RG n.º 3177-1 – Conselho Regional de Econômica/11ª Região, CPF n.º 048.622363-91, domiciliado Rodovia BR 060- Km 21, Alexânia/GO.

Aos 30 de setembro do ano de dois mil e treze, às 15h, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante o Promotor de Justiça Adjunto Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire, compareceu a pessoa acima qualificada, assistido por seu advogado Leonardo Araújo Emerick (OAB-DF 37.737), devidamente compromissada, que declarou: Diante das perguntas formuladas, respondeu o seguinte: que o declarante é funcionário da CODEPLAN desde 1986; que o declarante é economista, formado em 1981; que o declarante foi requisitado para Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal por volta de junho ou julho de 2011; que o declarante foi convidado pessoalmente pelo Subsecretário Transportes Luis Fernando Messina, tendo aceitado o convite; que publicação no DODF constituiu a comissão de licitação, bem como declinou que o declarante seria o presidente da comissão de licitação da Concorrência n.º 01/2011 – ST/DF; que os membros da comissão não se conheciam; que a primeira composição da comissão era composta por Humberto Filho, Alessandro Barbosa, João Ferreira e um outro membro oriundo do DFTRANS, Ednardo de Tal, que foi posteriormente substituído e não chegou a integrar de fato a comissão; que poucos dias após a constituição da comissão, os membros se reuniram para se conhecerem e deliberarem sobre os trabalhos a serem desenvolvidos; que não sabe informar se o advogado Sacha Reck estava presente nessa primeira reunião, porém esclarece que poucos dias após a nomeação da comissão houve uma reunião com o advogado em referência;

[Assinatura]

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



que nessa reunião com o advogado Sacha Reck, o Subsecretário José Augusto Pinto Júnior o apresentou para comissão, oportunidade em que mantiveram uma conversa amigável; que o advogado Sacha Reck seria o suporte técnico da comissão de licitação, no entanto não se recorda quem averbou tal condição do causídico em questão; que a comissão recebeu o inteiro teor dos autos da licitação logo após a publicação da nomeação no DODF; que a comissão no início dos trabalhos, durante aproximadamente 1 (um) mês, diariamente, se reunia para realizar a leitura dos autos; que não houve ata de nenhuma das reuniões acima mencionadas, pois não havia motivo para deliberação; que a primeira audiência pública para o recebimento das propostas de habilitação e econômico-financeira ocorreu no auditório do DER-DF, com abertura no horário agendado; que foi dada ampla publicidade ao ato em questão; que as empresas entregaram os envelopes lacrados, tendo as propostas sido armazenados no cofre da Polícia Civil do DF, situado na sede da Secretaria de Segurança Pública do DF; que todos os membros da comissão estavam presente na audiência pública em questão, tendo sido Humberto que secretariou a comissão no referido ato, juntamente com uma secretária; que o advogado Sacha Reck estava presente na primeira audiência pública para o recebimento das propostas; que o advogado Sacha Reck não redigiu a ata, porém tão somente procedeu a leitura de tal documento e não fez qualquer sugestão ou alteração; que não se recorda se a presença do advogado Sacha Reck restou consignada na ata da primeira audiência para o recebimento das propostas; que o advogado Sacha Reck sentou no assento destinado a secretária responsável pela digitação da ata; que o sr. Humberto era o responsável de lavratura da ata; que após o recebimento das propostas, ocorrida numa sexta-feira, já na segunda-feira a comissão retirou o malote referente à documentação das licitantes; que a comissão procedeu a conferência de todos os documentos encaminhados pelas licitantes, com base em *check-list* elaborado por todos os membros da comissão e de acordo com o edital; que na fase de conferência dos documentos, os membros Alessandro e Humberto atuaram diretamente, uma vez que o declarante apenas acompanhava os trabalhos dos outros membros; que esclarece que, na segunda-feira, isto é, no dia em que a comissão retirou o malote relativo à documentação, iniciou-se a digitalização da documentação em questão e, na quarta-feira, todos os licitantes receberam mídia contendo os referidos documentos; que o advogado Sacha Reck não participou da conferência de documentos com a comissão; que o processo de análise de documentação demorou em razão da quantidade de documentos; que nessa fase as licitantes passaram a ofertar impugnações contra o edital e contra outras participantes; que a comissão analisava as impugnações e encaminhava para o advogado

SACHA RECK

2/5



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



Sacha Reck o que a comissão "achava", a fim de que a deliberação fosse formatada aos termos jurídicos; que a comissão lia os documentos encaminhados pelo advogado Sacha Reck, a fim de aceitá-los ou não; que a comissão, algumas vezes, chegou a encaminhar 3 (três) ou 4 (quatro) vezes o mesmo documento para o advogado em questão, a fim de que fossem corrigidos; que na fase de verificação dos documentos de habilitação das licitantes, a comissão de licitação verificou se todos os documentos estavam em ordem e, caso houvesse alguma falta de documento, ou se este não atendesse aos termos do edital, a empresa era desclassificada; que a comissão de licitação que elaborou o relatório referente à declaração de habilitação ou não das licitantes; que a minuta do relatório concernente à declaração ou não de habilitação não foi lavrada pelo advogado Sacha Reck; que o advogado Sacha Reck não contribuiu de forma alguma para o relatório em questão; que, inicialmente, foram habilitadas as empresas Viação São José e Viação Pioneira; que não se recorda se a empresa Cidade de Brasília foi habilitada pela comissão, mas sabe informar que tal licitante foi desabilitada em razão de desconformidade do atestado de capacidade técnica emitido pelo DFTRANS com os termos do edital; que após a elaboração do relatório, o resultado foi encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes para homologação e publicação no DODF; que a comissão ficou a disposição da Secretaria de Estado de Transportes do DF; que após a publicação, as licitantes não habilitadas ajuizaram diversas demandas judiciais impugnando os trabalhos da comissão; que nas respostas às impugnações, a comissão elaborava uma minuta de resposta e a encaminhava ao Sacha Reck, que prestava suporte técnico à comissão; que, por sua vez, o advogado Sacha Reck elaborava uma minuta com termos jurídicos e a remetia para a comissão; que o prazo de análise de cada impugnação variava em razão do caso, porém esclarece que tiveram que responder dezenas de impugnações; que as informações eram prestadas para a Procuradoria do Distrito Federal; que não se recorda se houve impugnações administrativas à decisão de habilitação/desabilitação das licitantes; que após as providências cabíveis de alçada do Secretário de Transportes, a comissão ficou incumbida de proceder com a leitura dos autos da licitação para atenderem as demandas dos licitantes; que não se recorda se houve outro trabalho da comissão além dos acima relatados na fase entre a publicação do resultado das habilitadas e a publicação da reabertura da licitação no DODF; que a proposta econômico-financeira era encaminhada a empresa Logit, pois a comissão de licitação não tinha conhecimento técnico para proceder com a análise dos documentos encaminhados pelas licitantes; que era o declarante que realizava o encaminhamento das propostas econômico-financeiras; que a Logit elaborava uma justificativa e planilha acerca da

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



viabilidade econômico-financeira e devolvia as propostas para a comissão de licitação; que a comissão procedia com a leitura da justificativa da planilha elaborada pela Logit, a fim de verificar se constava alguma impropriedade redacional no documento; que esclarece que a comissão não tinha conhecimentos técnicos para impugnar a análise realizada pela Logit; que não houve correção dos pareceres da Logit; que a comissão homologou as planilhas e justificativas encaminhadas pela Logit referentes as propostas das duas empresas habilitadas; que o declarante esclarece que a comissão de licitação tinha o poder de acatar e alterar os documentos encaminhados pela Logit; que o relatório acerca da viabilidade das propostas econômico-financeiras foi encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes do DF; que após as duas empresas foram declaradas vencedoras e assinaram os contratos; que esclarece que a comissão de licitação não tinha qualquer ingerência no que tange aos contratos celebrados com as empresas vencedoras; que houve a reabertura da licitação, após publicação no DODF, uma vez que restaram 3 (três) bacias a serem licitadas; que acredita que o senhor Sacha Reck também estava presente na audiência pública para o recebimento das propostas e documentação das empresas licitantes; que o senhor Humberto não integrava a comissão nesse momento; que noticia que, nessa segunda fase, a comissão armazenava os autos da licitação em cofre com segredo, que a comissão conseguiu, o qual ficava localizado na sala da comissão de licitação; que o mesmo procedimento foi adotado para a análise dos documentos de habilitação das licitantes; que o senhor Sacha Reck não participou dessa segunda análise da documentação; que o sr. Alessandro e a sra. Ângela se detiveram na verificação dos documentos; que a comissão elaborou o relatório referente à habilitação ou não das licitantes; que esclarece que o senhor Sacha Reck não participou da elaboração do relatório em questão; que após o relatório foi submetido ao Secretário de Estado de Transportes do DF, que adotou o mesmo procedimento acima descrito; que no que tange às impugnações judiciais, informa que mesmo procedimento acima foi adotado, com a participação do senhor Sacha Reck na confecção das respostas a serem prestadas pela comissão à Procuradoria do Distrito Federal; que não se recorda de impugnações administrativas no que tange à decisão de habilitação; que o mesmo procedimento acerca da homologação da habilitação das licitantes foi tomado pelo Secretário de Estado de Transportes do DF; que idêntico procedimento relativo às propostas econômico-financeiras foi adotado, com encaminhamento das proposta para a Logit; que a comissão não alterou as planilhas e respectivas justificativas relativa à análise das proposta econômico-financeira; que após a comissão submeteu o resultados dos trabalhos ao Secretário de Estado de Transportes do DF; que houve a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



publicação dos resultados e assinatura dos contratos; que a comissão foi destituída em junho de 2013; que, a título de esclarecimento, no que toca às alegações de suposta dilação de prazo para a licitante Viação Piracicabana Ltda. apresentar os documentos de habilitação, noticiadas pelo Jornal de Brasília, informa que tal ato é uma prerrogativa de comissão de licitação, no sentido de realizar diligências para verificar a veracidade de documentação entregue pelas licitantes; que esclarece, ainda, que foram feitas várias diligências relativas à documentação apresentada por outras empresas licitantes; que se recorda da empresa Taguatur, que emitiu documento de atestado de capacidade técnica que não condizia com a realidade, tendo a comissão diligenciado no sentido de verificar a veracidade do documento apresentado.

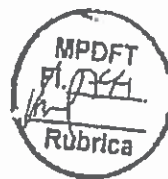
Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire
Promotor de Justiça Adjunto

Galeno Furtado Monte
RG n.º 3177-1 – Conselho Regional de Econômica/11ª Região

Leonardo Araújo Emerick
(OAB-DF 37.737)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

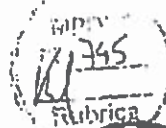


TERMO DE DECLARAÇÕES que presta o Senhora **ÂNGELA D'ARC HILÁRIO DE SOUSA**, brasileira, divorciada, servidora pública da SES (atualmente cedida para ST-DF), filha de Rubens Hilário de Sousa e Conceição de Maria Aquino de Sousa, R.G. n.º 1412220 – SSP/DF, CPF n.º 564.419.671-20, domiciliada na Quadra 101, Lote 350, Bloco B, Apartamento 807, Águas Claras-DF.

Aos 6 de setembro do ano de dois mil e treze, às 17h30, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante o Promotor de Justiça Adjunto Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire, compareceu a pessoa acima qualificada, devidamente compromissada, que declarou: Diante das perguntas formuladas respondeu o seguinte: que a declarante é formada em ciências contábeis; que ingressou nos quadros da Secretaria de Estado da Saúde do DF no ano de 2000; que foi cedida à Secretaria de Estado de Transportes no mês de fevereiro de 2012, a convite da sra. Claudete Lemos; que desconhece se a sra. Claudete conhece algum membro da comissão de licitação; que ficou sabendo da indicação para composição da comissão de licitação por intermédio de publicação no Diário Oficial do DF, no dia 19 de novembro de 2012; que indagou ao presidente e membros da comissão a razão pela qual seu nome passou a figurar como integrante da comissão, porém nenhum deles soube informar o motivo; que quando ingressou na comissão, a primeira fase estava praticamente finda; que participou da audiência pública para o recebimento dos documentos das empresas/consórcio de empresas relativos à habilitação e proposta econômico-financeira; que o sr. Sacha Reck estava presente na referida audiência para reabertura da licitação; que na maior parte da audiência, o advogado Sacha Reck assistia, no entanto, as dúvidas suscitadas pela comissão foram submetidas ao aludido advogado, o qual orientava a comissão em determinado ponto e a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



comissão deliberava acerca do acatamento da sugestão; que não se recorda se o sr. Sacha Reck participou de alguma forma na elaboração da ata da solenidade em questão; que após o recebimento da documentação, que resultou em aproximadamente 10 (dez) volumes, a comissão passou a se debruçar sobre os documentos apresentados, verificando certidões, contratos sociais, atestados de capacidade técnica, etc.; que na fase de análise dos documentos de habilitação, a comissão elaborava um documento acerca das constatações, o qual foi encaminhado pelo sr. Galeno Furtado ao advogado Sacha Reck; que esclarece que, em um primeiro momento, o encaminhamento de eventual dúvida a ser sanada pelo advogado Sacha Reck era realizada pela Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito - SUPOTT, cujo titular é Luiz Fernando Messina; que a declarante não tinha acesso aos documentos encaminhados para o consultor Sacha Reck; que acredita que o sr. Sacha Reck prestava um auxílio técnico-jurídico para a comissão de licitação, bem como formatava os relatórios produzidos para termos jurídico; que o presidente da comissão recebia as minutas das decisões, com base nas informações produzidas pela comissão; que, após o recebimento da minuta, a comissão apreciava o teor do documento; que a comissão deliberou acerca do teor do documento apresentado, inclusive diligenciado no sentido sanar alguma dúvida surgida durante a análise; que após as deliberações, o resultado dos trabalhos foi novamente entregue ao sr. Sacha Reck, o qual realizava as adequações cabíveis para os termos técnicos pertinentes; que após o término dos trabalhos da comissão na fase de habilitação, o resultado foi submetido a apreciação do Secretário de Estado de Transportes do DF, que homologou a deliberação da comissão e deu prosseguimento as fases restantes; que, em seguida a decisão de habilitação, a comissão novamente convidou as empresas para a abertura das propostas técnicas; que após abertura das propostas técnicas, os documentos foram recolhidos e carreados autos da licitação; que os documentos referentes às propostas técnicas foram digitalizados e entregues à empresa Logit; que o presidente da comissão, Galeno Furtado, era o responsável pela remessa das propostas técnicas para a aludida empresa; que não se recorda da participação do sr. Sacha Reck na fase de apreciação das propostas técnicas; que acredita que o advogado Sacha Reck não contribuiu para os trabalhos da comissão da análise das propostas técnicas; que a Logit apresentou relatório da apreciação das propostas técnicas; que a declarante esclarece que não tem conhecimentos técnicos para contestar todos os termos analisados pela Logit, no entanto informa teve condições de apreciar a taxa de interna de retorno, mas não houve revisão do trabalho do Logit neste ponto; que os membros Alessandro e Augusto apreciavam mais detidamente do trabalho da empresa em referência; que os membros da

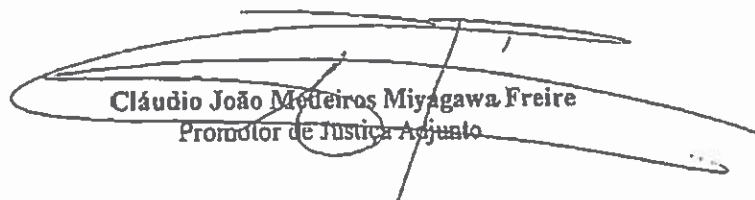
[Handwritten signature]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



comissão de licitação acataram o resultado da análise técnica da Logit e declararam que as propostas técnicas das empresa habilitadas são viáveis; que o relatório final dos trabalhos submetido ao Secretário de Estado de Transportes do DF, que o homologou, adjudicou o objeto e assinou os respectivos contratos com as licitantes vencedoras do certame; que na fase final dos trabalhos da comissão, a declarante estava afastada das funções em virtude licença médica de acompanhamento da filha, que estava hospitalizada no Hospital Santa Lúcia; que após o término, a comissão foi destituída por ato do Secretário de Estado de Transportes do DF.


Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire
Promotor de Justiça Adjunto


Ângela D'Arc Hilário de Sousa
RG n.º 1412.220 - SSP/DF



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Análise de Distribuição de Feltos das Promotorias Patrimônio Público e Social - NDI

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta o Senhor **ALESSANDRO SILVA BARBOSA**, brasileiro, casado, servidor público do DFTRANS, filho de José Barbosa de Souza e Severina Silva Barbosa, R.G. n.º 1228932 – SSP/DF, CPF n.º 559.842.821-00, domiciliado CNR 1, Conjunto I, Casa 09, Ceilândia/DF.

Aos 5 de setembro do ano de dois mil e treze, às 16h, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante o Promotor de Justiça Adjunto Dr. Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire, juntamente com o Procurador do Distrito Federal Edvaldo Costa Barreto Júnior, na qualidade de representante do Distrito Federal, compareceu a pessoa acima qualificada, devidamente compromissada, que declarou: Diante das perguntas formuladas respondeu o seguinte: que o declarante é licenciado em filosofia e formação *latu sensu* em gestão pública; que o declarante é concursado do Transporte Público do Distrito Federal -DFTRANS; que ingressou nos quadros do DFTRANS no dia 15 de janeiro de 2008; que o declarante não foi convidado previamente para compor a comissão de licitação da Concorrência n.º 01/2011 – ST/DF; que o declarante ficou sabendo que foi nomeado por intermédio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal; que acredita que sua nomeação decorreu de trabalhos técnicos publicados pelo declarante; que o declarante ocupava área técnica no DFTRANS à época da nomeação para a composição da Comissão; que a publicação da comissão de licitação ocorreu em fevereiro de 2012; que o declarante prestou esclarecimentos acerca dos trabalhos conduzidos pela Comissão de Licitação da Concorrência n.º 01/2011 – ST/DF; que na primeira convocação somente compareceram 9 (nove) empresas, sendo 8 (oito) do Distrito Federal e a outra de outro Estado; que na primeira fase do certame somente foram habilitadas 2 (duas) empresas, a saber, a Viação São



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



José e a Viação Pioneira; que as propostas técnicas foram analisadas e as empresas foram declaradas aptas para operar o serviço básico de transporte coletivo do Distrito Federal; que o declarante trabalhou integralmente na fase de habilitação, tendo verificado 'página por página' dos documentos carreados aos autos nessa etapa; que na época a pessoa de Humberto Menezes também integrava a comissão de licitação; que em um primeiro momentos, os documentos eram analisados pelo declarante e Humberto Menezes; que após prévia a comissão deliberava sobre o ponto; que a comissão não foi assessorada por nenhum órgão interno ou externo, somente contavam com auxílio de secretariado da Secretaria de Estado de Transporte do DF; que após a habilitação acima referida, houve o julgamento das propostas técnicas, sendo que as empresas Expresso São José e Viação Pioneira lograram êxito em tal fase; que a comissão de licitação não realizou a análise das propostas financeiras, pois as questões apreciadas seriam de ordem estritamente técnicas; que a proposta técnica foi submetida a empresa Logit, pois tal pessoa jurídica elaborou os estudos técnicos que antecederam o edital e a minuta do referido instrumento editalício; que a própria comissão encaminhou as propostas para Logit para fins de estudo econômico-financeiro das propostas das empresas habilitadas para os Lotes n.º 02 e 05; que a Logit apreciou as propostas e exarou parecer técnico no sentido da viabilidade econômico-financeiros; que a empresa Viação Pioneira apresentou menor tarifa técnica, razão pela qual foi declarada vencedora da Bacia n.º 02, que ostenta o maior valor de investimento; que, em seguida, foi aberto o Lote n.º 05, e as propostas foram encaminhadas novamente para a Logit, que realizou o mesmo procedimento acima descrito; que a comissão promoveu a publicação do resultado do objeto da licitação para as empresas vencedoras do certame e os autos foram remetidos para a autoridade superior, ou seja, Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal; que três lotes ficaram desertos, razão pela qual houve reabertura do certame e convocação pública (DOU, DODF e jornais de grande circulação), a fim de que outras empresas participassem da certame; que na sessão pública para a entrega da documentação e propostas compareceram por volta de onze empresas/consórcios; que na segunda fase da licitação, a comissão analisou os documentos de habilitação; que o declarante e a sra. Angela D'Arc Hilário de Sousa analisaram detidamente os documentos encaminhados, com apoio dos demais membros da Comissão de Licitação; que a comissão contava com o auxílio do advogado Sacha Reck para questões jurídicas em geral, tanto na primeira fase em que foram licitados somente dois lotes, quanto nessa segunda para os três restantes; que a comissão realizava a apreciação dos documentos e chegava a uma determinada conclusão, oportunidade em que o presidente da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



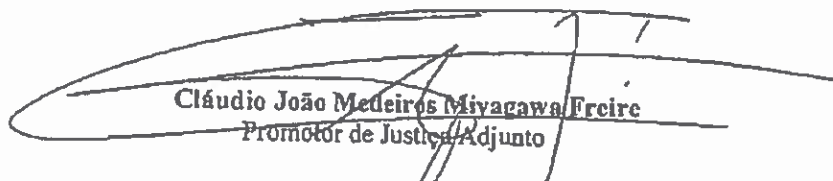
Comissão fazia o intercâmbio entre o advogado Sacha Reck; que a comissão encaminhava memorandos para a Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito – SUPOTT, que tinha contato mais direto com o assessor jurídico; que a comissão se reuniu com o advogado Sacha Reck para discutir questões acerca da habilitações; que não se recorda da quantidade de reuniões que a comissão realizou com Sacha Reck; que as dúvidas jurídicas eram encaminhadas para o advogado Sacha Reck; que a comissão deliberava determinado ponto e, em seguida, o advogado Sacha Reck formatava o texto de acordo com as terminologias jurídicas adequadas; que o declarante não tem conhecimento se a Procuradoria-Geral do Distrito Federal foi contatada para realizar a consultoria jurídica da comissão de licitação; que competia ao presidente da comissão realizar o encaminhamento os documentos para o advogado Sacha Reck; que não tem conhecimento se as informações eram repassadas diretamente pelo sr. Galeno Furtado, pelo Subsecretário ou pelo Secretário de Estado de Transportes; que o advogado Sacha Reck lavrava um minuta, a qual era submetida a apreciação da comissão de licitação; que após a comissão de licitação realizar a apreciação dos documentos de habilitação, o resultado foi encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes do DF, que exarava a decisão final; que na fase de julgamento de recursos administrativos das licitantes, o mesmo procedimento foi adotado; que, ao final, a comissão verificou quais vícios seriam sanáveis ou insanáveis e, em sequência, adotou-se a posição cabível diante das constatações; que a minuta do instrumento do julgamento final dos recursos administrativos relativos à fase de habilitação do Edital da Concorrência n.º 01/2011 – ST/DF foi encaminhada por intermédio do presidente da comissão de licitação; que, na sequência, a comissão discutia o documento e realizava as alterações formais; que após a conclusão da análise da comissão, lavrava-se um documento final e a toda a comissão assinava esse documento; que o resultado era encaminhado à autoridade competente, conforme o trâmite acima referido; que na segunda fase não houve distinção da análise técnica feita na primeira fase, ou seja, as propostas técnicas das empresas habilitadas eram encaminhadas para a empresa Logit, que, por seu turno, exarava pareceres técnicos acerca da viabilidade econômico-financeiro; que a comissão novamente apreciava o teor dos pareceres da empresa; que a comissão acatava os pareceres da Logit; que nenhum documento foi escrito pela comissão de licitação acerca da propostas técnica, porquanto a comissão não tinha formação técnica para a análise em referência; que em virtude do detalhamento técnico de alguns itens, a Logit participava na qualidade de consultora da comissão; que o resultado da apreciação das propostas técnicas foram encaminhadas ao Secretário de Estado de Transportes, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



qual adotava as providência de praxe, como julgamento final, adjudicação do objeto e assinatura do contrato; que o encerramento dos trabalhos da comissão ocorreu após a adjudicação do objeto da licitação para a última bacia restante (Bacia n.º 01); que o Secretário de Estado de Transportes do DF publicou uma portaria que declarou encerrado os trabalhos da comissão.


Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire
Promotor de Justiça Adjunto


Edvaldo Costa Barreto Júnior
Procurador do Distrito Federal


Alessandro Silva Barbosa
RG n.º 1228932 – SSP/DF

Curitiba, 26 de fevereiro de 2013.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref.: Concorrência 01/2011-ST - Reabertura
Minuta de ata de julgamento da fase de habilitação.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, ata de julgamento da fase de
HABILITAÇÃO, referente à Concorrência nº 01/2011 – ST – Reabertura.

Nesta oportunidade, renovamos nossos votos da mais elevada
estima e consideração.

Atenciosamente,

Sacha B. Reck

Sacha Breckenfeld Reck

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

Orientações: Ata de julgamento da fase de HABILITAÇÃO

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CP 001/2011-ST - Reabertura

Após análise, pela Comissão Especial de Licitação, da documentação apresentada pelas empresas licitantes no processo de licitação em referência, temos a esclarecer:

- 1) Conforme descrito na Ata da Sessão de Abertura do dia 04/02/2013, a Comissão disponibilizou cópia digitalizada da documentação de habilitação de todas as licitantes, facultando às licitantes apresentar considerações até o dia 15/02/2013, sem prejuízo do direito a recurso previsto no art. 109 da Lei Federal 8.666/93, tendo sido apresentadas considerações pelas licitantes TRANSPORTES OK LTDA., VIAÇÃO PIRACIBANA LTDA., AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA. e CONSÓRCIO HP-ITA. Os apontamentos das licitantes foram apreciados pela Comissão Especial de Licitação, tendo sido acolhidos apenas aqueles que efetivamente tinham procedência, face à documentação existente nos autos, conforme se verifica das razões de inabilitação constantes da presente decisão.
- 2) Não foram considerados como motivo de inabilitação os "erros formais" que não tenham comprometido à análise do atendimento dos requisitos de habilitação pelas licitantes.
- 3) No tocante às insurgências quanto ao conteúdo do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis das licitantes, a Comissão Especial de Licitação averiguou o atendimento dos requisitos formais de sua apresentação, definidos no Item 21.5 do Edital. Incabível, neste caso, a reclassificação de contas ou a retificação, pela Comissão, dos números lançados em tais demonstrações contábeis pelas empresas licitantes.
- 4) As normas editalícias foram interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometessem o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 5) As diligências realizadas pela Comissão estão comprovadas e juntadas aos autos do processo licitatório, à disposição para consulta pelos licitantes.

Assim, decidiu a Comissão:

INABILITAR as empresas/consórcios:

1) VIACÃO PIRACICABANA LTDA, no Lote 1, por:

- Apresentar certidão positiva, emitida pela Fazenda do Estado de São Paulo, não comprovando a regularidade com a Fazenda Estadual, em desatendimento às exigências do item 21.3.1.4 do Edital;
- Apresentar demonstrações contábeis firmadas apenas por um dos administradores, em desatendimento ao Contrato Social da empresa e, portanto, não atendendo às exigências do item 21.5.1.1.2 do Edital. A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante.

2) CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA, nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Verificou-se que no Contrato Social da consorciada BTS Transporte Escolar Ltda. – EPP, o objeto social se limita apenas à execução de atividade de fretamento para transporte terrestre, intermunicipal, interestadual de pessoas e transporte coletivo de escolares, não estando a sociedade autorizada a executar o objeto lícito, situação que representa o desatendimento das exigências dos itens 16.1.1 e 21.2.1.2 do Edital;
- Conforme a observação "a" do modelo do Anexo V.5 do Edital, a Declaração de inexistência de fatos impeditivos para habilitação na presente licitação e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores deveria ter sido firmada pela Empresa Líder do Consórcio e não em nome próprio pela pessoa física do Sr. Wesley Silva de Miranda. Desta forma, a Licitante não atendeu às exigências do item 21.2.1.7 do Edital;
- Conforme a observação "a" do modelo do Anexo V.5 do Edital, a Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação deveria ter sido firmada pela Empresa Líder do Consórcio e não em nome próprio pela pessoa física do Sr. Wesley Silva de Miranda. Desta forma, a Licitante não atendeu às exigências do item 21.2.1.8 do Edital;
- O atestado de capacidade técnica apresentado pela consorciada Cooperativa de Transportes Alternativos de Taguatinga e Ceilândia não comprova a prestação do serviço em nome próprio, pertinente e compatível com o objeto lícito, qual seja, serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, nem a existência de subconcessão ou subcontratação de tais serviços autorizada pelo respectivo Poder Concedente. Ademais, o atestado não foi emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, não sendo o mero pedido de homologação do atestado suficiente para suprir a falta de comprovação de subconcessão ou subcontratação. Portanto, a Licitante não atendeu às exigências dos itens 21.4.1.1 e 21.4.1.2 do Edital;

- As declarações apresentadas referentes aos itens 21.4.1.3, 21.4.1.4, 21.4.1.5 e 21.4.1.6 do Edital deveriam ter sido firmadas pela Empresa Líder do Consórcio e não em nome próprio pela pessoa física do Sr. Wesley Silva de Miranda, conforme a observação "a" dos modelos dos Anexos V.4, V.3, V.2 e V.9. Desta forma, a Licitante não atendeu às exigências destes itens do Edital;
- As consorciadas Cooperativa de Transportes Alternativos de Taguatinga e Ceilândia, JN Transportes Ltda. ME e TOP Transporte Ltda. ME não possuem valor de patrimônio líquido proporcional à sua participação percentual no consórcio, de acordo com o montante exigido para a habilitação do consórcio no Lote 4, conforme exigido pelo item 21.5.1.4.1 do Edital.

3) TRANSPORTES OK LTDA., nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Apresentar somente a última alteração contratual, não consolidada, desacompanhada da versão original e demais alterações do Contrato Social, impossibilitando a verificação das demais cláusulas que não foram revogadas pela última alteração, em desatendimento ao item 21.2.1.1 do Edital;
- A Licitante não apresentou as certidões exigidas pelos itens 21.3.1.2, 21.3.1.3, 21.3.1.4, 21.3.1.5, 21.3.1.6, 21.3.1.7, 21.3.1.8 e 21.3.1.9 do Edital;
- A Licitante não comprovou possuir capacidade técnica, pois deixou de apresentar atestado de experiência, não atendendo aos requisitos do item 21.4.1 do Edital;
- A Licitante não comprovou sua qualificação econômico-financeira, deixando de apresentar as demonstrações contábeis, não atendendo aos requisitos do item 21.5 do Edital. A inexistência de documentos contábeis impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante.

4) TAGUATUR – TAGUATINGA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor de São Luis-MA e não da sede da Licitante, São José do Ribamar -MA, em desconformidade com o item 21.5.1.2 do Edital;
- Apresentar Balanço Patrimonial firmado apenas pela Administradora Auxiliar Administrativa, quando, de acordo com o Contrato Social da Licitante, deveria ter sido assinado pelo Administrador Geral ou, na ausência deste, por dois administradores auxiliares em conjunto, obedecida ordem definida no mesmo instrumento societário. Portanto, a Licitante não atendeu aos requisitos do item 21.5.1.1 do Edital. A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item

21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante;

- Não possuir Patrimônio Líquido em montante correspondente a, no mínimo, 7% (sete por cento) do valor dos investimentos iniciais estimados para o lote 3, em desatendimento às exigências do item 21.5.1.4 do Edital;

5) VIPLAN – VIACÃO PLANALTO LTDA., nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Embora a Licitante tenha apresentado decisão judicial proferida nos autos de Agravo de Instrumento nº 0006153-30-2013.4.01.000, cuja abrangência se restringe a tributos federais, o documento hábil para comprovar a regularidade com a Fazenda Federal é a Certidão Conjunta Negativa ou com efeitos de negativa, a qual não foi apresentada. A referida decisão judicial não obriga a Comissão Especial de Licitação, nem o Distrito Federal. Desta forma, a Licitante não atendeu à exigência do item 21.3.1.3 do Edital.
- Deixar de apresentar prova de regularidade fiscal perante a Fazenda do Distrito Federal, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.6 do Edital;
- Deixar de apresentar prova de regularidade relativa à Seguridade Social, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.8 do Edital;
- Deixar de apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.9 do Edital;
- Deixar de apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, em desatendimento à exigência do item 21.5.1.2 do Edital.

6) VIACÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- A Licitante apresentou em nome próprio somente um atestado referente à qualificação técnica, o qual não atende os quantitativos mínimos de passageiros transportados. Atestados de serviços prestados por outras empresas, ainda que possuam os mesmos sócios, ou que utilizem veículos da Licitante, não são provas da capacidade da empresa licitante. Portanto, a Licitante não atendeu aos requisitos do item 21.4.1.1.2 do Edital.

7) COOPERBRASIL COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANO DE PASSAGEIROS DO SISTEMA DE LOTACÃO, nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Apresentar procuração para credenciamento assinada somente pelo Presidente, em violação ao art. 29, "s", do Estatuto Social da Licitante, que determina que a constituição de mandatário compete ao Conselho de Administração;

- Verificou-se que o art. 29, "s", do Estatuto Social da Licitante, determina que compete ao Conselho de Administração contrair obrigações, de forma que as declarações apresentadas referentes aos itens 21.4.1.3, 21.4.1.4, 21.4.1.5 e 21.4.1.6 do Edital não poderiam ter sido firmadas somente pelo Presidente da Cooperativa licitante. Desta forma, as exigências dos mencionados itens do Edital não foram atendidas;

- O atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante não comprova a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros em nome próprio, na medida em que a COOPERBRASIL – Cooperativa Central do Brasil não é titular da operação do sistema alimentador do Município de Guarulhos – SP, cujo serviço é executado individualmente por permissionários pessoas físicas, como inclusive esclarecido pelo Gestor de Transportes da Secretaria de Transportes e Trânsito, através de diligência. Portanto, a Licitante não atendeu às exigências do item 21.4.1.1 do Edital;

- A Licitante, que não está enquadrada no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Contábil), apresentou Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício desacompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, além de apresentar Demonstração do Resultado do Exercício sem prova de registro na Junta Comercial competente, em desatendimento ao item 21.5.1.1.1 do Edital. A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante.

8) CONSÓRCIO METROPOLITANO, nos Lotes 1, 3 e 4, por:

- Conforme Portaria nº 47, de 26 de fevereiro de 2013, da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 1ª Região – Distrito Federal, publicada em 26 de fevereiro de 2013, no Diário Oficial da União, a certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais apresentada pela consorciada Transportes Cidade Brasília Ltda, acostada à fl. 30984 do processo licitatório, foi cancelada, em razão da retomada, a partir do dia 15/01/2013, da exigibilidade de débitos titularizados pela Fazenda Nacional. Assim, restou desatendida a exigência do item 21.3.1.3.
- As consorciadas COOTRANSP - Cooperativa de Transportes Ltda. e Central Expresso Transportes Ltda. apresentaram demonstrações contábeis não assinadas por representante legal com poderes estabelecidos em Contrato Social ou procurador comprovadamente habilitado, não atendendo às exigências do item 21.5.1.1.2 do Edital;
- A consorciada Rota do Sol Transportes e Turismo Ltda., que não está enquadrada no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Contábil), apresentou Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício desacompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do

Livro Diário, além de apresentar Demonstração do Resultado do Exercício sem prova de registro na Junta Comercial competente, em desatendimento ao item 21.5.1.1.1 do Edital. A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante.

9) EMPRESA DE TRANSPORTE VERA CRUZ LTDA ME, no Lote 1, por:

- Apresentar atestado de experiência técnica que não atende às exigências do item 21.4.1.1 do Edital, pois o serviço privado de fretamento não está incluído no rol de atividades que são aptas a comprovar a experiência compatível com o objeto da presente licitação.
- Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício em desacordo com as exigências do item 21.5.1.1 do Edital, visto que os documentos apresentados pela Licitante não correspondem àqueles exigidos no item 21.5.1.1 ou no item 21.5.1.2, deixando, assim, de perfazer a condição de demonstrações contábeis apresentadas na forma da Lei, conforme exige o item 21.5.1.1, interpretado à luz do art. 31 da Lei Federal 8.666/93.
- A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante.

HABILITAR as seguintes empresas, por terem cumprido as exigências editalícias:

- 1) **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., nos Lotes 1, 3 e 4.**
- 2) **CONSÓRCIO HP-ITA, nos Lotes 1, 3 e 4.**

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação desta Ata, para a interposição de recursos.

Brasília, XX de fevereiro de 2013.

Galeno Furtado Monte
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Alessandro Silva Barbosa
Membro

Augusto Cezar Puccinelli
Membro

João Ferreira de Pádua
Membro

Angela D'arc Hilário de Sousa
Membro

Augusto Cezar Puccinelli
Membro

Guilherme Gonçalves
Sacha Reck

Curitiba, 07 de dezembro de 2012.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref.: Concorrência 01/2011-ST

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, nossa posição pertinente ao pedido de consideração da comprovação da capacidade técnica formulado pela VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., referente à Concorrência nº 01/2011 – ST.

Nesta oportunidade, renovamos nossos votos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sacha B. Reck

Sacha Breckenfeld Reck

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

Guilherme Gonçalves
Sacha Reck

A licitante VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., na data de 29 de novembro de 2012, em razão do recurso administrativo interposto pelo CONSÓRCIO BRASÍLIA e do ofício nº 1894 do DFTrans, no qual o seu Diretor Geral informou à licitante a retificação dos dados relativos à média mensal de passageiros transportados pela VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., se dirigiu ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, solicitando que fosse considerada a comprovação da sua capacidade técnica. Alega a licitante que o erro que informou quantidade superior de passageiros mensal foi cometido pelo DFTrans, tendo a licitante agido de boa fé e que por esta razão, deveria ser aplicado o princípio da confiança legítima. Aduz ainda que a licitante opera o Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal de forma harmônica, conjunta e compartilhada com a empresa VIAÇÃO SATÉLITE LTDA., ambas possuindo inclusive forma societária e representação idêntica.

Com relação à aplicação dos princípios da boa-fé e da confiança legítima, já nos manifestamos no sentido de que é esperado que as licitantes tenham conhecimento de suas condições e que, no mínimo, as empresas sejam conhecedoras do seu nível de operação, devendo, portanto, atentar-se para os dados apresentados em seu atestado e a imediata averiguação com sua realidade operacional. Não é razoável que a licitante não tenha conhecimento do volume de passageiros por ela transportados e que não tenha constatado uma diferença de aproximadamente 20% (vinte por cento) entre o número real de passageiros e o número atestado pelo DFTrans à época da licitação.

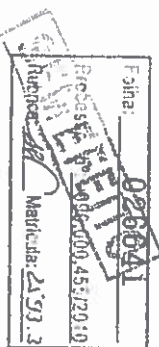
Ainda que se admitisse que a empresa agiu de boa-fé, verifica-se uma situação em que é necessário equilibrar dois bens jurídicos. De um lado, tem-se a empresa que perdeu uma oportunidade, tendo em vista que poderia optar por concorrer se consorciando a outra empresa; e por outro a Administração Pública, que

Sach

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

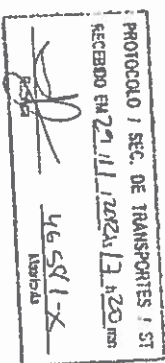
VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Brasília - DF, 20 de novembro de 2012.



Ào
Ilustríssimo Senhor
Dr. Galeno Furtado Monte
Presidente da Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal

Referência: Consideração da constatação da operação harmônica conjunta e compartilhada entre a empresa Viação Cidade Brasília Ltda. e Viação Satélite Ltda. (que possuem idêntica composição societária e representação) para a comprovação de capacidade técnica para a licitação 001/2012-ST, afeita em virtude do recebimento do Ofício nº 1874/2012 - DETRANS, posterior à abertura do certame..



Prezado Senhor,

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., já devidamente qualificada nos

autos do processo administrativo que dirime o processo licitatório (Edital nº 01-2011) publicado por essa d. Secretaria, vem à ilustre presença de Vossa Senhoria expor e solicitar o quanto segue.

Em recente data, chegou ao conhecimento desta empresa que, em virtude de recurso administrativo interposto pelo Consórcio Brasília, foi retificada parcela de quantitativo constante no Atestado de Capacidade Técnica outorga emitida pela DETRANS.

Na realidade, atestou-se que houve erro material cometido pela própria estado-licitante quando da confecção do citado Atestado, isto é, onde constava do documento que o número de "passageiros transportados, média mensal no período de FEV/11 a JUL/11: 1.793.500 passageiros/mês", passou a constar "passageiros transportados, média mensal no período de FEV/11 a JUL/11: 1.421.986 passageiros/mês".

Especificamente para o caso em debate, não é possível fazer-se mero raciocínio de subsunção do fato a exigência editalícia, uma vez que a ocorrência acima narrada decorreu de erro cometido pela própria DETRANS, conforme reconheceu no Of. nº 1894/2012 anexo I.

Note-se que, em virtude das informações equivocadas repassadas pela d. Autarquia à empresa, esta foi induzida em erro, uma vez que a quantidade mensal de passageiros apresentada era suficiente para a pretensão da licitante, ainda mais tendo em vista que por se tratar de documento público, que possui presunção de veracidade, fé pública.

Do contrário, ou seja, caso tivesse ciência do que agora se expõe, certamente teria somado forças (EM CONSÓRCIO) com a Viação Satélite Ltda., que possui a mesma (idêntica) composição societária da licitante e, ou até mesmo com outra(s) empresa(s), e, por conseguinte atendido facilmente a requisição editalícia, conforme facilmente comprovados nos atestados das duas empresas, anexo II.

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Essa é inclusive a razão pela qual se requerer que ao caso seja aplicado o princípio da confiança legítima e da boa-fé, ponderando-se os direitos em questão. É interesse do Estado que da licitação participe o maior número de concorrentes possíveis e por outro lado a concorrente foi induzida a erro pelo próprio Estado e agiu com absoluta boa-fé. Veja-se que doutrina e jurisprudência caminham conjuntamente para demonstrar que, no caso, a manutenção da habilitação é a única medida a ser tomada.

O Excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu inúmeras vezes que a boa-fé é causa autônoma de decisão de conflitos jurídicos, *in verbis*.

EMENTA: Mandado de Segurança. 2. Acórdão do Tribunal de Contas da União. Prestação de Contas da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Emprego Público. Regularização de admissões. 3. Contratações realizadas em conformidade com a legislação vigente à época. Admissões realizadas por processo seletivo sem concurso público. Validadas por decisão administrativa e acórdão anterior do TCU. 4. Transcurso de mais de dez anos desde a concessão da observância do princípio da segurança jurídica enquanto subprincípio do Estado de Direito. Necessidade de estabilidade das situações criadas administrativamente. 6. Princípio da confiança como elemento do princípio da segurança jurídica. Presença de um componente de ética jurídica e sua aplicação nas relações jurídicas de direito público. 7. Concurso de circunstâncias específicas e excepcionais que revelam: a boa-fé dos impetrantes; a realização de processo seletivo rigoroso; a observância da regulamentação da Infraero, vigente à época da realização do processo seletivo; a existência de controvérsia, à época das contratações, quanto à exigência, nos termos do art. 37 da Constituição, de concurso público no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista. 8. Circunstâncias que, aliadas ao longo período de tempo transcorrido, afastam a alegada nulidade das contratações dos impetrantes. 9. Mandado de Segurança deferido. "1"

MS 22357 / DF - DISTRITO FEDERAL- Relator(a): Min. GILMAR MENDES - Julgamento: 27/05/2004 - Tribunal Pleno. E no mesmo sentido: EXEMTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. REMUNERAÇÃO: GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA COM BASE NA LEI 1.762/86, ART. 135, II, DO ESTADO DO AMAPÁ. INCONSTITUCIONALIDADE FRENTE A CF/1988, ART. 102, § 2º. EFEITOS DO ATO: SUA MANUTENÇÃO. 1. - A lei inconstitucional nasce morta. Em certos casos, entretanto, os seus efeitos devem ser mantidos, em obsequio, sobretudo, ao princípio da boa-fé. No caso, os efeitos do ato, concedidos

Assim, o Couto e Silva encarta o princípio da confiança ou a proteção à confiança como a faceta subjetiva do princípio da segurança jurídica, voltando sua aplicação sobre os efeitos da invalidação (modificação) dos atos administrativos:

A segurança jurídica é entendida como sendo um conceito ou um princípio jurídico que se ramifica em duas partes: uma de natureza objetiva, é aquela que envolve a questão dos limites à retroatividade dos atos do Estado até mesmo quando estes se qualificam como atos legislativos. Diz respeito, portanto, à proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada. (...) A outra, de natureza subjetiva, concerne atos, procedimentos e condutas do Estado, nos mais diferentes aspectos de sua atuação.

Modernamente, no direito comparado, a doutrina prefere admitir a existência de dois princípios distintos, apesar das estreitas correlações existentes entre eles, falam os autores, assim, em princípio da segurança jurídica quando designam o que prestigia o aspecto objetivo da estabilidade das relações jurídicas, e em princípio da proteção à confiança, quando aludem ao que atenta para o aspecto subjetivo. Este último (a) impõe ao Estado limitações na liberdade de alterar sua conduta e de modificar atos que produziram vantagens para os destinatários, mesmo quando ilegais, ou (b) atribui-lhe consequências patrimoniais por essas alterações, sempre em virtude da crença gerada nos beneficiários, nos administrados ou na sociedade em geral de que aqueles atos eram legítimos, tudo fazendo razoavelmente supor que seriam mantidos.

JUREZ FREITAS:
Ainda sobre o princípio da confiança legítima, assevera

O princípio da confiança legítima ou da boa-fé reciproca nas relações de administração apresenta tal relevo que merece tratamento à parte, não obstante ser inerência da junção dos princípios da moralidade e da segurança das relações jurídicas. A despeito de rarefeitas disposições

com base no princípio da boa-fé, virmos-se corroborações pela CF/88, II, - Negativa de tutela ao RE do Estado do Amapá. Agravo não provido. (RE-Agr 341732 / AM - Turma).
: COUTO E SILVA, Almir, O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da Lei de Processo Administrativo da União (Lei 9.784/99), Revista de Direito Administrativo 237, 271-313.

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

legais no Direito Brasileiro, inequívoco que o princípio da confiança legítima estatui o poder-dever de o administrador público zelar pela estabilidade de uma relação timbrada pela fides mútua, sem injustificáveis descontinuidades administrativas e sem que se presuma a má-fé. Sobre de ponto em relação aos atos administrativos que conferem vantagens a cidadãos de boa-fé.

Toda a sustentação da necessidade da aplicação do princípio da confiança legítima e da boa-fé já está posta. Resta-nos agora demonstrar também a necessária aplicação dos princípios da isonomia e da vantajosidade.

A licitação visa selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público (Administração Pública), desde que atendido o princípio da isonomia, segundo clara disposição ao art. 3º. da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração (...)

No caso, se for aliçada do certame aquela que foi induzida a erro pelo Poder Público, estará a própria Administração a negar aplicação aos princípios protegidos na norma legal mencionada.

Inabilitar aquele que foi induzido a erro pelo Poder Público é aplicar o princípio da isonomia? Isonomia jurídica é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Tratar o desigual (a vítima de erro) com os demais concorrentes (não vitimados) é aplicar a isonomia? Por claro que não.

Assim, inclusive considerando o contexto, para igualar as oportunidades dos particulares perante própria Administração, mero juízo de subsunção (aquele que contrasta o atestado com os fatos) não deve ser o aplicado, pois o ordenamento jurídico chama o juízo de

FREITAS, Jurez, O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais, Malheiros, 4ª edição, p. 94-95

ponderação, o da necessária aplicação da isonomia e, por decorrência, da manutenção da habilitação.

Lembre-se ainda, que esse juízo de ponderação atende também ao interesse público de existir o maior número de concorrentes na licitação, na esteira de julgados das mais altas cortes do País, in verbis:

(...) uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. (...)

Em termos de Teoria Geral do Direito o que há é uma suposta colisão na aplicação de uma regra e de alguns princípios, devendo ser aplicados os princípios quando da formação da norma real (ver nesse sentido, Virgílio Afonso da Silva, in "Direitos Fundamentais, conteúdo essencial, restrições e eficácia", 2ª edição, 2º tít. gram. Malheiros Editores, págs. 51 e seguintes).

Por fim, argui-se que tanto a doutrina como a jurisprudência pátria repudiam atitudes tomadas com excesso de rigor, sem conveniência administrativa e contra a máxima eficiência e vantajosidade, homeneageando sempre as decisões que, por intermédio de promoção de diligências para complementar instrução do processo, venham a garantir o interesse público e a proposta mais vantajosa.

A realidade é que não pode ser a licitante penalizada por um erro cometido pelo próprio Estado-licitante, que a induziu a erro, quando poderia (caso o próprio órgão licitante não tivesse cometido tal erro), tranqüilamente participar em consórcio com outra empresa de seu grupo empresarial ou outro, extrapolando, em muito, os requisitos mínimos exigidos no Edital.

STJ - RMS 23.360 - PR, Rel. Ministra Denise Arruda.

VIACÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Ante ao exposto, objetivando conferir celeridade e eficiência à presente licitação, ou seja, aplicando-se ao caso os princípios da boa-fé, da confiança legítima, da isonomia e da obrigatoriedade da busca da vantagem pela Administração, tem-se que, nos moldes da fundamentação acima aduzida, deve ser mantida a habilitação da empresa Viacão Cidade Brasília Ltda.

Mas outro aspecto ainda deve ser considerado. É de conhecimento notório que a Viacão Cidade Brasília Ltda. e a Viacão Satélite Ltda. operam da forma compartilhada, com a mesma composição de quadro social, e a administração é comum. Além disso, são também comuns os meios de operação e os recursos humanos e materiais (anexos III e IV)

Comprovando que a Viacão Cidade de Brasília Ltda. tem operação compartilhada e conjunta com a Viacão Satélite Ltda., anexamos vários Termos de Cessão de Uso onde a Viacão Cidade Brasília Ltda. cede pra a Viacão Satélite veículos por tempo indeterminado para a operação exclusiva das Ordens de Serviço do STPC/DF, termos esses recebidos e acatados pelo DTRANS, cujos carros encontram-se devidamente cadastrados na Autarquia (anexo V).

Também anexamos diversos Boletins de Controle Operacional, demonstrando que inúmeros são os motoristas comuns às duas empresas, motoristas que operam o sistema como um todo harmônico, conjunto e compartilhado (anexo VI).

Na realidade a capacidade técnica de cada uma delas não pode ser individualizada, considerando que têm operação harmônica, conjunta e compartilhada, uma vez que a estratégia empresarial de operações harmônicas, compartilhadas e conjuntas é universal para as empresas em questão.

A realidade de uma operação harmônica, conjunta e compartilhada é a de que as duas empresas operam o sistema como um

VIACÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Todo e assim as duas demonstram capacidade operacional, individual, de toda essa operação.

Quando a própria entidade revê o ato administrativo e gera prejuízo ao particular, é de ser oportunizado o saneamento de eventual déficit. Daí porque eventual análise da documentação deve ser realizada à luz dos documentos ora apresentados.

Vale ressaltar, que o Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela DTRANS em favor da empresa Viacão Satélite Ltda. possui frota atual de 176 veículos e número médio mensal de passageiros transportados de 1.438.070, ou seja, acaso houvesse participado em consórcio com a Viacão Cidade Brasília Ltda. - o que não ocorreu apenas em função da informação equivocada concedida pela própria entidade gestora do Transporte Público no Distrito Federal - DTRANS - teria extrapolado, em demonstrando, o quantitativo exigido no edital.

Assim, a operação compartilhada tem 2.860.058 passageiros/mês e frota de 379 ônibus, mais que suficiente do que exige o Edital para os lotes pretendidos pela empresa licitante.

Ora, é fato NOTÓRIO que a empresa Viacão Cidade Brasília detém o conhecimento técnico necessário a prestar os serviços licitados por meio do Edital nº 01/2011, tanto que possui o número de "carros" que ultrapassa o mínimo exigido, em todos os lotes que está participando - segundo o próprio edital -, isto é, tem TODA condição técnica necessária para a execução do serviço.


A empresa, como já demonstrado, detém a estrutura necessária para realizar o transporte de um número muito superior àquele constante solicitado no Edital 01/2011-ST.

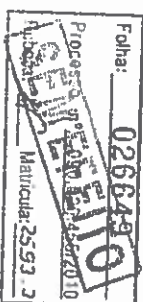
Por fim, requer-se seja recebida a presente com os anexos e, diante da realidade aqui noticiada - demonstração cabal da

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Qualificação técnica da Cidade Brasília - considere-se atendida a exigência, quer pela aplicação do princípio da boa-fé e da confiança legítima, quer pela comprovação do atendimento das exigências edilícias em decorrência da constatação da operação harmônica, conjunta e compartilhada.

Atenciosamente,


Victor Bethonico Foresti
VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.
Sócio-Diretor





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



Presidência Municipal de Curitiba
1985 - Urbanização de Curitiba S.A.
Av. Presidente Antônio Carlos, 319 - Ind. Metropolitana - Centro Cívico
CEP 81130-100 - Curitiba - PR
Fone: (41) 3333-1111 Fax: (41) 3333-1111 E-mail: (41) 3333-1111



REC-85



CURITIBA

Ofício nº 011/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 19 de março de 2013

Ref.: Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, para fins de atendimento do Edital de Concorrência nº 01/2011-ST

Senhor Representante,

A Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Distrito Federal vem, respeitosamente, através do presente, solicitar que esta Pasta esclareça se os serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, de Curitiba e Região Metropolitana, mencionados no Atestado expedido em 30 janeiro de 2013 (em anexo), referem-se a serviços prestados pelo CONSÓRCIO PONTUAL como um todo ou são concernentes somente a parte de responsabilidade da empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente

Folha: 0326392
Processo nº: 099-010.459/2010
SIN: 25317
Matrícula: 25317

AV Sr ANTÔNIO CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO
DIRETOR DE TRANSPORTES
URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Av. Pres. Antônio Camargo, 310 - Jardim Botânico
Curitiba - PR.
CEP 80060-090

SA 348062258 DN (6025X)
RECEBIDO
em 20.03.13 às 9:20
Via convênio SPS

"Brasília - primário da humanidade"
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011
Anexo Público do Edital - 157 anexo. Sala 1503
Brasília DF - CEP 70070-900
Telefone: (061) 3441-3420
Página 1 de 1

CÓPIA

ATESTADO

Folha: 030173

A URBS - Urbanização de Curitiba S.A. com sede na Avenida Presidente Afonso Camargo, 330, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ nº 75.076.836/0001-79, DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2011-ST do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, que a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76.457.867/0001-04, com sede na Rua Tapajós, 851 - Bairro Bom Retiro na cidade de Curitiba - Paraná, é operadora, na condição de consórcio, da Rede Integrada de Transporte Público coletivo urbano de passageiros de Curitiba e Região Metropolitana, desde 30/01/1987, sendo que até 05/11/2010 atua na condição de permissionária e, a partir de 07/11/2010 até a presente data, operou na condição de concessionária integrante do Consórcio Pontual através do Contrato nº 083/2010, totalizando 307 (trezentos e sete) meses de operação total, sendo: 16 (dezesseis) Articulados, 31 (trinta e um) Padron, 4 (quatro) Semi-Padron, 115 (cento e quinze) Comum (básico), 36 (trinta e seis) Micro-Especial (Midônibus), 04 (quatro) Micro-ônibus e 18 (dezoito) Híbridos com características de ônibus com portas de embarque e desembarque separadas, cobrança de passagem embarcada e em estações, controlada por catracas, itinerário fixo, quadro de horários de partida definido e pontos de embarque e desembarque no curso da viagem, transportando um total de 2.301.289 (dois milhões, trezentos e um mil duzentos e oitenta e nove) passageiros, de média mensal dos últimos 12 (doze) meses.

Atestamos, ainda, que o serviço público de transporte coletivo urbano prestado pela empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA. é realizado dentro dos padrões exigíveis de regularidade, nada constando que possa desaboná-la até a presente data.

Curitiba, 30 de janeiro de 2013.

ANTÔNIO CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO
Diretor de Transportes

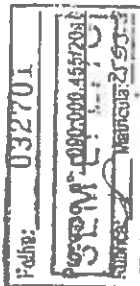
AUTO VIAÇÃO
Curitiba - PR
Data: 20.03.2013
Assinatura: [assinatura]

Curitiba, 30 de janeiro de 2013.
ANTÔNIO CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO
Diretor de Transportes

DTP/035/2013

Curitiba, 25 de março de 2013.

Ao Senhor
GALENO FURTADO MONTE
 Presidente da
 Comissão Especial de Licitação da
 Secretaria de Estado de Transportes do
 Distrito Federal
 Brasília - DF



Senhor Presidente

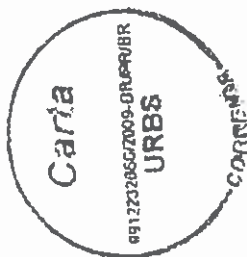
Em atenção ao ofício nº 022/2013-CEL nº 01/2011-ST, protocolado na URBES sob o nº 04-013634/2013, informamos que a empresa **Auto Viação Marechal Ltda.**, a qual pertence ao Consórcio Pontual, atua com uma frota total de 224 (duzentos e vinte e quatro) veículos, o que representa 37,84% da participação do consórcio, conforme demonstrativo a seguir:

EMPRESA	FROTA	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	224	37,84%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	235	39,70%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	45	7,60%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	88	14,86%
Total Consórcio	592	100%

EMPRESA	MÉDIA MÊS PASSAGEIROS	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	2.301.289	31,38%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	3.135.668	42,75%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	868.677	11,84%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	1.029.106	14,03%
Total Consórcio	7.334.740	100%

Atenciosamente,


ANTÔNIO CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO
 Diretor de Transporte



DTP/035/2013
Ao Senhor
GALENO FURTADO MONTE
Presidente da
Comissão Especial de Licitação da
Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
Anexo do Palácio Buriti - 15º andar - Sala 1503
Brasília - DF
70070-900

Folha: 32726
Processo n°. 080.000.455/201
Rubrica: [assinatura] Matricula: 2619164

Folha: 032780
Processo n°. 080.000.455/201
Rubrica: [assinatura] Matricula: 25933



SX 81123931 0 BR



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Av. Pres. Afonso Camargo 330 - Estação Rodoferroviária - Prédio Central - CEP 80060 090
Caixa Postal 17017 - CEP 80051-980 - Curitiba - Pr - Fone: (41) 3320-3232 - Fax: (41) 3232- 9475



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação



Ofício nº 21 /2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília – DF, 14 de março de 2013.

Senhora Chefe,

Em função da publicação do Diário Oficial da União de 12 de março de 2013, que publicou a **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO** da empresa Transportes Cidade Brasília Ltda., CNPJ 08.636.604/0001-300.

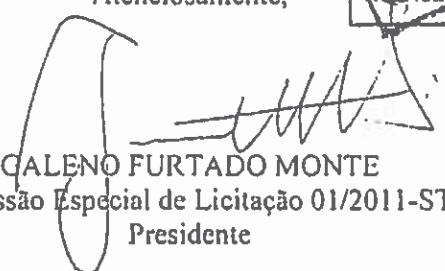
Informamos que esta empresa é participante da Licitação para Outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, a qual apresentou por ocasião da abertura do certame em 04 de fevereiro de 2013, **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO** e logo em seguida foi cassada conforme publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2013.

Com a finalidade de subsidiar esta comissão na fase final de julgamento, solicito o envio à Comissão Especial de Licitação os itens abaixo ou outros documentos que achar pertinente e possa auxiliar nos trabalhos:

1. Portaria de cancelamento da Certidão e seus efeitos
2. Cópia do Processo Administrativo

Folha:	032334
Processo nº	090.000.455/2010
Matrícula:	363122

Atenciosamente,


GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Presidente

À
DIVISÃO DE GRANDES DEVEDORES
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL/MF
Edifício PGFN/MF
SAS - Quadra 01 Bloco G Sala 606
70070-010 – Brasília - DF

Flt 14/03/13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL
DIVISÃO DE GRANDES DEVEDORES

OFÍCIO/DIGRA-DF/PRFN - 1ª Região/EFF/Nº 16/2013.

Brasília DF, 20 de março de 2013.

Ao Ilmº

Sr. Presidente da Comissão de Licitação – Concorrência nº 1/2011-ST
Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – ST/DF
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Brasília DF
CEP: 70.075-900

Senhor Presidente,

Folha:	032400
Processo nº	000.000.455/2010
SEM EFEITO	
Rubrica:	Matricula: 253-3

Em atendimento ao Ofício 21/2013 – CEL n. 01/2011-ST, encaminhamos, conforme solicitado, cópia do Processo Administrativo, contendo inclusive Portaria de Cancelamento (47/2013) e Despacho Administrativo (08/2013) que reconheceu terem se tornado inválidas as CPD-ENs nele especificadas a partir de 15/01/2013, quando a contribuinte foi excluída do parcelamento administrativo por inadimplimento.

Atenciosamente,

Érica Feitosa Portaleza

PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL
CHEFE SUBSTITUTA

Recebido
20/03/2013
As 14h39
Galeto Furtado Monte
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST
Presidente



PRFN1/DF – SAS, Quadra 01, Bl. "H", Ed. PGFN – 6º Andar – Brasília – DF –
CEP: 70.070-010.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação



Ofício nº 024/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 22 de março de 2013.

Senhor Diretor,

A comissão Especial de Licitação 01/2011-ST, instituída pelo Governo do Distrito Federal, conforme Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 39, de 24 de fevereiro de 2012, vem solicitar a Vossa Senhoria informação relativas as empresas listadas abaixo dos quantitativos da frota e modelos de veículos cadastrados em seus nomes nessa autarquia:

EMPRESA	CNPJ
COOPERBRASIL - Cooperativa Central do Brasil Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros do Sistema de Lotação	02.442.095/0001-29
WSM Empreendimentos Imobiliários e Transportes - EIRELI/EPP	12.528.422/0001-13
BFG Construções e Eletricidades Ltda.	09.400.107/0001-00
COOTACEI - Cooperativa de Transportes Alternativos de Taguatinga e Ceilândia	03.857.028/0001-38
BTS Transporte Escolar Ltda. - EPP	01.605.823/0001-03
JN Transportes Ltda. - ME	06.200.005/0001-44
Top Transportes Ltda. - ME	08.410.026/0001-10
Transportes OK	37.585.610/0001-30
Transportes Cidade Brasília Ltda.	08.636.604/0001-30
Rota do Sol	03.103.551/0001-79
COOTRANSP	24.949.075/0001-81

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Presidente

AO
SR JOSÉ ALVES BEZERRA
DIRETOR GERAL DO DEP. DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
SAM - LOTE A - BLOCO B - EDIFÍCIO SEDE
BRASÍLIA - DF



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



OFÍCIO Nº 16/2013 - CEL Nº 01/2011-ST

Brasília – DF, 15 de fevereiro de 2013

Prezado Senhor Rodnei Otávio Minelli,

Esta Comissão Especial de Licitação, vem através desta, solicitar à Vossa Senhoria esclarecimentos quanto ao **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em anexo, apresentado pela COOPERBRASIL - Cooperativa Central do Brasil, CNPJ nº 02.442.095/0001-29, emitido em 18 de janeiro de 2013, por esse Departamento de Transportes -STT do município de Guarulhos - SP.

Ao nosso entender, os 18.603.727 (dezoito milhões, seiscentos e três mil, setecentos e vinte e sete) embarques atestados como média mensal no período de julho a dezembro de 2012 são dados referentes ao sistema alimentador como um todo e não específico da cooperativa COOPERBRASIL.

Gostaríamos por parte desse Departamento a confirmação do nosso entendimento e ainda se possível fornecer o número tipos/modelos de veículos e o número de passageiros médio transportados pagantes ou não apurado em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses dessa cooperativa, que opera no sistema alimentador, referentes ao período mencionado acima.

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE

Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST
Presidente

Ao Senhor
Rodnei Otávio Minelli
Gestor de Transportes
Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP
Rua: Dora, 18, Vila Barros
Guarulhos – SP
CEP.: 07192-100

*Encaminhado pro Correo
Via Seduc*

RECEBIDO	
Em <u>15/02/13</u> às <u> </u> h	
<small>Assinatura</small>	<small>Selo/Original</small>

SA 848062227 BR





SECRETARIA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Ofício nº 012 /2013-STT04
Ref.: Ofício 16/2013-CEL nº01/201-ST

Guarulhos, 26 de Fevereiro de 2013

Prezado Senhor

Em atenção ao seu pedido, ratificamos as informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Departamento de Transportes da Secretaria de Transportes e Trânsito de Guarulhos, para fazer constar a procedência das características do sistema alimentador nesta cidade como um todo.

Esclarecemos que é facultado aos permissionários deste sistema se organizar em cooperativas, independente da anuência desta Municipalidade, fato que nos impossibilita de atestar qual o número exato de permissionários e demanda atendida pela COOPERBRASIL em qualquer tempo, muito embora seja de nosso conhecimento informalmente que esta é a maior cooperativa em atividade na cidade.

Destacamos outrossim que somente as cooperativas em atividade ou o sindicato da categoria - SINDILOTAÇÃO - Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Lotação e Similares de Guarulhos e Região, podem confirmar os dados separadamente por entidade. Para colaboração, seguem abaixo os dados de contato do SINDILOTAÇÃO:

- Presidente: Sr. Antônio Fernando Sanlana
- Endereço: Estrada das Lavras, 207 - piso 2 - Lavras - Guarulhos - SP
- Telefone: 11-2088-2525

Estamos a disposição para eventuais esclarecimentos.
Até mais.

Atenciosamente

Rodnei Olívio Minelli
Gestor do Deptº
Administrativo e Financeiro

Ao
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO ESTADO DE TRANSPORTES
A/C Sr. Galeno Furtado Monte
Comissão Especial de Licitação n.01/2011-ST
Edifício Anexo ao Palácio do Buriti, 15º andar- Sala 150
BRASILIA -DF

SEI 034816	
Folha:	16
Processo nº:	099.060.455/2010
Rubrica:	Matricula: 16.911/22



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



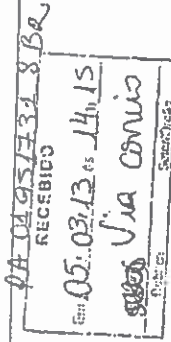
Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

Ofício nº 018/2013-CEL 01/2011-ST

A

Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT
SECRETÁRIA ADJUNTA
Av. Daniel de La Touche, 400 - IPASE
SÃO LUIZ - MA
CEP: 65061-050

Ref.: Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da TAGUATUR - TAGUATINGA E TURISMO LTDA. para fins de atendimento do Edital de Concorrência nº 01/2011 - ST

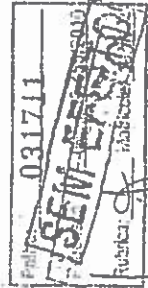


Prezada,

A Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Distrito Federal vem, respeitosamente, através do presente, solicitar que essa Pasta informe os tipos de veículos (mini, micro, convencional, van, etc.) operados pela TAGUATUR - TAGUATINGA E TURISMO LTDA. no serviço público de transporte coletivos de passageiros do Município de São Luís - MA, bem como esclareça se as linhas Semi-Urbanas referem-se a linhas municipais.

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Presidente



DRA. FABIOLA
FA BLOCA - AGUI E HOT MAIL COM
(48) 3214-1128

"Brasília - patrimônio da humanidade"
Anexo Palácio do Burle - 15º andar, Sala 1509
Brasília DF - CEP 70070-900
Telefone: (051) 3441-3441
Página 1.1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



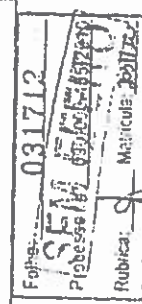
Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Ofício nº 019/2013-CEL 01/2011-ST

A

Dra. Sônia Regina Haddad
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS
SBN - Qd. 2 - Bl. C - Lt 17
Asa Norte
70040-020 - Brasília - DF

Ref.: Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da TAGUATUR - TAGUATINGA E TURISMO LTDA. para fins de atendimento do Edital de Concorrência nº 01/2011 - ST

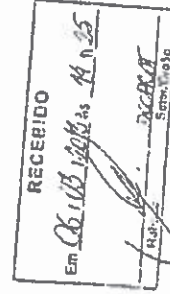


Prezada,

A Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Distrito Federal vem, respeitosamente, através do presente, solicitar que esta Pasta esclareça se os serviços de transporte interestadual de passageiros operados pela TAGUATUR - TAGUATINGA E TURISMO LTDA., mencionados no Ofício nº 89/2013/SUPAS/ANTT, expedido em janeiro de 2013 (em anexo), referem-se a serviços públicos de transporte coletivo de passageiros ou se as autorizações dirigem-se a serviço de transporte de natureza privada.

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Presidente



"Brasília - patrimônio da humanidade"
Anexo Palácio do Burle - 15º andar, Sala 1509
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST
Brasília DF - CEP 70070-900
Telefone: (051) 3441-3441
Página 1.1



Comissao de Licitação <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>

CEL 01/2011-ST - Solicitação de confirmação de Atest. da Cap. Técnica da empresa TAGUATUR

2 mensagens

Comissao de Licitação <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>

7. de março de 2013
17:09

Para: sonia.haddad@antt.gov.br

Prezada Dra. Sonia Haddad,
Conforme nossa conversa por telefone, estamos enviando anexado cópia de nosso ofício que solicita a confirmação de vários itens relacionados ao Atestado de Capacidade Técnica da empresa TAGUATUR emitida por essa autarquia.
Ficamos no aguardo de uma resposta no menor espaço de tempo, em virtude do resultado da licitação depender dessa resposta.
Colocamos os telefones para maiores esclarecimentos: (61) 3441-3420 / 3441-3422 / 9981-5868
Certo que seremos atendidos, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,
Galeno Furtado Monte
CEL 01/2011-ST
Presidente

OF 019-2013 - ANTT, sobre Atestado de Cap. Técnica.doc
200K

Karla Campos do Carmo <karla.carmo@antt.gov.br> 12 de março de 2013 11:37
Para: "comissaoespecialdelicitacao@gmail.com" <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>
Cc: Sonia Rodrigues Haddad <sonia.haddad@antt.gov.br>, Anderson Paulino Araújo Couto <anderson.couto@antt.gov.br>, Ismael Souza Silva <ismael.silva@antt.gov.br>

Prezado Sr. Galeno,

De ordem, seguem as informações solicitadas, sem prejuízo do envio por meio físico.

Trata-se de Ofício nº 019/2013-CEL 01/2011-ST, por meio do qual a Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST solicita que seja esclarecido se os serviços de transporte interestadual de passageiros operados pela Taguatur - Taguatinga e Turismo Ltda., mencionadas no Ofício nº 89/2013/SUPAS/ANTT, referem-se a serviços de transporte coletivo de passageiros ou se as autorizações dirigem-se a serviço de transporte de natureza privada.

Sobre o assunto, informamos que as linhas operadas pela empresa Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda., tratam-se de serviços públicos de transporte rodoviário interestadual de passageiros delegados à empresa.

Cabe esclarecer que todas as permissões para prestação de serviços de transporte de passageiros, tiveram como termo final a data de 08/10/2008.

A partir de então, as empresas antes permissionárias, passaram a ser autorizatórias especiais, modelo de delegação atualmente adotado pela ANTT, nos termos das Resoluções nº. 2.868/2008 e suas alterações (interestadual/superior a 75km) e 2.869/2008 e suas alterações (semiurbano/internacional), ficando autorizadas a operar esses serviços até o dia 31 de dezembro de 2014 ou até que, por meio de processo licitatório, sejam

celebrados os contratos de permissão e iniciada a efetiva operação dos serviços que irão suceder os ora autorizados, o que ocorrer primeiro.

Tal modelo foi adotado visando mitigar a consequente descontinuidade dos serviços, até a realização de processo licitatório.

Karla Campos do Carmo

Coordenadora do Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo
Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS

Tel.: (61) 3410-1419



De: Comissão de Licitação[mailto:comissaoespecialdelicitacao@gmail.com]

Enviada em: quinta-feira, 7 de março de 2013 17:09

Para: Sonia Rodrigues Haddad

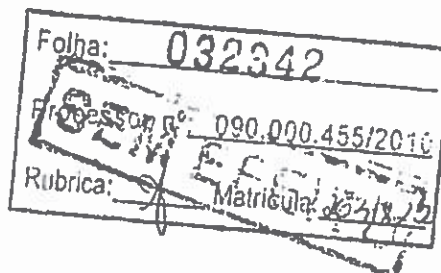
Assunto: CEL 01/2011-ST - Solicitação de confirmação de Atest. da Cap. Técnica da empresa TAGUATUR

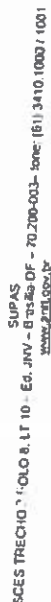
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Confidencialidade: A informação contida nesta mensagem de e-mail, incluindo quaisquer anexos, é confidencial e está reservada apenas a pessoa ou entidade para a qual foi endereçada. Se você não é o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, você está, por meio desta, notificado que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados. Muito obrigado.

Confidentiality Notice: The information contained in this email message, including any attachment, is confidential and is intended only for the person or entity to which it is addressed. If you are neither the intended recipient nor the employee or agent responsible for delivering this message to the intended recipient, you are hereby notified that you may not review, retransmit, convert to hard copy, copy, use or distribute this email message or any attachments to it. If you have received this email in error, please contact the sender immediately and delete this message from any computer or other data bank. Thank you.

OF 019-2013 - ANTT, sobre Atestado de Cap. Técnica.doc
200K





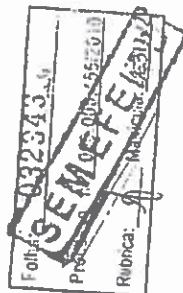
Brasília, 12 de março de 2013.

Galeno Furtado Monte

Presidente da Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST

CEP 70070-900 - Brasília - DF

Senior



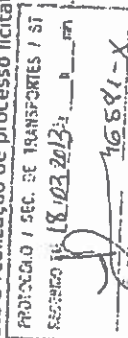
Reportamo-nos ao Ofício nº 019/2013-CEL 01/2011 ST, protocolado nesta Agência sob o nº 50500 021839/2013-41, por meio do qual essa Comissão solicita que seja esclarecido se os serviços de transporte interestadual de passageiros operados pela Tagatur – Taguatinga e Turismo Ltda., mencionadas no Ofício nº 89/2013/SUPAS/ANTT, referem-se a serviços de transporte coletivo de passageiros ou se as autorizações dirigem-se a serviço de transporte de natureza privada.

2. Sobre o assunto, informamos que, as linhas operadas pela empresa Taguatinga - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda., tratam-se de serviços públicos de transporte rodoviário interestadual de passageiros delegados à empresa.

3. Cabe esclarecer que, todas as permissões para prestação de serviços de transporte de passageiros, exceto dos serviços licitados nos anos de 1998 e 2000 (ainda vigentes), tiveram como termo final a data de 08/10/2008.

4. A partir de então, as empresas antes permissionárias, passaram a ser autorizadas especiais, modelo de delegação atualmente adotado pela ANTT, nos termos das Resoluções nº 2.868/2008 e suas alterações (interstadual/superior a 75km) e 2.869/2008 e suas alterações (semirbano/interbano), ficando autorizadas a operar esses serviços até o dia 31 de dezembro de 2014 ou até que, por meio de processo licitatório, sejam celebrados os contratos de permissão e iniciada a efetiva operação dos serviços que irão suceder os ora autorizados, o que ocorrer primeiro.

5. Tal modelo foi adotado visando mitigar a consequente descontinuidade dos serviços, até a realização de processo licitatório.



Er Pochl. 2015
18/02/2013 5h 11/16
Buenos Aires

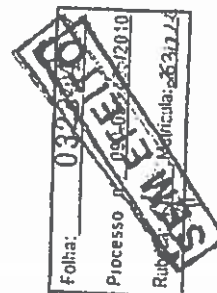
6. Sendo estas as informações a serem prestadas e sem mais a expor no momento, informo que estamos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Adams

SONIA RODRIGUES HADDAD
Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros

Luís Carlos de Castro
Mestre (1968)
Departamento de Serviço de
Transportes e Planejamento
EUA 5. ART



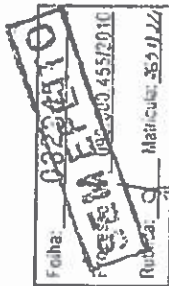


PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMTT

Ofício nº 0469/2013-GS

São Luís, 11 de março de 2013.

A Sua Senhoria, o Senhor
Galeno Furtado Monte
Anexo Palácio do Buriti - 15º andar, sala 1509
Brasília-DF - CEP 70070-900 - Tel: (061) 3441-3441



Senhor Secretário,

Em resposta ao seu ofício nº 018/2013-CEL 01/2011-ST, datado de 28 de fevereiro passado, estamos RETIFICANDO OS DADOS INFORMADOS ANTERIORMENTE NO ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA TAGUATUR, conforme informações abaixo:

A empresa TAGUATUR opera atualmente nas linhas do sistema de transporte urbano do município de São Luís, como também nas semi-urbanas, linhas municipais com características urbanas, abrangendo uma das cidades da ilha de São Luís (Paço do Lumiar). Estas linhas são gerenciadas pela SMTT através de convênio específico firmado com o Governo do Estado do Maranhão.

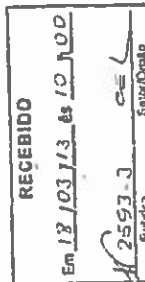
Característica da operação:

- Exploram 19 linhas no sistema urbano (e não 110 linhas como consta no Atestado de Capacitação Técnica) e 5 linhas no semi-urbano (e não 36 linhas como consta no Atestado);
- A operação é realizada (frota operante) com 96 ônibus no sistema urbano e 24 ônibus no semi-urbano;
- A frota cadastrada para os dois sistemas é de 146 ônibus, sendo que todos eles são ônibus convencionais (não havendo serviço por mini, micro ou vans). A grande maioria desses ônibus possui 3 portas, sendo que 76 já são adaptados com elevador mecânico, representando 52,05% da frota (relatório anexo);
- No mês de Janeiro/13 a empresa transportou 1.141.361 de passageiros no sistema urbano e 285.583 no sistema semi-urbano.

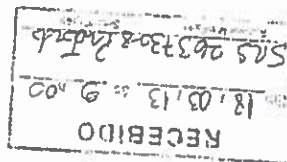
Estas são algumas informações operacionais dos serviços prestados. Estamos à disposição para qualquer informação adicional e, aproveitamos o ensejo para externar votos de apreço.

Atenciosamente,

Fabíola de Oliveira Aguiar
Fabíola de Oliveira Aguiar
Secretária Adjunta



Av. Daniel de La Touche, nº 400 - Ipaue - CEP: 65.061-020 - São Luís/MA
Fones: (98) 3214-1128 - HP: www.sao-luis.ma.gov.br/transitoetransportes





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



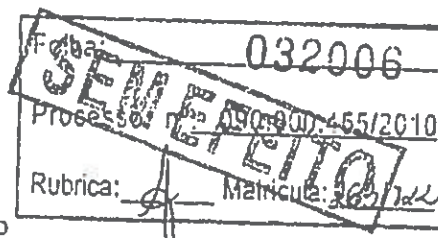
Ofício nº 20/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 08 de março de 2013

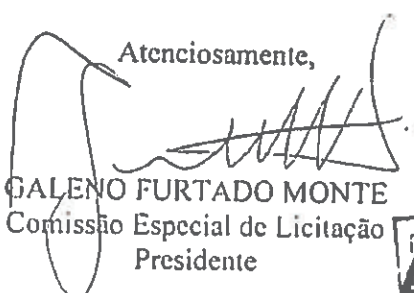
Senhor Representante,

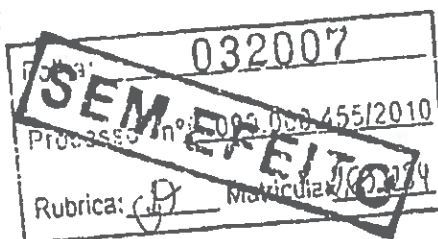
Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração



Atenciosamente,

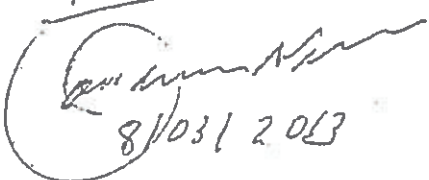

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente



À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.

Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13424-700

Att. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido

8/03/2013



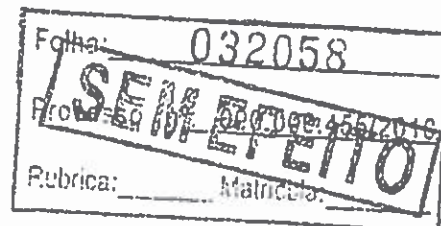
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação Nº. 01/2011-ST



Memo nº 31/2013 – CEL nº 01/2011 – ST

Brasília, 08 de março de 2013.

Para: Secretário de Estado de Transportes/ST

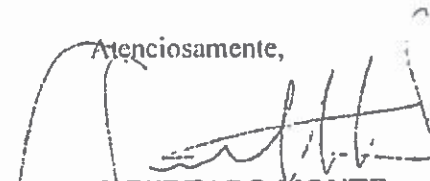


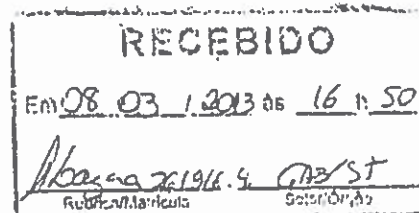
Excelentíssimo Senhor Secretário,

Solicito a gentileza de proceder à liberação dos servidores e autorização para pagamento de diárias e compra de passagens aéreas no trajeto Brasília – DF à Campinas – SP e Campinas – SP à Brasília - DF e passagem rodoviária de Campinas - SP à Piracicaba-SP e Piracicaba – SP à Campinas - SP que visem o deslocamento, a serviço, para os membros dessa Comissão abaixo relacionados, com ida no dia 12/03/2013, terça-feira, e retorno no dia 14/03/2013, quinta-feira, para diligências desta Comissão.

ANGELA D'ARC HILÁRIO DE SOUSA
Mat.: 263.348-5
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011 – ST
Membro

JOÃO FERREIRA DE PÁDUA
Mat.: 261.775-7
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011 – ST
Membro

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST
Portaria n.º 13, de 22 de fevereiro de 2012.
Presidente





Comissão de Licitação <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>

CEL 01/2011-ST - Solicitação de envio de documentação

Comissão de Licitação <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>
Para: eneves@comporte.com.br

11 de março de 2013 11:15

Reenviando a mensagem do dia 08/03/2013, conforme solicitado.

Atenciosamente.

Galeno Furtado
CEL 01/2011-ST
Presidente

— Mensagem encaminhada —

De: Comissão de Licitação <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>

Data: 8 de março de 2013 14:58

Assunto: CEL 01/2011-ST - Solicitação de envio de documentação

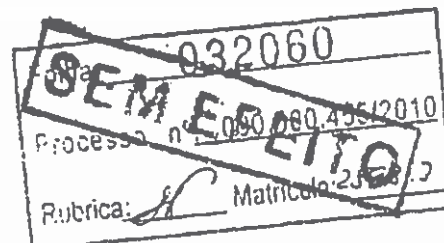
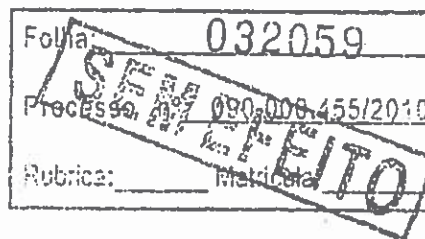
Para: eneves@comporte.com.br

Sr. José Efraim.

Com a finalidade de dar continuidade ao trabalho de análise da documentação da Licitação 01/2011-ST que trata do Sistema de Transporte Público Passageiro do Distrito Federal, solicito a Vossa senhoria o envio de cópia autenticada do penúltimo balanço financeiro da Viação Piracicabana.

Atenciosamente.

Galeno Furtado
CEL 01/2011-ST
Presidente





Comissao de Licitacao <comissaoespecialdelicitacao@gmail.com>

ENC: Documentos Piracicabana

Comporte SP - DC (Efraim - Efradeb) <eneves@comporte.com.br>
Para: comissaoespecialdelicitacao@gmail.com

8 de março de 2013 15:11

—Mensagem original—

De: Comporte SBC - FC (Priscila Silva)

Enviada: sex 8/3/2013 14:40

Para: Comporte SP - DC (Efraim - Efradeb); Comporte SBC - FC (José Mendes)

Cc: gabriel@dalpozzo.com.br; augusto@dalpozzo.com.br

Assunto: Documentos Piracicabana

Boa tarde!!

Segue documentos enviados pelo SPED Contábil 2010 e autenticados pela Junta Comercial de SP.

Priscila Silva

Departamento Contábil - FC

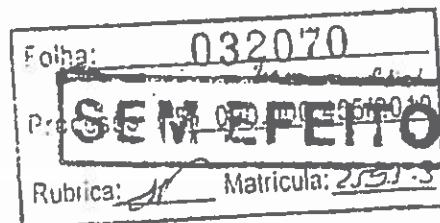
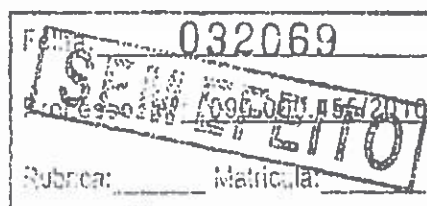
Comporte Participações S.A.

Fone: (11) 4355-1543

Fax: (11) 4355-1522

Skype: pri.silva01

psilva@comporte.com.br <mailto:psilva@comporte.com.br>



5 anexos BalancoPatrimonial V. Piracicabana.pdf
50K DRE V. Piracicabana.pdf
52K Termo de Autenticacao Piracicabana.pdf
43K

TermoAberturaEncerramento V. Piracicabana.pdf

Ofício nº 034/2013 – PRES – CMTC

Goiânia, 27 de Março de 2013.

Ao Senhor

Galeno Furtado Monte

Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado de
Transportes do Governo do Distrito Federal
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Folha:	033149
SEM EFEITO	
Rubrica:	Matrícula: 2593-3

Em resposta ao ofício nº23/2013 – CEL nº01/2011 – ST, recebido no dia 26 de março de 2013, a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC, na qualidade de Gestora Executiva da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo – RMTC, confirma a Vossa Senhoria que a HP Transportes Coletivos Ltda é a atual Concessionária do lote 2 do Sistema Integrado de Transporte da RMTC, conforme Contrato de Concessão nº 01/2008, de 25 de março de 2008.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Atenciosamente,

UBIRAJARA ALVES ABBUD
Presidente

ÁUREA MARIA O. PITALUGA
Diretora Técnica

RECEBIDO	
Em 08/04/13 às 08 h 45	
Rubrica	Setor/Órgão
2593-3	CEL

RECEBIDO	
Em 08/04/2013 às 8 h 00	
Rubrica	Setor/Órgão
SLS 26330-3	Indústria

ANEXO 05



Curitiba, 29 de julho de 2013.

**AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO**

Ref.: Ofício nº. 3740 e 3595/2013 – GAB/PROCAD

Minuta de informações atinentes ao pedido de antecipação de tutela na Ação Popular nº. 2013.01.1.052748-0 movida pelo Sr. Adevandro Pereira da Silva.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, orientações para informações a serem prestadas na Ação Popular nº. 2013.01.1.052748-0, movida pelo Sr. Adevandro Pereira da Silva, visando liminarmente a suspensão certame, e no mérito, a declaração da nulidade do Edital da Concorrência 01/2011-ST, por suposta afronta à Lei Distrital 1.387/97.

Nesta oportunidade, renovamos nossos votos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Sacha Breckenfeld Reck

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

Orientações

**Informações acerca da peça exordial dos autos de Ação
Popular nº. 2013.01.1.052748-0**

1) DAS PARTES

AUTOR POPULAR:

- Adevandro Pereira da Silva

RÉU:

- Sr. Galeno Furtado Monte, Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes do Distrito Federal;
- Distrito Federal – DF.

2) RELATÓRIO

A Ação Popular com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela visa, liminarmente, a suspensão da licitação Concorrência Pública nº. 01/2011-ST, e no mérito, a declaração de nulidade do certame, por alegada afronta à Lei Distrital 1.387/97.

Sustenta o Autor Popular que teria participado da audiência pública realizada previamente a publicação do Edital da Concorrência Pública nº. 01/2011-ST, o qual teria sido publicado em março de 2012, posteriormente em agosto de 2012 e em janeiro de 2013.

Alega o Autor que teria formulado questionamentos em relação à licitação e que não teria obtido respostas.

Aduz o Autor Popular que o Edital de Licitação não teria observado a Lei Distrital 1.387/97, a qual estabeleceria as normas específicas para o processo licitatório do transporte público coletivo do Distrito Federal, visando beneficiar empresas únicas do setor de transporte coletivo do Distrito Federal e de outros estados.

Alega que o Edital de Licitação 01/2011-ST põe em risco o interesse e o erário público, bem como o sistema de transporte como um todo.

O pedido liminar foi julgado *inaudita altera parte* e restou indeferido, conforme decisão a seguir transcrita:

Vistos e etc.

Recebo a inicial.

O instituto da tutela antecipada, previsto no art. 273 do CPC, requer, para o seu deferimento, prova inequívoca do alegado, e que o Julgador se convença da verossimilhança da alegação, além das demais condições elencadas nos incisos I e II do aludido dispositivo.

No caso em voga, não exsurge cristalino que o pretense direito da parte Autora, sendo que as provas até então produzidas não geram convencimento inequívoco de sua verossimilhança. Destaco que a comprovação do direito do Requerente não se mostra evidenciada de forma manifesta e *prima facie*, suficientes a lastrear o pedido de antecipação dos efeitos pretendidos, restando ainda ausentes todos os elementos de prova que possam corroborar à sua pretensão, fazendo-se imprescindível maior aprofundamento probatório para o deslinde da demanda.

Nesses termos, **INDEFIRO, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ante a não demonstração de prova inequívoca da verossimilhança dos direitos que expõe a parte Requerente.**

Outrossim, atento a natureza e peculiaridades da demanda, prorrogo a audiência de conciliação para após a contestação, caso haja interesse das partes na sua realização.

Cite-se o REQUERIDO para oferecer contestação no prazo legal. Intimem-se

Brasília - DF, sexta-feira, 26/04/2013 às 17h47. (grifo nosso)

Como se verá, as considerações trazidas na inicial são insubsistentes, desprovidas de qualquer elemento comprobatório, baseando-se a pretensão do Autor Popular única e exclusivamente em argumentos equivocados, pelo que deve ser mantida a decisão que indeferiu a liminar e julgada improcedente a presente Ação Popular.

3) BREVES ESCLARECIMENTOS

3.1 SITUAÇÃO JURÍDICA DO AUTOR POPULAR – MÁ-FÉ CONSUBSTANCIADA

Antes de adentrarmos nas razões de insubsistência da presente ação, faz-se os esclarecimentos a seguir acerca da licitação e da situação jurídica do Autor. Consoante procuração de credenciamento em anexo, o Autor Popular participou da Concorrência 01/2011-ST na condição de representante credenciado da então licitante Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME, cujo documento lhe outorgou poderes para representar a referida empresa durante o certame.

Insta ainda ressaltar que até 13 de julho de 2012, o Sr. Adevandro Pereira da Silva, ora Autor Popular, era sócio daquela licitante, Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME, conforme documentação em anexo, o que demonstra claramente que o Autor está agindo no interesse da empresa por ele representada, e não no interesse público, pelo que não lhe socorre a presente medida processual.

É preciso apontar, ainda, que todos os princípios norteadores das contratações públicas, previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93¹ foram devidamente respeitados na licitação em questão.

O Edital de Licitação não possui cláusulas excludentes nem restritivas da competitividade, notadamente no que concerne à comprovação

¹ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

de capacidade técnica ou qualificação econômico-financeira, sendo que a legalidade do referido instrumento convocatório já foi inclusive confirmada pelo Poder Judiciário, em diversas oportunidades (decisões em anexo).

É de se observar que a empresa representada pelo Autor Popular não possuía qualificação técnica mínima e saúde financeira, ou seja, não atendeu às condições e exigências editalícias impostas pelo Edital de Concorrência Pública nº. 01/2011-ST, pelo que foi inabilitada. O certame em tela visou a renovação do sistema de transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal, mediante a contratação de empresas idôneas, com condições de realizar os investimentos demandados pelo setor e garantir a prestação de um serviço de qualidade aos usuários, em prol do interesse público.

Ciente de que não atenderia às condições de habilitação exigidas pelo referido instrumento convocatório, a Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME, ajuizou até o momento, três ações judiciais, a saber, Mandado de Segurança n.º 2012.00.2.029207-9², Mandado de Segurança 2013.00.2.001073-2, as quais tiveram seu pedido liminar indeferido, e Ação Declaratória de Nulidade n.º. 2013.01.1.099553-4, com fim de suspender e/ou anular a Concorrência Pública nº. 01/2011 – ST. Ademais disso, a referida

² Insta informar que nestes autos o pedido liminar foi indeferido nos seguintes termos: "Cuida-se de mandado de segurança impetrado por EMPRESA DE TRANSPORTE VERA CRUZ LTDA ME em face de ato atribuído ao SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, consistente na inabilitação da impetrante para o processo licitatório para a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) - Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010. (...) Nesse quadro, não é possível divisar, dentro do juízo de convicção que se pode firmar neste âmbito processual, a violação às regras do edital de concorrência que regula o certame, inclusive no que se refere à RECORRIBILIDADE, nos termos do item 25.3, sendo aparentemente respeitados, diante dessa sequência de fatos, os ditames aplicáveis, notadamente quando se estabelece que "o recurso será dirigido ao Secretário de Estado de Transportes, por intermédio do Presidente da Comissão", que poderia reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, submetê-lo à autoridade superior (item 25.3.3). Com esses fundamentos, ausentes os pressupostos legais, INDEFIRO o pedido liminar. Publique-se. Promova-se a autuação e distribuição regular do feito, na forma regimental. Brasília, quinta-feira, 13 de dezembro de 2012. (a) Desembargador CRUZ MACEDO - Em regime de Plantão Judicial".

empresa, na condição de licitante, impugnou o referido edital e recorreu de decisões proferidas no bojo da licitação por diversas vezes.

Considerando o histórico antes mencionado, fica evidenciado que o Autor Popular possui uma única e exclusiva intenção, qual seja: **tumultuar, em conluio com a empresa por ele representada - Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME, o processo licitatório sob análise, para evitar a consecução de seus fins de interesse público.**

No tocante ao objeto da presente ação, pelas razões que se exporá adiante, será constatada a ausência de legitimidade ativa e interesse processual, e, no mérito, a improcedência da ação popular.

3.2 DA LEGALIDADE DO EDITAL

Conforme mencionado anteriormente, os fatos narrados na petição inicial fundamentam-se única e exclusivamente em argumentos equivocados, sem qualquer elemento probatório fidedigno.

Considerando que a legalidade do Edital de Licitação da Concorrência nº. 01/2011-ST, assim como de seus critérios de seleção, foram confirmados pelo Poder Judiciário em diversas oportunidades, prosseguindo regularmente o certame, percebe-se que a intenção do Autor Popular é tentar a qualquer custo e sem fundamento anular a Concorrência nº. 01/2011-ST, sem ao menos comprovar a lesividade ou ilegalidade do ato combatido.

O Edital de Licitação da Concorrência nº. 01/2011-ST foi construído não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das permissões vigentes, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos

usuários. Aponte-se que este novo Edital passou pelo crivo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Feitos tais esclarecimentos iniciais, passa-se à análise da realidade dos fatos mencionados na inicial.

4) PRELIMINARES

4.1 – CARÊNCIA DE AÇÃO – FALTA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE LESIVIDADE OU ILEGALIDADE DO ATO COMBATIDO PELA AÇÃO POPULAR – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL

Feitos os esclarecimentos supra, salta aos olhos o fato de que **não estão presentes todos os requisitos para a propositura da Ação Popular no objeto da presente ação**. Isto porque para propor ação popular além da condição de cidadão, atendida pelo Autor, a **ilegalidade e lesividade** do ato praticado constituem requisitos a serem preenchidos, nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei Federal 4.717/65³. No entanto, como será demonstrado a seguir, estes dois últimos requisitos não estão presentes na presente ação.

Verifica-se, *in casu*, que o Autor Popular não indicou a existência de qualquer vício formal ou substancial no Edital de Licitação da Concorrência Pública nº. 01/2011-ST, que fosse contrário ao Direito ou ofendesse a legislação que rege sua prática. Na realidade, as razões do Autor resumem-se a mera insatisfação pessoal com a incapacidade da empresa por

³ Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

ele representada no referido certame, Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME, em cumprir as exigências editalícias, cujo argumento não se confunde, nem de longe, com ilegalidade ao lesividade ao patrimônio público.

Tanto está manejando ação popular no interesse privado de uma empresa que participou da licitação que apresenta tese idêntica ao autos nº. 2013.01.1.099553-4.

Da mesma forma, o ato praticado, qual seja, a não inclusão da Lei Distrital nº. 1.387, de 07 de fevereiro de 1997, nos ditames que regem o Edital, não destoa dos princípios gerais que norteiam a atuação da Administração Pública (moralidade, impessoalidade, publicidade, etc.).

Isto porque conforme será melhor esclarecido adiante, a referida lei distrital não se aplica ao objeto da licitação sob análise, uma vez que é aplicável ao regime de permissão e não de concessão. Portanto, não há qualquer ilegalidade ou afronta ao artigo 2º da Lei Distrital 1.387/97, conforme tenta fazer crer o Autor Popular.

Ademais, cabe ressaltar que o Edital de Licitação da Concorrência Pública nº. 01/2011-ST foi elaborado em estrita consonância com a legislação de regência.

Como pressuposto da Ação Popular, não basta o ato ser ilegal, deveria também ser lesivo ao patrimônio público e a outros bens.

Ocorre que nos presentes autos, não se vislumbra a hipótese de ocorrência de lesão ou ilegalidade, haja vista que a Lei Distrital nº. 1.387/97 não se aplica ao certame ora analisado, não havendo que se falar em ofensa aos procedimentos licitatórios.

Conforme ensinamento de Hely Lopes MEIRELLES, “*sem estes três requisitos – condição de eleitor, ilegalidade e lesividade -, que constituem os pressupostos da demanda, não se viabiliza a ação popular*”⁴.

Nota-se que o Autor deseja, por meio da presente ação, invalidar opções da Administração Pública, o que destoa do entendimento de Hely Lopes MEIRELLES a seguir transcrito:

“(…) é de observa-se que a ação popular não autoriza o Judiciário a invalidar opções administrativas ou substituir critérios técnicos por outros que repute mais convenientes ou oportunos, pois essa valoração refoge da competência da Justiça e é privativa da Administração. O pronunciamento do Judiciário, nessa ação, fica limitado unicamente à legalidade do ato e à sua lesividade ao patrimônio público. Sem a ocorrência desses dois vícios no ato impugnado não procede a ação”.⁵

Além disso, o procedimento de licitação ora combatido foi pautado pela legalidade, tendo sido adotados os critérios técnicos que, segundo o Administrador Público, atenderam o melhor interesse público.

Diante de todo o exposto, verifica-se que carece o Autor Popular de interesse processual em sua pretensão de suspender a Concorrência Pública nº. 01/2011-ST e posteriormente, anulá-la, impondo-se a extinção do processo, sem o julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

4.2. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL NA SUSPENSÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

Pretende o Autor Popular suspender liminarmente e anular a Concorrência Pública nº. 01/2011-ST.

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnaldo e MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 32ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 151.

⁵ MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnaldo e MENDES, Gilmar Ferreira. Ob, cit., p. 153.

Ocorre, entretanto, que o certame encontra-se devidamente encerrado em relação a todos os lotes, já tendo sido publicado o AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO no Diário Oficial do Distrito Federal, inclusive assinados os Contratos de Concessão, **antes mesmo do ajuizamento desta ação**⁶.

Assim, tornou-se inócua a pretensão inicial, já que a adjudicação e homologação do objeto do certame acarretam na ausência de objeto da ação judicial que vise discutir os atos administrativos praticados no curso do procedimento licitatório.

Com a efetiva adjudicação e homologação do objeto, e posterior assinatura do contrato, esgota-se o interesse de agir na declaração de nulidade de atos administrativos praticados durante o procedimento licitatório ora demandado.

A regra geral do Código de Processo Civil, no seu 2º, estabelece como condição para o ajuizamento de qualquer ação, a presença do interesse processual da parte.

Como ensinam Nelson NERY JUNIOR e Rosa Maria de Andrade NERY, "*existe **interesse processual** quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta tutela pode trazer-lhe alguma **utilidade do ponto de vista prático***".⁷ (grifo nosso)

No caso em exame, não se encontram presentes quaisquer dos elementos do interesse de agir, inexistindo necessidade e utilidade para o ajuizamento da demanda, uma vez que o processo licitatório cujos atos se

⁶ Ajuizada na data de 18 de abril de 2013.

⁷ **Código de Processo Civil Comentado**. 10ª ed. Ver atual e amp atpe 31 de outubro de 2007. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 504.

pretende liminarmente suspender já se encontra encerrado, tendo sido praticado ato jurídico perfeito posterior, qual seja: adjudicação e homologação do objeto, bem como, assinatura do contrato, conforme se verifica da documentação anexa.

Sobre a falta de interesse de agir, em razão da adjudicação e homologação do objeto do procedimento licitatório que se pretendia questionar, é a orientação do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ENCERRAMENTO DO CERTAME ANTES DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. PERDA DO OBJETO DA AÇÃO MANDAMENTAL.

1. Extingue-se o mandado de segurança sem julgamento de mérito, quando, no momento da impetração, a licitação já estava encerrada.
2. Recurso ordinário improvido.⁸

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS). INDEFERIMENTO DE LIMINAR. CONSUMAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATORIO. CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS. IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUI-LAS. FALTA DE OBJETO. EXTINÇÃO DA AÇÃO. EM MANDADO DE SEGURANÇA, OBJETIVANDO O PEDIDO SUSTAR LICITAÇÃO JÁ CONSUMADA, NA IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUIR SUAS CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS, CARACTERIZA-SE A FALTA DE OBJETO, AUTORIZANDO-SE EM CONSEQUENCIA, A EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO, SEM DISCREPANCIA." (RMS 6920/AP. 1996/0020524-8. Relator Ministro Demócrito Reinaldo. 1º T. J: 20.06.1996. DJ: 19.08.1996)

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é pacífica no sentido de que o encerramento do procedimento licitatório, pela adjudicação e homologação do objeto, acarreta na perda superveniente do objeto da ação que visa anular atos ocorridos durante o certame:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO QUE VISA À ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO EM RAZÃO DE SUPOSTAS ILEGALIDADES DO EDITAL. LIMINAR INDEFERIDA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. LICITAÇÃO QUE SEGUIU O CURSO REGULAR COM A ADJUDICAÇÃO A UMA DAS EMPRESAS LICITANTES, ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO.

⁸ RMS 21.725/PR. 2006/0070922-8. Relator Ministro João Otávio de Noronha. 2º T. J: 12.09.2006. DJ: 09.10.2006.

PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. A execução do contrato, objeto da licitação que se pretende anular, determina a extinção do mandamus por falta de interesse processual superveniente, uma vez que inviável nova execução do objeto da licitação. Eventuais perdas e danos que devem ser alegadas nas vias judiciais ordinárias. Recurso prejudicado.”⁹

“LICITAÇÃO - PEDIDO DE ANULAÇÃO - EXTINÇÃO POR FATO SUPERVENIENTE - PERDA DO OBJETO - CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO LICITADO NO CURSO DA LIDE - AUSÊNCIA DE PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS DE DANOS - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - DECORRÊNCIA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO PREJUDICADO.”¹⁰

Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que firmou este entendimento através do Enunciado 5º, vejamos:

“Extinção Processual.

Enunciado n.º 05

Extingue-se, sem resolução de mérito por superveniente perda de interesse processual, o processo - qualquer que seja a ação que o originou - no qual se impugna procedimento de licitação quando, durante o seu transcorrer, encerrar-se o certame com a homologação e adjudicação do seu objeto, desde que não haja liminar deferida anteriormente.”(Grifou-se)

Diante de todo o exposto, considerando que os efeitos do procedimento licitatório que se pretende liminarmente suspender, e posteriormente anular, já se exauriram, ante a adjudicação e homologação do objeto dos Lotes do referido certame, bem como, posterior assinatura do contrato, impõe-se a extinção da presente feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

5) DO MÉRITO

⁹ TJSP – Apelação Cível n.º 7771835400 – 11ª Câmara de Direito Público – Rel. Oscild de Lima Júnior – Julg. 21/02/2011.

¹⁰ TJSP – Apelação Cível n.º 0103535-72.2005.8.26.0000 – 8ª Câmara de Direito Público – Rel. Cristina Cotofre – Julg. 13/10/2010.

5.1. DA INAPLICABILIDADE DA LEI DISTRITAL 1.387/97 À PRESENTE LICITAÇÃO

O Autor Popular fundamenta a presente ação no argumento descabido de que o Edital da Concorrência Pública nº. 01/2011-ST não teria observado os dispositivos da Lei Distrital nº. 1.387/97, sem motivos ou justificativa, em suposta afronta aos princípios norteadores nela definidos.

Complementa, ainda, que no edital publicado em março de 2012 e republicado em agosto de 2012 e em janeiro de 2013, não prevê a exploração de linha ou trecho por no mínimo 02 (duas) empresas, conforme prevê o art. 2º da Lei Distrital 1.387/97.

Sustenta que não haveria justificativa para que a referida lei Distrital não fosse respeitada, bem como que a licitação distribuída em 5 (cinco) bacias, contendo em média mais de 100 (cem) linhas, operadas apenas por 5 (cinco) operadoras traria insegurança ao transporte pelos próximos 20 (vinte) anos.

Diferentemente do que afirma o Autor, não houve qualquer ato ilegal quanto a não observância da Lei Distrital nº. 1.387/97, haja vista que a referida legislação se aplica única e exclusivamente às permissões de serviço público, enquanto a licitação em comento trata de outorga de concessão.

Assim, tratando-se de concessão de serviço público, a Lei Distrital a que o Autor Popular alega descumprimento sequer deveria ter constado do Instrumento convocatório, não se verificando qualquer ilegalidade nesse sentido.

O art. 1º da referida lei justifica o motivo pelo qual tal lei não se enquadra como uma das normas legais e regulamentares aplicáveis à presente licitação. Vejamos.

Art. 1º A licitação destinada a selecionar empresas para operarem como **permissionárias** do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal observará estritamente os princípios da isonomia entre os licitantes, da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros que a administração pública achar necessários para a escolha da proposta mais vantajosa.

A Concorrência Pública nº. 01/2011-ST, tem seu objeto definido no item 4.1 do Edital, a seguir transcrito:

4 - OBJETO DA CONCORRÊNCIA

4.1 - Esta Concorrência tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração do Serviço Básico Rodoviário do **STPC/DF**, utilizando veículos de transporte coletivo de passageiros, por meio de 5 (cinco) lotes de serviços, conforme descrição deste **EDITAL**.

A Lei Distrital 4.011, de 12 de setembro de 2007, em seu art. 7º, aplicável ao presente certame, dispõe que *"os serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal e outros a eles vinculados serão prestados direta ou indiretamente, sob regime de concessão ou permissão, nos termos do art. 335 da Lei Orgânica do Distrito Federal"*. Ou seja, diferencia expressamente os dois possíveis regimes a serem adotados para a prestação do serviço.

Infere-se, portanto, que o Autor Popular se equivocou, pois a Concorrência nº. 01/2011-ST não se dirige a escolha de permissionárias e sim de **concessionárias** para a exploração do Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF.

Ademais convém informar que o Edital do certame publicado em agosto de 2012 e em janeiro de 2013 (quando da reabertura do certame) trouxe expressamente a legislação aplicável à matéria, nos seguintes termos:

2 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A Concorrência reger-se-á pela Lei Distrital 4.011, de 12 de setembro de 2007, pela Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, pelas Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e suas alterações, pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, assim como pelas disposições deste EDITAL.

Logo toda legislação que rege a contratação administrativa foi observada pelo ente público.

Ademais disso, se o Edital de Licitação prevê que os licitantes se sujeitam à legislação aplicável vigente, a eventual omissão do instrumento convocatório quanto à descrição específica da totalidade das normas eventualmente aplicáveis às concessões de serviço público de transporte coletivo não geraria, por si só, ilegalidade.

Diante disso, resta evidente a inaplicabilidade da Lei Distrital 1.387/97 e a correta previsão legal prevista no instrumento convocatório, não havendo a mínima plausibilidade no pedido liminar de suspensão e no pedido de nulidade da Concorrência nº. 01/2011-ST formulado pelo Autor.

5.2. DO MÍNIMO DE 2 (DUAS) EMPRESAS POR LINHAS

Diante do equívoco do Autor Popular em entender que a Lei Distrital nº. 1.387/97 deveria ser aplicada ao presente certame, alega o Requerente que os Requeridos teriam gravemente violado o previsto no art. 2º da referida legislação, segundo a qual deveria haver, no mínimo, duas empresas para a exploração de cada linha ou trecho.

Todavia, a despeito da inaplicabilidade de tal lei, conforme já analisado acima, faz-se importante ressaltar que ainda que a Lei Distrital 1.387/1997 fosse aplicada à presente licitação, tem-se que o art. 2º deveria ser

interpretado à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

Isto porque se observa que a intenção do legislador é a de afastar o monopólio, o que foi devidamente garantido com a licitação dividida em 5 (cinco) lotes. Um número excessivo de lotes e a concessão da exploração de linhas ou quantidade de frota seria algo absolutamente irracional e ultrapassado, pois geraria excesso de custos e insegurança jurídica aos operadores.

Assim, se prevalecesse a interpretação do Autor, a única forma de licitar o sistema seria por frota e/ou por pedaços de linhas, o que seria totalmente antieconômico e irracional, sendo impensável para um sistema do porte do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal - STPC-DF.

O Edital de Licitação em tela foi precedido de estudos técnicos, tendo sido aprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, tendo se optado por um modelo que preze pela eficiência, devendo ser afastada a insurgência do Autor Popular.

Igualmente infundado o argumento de que deveria haver a exploração de cada linha por duas operadoras, sob o pretexto de uma eventual possibilidade de uma empresa vir a falir.

É certo que o Governo do Distrito Federal tem como principal objetivo proporcionar um transporte coletivo urbano com qualidade (segurança, comodidade e rapidez) e que atenda aos interesses maiores da comunidade no que concerne à justiça social, preservação do meio ambiente, segurança e fluidez no trânsito, ocupação e uso racional do solo, sustentabilidade econômica do sistema, modicidade tarifária, entre outras.

Para atingir esse fim, a Administração, na busca da proposta mais vantajosa ao interesse público, cercou-se de todas as garantias e cautelas para que a empresa vencedora do certame licitatório tenha a necessária experiência e capacidade técnica operativa, além de boa saúde financeira para o desempenho do serviço essencial contratado.

Assim, ainda que alguma operadora venha eventualmente ter problemas financeiros, o que se admite apenas a título de argumentação, tal risco não é suficiente para se justificar a necessidade de o sistema possuir duas operadoras para cada linha, aumentando os custos operacionais e violando o princípio da tarifa módica.

Ademais, cabe ressaltar que a Cláusula XXIV¹¹ do Contrato de Concessão prevê expressamente a extinção da concessão para o caso de falência da concessionária, inexistindo justificativa para que se obrigue duas empresas a operar uma só linha. De mais a mais, não se configura qualquer prejuízo para os usuários do serviço público de transporte coletivo, sendo que eventual dificuldade das concessões contratadas será objeto de medidas próprias, e certamente não se beneficiará com a majoração dos custos.

Ante ao exposto, rejeitam-se os argumentos postos pelo Autor, tendo em vista que não se verifica ilegalidade ou lesividade no Edital de Licitação da Concorrência Pública nº. 01/2011, que buscou, unicamente, garantir a adequada consecução do interesse público em pauta.

11

I - Cláusula XXIV

I.1 - Da Extinção da Concessão

1. Extingue-se a concessão por:
 - a) advento do termo contratual;
 - b) encampação;
 - c) caducidade;
 - d) rescisão;
 - e) anulação;
 - f) falência ou extinção da empresa **CONCESSIONÁRIA**.

6) AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE LIMINAR

Diante das razões expostas anteriormente, é flagrante a não caracterização dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial, conforme se demonstrará.

6.1. DA INEXISTÊNCIA DE *FUMUS BONI IURIS*

O *fumus boni juris* – resta, *prima facie*, não demonstrado, tendo em vista as razões fáticas, jurídicas e doutrinárias já expendidas, que cabalmente demonstram a inexistência das ilegalidades apontadas pelo Autor Popular.

Em primeiro lugar, cumpre demonstrar a inexistência de verossimilhança das alegações do Autor. Mera leitura da peça exordial demonstra que esta é baseada quase que exclusivamente em argumentos desprovidos de qualquer fundamento jurídico.

Na realidade, não foram oferecidas provas inequívocas pela parte Autora. Constata-se, também, a ausência de violação à legislação, e ainda mais grave: a Lei Distrital 1.387/97 não se aplica à licitação em tela, por dirigir-se às permissões de serviço público e não às concessões.

Diante disso, certo é que as alegações do Autor Popular não possuem fundamento jurídico, devendo ser rejeitadas por este Douto Juízo.

6.2. DA INEXISTÊNCIA DO *PERICULUM IN MORA*

O Autor Popular sustenta que haveria *periculum in mora* acaso não deferido o seu pedido de tutela liminar porque “o risco de lesão irreparável, o risco de deixar a sociedade a mercê de únicas empresas por linha, caracterizar-se-á caso não ocorra a concessão da medida liminar”.

É nítida a completa insubsistência das alegações do Autor de que haveria perigo na demora de prestação jurisdicional *in casu*.

Ora, a exploração de cada linha do sistema por duas operadoras, como entende ser correto o Autor Popular, a despeito da não aplicabilidade da Lei Distrital 1.387/97 ao presente certame, somente traria prejuízos ao sistema, tendo em vista o encarecimento dos custos e por conseguinte, aumento do preço da tarifa.

Os estudos técnicos realizados para a modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, com o aval do Tribunal de Contas, apontaram as necessidades reais do serviço público licitado, prezando pela eficiência.

Em caso de eventual e futura anulação dos contratos de concessão, basta à Administração Pública promover a desapropriação da frota já adquirida para atribuição a um novo operador, cobrando inclusive esse custo na incidência do valor de outorga na respectiva licitação. Assim, enquanto se julga o mérito da presente ação popular, o serviço de transporte coletivo de passageiros segue sendo prestado com qualidade pelos novos contratados e, posteriormente, **não haverá prejuízo caso se tenha que interromper o contrato futuramente.**

A liminar postulada neste feito, sim, acaso deferida, acarretará em prejuízo reverso ao interesse público, pois obrigará a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação atual do serviço, com ônibus

sucateados, até o julgamento do mérito da demanda, perpetuando o atual monopólio do Sistema por mais um longo tempo.

Saliente-se que algumas das concessionárias já começaram a prestar serviços, usando veículos adquiridos em 2013, havendo outras prestes a iniciar suas operações, e o absurdo pedido liminar do Autor, à toda aparência, resultaria na suspensão da atividade destas operadoras selecionadas em procedimento que assegura sua eficiência e plena regularidade jurídica para que fosse retomado o sistema anterior atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições a partir de contratos precários celebrados sem licitação.

Portanto, é de se ver que não há qualquer potencial de lesão irreparável ou de difícil reparação se não acolhido o pleito liminar formulado pelo Autor.

Pelo contrário, o indeferimento do pleito liminar assegurará à população do Distrito Federal a prestação de um serviço público de qualidade, com veículos novos, em situação inversa a até então vivenciada.

Destarte, constata-se não apenas a ausência clara de *periculum in mora* em favor do Autor Popular, como também a concretização de uma série de prejuízos diretamente aos usuários do transporte coletivo do Distrito Federal acaso for acolhida a pretensão por ele postulada liminarmente.

7) PEDIDOS

- a) Seja mantida a decisão que indeferiu a medida liminar pleiteada ante a ausência dos requisitos necessários – *fumus boni iuris* e *periculum in mora*;
- b) Sejam ACOLHIDAS AS PRELIMINARES de carência de ação por ausência de interesse processual e de falta de interesse de agir, extinguindo o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil;
- c) Ultrapassando-se as preliminares, o que r. não se espera, ao se adentrar o mérito, seja **JULGADA TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO POPULAR**, tendo em vista as razões de fato e de direito delineadas;
- d) A condenação do Autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, na forma do art. 10 da Lei nº. 4.717/1965¹² e art. 20, §4º, do Código de Processo Civil;
- e) Requer-se, ainda, provar o alegado por todas as formas em direito admitidas, em especial o depoimento pessoal do Autor e produção de provas documental, pericial e testemunhal.

8) ANEXOS:

1. Cópia do Edital publicado em agosto de 2012
2. Procuração de credenciamento apresentada pela Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME indicando como representante o Sr. Adevandro Pereira da Silva, autor da presente ação.
3. Ofício nº. 165/2013 – GAB/ST
4. Inicial da Ação Declaratória de Nulidade nº. 2013.01.1.099553-4 movida por Empresa de Transportes Vera Cruz Ltda. – ME.

¹² Art. 10. As partes só pagarão custas e preparo a final.

5. Publicação que comprova a assinatura dos contratos de concessão
6. Decisões nos Mandado de Segurança n.º 2012.00.2.029207-9 e 2013.00.2.001073-2
7. Decisão do Tribunal de Contas que trata da legalidade do Edital
8. Demais decisões judiciais sobre a legalidade do certame

Circunscrição :1 - BRASILIA

Processo :2013.01.1.052748-0

Vara : 116 - SEXTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos e etc.

Recebo a inicial.

O instituto da tutela antecipada, previsto no art. 273 do CPC, requer, para o seu deferimento, prova inequívoca do alegado, e que o Julgador se convença da verossimilhança da alegação, além das demais condições elencadas nos incisos I e II do aludido dispositivo.

No caso em voga, não exsurge cristalino que o pretense direito da parte Autora, sendo que as provas até então produzidas não geram convencimento inequívoco de sua verossimilhança. Destaco que a comprovação do direito do Requerente não se mostra evidenciada de forma manifesta e prima facie, suficientes a lastrear o pedido de antecipação dos efeitos pretendidos, restando ainda ausentes todos os elementos de prova que possam corroborar à sua pretensão, fazendo-se imprescindível maior aprofundamento probatório para o deslinde da demanda.

Nesses termos, INDEFIRO, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ante a não demonstração de prova inequívoca da verossimilhança dos direitos que expõe a parte Requerente.

Outrossim, atento a natureza e peculiaridades da demanda, prorrogo a audiência de conciliação para após a contestação, caso haja interesse das partes na sua realização.

Cite-se o REQUERIDO para oferecer contestação no prazo legal. Intimem-se

Brasília - DF, sexta-feira, 26/04/2013 às 17h47.

Processo Incluído em pauta : 29/04/2013